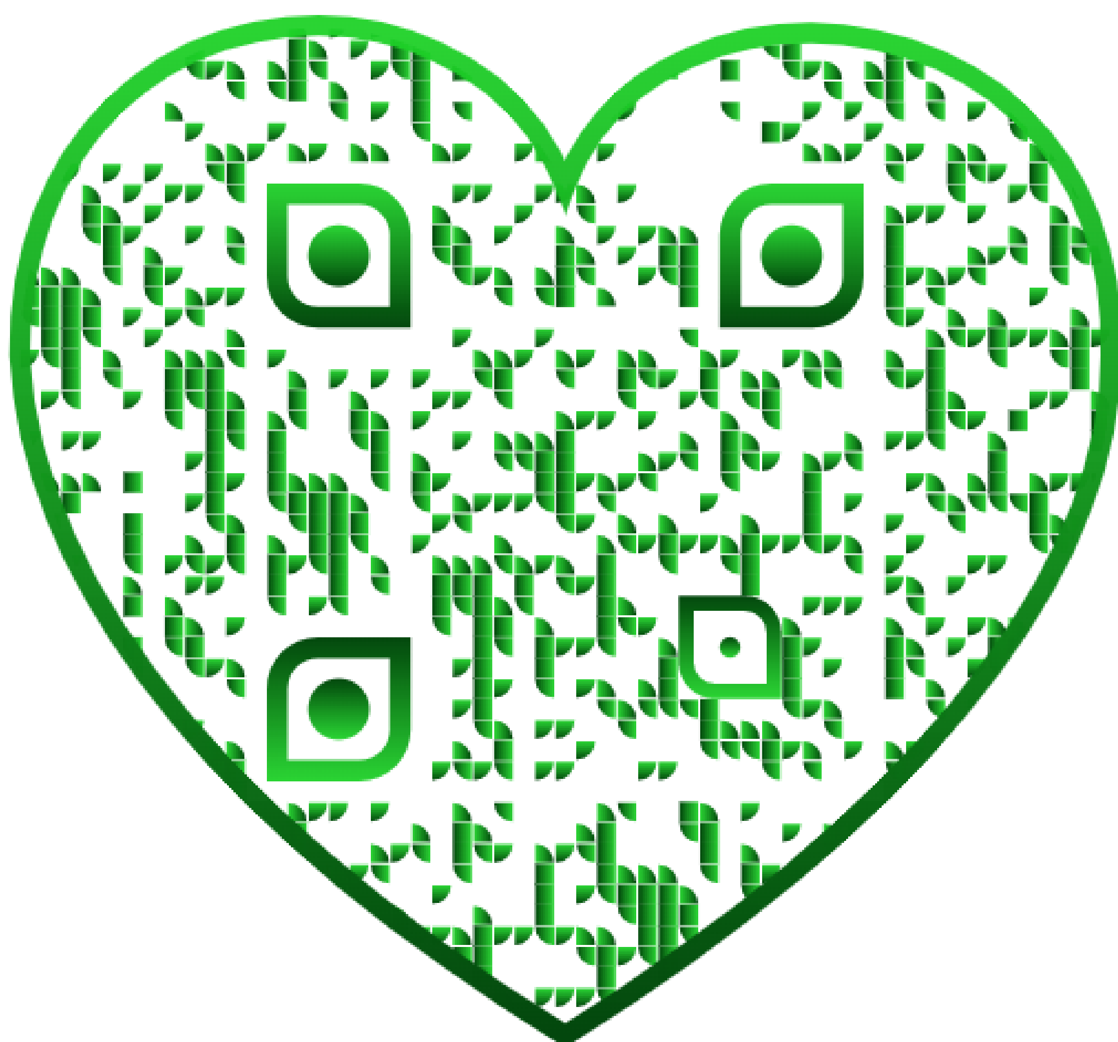
Bernardo Mançano Fernandes

2ª EDIÇÃO

A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL


EDITORA VOZES



Alegro-me muito em poder recomendar a leitura deste livro a todos os militantes e ativistas da reforma agrária. Tenho certeza que será de muita utilidade aos estudiosos da questão agrária. E também a todos que se interessam pelos verdadeiros problemas que o povo brasileiro vem enfrentando.

O professor Bernardo Mançano Fernandes conseguiu realizar uma façanha muito grande que nos sensibilizou a todos. Primeiro, como estudioso optou por um tema candente, polêmico e de muita significação social, para realizar sua pesquisa e tese de doutorado. Isso é muito importante, pois representa um exemplo para nossa academia, cada vez mais distante dos problemas do povo. E nos remete à própria função da universidade pública.

Segundo, como pesquisador deu uma demonstração impressionante de dedicação e espírito de sacrifício, para, sem recursos e com pouca infra-estrutura, percorrer esse nosso país continental e pesquisar *in loco*, visitar acampamentos e assentamentos, conversar com nossos militantes, lá nos fundões onde moram, sentir na carne, no dia-a-dia, como é mesmo a luta pela reforma agrária e a construção de um movimento social como o MST.

Terceiro, apesar de ser e sendo um intelectual comprometido com a causa dos trabalhadores e tendo posições políticas claramente contrárias ao latifúndio, soube utilizar-se do instrumental científico, da Geografia, da História e das Ciências Sociais para compreender com profundidade as origens, a natureza e as características de nosso movimento pela reforma agrária.

O resultado dessa façanha está consubstanciado neste livro, que certamente será uma referência bibliográfica, para todos os que tiverem interesse em estudar a questão agrária e os movimentos sociais no Brasil.

Enfim, uma leitura indispensável a todos os que acreditam que é possível construirmos uma nação livre do latifúndio, da pobreza e das desigualdades sociais.

João Pedro Stedile

A Formação do MST no Brasil

EDITORA
VOZES
100 Anos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fernandes, Bernardo Mançano

A formação do MST no Brasil /Bernardo Mançano Fernandes. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

Bibliografia.

ISBN 85.326.2345-X

1. Camponeses – Brasil 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – História 3. Movimentos sociais – Brasil 4. Posse da terra – Brasil 5. Propriedade – Aspectos sociais – Brasil 6. Reforma agrária – Brasil I. Título.

00-1443 CDD-305.56330981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra : Sociologia : História 305.56330981
2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra : Geografia: Sociologia : Brasil : História 305.56330981

Bernardo Mançano Fernandes

A Formação do MST no Brasil

2ª Edição



Petrópolis
2001

© 2000, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Editoração e organização literária: Orlando dos Reis

Fotos da capa: Douglas Mansur

ISBN 85.326.2345-X

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

Para Ana Lúcia de Jesus Almeida e Leonor Fernandes Mançano
Pelo carinho e apoio na feliz trajetória de nossas vidas.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Edgar Kolling
Pelo apoio e motivação para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa realizei, num certo sentido, uma *marcha*. Afinal, foram milhares de quilômetros rodados por 21 estados e o Distrito Federal. Foram cinco anos de trabalhos intensos que marcaram a minha vida.

Nessas viagens, conheci muitas pessoas que não mediram esforços para contribuir com este trabalho. Assim, agradeço a todos pelas diferentes formas de apoio.

Em primeiro lugar, aos Sem Terra, o apoio fundamental do MST, representado por todas as Secretarias Estaduais e pela secretaria nacional. São centenas de pessoas que possibilitaram as visitas aos assentamentos, aos acampamentos e o contato com as pessoas entrevistadas, que viabilizaram o acesso aos arquivos, enfim, as condições necessárias para a realização do projeto de pesquisa. Igualmente agradeço aos companheiros do Iterra, da Concrab, de todos os setores de atividades, do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-terra* e aos companheiros da articulação dos pesquisadores do MST.

Aos colegas das universidades: Emília Moreira (UFPB); Valéria de Marcos (UFPB); Maria Célia Nunes Coelho (UFPA); Eliano Sérgio Azevedo Lopes (UFS); José Alexandre Filizola Diniz (UFS); Paulo Roberto Alentejano, Leonilde Sérvolo Medeiros e Sérgio Leite (CPDA – UFRRJ); Zander Navarro (UFRGS); Mônica Castagna Molina (Decanato de Extensão da UnB); Sueli L. Couto Rosa (UnB); Aldo Aloísio Dantas da Silva (UFRN); Francisco Amaro Gomes Alencar (UFC) e Edenilo Baltazar Barreira Filho (Projeto Lumiar, CE), que contribuíram com a pesquisa documental, na cessão de bibliografia e de dados de pesquisas.

Meus agradecimentos aos companheiros da Comissão Pastoral da Terra (Nacional), em Goiânia, pela atenção e disposição.

Aos colegas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP); das superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (*Incra*) e da Confederação Nacional dos Servidores do Incra (*Cnasi*), pela atenção e cooperação.

Meus agradecimentos à Pró-Reitoria de Extensão da Unesp (PROEX), pelas essenciais bolsas de estudos que ajudaram a viabilizar o DATALUTA.

Agradeço às professoras Zilda Iokoi e Regina Sader pelas contribuições na participação de meu Exame de Qualificação.

Ao professor Antônio Thomaz Júnior, pelas leituras e sugestões que com certeza qualificaram este trabalho.

Ao Douglas Mansur e Fernando Martinêz pela cessão das fotos.

Aos funcionários da Secretaria Pós-Graduação do Departamento de Geografia da USP, pela atenção e acompanhamento.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que contribuiu parcialmente para a realização desta pesquisa.

A todos os amigos da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/Unesp), campus de Presidente Prudente, que acompanharam de perto este trabalho. Em especial aos amigos do Departamento de Geografia pelo apoio inconteste. Agradeço também a atenção e disponibilidade dos funcionários da Seção de Reprografia e da Biblioteca da FCT.

E aos que colaboram ainda mais de perto: a professora Arlete Meneguette e o professor Jailton Dias, pela contribuição, disposição e interesse em trabalhar com a Geografia das Ocupações do Pontal do Paranapanema.

Meu agradecimento especial ao professor Edilson Ferreira Flores, do Departamento de Engenharia Cartográfica da FCT, pela intensa dedicação e prontidão, colaborando na confecção dos mapas da Geografia da Luta pela Terra. E a Meire Lúcia Espinhosa, que também muito contribuiu com este trabalho.

Meu agradecimento especial para a Cristiane Barbosa Ramalho, que participa desde o começo deste projeto. E para os estagiários que participaram da primeira etapa: Alexandre Domingues Ribas, Flávia Ikuta e Júlio César Ribeiro.

E para os estagiários do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), que participaram ativamente desta última etapa da pesquisa: Gleison Moreira Leal, Fernando S. Ávila, Solange Lima, Gilberto Vieira dos Santos, Cloves Alexandre de Castro, Maria Bernadete G.F. Almeida, Silene Pires de Morais, Juliana Vaz Pimentel, Débora C. de Paula e Sérgio Gonçalves.

Agradeço à estimada amiga Elaine Lourenço, que sempre me acolheu em sua casa em São Paulo, o que facilitou muito meus trabalhos na USP.

Manifesto minha gratidão aos membros da banca examinadora: os professores Manoel Seabra, Zilda Iokoi, Eduardo Suplicy e Antonio Thomaz Júnior, pelas leituras e análises apuradas, bem como pelas considerações a respeito do conteúdo deste trabalho.

Também sou muito grato ao João Pedro e à Maria Stedile, ao Neuri Rossetto e ao Edgar Kolling, pelas leituras e contribuições essenciais na realização deste trabalho.

E com distinção e louvor, agradeço ao meu orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que desde a iniciação científica acompanhou com dedicação a minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço aos alunos da disciplina de Geografia Agrária de 1999, que compreenderam minhas atribulações nos últimos momentos de conclusão da tese.

Isto aqui é um pouquinho de Brasil,
esse Brasil que canta e é feliz,
é também um pouco de uma raça,
que não tem medo de fumaça
e não se entrega não.

Ari Barroso

A fome tem que ter raiva pra interromper,
a raiva é a fome de interromper.

João Bosco/Aldir Blanc

Queremos que abrace esta terra
por ela quem sente paixão,
quem põe com carinho a semente
para alimentar a Nação.
A ordem é ninguém passar fome.
Progresso é o povo feliz.
A reforma agrária é a volta
Do agricultor à raiz.

E vamos entrar naquela terra e não vamos sair.
Nosso lema é ocupar, resistir e produzir.

Zé Pinto

SUMÁRIO

Prefácio 13
Introdução 19
Capítulo 1 – A formação camponesa na luta pela terra 25
Capítulo 2 – Gestação e nascimento do MST: 1979-1985 49
Capítulo 3 – Territorialização e consolidação do MST: 1985-1990. 95
Capítulo 4 – Territorialização e institucionalização do MST: 1990-1999 199
Capítulo 5 – A ocupação como forma de acesso à terra 279
Bibliografia 303

Prefácio

Dos índios até Antônio Tavares Pereira: a justa causa do MST

"Eu vi a aflição do meu povo no Egito, e ouvi o seu clamor causado pela crueza daqueles que têm a superintendência das obras. E, conhecendo a sua dor, desci para o livrar das mãos dos egípcios, e para o conduzir daquela para uma terra boa e espaçosa, para uma terra onde corre o leite e o mel, nas regiões do Cananeu e do Hefeu, e do Amorreu, e do Ferezeu, e do Heveu, e do Jebuseu. O clamor, pois, dos filhos de Israel chegou até mim; e eu vi a sua aflição, com que são oprimidos pelos egípcios. Mas vem, e eu te enviarei ao Faraó, a fim de que tires do Egito o meu povo, os filhos de Israel. E Moisés disse a Deus: – Quem sou eu, para ir ter com o Faraó, e tirar os filhos de Israel do Egito? – E Deus disse-lhe: Eu serei contigo; e terás isto por sinal de que eu te mandei: Quando tiveres tirado o meu povo do Egito, oferecerás sacrifícios a Deus sobre este monte".

Este é um trecho do capítulo III do livro do Êxodo, do Antigo Testamento, que foi lido pelo pároco, Padre Arnildo, para cerca de 50 pessoas que haviam pedido pousada na Paróquia de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Notando que havia uma semelhança com a sua história, elas resolveram participar dos diversos acampamentos que existiam na região, realizar assembléias nesses acampamentos e assim construírem uma forma de organização que lhes possibilitassem melhor lutar por seus direitos. Posteriormente, na madrugada de 7 de setembro de 1979, tendo em vista que o governo não lhes dava resposta sobre a possibilidade de serem assentadas nas glebas Macali e Brilhante, descumprindo a palavra do governador, 110 famílias resolveram ocupar a área de Macali. Ali fincaram uma cruz e nela uma bandeira do Brasil, simbolizando o sofrimento para obter a conquista pela terra e a sua luta para serem cidadãos.

Essa é a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contada com riqueza de detalhes, fruto de intensa e aprofundada pesquisa feita pelo Professor Bernardo Mançano Fernandes, para elaborar a sua vibrante e apaixonante tese sobre a formação e territorialização do campesinato brasileiro, apresentada no Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Orientado pelo Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o Professor Bernardo primeiro levantou as causas históricas da concentração fundiária e das razões que levaram os índios, os negros e os trabalhadores no campo a serem destituídos de seu direito de cultivarem a terra para a sua própria sobrevivência com a devida dignidade.

Analisou a escravidão a que foram submetidos 350.000 índios nos séculos XVI e XVII e as lutas de resistência dos Tamoios, dos Potiguaras e dos Guaranis. Relembrou a organização dos Quilombos, com destaque para a União dos Palmares, localizada na Zona da Mata, entre Alagoas e Pernambuco, onde, de 1602 a 1694, sob a liderança de Canga Zumba e Zumbi, cerca de 20 mil pessoas constituíram um território livre onde plantavam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinha, caçavam e pescavam, mas acabaram sendo dizimados pelos jagunços de Domingos Jorge Velho.

Para compreender as razões pelas quais o Atlas Fundiário do Incra de 1996, com dados referentes ao ano de 1992, denota que as 2,8% maiores propriedades detinham 56,7% da área agricultável do país, faz-se necessário conhecer como é que os governos, há 500 anos, vêm lidando com essa questão. Um bom exemplo disso foi a distribuição da terra, que era propriedade comum dos que aqui viviam, para as 12 capitanias hereditárias, de 1530 a 1550. Depois, a criação das sesmarias e, mais adiante, a Lei de Terras de 1850 e tantos outros inúmeros mecanismos pelos quais se propiciaram oportunidades para que a terra acabasse se transformando em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, por grandes proprietários. Cabe ressaltar que, em 1998, após quatro anos de ação do governo Fernando Henrique Cardoso, levantamento feito pelo próprio Incra indicava que as 2,9% maiores propriedades detinham 57,9% da área agricultável do país.

Bernardo Mançano Fernandes mostra as inúmeras lutas de resistência camponesa ao longo da história precursora do MST, com destaque para a formação da Fazenda Canudos, em Belo Monte, em 1893. Ali, Antônio Conselheiro e seus seguidores organizaram a produção através do trabalho cooperado. Todos tinham o direito à terra, desenvolviam a produção familiar e formavam um fundo comum para a parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinha como subsistir dignamente. Em 5 de outubro de 1897, diante de 5.000 soldados que rugiam raivosamente, só sobraram um velho, dois homens feitos e uma criança.

Em 1914, na Guerra do Contestado, em Santa Catarina, cerca de 15 mil camponeses foram também destroçados por tropas. Houve a organização do cangaço, outra forma de resistência. Depois vieram as ligas camponesas dos anos sessenta, a formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e tantos outros movimentos e organizações.

Dentre essas, entretanto, em 1979, surgiu o MST que, segundo os depoimentos do antropólogo Darcy Ribeiro, do economista Celso Furtado, do fotógrafo Sebastião Salgado, do prêmio Nobel de Literatura José Saramago, do compositor e cantor Chico Buarque e do historiador Eric Hobsbawm, tem se constituído num dos mais importantes movimentos sociais de toda a história do Brasil.

Nas últimas décadas, para estimular o crescimento da agricultura e da pecuária, os diversos governos foram criando uma teia de incentivos fiscais e creditícios bastante generosos para aqueles que já tinham considerável riqueza e/ou possibilidade de acesso às instituições financeiras, a fim de realizarem investimentos e expandirem

suas propriedades, de tal maneira que as desigualdades acabaram se acentuando. Mesmo quando surgiam programas visando uma maior democratização de oportunidades, eles eram mais do que compensados em seus efeitos por aqueles que dificultaram a transformação da realidade social, mesmo em anos recentes. Daí não ser surpreendente que os últimos indicadores socioeconômicos disponíveis do IBGE, referentes a 1998, denotem um índice Gini de 0,575, só inferior aos registrados por Serra Leoa, com 0,629 (1989), Guatemala, com 0,596 (1989), Paraguai, com 0,591 (1995) e África do Sul, com 0,593 (1993-4), no Relatório do Desenvolvimento do Mundo de 1999/2000, do Banco Mundial. Mesmo no 4º ano do governo Fernando Henrique Cardoso, em que pese suas inúmeras afirmações de que tem tido por objetivo realizar justiça no Brasil, a disparidade é de tal ordem que o 1% mais rico detém 13,8% da renda nacional, mais do que os 13,5% que cabem aos 50% mais pobres. Essa concentração tão acentuada da renda tem, sem dúvida, uma de suas maiores causas na concentração da terra.

Se o MST teve a sua gestação e nascimento no período 1979-1985, ele se consolidou e se territorializou de 1985 até os nossos dias. Para traçar um histórico bastante completo, Bernardo Mançano Fernandes resolveu ir a campo e entrevistar 156 pessoas, sobretudo os sem-terra e as pessoas que mais interagiram com eles, em 22 estados nos quais hoje eles têm desenvolvido suas ações. Por ter se solidarizado com sua causa, obteve a ampla cooperação da organização, da sua base até a sua coordenação nacional. O que não o impede de fazer uma avaliação crítica de aspectos que, como geógrafo e cientista social, se considera na responsabilidade de registrar.

Tendo sido honrado para ser membro da sua banca de tese na USP, em 22 de dezembro de 1999, ali estabelecemos um diálogo. Notei que, dentre os principais pensadores que contribuíram para a formação intelectual e prática do MST, Bernardo havia registrado Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilitch Lenin e Rosa Luxemburgo, Caio Prado Junior, Josué de Castro, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Leonardo Boff, Frei Betto, Emiliano Zapata, Che Guevara, Luís Carlos Prestes, Gandhi, Martin Luther King Jr., Zumbi dos Palmares e Antônio Conselheiro. Nessa ocasião, tendo sido convidado para dar palestras para mais de 1.000 jovens do MST em cursos organizados em colaboração com a Universidade de Campinas, resolvi presenteá-los com a tradução de dois textos que considero de grande relevância:

O primeiro, "Justiça Agrária", de Thomas Paine, que em 1795 escreveu este ensaio para o Parlamento e o Diretório da França, expondo que a pobreza era um fenômeno que se relacionava com a civilização e com a instituição da propriedade privada. Que é até razoável que uma pessoa que cultive a terra e faça nela benfeitorias possa dela usufruir. Entretanto, seu plano era de que toda pessoa que cultivasse a terra contribuísse com uma parcela para um fundo – note que algo parecido com o organizado em Canudos – que pertenceria a todos. Deste fundo se pagaria, na medida que crescesse, um dividendo a todas as pessoas naquele país como um direito que devem ter de participar da riqueza da nação e que lhes foi retirado quando instituída a pro-

priedade privada naquele lugar. Eis aí o fundamento da razão pela qual todas as pessoas deveriam ter o direito a uma renda garantida, instrumento que deve ser conquistado junto com a realização da reforma agrária.

O segundo, "I have a dream", o belo discurso, "Eu tenho um sonho", pronunciado por Martin Luther King Jr., perante mais de 200 mil pessoas, em 28 de agosto de 1963, diante do Memorial de Abraham Lincoln, em Washington D.C. e que teve enorme impacto no sentido de avançar a luta pelos direitos civis nos EUA. Pouco depois foram votadas e sancionadas tanto a Lei dos Direitos Civis quanto a Lei de Direitos Iguais de Votação, que acabaram com tantas discriminações antes vigentes nos EUA.

Em suas palavras, Luther King Jr., que estava continuamente dialogando com todos os movimentos, instou a todos que não aceitassem estar tomando do chá do gradualismo, pois não se poderia admitir o adiamento de soluções que acabassem com os impedimentos aos negros de freqüentarem os mesmos banheiros, ônibus, motéis, escolas ou de votarem, mas que, por outro lado, não procurassem tomar do cálice do ódio, da vingança e da violência. Creio que há um paralelo entre aquela Marcha pelos Direitos Civis com as marchas que o MST tem realizado. Estou certo de que o Movimento conseguirá ampliar o apoio que recebe da opinião pública na medida em que conseguir criar formas bastante assertivas, na linha da não-violência, para fazer avançar a sua causa tão justa.

No dia 2 de maio de 2000 registrou-se, infelizmente, mais uma tragédia dessa luta de 500 anos.

Quando a Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída, no Rio Paraná, inundou-se uma grande área para a formação do lago da represa. Havia muitas famílias que moravam nas ilhas do rio, onde trabalhavam como agricultores e pescavam. O então menino Antônio Tavares Pereira foi transferido para outra área, juntamente com seus pais e três dos seus irmãos, já que sua terra ficara submersa. Após muita luta, a família foi assentada em Candói, no Centro do Paraná, há 14 anos. Antônio casou-se com Maria Sebastiana. Tiveram cinco filhos, hoje com idades entre 5 e 15 anos, todos freqüentando a escola, com exceção da mais nova. Antônio tornou-se um dos principais líderes do Assentamento dos Ilhéus de Cavernoso, onde moravam cerca de 60 famílias. Tornou-se dirigente sindical e era um dos diretores da Coagri, Cooperativa dos Assentados de Cantagalo.

No dia 1º de maio de 2000, Antônio se uniu aos seus companheiros para ir a Curitiba. Solidário, como sempre, considerado pai exemplar, Antônio veio num dos ônibus com outros 35 colegas. Iriam pedir melhores condições de financiamento para os assentados e a aceleração da reforma agrária para o benefício dos que ainda estavam acampados. O Governo do Estado do Paraná, entretanto, considerou que os sem-terra não poderiam se manifestar na capital, ainda que não estivéssemos em estado de guerra, de sítio ou emergência. Na altura do km 50, uma barreira policial começou a parar os ônibus. Obrigava que todos os ocupantes descessem. Retirava dos veículos todas as ferramentas, tais como foices e facões, que o MST leva como símbolo da luta

pela terra. Em seguida, a polícia mandava prosseguir. Mas logo adiante, nova barreira policial os fazia descer dos ônibus.

Era pouco mais de 8 horas do dia 2 de maio. Na medida em que desciam, se tornavam objeto de agressões e ofensas. Jair Dangui logo foi ao chão devido a uma cacetada desferida por um policial militar. O PM colocou seu cão pastor-alemão para morder o pé de Jair e dizia para que ele comesse a terra que tanto queria. O trabalhador, então, reclamou que o cachorro lhe arrancaria o pé. O PM lhe deu um tiro de bala de borracha, que atingiu um dedo da sua mão. Jair conseguiu dar uma paulada no cão e correr para o mato. Lá ainda ajudou outros feridos, dentre os quais um que até agora, quando escrevo, não se sabe se sobreviveu.

Antônio Tavares Pereira, entretanto, enfrentou dois policiais que portavam carabinas carregadas com balas de verdade. Um deles atirou e a bala atingiu seu abdome. Um casal que passava de carro o levou para o Hospital do Trabalhador, em Curitiba, a pedido de seu companheiro, Aparecido Alves. A hemorragia foi tão séria que não houve chance de sobrevivência. Somente três dias depois do ocorrido, o governador Jaime Lerner e o secretário da Segurança reconheceram que a polícia havia usado de excessiva brutalidade, não muito diferente daquela usada para dizimar os camponeses de Canudos.

Ao falar no velório de Antônio Tavares Pereira, João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do MST, pediu a todos que a morte do companheiro não se transformasse em motivo de vingança, tal como Martin Luther King Jr. Mas a expectativa dele próprio, de Maria Sebastiana, de seus irmãos e filhos, era de que todos deveríamos estar ainda mais dispostos a lutar por justiça e pela reforma agrária no Brasil. Se antes sempre lembrávamos de Zumbi, Che e Antônio Conselheiro, agora poderíamos falar em Zumbi, Che, Antônio e Conselheiro.

Recomendo fortemente a leitura do livro de Bernardo Mançano Fernandes para compreendermos ainda melhor as razões da luta de Antônio e de sua grande família, o MST.

Eduardo Matarazzo Suplicy

INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, as ocupações de terras tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra. Desde o começo da derrocada dos governos militares, esta forma de luta pela terra tem se intensificado, resultando em milhares de assentamentos rurais por todo o Brasil e determinando essa realidade que chamamos hoje, incorretamente, de reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. É impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado.

O sentido da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está na sua espacialização e territorialização, porque traz o significado da resistência por meio da sua recriação. Nessas duas décadas, no desenvolvimento desses processos, os sem-terra se organizaram em vinte e duas unidades da federação e construíram uma estrutura organizativa multidimensionada em suas instâncias representativas e nas formas de organização das atividades. Dessa forma, ampliaram a luta pela terra em luta por outros direitos: educação, política agrícola, saúde etc., construindo as condições para conquistá-los.

Hoje, quando os jornais noticiam ações do MST desde o Pará ao Rio Grande do Sul, estão mostrando realidades construídas pelos sem-terra, que chamam a atenção da sociedade para essa questão secular. Mas como os sem-terra construíram essa organização admirável? Que tem um poder de pressão tão forte sobre os governos federal e estaduais e que mantém quotidianamente a questão agrária na pauta política.

Para compreender essas realidades, foi necessária a realização de uma ampla pesquisa, envolvendo centenas de pessoas que contribuíram das mais diferentes formas

para que concluíssemos os trabalhos. Assim, pesquisamos os processos de formação e territorialização do MST em todos os estados, onde estava organizado até 1997.

O estudo desses processos em escala nacional só foi possível graças ao imbricamento de dois projetos, o meu projeto de tese de doutorado e o projeto *A história do MST*. No final de 1996, fui convidado por membros da Direção Nacional para realizar esse projeto, com o objetivo de escrever um livro e criar um arquivo central da documentação do MST[1]. Esse é um projeto importante, considerando que não existia nenhum trabalho, com essa extensão, a respeito desse tema. Também porque é uma contribuição para os estudiosos da questão agrária e, principalmente, para os sem-terra que nasceram durante esse momento histórico da formação do MST. Em meu projeto de doutorado, num primeiro momento, eu pretendia pesquisar os processos de formação e territorialização do MST no Centro-Sul do Brasil[2]. Portanto, essa proposta foi um desafio, porque aumentava a amplitude de meu objeto de pesquisa. Por outro lado, tanto o meu interesse pelo projeto, quanto as condições concretas para a realização da pesquisa: o apoio das Secretarias Estaduais, da Secretaria Nacional e dos setores de atividades, instigou-me a aceitar o desafio.

Dessa forma, trabalhei concomitantemente nestes dois projetos, procurando viabilizá-los. Para desenvolvê-los, realizei em 1997 e 1998 uma ampla pesquisa de campo por vinte e duas unidades da federação, onde o MST está organizado, utilizando-me de uma metodologia de pesquisa em que pudesse recuperar as principais lutas do Movimento nos estados. Dessa forma, por meio da pesquisa memorial, entrevistei 156 pessoas: sem-terra, religiosos, prefeitos, parlamentares, sindicalistas, assessores e pesquisadores, que relataram suas participações na construção do MST[3]. As questões colocadas nas entrevistas são referentes à formação, espacialização e territorialização do Movimento nos estados.

Uma das minhas preocupações era o registro da gênese do MST em cada unidade da federação e as principais lutas construídas nos processos de formação e territorialização. Assim, por meio das entrevistas, busquei recuperar o princípio da organização do Movimento, as instituições que apoiaram as lutas, as diferentes experiências de resistência, a construção da autonomia política, das instâncias de representação e dos diversos setores de atividades. Também elaborei questões acerca das origens e das formas de organização nos assentamentos, as formas de organização do trabalho, nas cooperativas e associações, a produção agropecuária, as formas de comercialização e os impactos socioeconômicos locais. Nesse contexto, quais as mudanças significativas ocorridas na vida das famílias assentadas: escolaridade, saúde, trabalho, alimen-

1. O arquivo está sendo implantado no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), por meio de um convênio entre a Universidade e o MST.

2. Em meu mestrado fiz essa pesquisa no estado de São Paulo. Ver Fernandes, 1996a.

3. Uma das entrevistas foi publicada pela Editora Fundação Perseu Abramo. É a entrevista com João Pedro Stedile, cujo livro tem como título: *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*.

tação, moradia etc. Também elaborei questões referentes às principais dificuldades e desafios que as famílias enfrentam; questões relativas a outros movimentos sociais que atuam nos estados; e a respeito das instituições contrárias à reforma agrária, bem como sobre os processos de negociação com os governos estaduais e federal.

Outro procedimento metodológico adotado foi a pesquisa documental. Pesquisei nos arquivos das Secretarias Estaduais e da Secretaria Nacional. Nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra, nos estados, na Sede Nacional, em Goiânia. Também visitei as bibliotecas das universidades federais e estaduais, levantando as monografias, dissertações e teses a respeito do MST nos estados. Recolhi dados dos assentamentos rurais nas superintendências do Incra, em secretarias e institutos estaduais. No âmbito das possibilidades, procurei reproduzir esses materiais. Esse conjunto de informações e dados foram analisados na elaboração da tese e deste livro.

À luz do referencial teórico a respeito do processo de formação do campesinato, procurei refletir e debater sobre questões fundamentais para entender essa nova realidade que emergiu na luta pela terra, desde as primeiras ocupações realizadas pelo MST. Desse modo, procurei compreender o processo de formação e territorialização do Movimento a partir dos conteúdos das entrevistas, dos estudos realizados por pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas, e dos dados colhidos por meio da pesquisa documental.

Assim, apresento diversas experiências, em que os sem-terra, ao realizarem suas lutas, desenvolveram outras dimensões da resistência camponesa, procurando ampliar suas conquistas. Dessa forma, cada ação, cada atividade contém a perspectiva da superação, contém o desafio, porque os trabalhadores rurais:

> *"Querem mais que reforma agrária encabrestada pelos agentes de mediação. Querem uma reforma social para as novas gerações, uma reforma que reconheça a ampliação histórica de suas necessidades sociais, que os reconheça não apenas como trabalhadores, mas como pessoas com direito à contrapartida de seu trabalho, aos frutos do trabalho. Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis"* (Martins, 1994, p. 156).

As experiências que expandem as possibilidades dessa luta foram construídas na persistência da autonomia política dos sem-terra. Condição reforçada pela organicidade do Movimento, que se transformou numa organização ampla e atuante em di-

versas dimensões da vida dos sem-terra. A inexistência de uma política de reforma agrária não impediu que o MST se territorializasse para todas as regiões brasileiras, lutando contra a exclusão e a exploração. Nesse sentido, a luta pela terra é uma luta popular, de que as instituições, entre elas o Estado, procuram se apropriar politicamente. Por essa via, o Movimento se reproduz mas não só pela lógica do desenvolvimento das relações econômicas, mas também na construção de relações políticas: por meio da ocupação da terra. De acordo com Oliveira:

> *"Ao mesmo tempo que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade de sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa, onde ela se tornou capitalista. O Movimento dos Sem-Terra é um bom exemplo dessa realidade"* (Oliveira, 1991, p. 26).

Ao se territorializarem, constroem as condições históricas da formação do campesinato. Ao expandirem sua estrutura, desafiam-se na busca de novas condições para a superação das suas realidades. E nessa marcha, nas experiências que desenvolvem, espacializam as memórias da luta, que servem como referências para a mística do Movimento.

Nesse sentido, estudar o campesinato sem ponderar sobre sua história e sua inserção nas relações sociais contemporâneas pode ocasionar formas de compreensão deslocadas da realidade. Por essa razão, procurei recuperar, no primeiro capítulo, uma leitura da formação camponesa no Brasil, tendo como referências teóricas os trabalhos de cientistas que se dedicaram profundamente aos estudos a respeito da trajetória histórica do campesinato brasileiro. Tomei como referência os trabalhos de diversos autores, analisando essa trajetória até a gênese do MST. Essa é uma leitura fundamental para compreendermos as lutas dos sem-terra que trazem nas suas místicas, nos nomes dos acampamentos e dos assentamentos, a perseverança das memórias dessas lutas.

No segundo capítulo, analisei os fatores econômicos e políticos que nos ajudam a compreender a natureza do MST e os processos de gestação até o nascimento do Movimento. Assim, estudei as principais experiências e a construção dos princípios que proporcionaram a fundação do MST, em 1984. Foram analisadas as lutas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 1979 até a realização do Primeiro Congresso, em janeiro de 1985.

No terceiro capítulo, estudei a formação e territorialização do MST pelo Brasil e sua consolidação. Esses processos aconteceram no período 1985-1990, quando o

MST se organizou na região Nordeste, em Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo e no primeiro momento da organização do MST no Rio de Janeiro. Foi o período da conquista da autonomia e do reconhecimento político. Analisei seus principais eventos, encontros e congressos que determinaram as linhas políticas adotadas no enfrentamento da luta. A consolidação do Movimento aconteceu por meio do estabelecimento de sua estrutura organizativa, dimensionada em formas de organização das atividades e instâncias de representação.

O quarto capítulo expõe os processos de territorialização e institucionalização do Movimento. Nessa parte, estudo o período de 1990 a 1999, quando o MST se organizou nos Estados do Pará, Mato Grosso e no Distrito Federal. Nesse período, não ocorreram mudanças substanciais na sua estrutura organizativa, apenas o seu dimensionamento. Desde meados desta década, o MST tornou-se conhecido em todo o Brasil, bem como em várias partes do mundo. Também analiso a participação do MST, comparando-o com outros movimentos sociais, e apresento um conjunto de dados sobre ocupações de terra e implantação de assentamentos, representando-os em figuras de modo a possibilitar a visualização da distribuição geográfica da luta pela terra.

A elaboração dos capítulos 2, 3 e 4 foi realizada a partir das leituras das entrevistas, reunindo fragmentos das informações (porque, em muitos casos, os entrevistados viveram parte da história da luta) e compondo os processos de formação e territorialização do MST, na confrontação com os documentos: dossiês, pareceres, atas, anotações e jornais, bem como com as produções científicas: dissertações, monografias, teses, livros, censos e relatórios. Ao utilizar essa forma de organização do material da pesquisa, a partir dos processos estudados, interpretando-os à luz do referencial teórico, estou atendendo a uma solicitação do MST de não citar o nome dos entrevistados.

No quinto capítulo, apresento uma contribuição teórica para pensar esse momento de formação do campesinato brasileiro. Este capítulo é um ensaio teórico, que foi se constituindo à medida que se desenvolvia a pesquisa. Assim, sugiro ao leitor que, caso sinta necessidade de compreender melhor os significados dos conceitos utilizados ao longo dos capítulos 2, 3 e 4, consulte este último capítulo. Pois neste discuto os diferentes tipos de movimentos sociais do campo e procuro fazer uma construção analítica dos processos de (re)criação do campesinato, a partir das formas de luta e resistência contra a exploração e a exclusão, refletindo sobre os significados da espacialização e da territorialização dos movimentos socioterritoriais. Por fim, faço uma reflexão sobre um conjunto de dados a respeito das origens dos assentamentos rurais, concluindo que a ocupação é uma importante forma de acesso à terra na atual conjuntura da questão agrária neste final de século e milênio.

São quinhentos anos de latifúndio. Desde as lutas contra o cativeiro, contra o cativeiro da terra, dos movimentos messiânicos, das Ligas Camponesas até o MST, essa luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA TERRA

Lutas populares: do cativeiro ao cativeiro da terra

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa. É um processo em movimento que apresentamos neste breve capítulo para, nos capítulos seguintes, conhecermos melhor a formação do MST e pensarmos o futuro.

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativeiro, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativeiro da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. Essa é a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST.

Sepé Tiaraju dos povos guaranis

Nos séculos XVI e XVII, cerca de 350 mil indígenas escravizados trabalharam na economia brasileira. A caça aos índios para escravizá-los teve diversos movimentos de resistência, como por exemplo: a Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras. Outra grande batalha na luta contra a escravidão aconteceu onde hoje é a região fronteiriça do Sul do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai. Neste espaço,

disputado por Portugal e Espanha, foram construídas as missões religiosas pelos padres jesuítas. Em terras comuns viveram os Trinta Povos Guaranis, onde cada povoado chegou a ter entre 1.500 a 12 mil índios. Atacados constantemente pelos bandeirantes e pelos exércitos de Espanha e Portugal, os povos guaranis resistiram até a exaustão. Em 1756, ocorreu o massacre derradeiro que culminou com a morte de Sepé Tiaraju, líder guarani que se tornou símbolo da resistência indígena. A escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo que a maior parte dos grupos indígenas foi quase que totalmente dizimada (Prezia e Hoornaert, 1989, p. 91-9).

Zumbi dos Palmares

A luta dos povos indígenas e dos escravos negros contra o cativeiro durou séculos. Em 1570, no Brasil já se implantaram mais de cinqüenta engenhos. Em 1584, trabalhavam nas fazendas, na cultura da cana-de-açúcar, em torno de 15 mil africanos escravizados. Data de 1597 a primeira referência a um quilombo na região de Palmares. O quilombo foi o *território livre*, era a terra onde viviam negros, alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial.

Palmares foi o maior quilombo. Localizava-se na Zona da Mata, a cerca de 70 quilômetros do litoral, onde hoje é a região fronteiriça entre os Estados de Alagoas e Pernambuco. Era um conjunto de povoados socialmente organizados que formou a União dos Palmares. Os principais eram *Acotirene, Andalaquituche, Zumbi, Tabocas, Osenga, Subupira, Macaco, Aqualtume, Dambranga e Amaro.* Os povoados eram formados pelos núcleos de moradia, onde existiram mais de 1500 casas protegidas por paliçadas. Nessas terras os palmarinos cultivavam suas roças de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinhas, caçavam e pescavam. Estima-se que, por volta de 1670, perto de 20 mil pessoas viviam neste território. Ganga Zumba e Zumbi foram seus principais líderes (Funari, 1996, p. 26-37).

Os quilombos foram espaços de resistência e para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Durante todo o século XVII, aconteceram inúmeros conflitos e os quilombos foram atacados diversas vezes. De 1602 a 1694, Palmares resistiu, quando o exército do bandeirante Domingos Jorge Velho, jagunço histórico, enfrentou e destruiu o exército de Zumbi, aniquilando o território palmarino. Palmares precisava ser destruído. A sua vitória significaria novos territórios livres, o que aos senhores escravocratas não interessava. Palmares entrou para a história do Brasil como uma das grandes lutas de resistência contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativeiro.

As lutas de resistência aconteceram em todo o Brasil. Muitos foram os quilombos criados em diferentes porções do território. Desde o Pará até o Rio Grande do Sul, passando pelo Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Foram três séculos de revoltas que conduziram o enfrentamento contra o insustentável sistema escravocrata.

Os sem-terra

No final do século XIX, no desenvolvimento do capitalismo, nos processos de exploração e dominação e na insustentabilidade do trabalho escravo, estabelecia-se o trabalho livre. É importante lembrar que o trabalhador livre sempre existiu na sociedade escravocrata. Entre os trabalhadores livres vale destacar os sitiantes, os agregados[1] e os negros. Os sitiantes eram pequenos proprietários ou posseiros. Os agregados eram *moradores em terra alheia,* que viviam e trabalhavam nas grandes fazendas. Os negros eram ex-escravos que por diferentes meios haviam sido libertados ou tinham comprado sua liberdade.

Com o fim da escravidão, a geração do trabalho livre determinava uma outra relação social: a venda da força de trabalho. O escravo não vendia sua força de trabalho, ele era vendido como mercadoria e como produtor da mercadoria. Ele era objeto de comércio do seu proprietário. Com a formação do trabalhador livre, conservou-se a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Agora a subordinação acontecia pela venda de sua força de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista.

Desse modo, com a instituição do trabalho livre, que se expandiu com a chegada do imigrante europeu, o antigo escravo conseguiu ser dono de sua força de trabalho; já o imigrante expulso de sua terra era livre por só possuir a sua força de trabalho. Se para o escravo a força de trabalho era o que conseguira, para o imigrante era o que restara (Martins, 1986a, p. 16-7). Portanto, agora, a luta pela liberdade se desdobrara, igualmente, na luta pela terra.

Ao mesmo tempo, enquanto os trabalhadores fizeram a luta pela terra, os ex-senhores de escravos e fazendeiros grilaram a terra. E para realizarem seus interesses por meio da trama que construiu o domínio das terras, exploraram os camponeses. Estes trabalharam a terra, produziram novos espaços sociais e foram expropriados, expulsos, tornando-se sem-terra. Nessa realidade, surgiu o posseiro, aquele que possuindo a terra não tinha o seu domínio. A posse era conseguida pelo trabalho e domínio pelas armas e poder econômico. Desse modo, o poder do domínio prevaleceu sobre a posse. Evidente que esse processo de apropriação das terras gerou conflitos fundiários, de modo que a resistência e a ocupação eram perenes. Assim, formaram os latifundiários, grilando imensas porções do território brasileiro. Dessa forma, aconteceu, em grande parte, o processo de territorialização da propriedade capitalista no Brasil.

São Paulo é uma referência importante para compreendermos esse processo. O território paulista foi apropriado, principalmente, por meio da formação de fazendas de café (Monbeig, 1984; Martins, 1986a). Para a abertura de novas fazendas, os coronéis criaram a indústria da grilagem de terras, compreendida pela falsificação de do-

1. Ver a respeito: Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 98s.

cumentos e outras atividades ilícitas, como subornos de funcionários públicos, além dos crimes praticados contra os camponeses posseiros. Era esse processo escuso que determinava o preço das terras, antes devolutas, passando, dessa forma, a ser propriedade particular. Por essas práticas, os grileiros eram verdadeiros traficantes de terras, semelhantes aos traficantes de escravos. O trabalho com a derrubada das florestas era executado por caboclos e caipiras, que plantavam nessas terras até a formação da fazenda. Depois de formadas as fazendas de café, começava o trabalho da família camponesa migrante. Outra prática de exploração foi o arrendamento, em que os camponeses derrubavam a mata e formavam pastos. Neste, entretanto, faziam suas roças de subsistência. Terminado o desmatamento, acabava o arrendamento e os camponeses eram obrigados a abandonar a terra e seguir em busca de outras terras. Assim, as fazendas eram formadas pelo trabalho dos camponeses e apropriada pelos coronéis.

As terras dos grupos indígenas e as terras ocupadas pelos posseiros eram invadidas pelos grileiros. Índios e posseiros sempre migraram, tentando se distanciar da cerca e do cerco do capital. Aos que resistiam, restava o enfrentamento com os jagunços dos fazendeiros-grileiros (Leite, 1998).

O cativeiro do homem chegara ao fim quarenta anos depois de ter começado o cerco à terra: o cativeiro da terra. Os imigrantes europeus chegaram, muitos expulsos de suas terras de trabalho. A terra no Brasil começava a ser cercada pelos emergentes coronéis, latifundiários e grileiros. De modo que os escravos que abandonavam as fazendas vagavam pelas estradas e acampavam. Mas com as cercas eles estavam impedidos de ter acesso à terra. Mesmo que procurassem viver livres como viveram nos quilombos, era impossível, já que sem terra caíram na condição de miseráveis. E todas as vezes que acampavam nas fazendas, os proprietários convocavam as forças policiais para expulsá-los (Ribeiro, 1995, p. 221). Também a imensa maioria dos camponeses imigrantes continuou a persistente caminhada em direção à terra. Trazidos da Europa para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, seus filhos, netos e bisnetos continuaram migrando para outras regiões, rompendo as cercas do latifúndio. A maioria absoluta dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX seria conhecida como sem-terra. Lutaram pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até hoje. Essas pessoas formaram o campesinato brasileiro, desenraizadas, obrigadas a migrar constantemente. Do Sul para o Nordeste e para o Norte. Do Nordeste para o Sudeste, Sul e Norte. Do Norte para o Sudeste. Do Sudeste para o Nordeste, esta é uma história de perambulação e de resistência. A ocupação da terra pelos camponeses sem-terra era e é a principal forma de ter acesso à terra. A ocupação tornara-se uma ação histórica da resistência camponesa.

Canudos de Antônio Conselheiro

Desde o final do século XIX e todo o século XX, a História registrou diversas guerras e lutas de resistência do campesinato brasileiro. Uma condição para a existên-

cia do trabalho livre no Brasil foi a criação da propriedade privada da terra, circunstâncias essenciais para o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Com a Lei de Terras de 1850, intensificou-se o cerco às terras, bem como a grilagem e a expropriação dos posseiros. Desse modo, o latifúndio – marca do Brasil colônia, do Brasil monárquico – tornava-se, e mantém-se até hoje, marca do Brasil república. Das capitanias hereditárias às sesmarias e destas até a Lei de Terras de 1850, a terra ficou restrita ao poder da nobreza. Desde 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, em sua maior parte, pelos latifundiários. As terras que não foram cercadas, deveriam ser devolvidas ao governo, daí o termo *terras devolutas*. Dessa forma, a propriedade da terra só seria possível por meio da compra em dinheiro. No processo de elaboração da Lei de Terras, foram apresentados dois projetos de lei[2] que limitavam o tamanho da propriedade e possibilitavam aos camponeses o acesso à terra por meio de doações. Todavia, esses projetos jamais saíram do papel, porque feriam os privilégios e interesses dos grandes proprietários. Então, os trabalhadores sem-terra, ex-escravos e imigrantes trabalharam para os fazendeiros, para que pudessem poupar e comprar a terra. Essa foi a condição que garantiu o trabalho nas fazendas e, ainda, propiciou o processo de grilagem de terras pelos coronéis, que se apoderaram de toda a terra que foi possível grilar, exterminando povos indígenas, matando posseiros, destruindo as matas, construindo o país do latifúndio.

O coronelismo foi uma forma de controle da política e do território. Formaram-se os currais eleitorais, criando o voto de cabresto, de modo que tudo que estava na terra do coronel era como se fosse seu. Na luta contra o cerco da terra e da vida, nasceram várias formas de resistência. Na Bahia, camponeses e ex-escravos, seguidores de Antônio Conselheiro, terminaram sua peregrinação e se estabeleceram no arraial de Canudos. Era um movimento messiânico que se opunha à ordem da submissão, estabelecida pelos coronéis, e foi declarado inimigo de guerra.

A guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente.

Em Canudos viveram aproximadamente 10 mil pessoas[3]. População equivalente às maiores cidades da Bahia. Acusados, falsamente, de defender a volta da monar-

---

2. Projetos de José Bonifácio de Andrada e Silva e do padre Diogo Antônio Feijó. A respeito, ver Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 127s.

3. Tomamos como referência o trabalho de Villa, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Editora Ática, 1995. Todavia, há autores que indicam uma população de até 35 mil pessoas. Ver essa questão em Villa, p. 220.

quia, foram atacadas por expedições militares de quase todo o Brasil. Mais de cinco mil soldados combateram contra os sertanejos de Conselheiro. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos.

> *"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados"* (Cunha, 1982, p. 433).

Fechava-se o século XIX com a guerra mais trágica, mais violenta do Brasil.

Esta guerra representou o desdobramento das disputas pelo poder, entre os coronéis e o governo. Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares.

A Guerra do Contestado

Abria-se o século XX com outra guerra contra os camponeses. No Sul do Brasil, no Paraná e em Santa Catarina, também, os coronéis controlavam a terra e a vida dos camponeses. Na primeira década deste século, na região fronteiriça destes estados, começara outro movimento de resistência.

Em 1908, o governo fez uma grande concessão à empresa norte-americana Brazil Railway Company de uma enorme faixa de terra de trinta quilômetros de largura, no trecho compreendido para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. As terras, atravessadas pela ferrovia, foram exploradas, desflorestadas, pela empresa que comercializou as madeiras no Brasil e no exterior. Milhares de famílias que viviam nessas terras foram expropriadas, expulsas brutalmente. Ainda, com o fim da construção da ferrovia, cerca de 8 mil trabalhadores contratados, em outros estados, ficaram desempregados. Sem terra e sem emprego, perambularam pelo sertão, ocupando terra, saqueando e muitas vezes se oferecendo como jagunços para conseguirem emprego junto aos coronéis.

Essa situação era insuportável. Em 1912, em Campos Novos (SC), formara-se um movimento camponês de caráter político-religioso, liderado por um homem que se dizia curandeiro, denominado monge José Maria. Depois de se envolver com a disputa política local, recebeu o apoio de um coronel, o que proporcionou o conflito de interesses no sistema coronelista. O monge foi acusado de ter proclamado a monarquia e, perseguido, retirou-se para Irani, localizado na região contestada pelos Esta-

dos do Paraná e de Santa Catarina. A chegada do monge e seus seguidores na região pretendida pelo Paraná foi interpretada como uma invasão dos catarinenses. Foram atacados pela Polícia Militar do Paraná, mesmo depois de terem proposto que partiriam daquela região. Foram atacados de madrugada e revidaram. O monge foi atingido mortalmente na batalha em que os seus seguidores derrotaram a tropa policial.

No final do ano de 1913, na região de Taquaruçu, em Santa Catarina, ressurge o movimento messiânico. Unem-se os coronéis, a empresa Brazil Railway e o governo que mobilizaram as tropas federais para enfrentar os camponeses. No primeiro ataque, a tropa foi derrotada e bateu em retirada, abandonando munição e armas. Em fevereiro de 1914, o movimento era composto por mais de 10 mil pessoas. O segundo ataque foi de surpresa, de madrugada, quando o arraial onde viviam os camponeses fora atacado com tiros de canhão e centenas de bombas. O lugar foi arrasado. Os sobreviventes fugiram para um novo reduto: o arraial de Garaguatá, no coração da região do Contestado.

Neste reduto, passaram a viver cerca de 5 mil pessoas, onde não existia propriedade, já que a terra era um bem comum. Novamente, o governo da República, acusando-os de monarquistas, enviou tropas para atacar esse movimento insurgente, em 9 de março de 1914. De novo, as tropas foram rebeladas. Por causa de uma epidemia de tifo, os camponeses mudaram de lugar, formando pequenos núcleos. Outra vez, foram atacados e numa luta sangrenta as tropas destruíram o principal núcleo de resistência. Então, da defensiva os camponeses passaram à ofensiva. Em setembro de 1914, eram mais de 15 mil pessoas. Acusando o governo de assassinar os trabalhadores e entregar as terras para empresas estrangeiras, passaram a atacar fazendas e cidades e controlaram partes da ferrovia. A guerra final aconteceu em dezembro, quando 7 mil homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques. Aviões foram utilizados para levantamento das localizações dos redutos camponeses. Foram encurralados e sem suprimentos começava o fim da resistência (Derengoski, 1987).

> *"Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo"* (Martins, 1981, p. 62).

O cangaço

A reação é instintiva quando a morte faz parte do dia-a-dia. O limite é o desespero e ou a revolta, que geram desde a submissão até a insubordinação. Nas primeiras décadas do século XX, nas terras do Nordeste, onde a expulsão e a perseguição até a

morte eram coisas comuns aos camponeses, surgiu uma forma de banditismo social que ficou conhecida como cangaço. Tornar-se cangaceiro era decorrência da ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família. Nas terras onde a lei não alcança o coronel porque ele é ou está acima da lei, restou bem pouco à resistência camponesa a não ser a rebelião.

O cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Os grupos eram formados, principalmente, por camponeses em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis. Os cangaceiros replicavam, vingando-se em uma ou mais pessoas da família do fazendeiro. Os diferentes grupos cangaceiros desenvolviam suas ações por meio de saques nas fazendas e nas casas comerciais. Alguns, como foi o caso do bando de Lampião, não distinguiam o rico coronel do camponês. Essa forma de banditismo colocava em questão o próprio poder do coronelismo (Martins, 1981, p. 60).

A forma de organização desde os movimentos messiânicos até os grupos de cangaceiros demarcavam os espaços políticos da revolta camponesa. Eram conseqüências do cerco à terra e à vida. Embora fossem lutas isoladas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil.

Construindo o caminho: as lutas pela terra e pela reforma agrária

Em seu processo de formação, os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construiu ditaduras para manter seu poder. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais. Por essa razão, na lógica do modelo de desenvolvimento do país, sempre estiveram, mantidas e contidas, a luta pela terra e a objeção ao assalariamento.

Nas diferentes regiões do país, contínuos conflitos e eventos foram testemunhos da formação camponesa no princípio da segunda metade do século XX. As lutas dos posseiros e dos pequenos proprietários para resistirem na terra, as lutas dos arrendatários, dos colonos, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados, os encontros e os congressos camponeses, indicavam o desenvolvimento do processo de organização política. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica, entre outras instituições, disputaram esse espaço político, interessados nesse processo de formação.

As Ligas Camponesas[4]

A formação das Ligas Camponesas começou por volta de 1945. Neste ano acabava a ditadura do governo Vargas, que durou 10 anos. As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados e organizaram dezenas de milhares de camponeses. Elas tinham o apoio do Partido Comunista Brasileiro, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo Dutra declarou o PCB ilegal e, com a repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços.

Em 1954, em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, em uma propriedade denominada Engenho da Galiléia, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, que por sua forma de organização ficou conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia. Seus associados eram *foreiros* que pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual (*foro*). Reagiram ao aumento da exploração e tentativa de expropriação pelo dono do engenho e buscaram apoio com o advogado e deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro, que passou a representá-los.

No entretanto dessa luta, novas Ligas foram formadas em Pernambuco e em outros estados do Nordeste, bem como em outras regiões. Vários trabalhadores morreram em conflitos com os fazendeiros, na resistência contra a expulsão da terra. No Estado da Paraíba, em 1962, foi assassinado João Pedro Teixeira, fundador da Liga de Sapé, a maior do Brasil. Neste mesmo ano, estavam organizadas em 13 estados, realizaram vários encontros e congressos, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária.

A atuação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. Por parte das instituições, ao contrário, tanto o PCB quanto a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos. Parte das ligas tentou organizar grupos guerrilheiros, quando então ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersados pelo Exército. Com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas e outros movimentos foram aniquilados.

A formação camponesa no plano das instituições

Em 1954, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), a fim de coordenar as associações camponesas. Com esta organização, o Partido Co-

---

4. Para escrever esta parte do capítulo, as referências teóricas foram: Andrade, 1964; Azevedo, 1982; Bastos 1984; Medeiros, 1989; Morais, 1997.

munista pretendia criar as condições necessárias para formar uma aliança política entre os operários e os camponeses. Com raras exceções, os líderes da ULTAB eram camponeses. Eram outros trabalhadores indicados ou impostos pelo Partido. Somente em Pernambuco, onde estavam organizadas as Ligas Camponesas, e no Rio Grande do Sul, onde existia o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), é que a ULTAB não se fixou.

O MASTER surgiu no final da década de 50, na resistência de 300 famílias de posseiros em Encruzilhada do Sul, e nos anos seguintes se territorializou por todo o estado. Em 1961, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, passou a apoiar o movimento. Os agricultores sem-terra eram: o assalariado da granja, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos. Esta era uma singularidade do MASTER, que, ao se aproximar das cercas do latifúndio, tornava-se uma ameaça concreta. Estes trabalhadores não estavam resistindo para não sair da terra, como era o caso dos *foreiros* das Ligas Camponesas. Eles estavam pelejando para entrar na terra. Foram vários acampamentos. Um grande acampamento foi montado em Sarandi, em uma fazenda com o mesmo nome do município, na região Noroeste do estado. Com o suporte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do governador, o movimento cresceu. Com a derrota do PTB nas eleições de 1962, o movimento sofreu diversos ataques do governo estadual, de instituições e entidades, além de despejos dos acampamentos. Essas ações enfraqueceram o MASTER que permaneceu no cenário da luta pela reforma agrária até 1964 (Eckert, 1984).

Em novembro de 1961, a ULTAB realizou, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Neste evento participaram 1.400 trabalhadores, sendo 215 delegados das Ligas Camponesas e 50 delegados do MASTER. A proposta das Ligas, de uma reforma agrária radical – na lei ou na marra –, ganhou espaço político, superando as propostas elaboradas pelo PCB, que atendiam aos assalariados rurais, para promover a sindicalização, legislação trabalhista, campanha salarial, acesso a previdência etc. Este congresso nacional camponês foi um marco na história da formação camponesa no Brasil, dando um grande impulso às lutas no campo.

O crescimento da luta dos trabalhadores foi acompanhado pelas disputas da representação do movimento camponês. A ULTAB era controlada pelo Partido Comunista. Outra organização se formara em 1960, por meio da ação política da Igreja Católica. Esta estava dividida em dois setores: o conservador e o progressista. O primeiro, criado no Rio Grande do Norte, foi denominado Serviço de Assistência Rural, fundou dezenas de sindicatos e reuniu mais 40 mil camponeses. Em Pernambuco foi criado o Serviço de Orientação Rural e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha. De fato, estas entidades se originaram para fazer frente ao processo de formação das organizações camponesas, tentando evitar a influência das idéias socialistas e em defesa da reforma agrária. O segundo setor da ação católica era uma tendência progressista, liderada pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, foi for-

mado o Movimento de Educação de Base, com a participação do educador Paulo Freire, que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses. Outra tendência foram as Ligas Camponesas, consideradas independentes, que recebiam influência tanto da Igreja quanto de ex-militantes do PCB. No Rio Grande do Sul havia o MASTER, sob influência do governador Leonel Brizola.

A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

A criação de sindicatos era a forma de organização defendida pelas principais instituições de apoio à luta, e pelo governo federal. Era uma posição política frente ao crescimento das diversas organizações camponesas. Criavam-se as condições para institucionalizar mais essas organizações, transformando-as em sindicatos subordinados ao governo, enfraquecendo, assim, os movimentos camponeses. Em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural, começou a arrancada com a finalidade de transformar as organizações em sindicatos, para depois formar as federações e a confederação. Foram realizados vários encontros locais e estaduais, mas, de fato, a maioria dos trabalhadores estava à margem desse processo de disputa, que acontecia no âmbito das cúpulas das organizações.

O Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica disputavam esse espaço, com a perspectiva de terem o controle político da futura confederação. Em julho de 1963, em Natal, foi realizada a primeira Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais. Nesse evento, com a participação de sindicatos ligados à Igreja Católica, sendo a grande maioria do Nordeste, foi proposto a fundação de uma confederação sindical. No final deste ano, as federações cristãs do Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco apresentaram ao Ministério do Trabalho os documentos para a criação da confederação. Mas, como existiam outras 19 federações esperando a tramitação de seus documentos junto aos órgãos do governo, essa tentativa de fundar primeiro a confederação foi frustrada. A ULTAB reunia a maior parte das federações e derrubou a pretensão católica. Em dezembro, num acordo entre estas instituições, formou-se uma lista única, com candidatos das duas tendências e foi criada a Confederação Nacional (CONTAG) (Martins, 1981; Medeiros, 1989).

Nesse entretanto, as Ligas Camponesas viviam uma profunda crise interna por causa das perseguições e prisões de seus líderes. Se, por um lado, não tinham interesse em participar desse processo de sindicalização, por outro, ficaram à margem do debate a respeito da organização dos trabalhadores rurais.

Lutas de resistência pela conquista da terra

No período compreendido entre os anos de 1940 e 1964, esse tempo de realização dos primeiros encontros e congressos camponeses foi igualmente abundante em lutas

de resistência pela conquista da terra. Lutas em defesa da posse da terra, ocupações para conquistar a terra; ações expropriatórias, expulsões, assassinatos: diferentes formas de violência contra os trabalhadores; reação e revolta, migração, grilagem praticada por fazendeiros e grandes empresas – muitas vezes com a complacência do Estado – greves, reivindicações, fundação de associações, de sindicatos, de federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foram as principais características da resistência dos trabalhadores rurais. A constância dessas lutas em todo o território nacional é um exemplo do avanço da formação camponesa nessa época. Estas foram as lutas na construção das experiências das Ligas Camponesas, do Movimento dos Agricultores Sem-Terra e da União do Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil. As lutas relatadas a seguir fazem parte desse contexto e são, apenas, algumas das lições dessa história. Portanto, relatamos de forma bastante resumida as lutas de alguns estados. É importante destacar que as lutas aconteceram em todo o Brasil. As que relatamos aqui são lutas mais conhecidas porque foram as mais estudadas, todavia existiram muitas outras lutas que não descrevemos por falta de referências.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, nos vales dos rios Mucuri e Doce, os posseiros formaram vários movimentos camponeses e resistiram à expropriação. Na região de Governador Valadares, em Minas Gerais, desde o início da década de 40, os posseiros enfrentaram fazendeiros interessados naquelas terras, por causa da construção da rodovia Rio-Bahia. Para formar fazendas, os fazendeiros impuseram aos posseiros a condição de derrubar a mata para a formação de pastos, e só poderiam plantar para a subsistência. Desse modo, com a formação das fazendas, os posseiros foram sendo expulsos da terra e se organizaram, o que fez aumentar a violência dos fazendeiros contra eles. Durante a gestão do presidente João Goulart, os posseiros exigiram que uma fazenda experimental, de propriedade do governo federal, invadida pelos fazendeiros, fosse desapropriada. A reação dos fazendeiros foi imediata e se organizaram para impedir a desapropriação da fazenda[5], que estava marcada para o dia 30 de março de 1964. No dia seguinte, com o golpe militar, muitos trabalhadores foram presos e torturados, interrompendo, naquele momento, a perspectiva de conquista daquelas terras (Martins, 1981, p. 67; Pereira, 1990).

Espírito Santo

Nesse mesmo período, entre os vales dos rios Mucuri e Doce, agora no Espírito Santo, na porção noroeste do estado, ocorreram vários conflitos, onde muitos camponeses foram assassinados pela Polícia Militar e jagunços. Nessa região está localiza-

5. O MST ocupou esta fazenda em agosto de 1994. Ver capítulo 4: Territorialização e institucionalizadas do MST.

do o município de Ecoporanga. No final da década de 40, a região era contestada pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Essas terras estavam ocupadas por posseiros e passaram a ser disputadas por fazendeiros-grileiros, que procuravam tirar vantagem daquela situação indefinida. Os posseiros se organizaram e procuram apoio de deputados estaduais. Foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito que registrou as atrocidades cometidas contra as famílias que resistiam à expulsão. A fonte da violência era a aliança entre o governo estadual e os latifundiários-grileiros, que promoveram uma intensa guerra contra os posseiros, com o objetivo de se apropriarem das terras daquela região. Sempre que foi preciso, o governo enviou tropas militares para enfrentar os camponeses revoltosos. Os ataques da Policia Militar resultavam em queima de roças, de casas e assassinatos. Também os grileiros colocavam seus jagunços na tentativa de conter a organização dos camponeses. Os pistoleiros circulavam pelas cidades e distritos ostentando suas armas. Em meados da década de 50, o Partido Comunista Brasileiro enviou alguns militantes para contribuir com a organização dos posseiros. Essa luta resistiu até o golpe de 1964, quando foi intensamente reprimida e seus militantes foram dispersados ou presos (Dias, 1984).

Goiás

Em Goiás, no norte do estado, com a construção da Transbrasiliana e por causa do projeto de colonização promovido pelos governos federal e estadual, as terras da região foram valorizadas. As terras devolutas, ocupadas por posseiros, passaram a ser griladas por fazendeiros. O processo de legalização fundiária foi feito por meio de documentos falsos. Forjada a situação, os grileiros passaram a intimidar os camponeses, propondo-lhes o pagamento das benfeitorias para que saíssem da terra. Os camponeses recusaram a proposta e foram ameaçados pelos jagunços dos grileiros. Com a resistência dos camponeses, os grileiros fizeram outra proposta: eles ficariam nas terras desde que formassem pastos para os fazendeiros. Diante de nova recusa, os camponeses foram atacados e tiveram suas casas e roças queimadas. Um dos camponeses atacados, José Porfírio, viria a se tornar uma importante liderança do movimento de resistência camponesa de Trombas e Formoso.

Trombas e Formoso eram dois povoados localizados no município de Uruaçu. Esses povoados foram atacados por jagunços e pela Polícia Militar. Com a intensificação dos conflitos na região, o Partido Comunista Brasileiro enviou militantes para acompanhar a resistência e colaborar com a organização dos trabalhadores. Formaram os Conselhos de Córregos que sustentavam a resistência armada pela defesa contra os ataques dos jagunços e da polícia. No final da década de 50, toda a região estava organizada e dominada pelos posseiros. Fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, elegeram José Porfírio a deputado estadual, em 1962, fortalecendo o movimento e conquistando espaço político para negociar com o governo a manutenção da posse da terra. Criaram o município de For-

moso e a região da resistência tornou-se território dos camponeses. Fundaram vários sindicatos, realizaram encontros e congressos, participaram dos eventos nacionais e tornaram-se uma importante referência no processo de formação camponesa na luta pela terra. Com o golpe de 1964, muitos líderes foram presos e torturados. José Porfírio refugia-se em Balsas, no Maranhão. Descoberto pela Polícia Federal, retorna para a região de Trombas e Formoso e vive na clandestinidade. Foi preso em 1972 e solto em 7 de junho de 1973. Dois dias depois desapareceu. Suspeita-se de seqüestro e assassinato (Barbosa, 1988; Medeiros, 1984).

Paraná

No Paraná, no norte e no sudoeste do estado, ocorreram diversos conflitos por terra. Na região de Porecatu aconteceu um enfrentamento armado entre posseiros e a polícia. Desde meados da década de 40, os posseiros estavam em luta com um grande latifundiário, que recebia proteção do governador do Estado, envolvido em negócios irregulares com a compra e venda de terras. A polícia realizava violentos despejos e os posseiros se armaram para resistir. Em 1950, o Partido Comunista Brasileiro enviou alguns militantes para tomar parte da luta armada. Com o aumento dos conflitos e com a mudança de governo, as terras em questão foram declaradas públicas e destinadas à desapropriação. Os últimos resistentes foram desarmados e presos pela polícia.

No sudoeste do estado, também aconteceram manobras ardilosas com as terras devolutas, entre o governo e latifundiários, gerando conflitos com os trabalhadores que lá viviam. Eram camponeses que migraram do Rio Grande do Sul em busca de novas terras, desbravaram e tomaram posse, organizando a ocupação da região. Também vieram para o sudoeste camponeses da região do Contestado, trazidos pelo governo para instalação de uma colônia, denominada Bom Retiro, que deu origem ao município de Pato Branco. Nos primeiros anos da década de 50 foi criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, para o povoamento da faixa de fronteira.

Nesse tempo, entrou em cena a empresa Clevelândia, Industrial e Territorial Limitada, que em uma negociata passou a ter o controle das terras. Os colonos pioneiros que ocuparam e compraram terras foram declarados posseiros pela empresa, que os ameaçava com despejos. A empresa ameaçava os trabalhadores com a expulsão, a não ser que comprassem as terras em que viviam e trabalhavam. A situação levou os camponeses à revolta. O governador Moisés Lupion, famoso grileiro do estado, deu todo apoio à Clevelândia, que obrigava os colonos a assinar contratos de arrendamento. Os que se recusavam eram violentamente arrancados de suas terras. As terras tomadas eram repassadas para amigos e parentes do governador, que as utilizavam para tomar dinheiro emprestado com o Banco do Estado. No primeiro semestre de 1957, os camponeses revoltosos armaram-se e enfrentaram os grileiros. Organizaram-se em Pato Branco, Capanema e Francisco Beltrão, onde tomaram a cidade. O governo mandou tropas militares para negociar com os colonos uma solução para o conflito.

Contudo, a questão só foi amenizada em 1962, quando o governo Goulart criou o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, que iniciou a entrega de títulos definitivos aos colonos (Gomes, 1986).

Maranhão

Em meados da década de 50, na região do Pindaré, chegaram famílias expulsas do vale do Mearim, que foram expulsas do Piauí e que já vinham expulsas do sertão do Ceará. Nessa mesma época, iniciou o processo de grilagem da região, expulsando novamente muitas famílias, que partiram para o oeste e sudoeste do Maranhão, sempre em busca da terra liberta e da conquista da liberdade. Assim, camponeses migrantes e expulsos chegaram na região que depois se tornaria conhecida como Bico do Papagaio.

De 1950 a 1960, muitas famílias sem-terra migraram para a região, que se transformou em grande produtora de arroz. Chegaram os grileiros, constituíram a elite local e logo tornaram-se o poder político da região. Alianças políticas, entre prefeitos, governadores e grileiros, formaram o pacto da grilagem das terras do oeste maranhense. O interesse dos grileiros por essas terras tinha como pressuposto o trabalho dos camponeses, que haviam ocupado as terras e formado roças. Desde essa época iniciaram os conflitos entre grileiros e posseiros que transformaria a região em uma das mais violentas do Brasil, com intensos conflitos por terra e de contínua resistência dos camponeses (Sader, 1986; Asselin, 1982).

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a grilagem de terras também foi uma forte marca dos conflitos entre posseiros e grileiros. Por causa do desrespeito à posse das terras, os posseiros lutaram contra os jagunços e policiais, que recebiam apoio de deputados e juízes. Para protestar contra os despejos, os trabalhadores realizaram marchas até a Assembléia Legislativa, ao Palácio do Governo e ao Palácio da Justiça, para denunciar as injustiças praticadas contra as famílias camponesas. Com a ocorrência de vários protestos, as ações de despejos diminuíram, mas em pouco tempo a persistência dos grileiros provocava novos conflitos. Os trabalhadores começaram a construir sua forma de organização: primeiro criaram comissões e depois fundaram a Associação dos Lavradores Fluminenses, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro.

O aumento dos despejos cada vez mais violentos, com queimas de casas e das lavouras, fez os camponeses se armarem e desafiarem as pretensões dos grileiros. Com o avanço da luta, os lavradores fluminenses passaram a intensificar as ocupações de terra. Os enfrentamentos ocorreram em quase todo o estado, principalmente nos municípios de Nova Iguaçu e Cachoeiras de Macacu e Duque de Caxias. Neste município, no início da década de 50, num conflito fundiário em terras griladas, o juiz determinou o despejo dos posseiros, que acamparam em frente ao Palácio do Governo. De-

pois de um acordo com o Governo do Estado, foram transferidos para o município de Casimiro de Abreu.

Em 1963, José Pureza, uma liderança histórica do movimento camponês fluminense, coordenou uma ocupação no município de Campos. Desde 1959, havia um documento na Assembléia Legislativa que previa a regularização fundiária daquela região. Os usineiros controlavam as terras e agiram rapidamente numa reação em cadeia, quando utilizaram seus jagunços e a polícia para impedir o avanço dos camponeses. Com a intensificação do conflito, o governo decretou a área de interesse social para fins de desapropriação. Todavia, os conflitos não pararam, um posseiro foi assassinado e os técnicos do governo foram impedidos, pelos jagunços dos usineiros, de fazer a demarcação das terras. Anos depois o governo militar revogou o decreto e as famílias ocupantes foram transferidas para outra região. As lutas cresceram em todo o estado até 1964, quando o movimento camponês fluminense também foi extinto pelo golpe militar de 1964 (Pureza, 1982; Medeiros, 1989).

São Paulo

Durante as décadas de 50 e 60, os conflitos por terra e as greves foram constantes em todo o Estado de São Paulo. A luta para resistir na terra, a luta para conquistar a terra e a luta dos trabalhadores assalariados marcaram esse período, em que o secular processo de grilagem prosseguia, devorando a terra e o trabalho dos posseiros, bem como aumentava a exploração dos trabalhadores arrendatários e assalariados. Nas regiões de Ribeirão Preto e Araraquara aconteceram várias greves por melhores salários e, também, para poder receber os salários. No Pontal do Paranapanema, desde o final do século XIX, os grileiros continuavam com a derrubada da floresta tropical, transformando-a em pastos, apropriando-se das reservas florestais do Estado. Para desmatar a região, exploravam o trabalho das famílias sem-terra, consentindo que plantassem para a subsistência, enquanto derrubavam a mata. Formados os pastos, as famílias eram expulsas e as que resistiam eram atacadas por jagunços, que queimavam a morada e a roça. Assim, formava-se um dos maiores grilos de terra do Estado de São Paulo.

Em Santa Fé do Sul, este mesmo processo de derrubada de mata e formação de pastos pelos camponeses gerou vários conflitos entre fazendeiros e arrendatários. Estes, além de pagarem a renda da terra, no fim do arrendamento tinham que entregar a área com capim plantado. Quando o trabalho dos camponeses não interessou mais ao fazendeiro, porque o pasto estava formado, os contratos de arrendamento não foram renovados. Os camponeses arrendatários eram migrantes, que já haviam sido expulsos da terra em suas regiões de origem. Agora, novamente, estavam sem terra e sem trabalho. Assim começou a luta pela exigência da prorrogação dos contratos. No município vivia uma liderança do Partido Comunista Brasileiro, que iniciara a organização dos trabalhadores com a criação da Associação de Lavradores de Santa Fé. Todavia, os arrendamentos não foram prorrogados e os fazendeiros plantaram capim no meio das roças. Os lavradores arrancaram o capim e recorreram à justiça, enquanto os fazendeiros

soltaram o gado nas áreas de lavoura. Derrotados, lideranças foram presas e os trabalhadores foram despejados. Persistiram, e depois de quase uma década os trabalhadores conquistaram a terra e foram assentados (Martins, 1981; Welch e Geraldo, 1992).

O Golpe militar de 1964: o retrocesso

Os militares sempre estiveram presentes em diferentes momentos da vida política brasileira, desde a proclamação da República. Na década de 30, colocaram Vargas no poder, que tentou controlá-los, mas foi derrubado por seu ministro, o marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1945.

Em 1964, os militares tomaram o poder, destituindo o presidente eleito João Goulart, numa aliança política em que participaram diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros etc. O golpe acabou com a democracia e por conseguinte reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído. Igualmente significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político, para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. O golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do País estava extremamente agravada pelo que fora chamado de "milagre brasileiro".

No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bóia-fria (Fernandes, 1996b; D'Incao e Mello, 1975).

A intensificação da questão agrária

Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrochava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. Essas ações políticas

tiveram efeitos na questão agrária, modificando completamente a estrutura fundiária, como pode ser observado nos gráficos 1.1 e 1.2. Observe-se que a tendência do aumento do número de estabelecimentos e da área destes se inverteu, ao compararmos o período compreendido entre a década de 40 e 70 com o período de 1970-1985, quando os militares estavam no poder.

Gráfico 1.1

Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1940/70

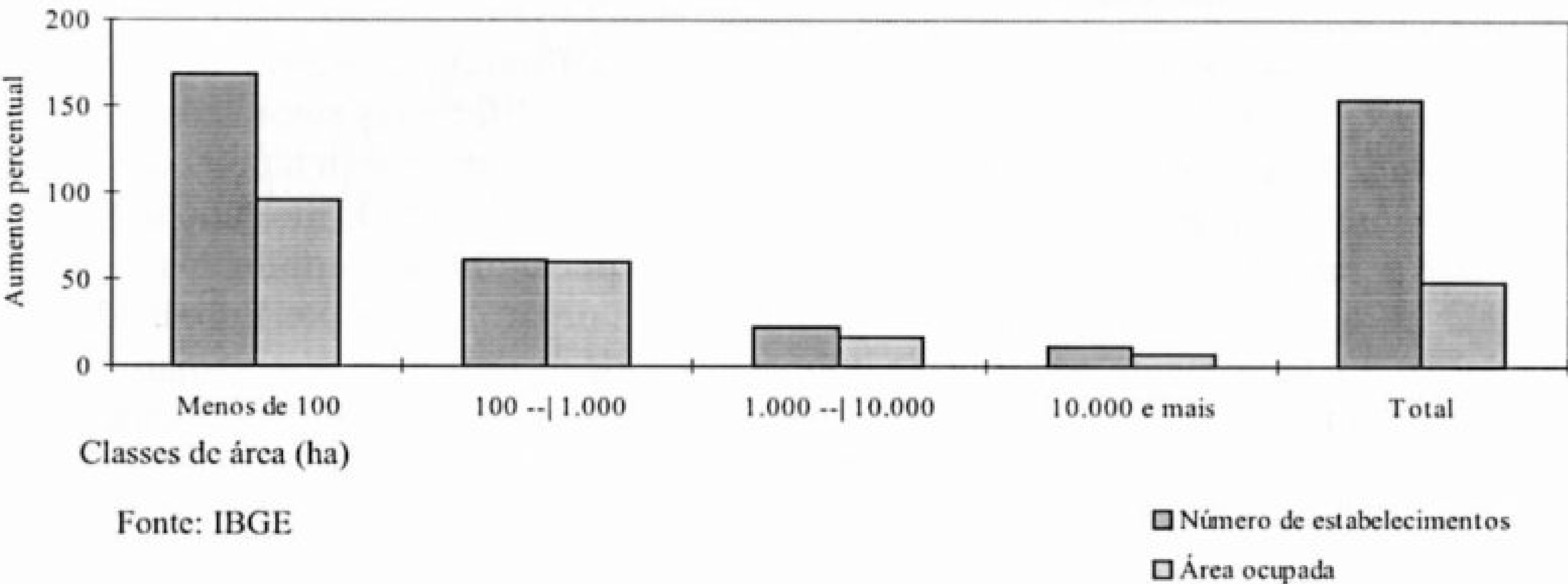
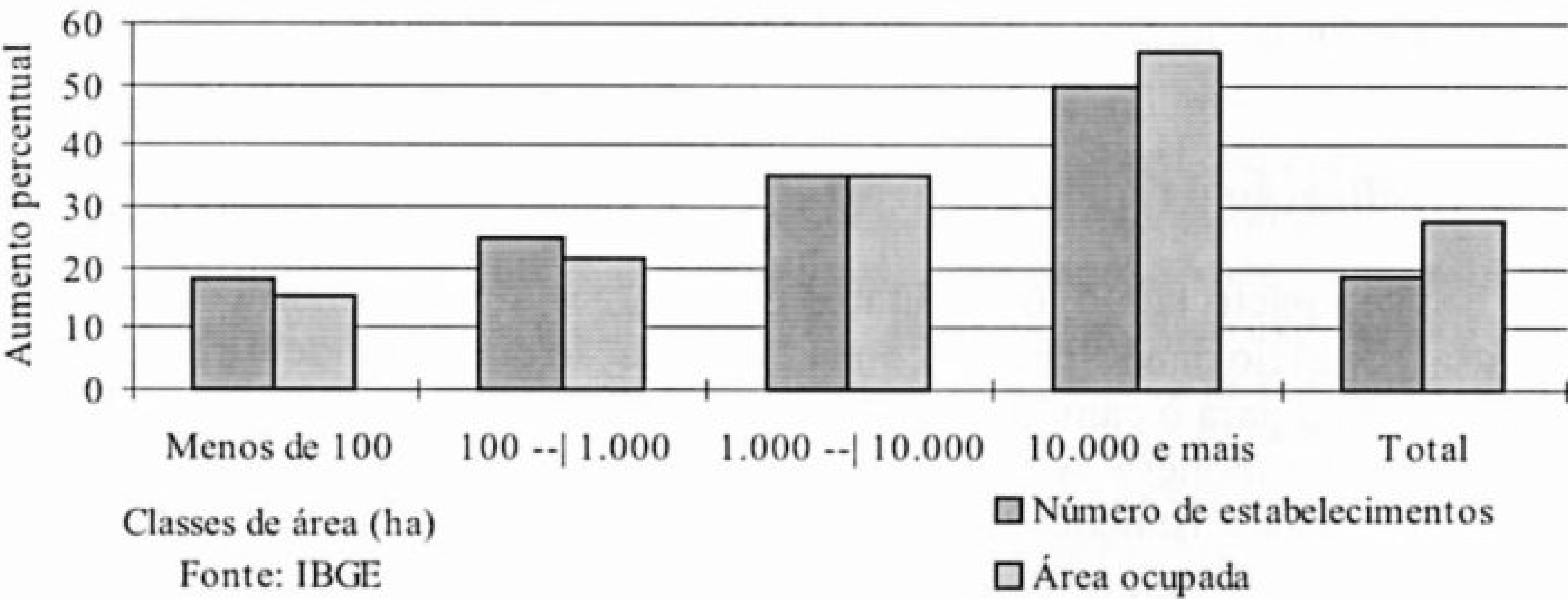


Gráfico 1.2

Aumento percentual do número de estabelecimentos e da área ocupada – Brasil – 1970/85



O Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados a migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo.

Evidente que esse modelo concentracionista dimensionava a questão agrária. No entanto, o que os militares pretendiam, era refreá-la. O sentido desta contradição estava na política econômica e, principalmente, na tentativa de impedir que os camponeses participassem do processo político. A aliança militares-burguesia tratava o problema da terra e as lutas camponesas não como uma questão política, inerente ao sistema capitalista, mas sim como um elemento secundário da economia do País. Dessa forma, a insustentabilidade do modelo concentrador e a miséria em que foram colocadas as famílias camponesas produziram novos e intensos conflitos. Em meados da década de setenta, a questão agrária começava a se tornar um dos principais problemas do governo autoritário.

No início da ditadura, os militares haviam criado o Estatuto da Terra, com o intuito de resolver isoladamente os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse num problema nacional. Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme a sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção. No entanto, no final da década de 70, o aumento do número de conflitos fundiários obrigou o presidente da República a utilizar, intensamente, o recurso da desapropriação.

A eclosão da luta camponesa

Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classes. Assim, os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar. Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura política para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção do conhecimento, para transformação da realidade. E nesse andar matreiro, próprio de quem sabe como lutar, construíram novos caminhos de resistência camponesa.

De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional. Os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária, determinou a militarização do problema da terra. Nessa época, criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM). As sedes destes organismos governamentais eram utilizadas tanto como escritórios para administração dos conflitos, como para a prisão dos camponeses revoltosos.

A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão, que é o jagunço da força privada, muitas vezes com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão-somente os interesses dos latifundiários. Aumentaram os números da violência e colidiram com a relutância camponesa, que não se entregou e a cada dia realizava novas lutas. No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias.

Essa forma de terror contra os trabalhadores significou o limite da repressão, na tentativa de manipular a enorme crise que os militares e os capitalistas haviam produzido. Se num primeiro momento, desse período totalitário, pretenderam controlar a questão agrária, nesse último momento foram engolidos pelo imenso problema político que eles mesmos criaram (Martins, 1984).

A Comissão Pastoral da Terra

No começo dos anos 60, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar.

Diversos religiosos assumiram as lutas camponesas, como foram os exemplos de Dom Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso; Dom José Gomes, em Santa Catarina; Dom Tomas Balduino, em Goiás. Na luta pela terra, o livro do Êxodo era uma das referências dos estudos e reflexões a respeito do estado de violência em que viviam os trabalhadores. Rompendo as cercas do latifúndio, da militarização, das injustiças, reiniciavam um novo período da história da formação camponesa. Nas lutas pela terra e pela reforma agrária, desmascararam as políticas e os projetos dos militares. Evidenciaram as artimanhas encobertas pelo discurso oficial e partiram para a conquista da terra.

As três frentes de luta no campo

O recrudescimento da questão agrária promovido pela expansão do capitalismo no campo e pela não realização da reforma agrária gerou igualmente a expansão dos conflitos e das lutas. A luta dos assalariados por melhores condições de trabalho e reivindicações salariais. As lutas de resistência dos posseiros contra a grilagem e rapina-

gem dos latifundiários e das grandes empresas capitalistas, e as lutas crescentes dos sem-terra, no final da década de 70, na realização das ocupações, acampamentos, caminhadas e conquista da terra.

Os assalariados, os bóias-frias, lutaram dentro dos parâmetros impostos pela ordem burguesa. Não lutaram para transformar o legal em justo, mas tiveram seus direitos determinados pela legalidade imposta. Legalidade presente na Lei, mas sem materialização na realidade. Na realização das greves, os trabalhadores foram perseguidos, presos, arrancados de dentro de suas casas, assassinados em nome da ordem. Desde o Nordeste ao Sudeste e ao Sul do País, os assalariados enfrentaram a polícia na reivindicação das condições de existência. Organizaram-se em sindicatos e, por meio das greves, negociam com os capitalistas o padrão das condições básicas de vida.

Os posseiros lutam para garantir a terra como condição de sua existência. É a luta contra a expropriação. É a luta contra o grileiro que usurpa a Lei e por esta é protegido. A seu favor, o posseiro tem a resistência e a persistência, determinadas pela lógica da sobrevivência. O posseiro não está dentro do conflito. É o conflito que o envolve, que o cerca por mais que ele migre em busca da terra liberta. Ao contrário dos assalariados e dos sem-terra, os posseiros são segregados no espaço e suas formas de organização são localizadas, não são institucionalizadas nem são massivas.

Os sem-terra são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa, em nome da justiça (Martins, 1984, p. 88s).

A colonização contra a reforma agrária

Colonizar para não reformar era, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária. Nos anos setenta, o governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente, na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária.

Camponeses de diversos estados do Brasil, especialmente os do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, migraram para as regiões de colonização. A maior parte desses projetos transformou-se em escândalos nacionais, por causa do tamanho da corrupção e da forma como foram geridos. Foram mais de 50 projetos particulares de colonização, em que as empresas se apropriaram das terras, fundaram cidades, criaram latifúndios, formando milhares de famílias sem-terra. Também parte dos projetos de colonização oficial fracassou. As razões dos fracassos são: falta de assistência

técnica, falta de alimentos, falta de financiamentos, falta de assistência médica etc. Tudo isso mostrou a ineficácia das empresas de colonização e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Sem condições de sobreviver muitos voltaram para o Sul ou migraram para outras regiões. Muitas famílias tiveram que vender as terras pelo preço das passagens de ônibus para retornarem aos seus estados. Essa situação contribuiu para que muitos latifundiários "comprassem" as terras, aumentando a concentração fundiária (Tavares dos Santos, 1993, p. 169s).

Mudam-se os nomes, mas não se muda a política

A história da reforma agrária no Brasil está marcada pelos vários organismos criados pelo governo federal com o objetivo de manter o controle sobre as lutas camponesas. Também foram decretadas e promulgadas diversas leis que não foram implementadas, mesmo com todas as lutas dos trabalhadores.

Primeiro foi a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), criada pelo governo Goulart. O governo militar acabou com a SUPRA e criou o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Também promoveu o Estatuto da Terra para fazer a reforma agrária, que não saiu do discurso, a não ser quando os trabalhadores se organizaram e desafiaram a repressão. Em 1969, o governo criou o GERA (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária). Em 1970, os militares acabaram com o IBRA e com o INDA e criaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desenvolveu projetos como o PIN (Plano Nacional de Integração). Depois o Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste (PROTERRA).

Esses órgãos, programas e projetos, mais do que regularizar a questão fundiária, promoveram a concentração da terra e a violência contra os trabalhadores. Como foram os casos do GETAT e do GEBAM. Em 1982, para militarizar a questão agrária, o governo criou o MEAF (Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários). Em 1985, no início da Nova República, o governo transformou o MEAF em MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário). Depois, nessa confusão, o governo extinguiu o INCRA e criou o esquisito INTER (Instituto Jurídico de Terras Rurais). Depois desse atropelo, o governo voltou atrás, fechou o INTER e ressuscitou o INCRA (Fernandes, 1996a).

Nesse entretanto, os trabalhadores ocuparam a terra, construindo a forma mais importante de conquistar a terra.

A gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares tentaram restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do

atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação resultantes do modelo econômico, nasceu um novo movimento camponês na história da formação camponesa do Brasil. Aos que acreditaram no fim do camponês, não atentaram para o fato que o capital não comporta somente uma forma de relação social, ou seja: o assalariamento. Ainda, a propósito, o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A luta pela sobrevivência foi a marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de 60, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia.

No início da década de 80, as experiências com ocupações de terra nos estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A construção do Movimento se constituiu na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aprendendo com história da formação camponesa, na sua caminhada o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam.

O MST levará na memória a história camponesa que está construindo. Esse conhecimento explica que é político o fato de os camponeses não terem entrado na terra[6] até os dias de hoje. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropria do território. Portanto, as lutas pela terra e pela reforma agrária são, antes de mais nada, a luta contra o capital. É essa luta que o MST vem construindo nesses 20 anos de sua história, como analisaremos nos capítulos que se seguem.

---

6. Faço essa afirmação no contexto histórico, conforme José de Souza Martins, do campesinato brasileiro: "*é um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com freqüência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela onde saiu* (Martins, 1981, p. 16). O MST, em seu processo de formação e territorialização, retomou a luta camponesa. Os sem-terra desenvolvem lutas e resistências em várias regiões do país e, principalmente, nos estados em que vivem.

CAPÍTULO 2

GESTAÇÃO E NASCIMENTO DO MST: 1979-1985

A natureza e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra que descrevemos no capítulo anterior. Nesse processo, os fatores econômicos e políticos são fundamentais para a compreensão da natureza do MST. Na década de 1970, os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios. Esse sistema financiou a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos. Esse modelo causou profundas transformações no campo. De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc., que continuaram excluídos da política agrícola. Essa política que ficou conhecida como *modernização conservadora* promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras[1].

Mesmo com a repressão às formas de organização camponesas pelo regime militar, a luta pela terra continuou em todo o território nacional. Um fator essencial que contribuiu para o desenvolvimento e crescimento da luta foi a participação da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra. A CPT foi a articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo. Durante o regime

1. Conforme Martine, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In Martine, George e Garcia, Ronaldo Coutinho (org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola.* São Paulo: Editora Caetés, 1987, p. 59-79.

militar, as Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços de socialização política que permitiram a recriação da organização camponesa. A Igreja Católica vinha passando por profundas mudanças e era cada vez maior o envolvimento de religiosos com a realidade dos trabalhadores. Essa postura era resultado de decisões tomadas na Igreja após o Concílio Vaticano II (1965), e posteriormente na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia (1968), e na III Conferência em Puebla, México (1979). Por meio desse movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se espaços de reflexão e aprendizado de como transformar a realidade, por intermédio da luta pela terra, recusando a condição imposta pela política da *modernização conservadora*.

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná. Em 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil. Portanto, neste capítulo analisamos algumas das experiências construídas no período 1979-1985 nos estados onde se desenvolveram as lutas que geraram o MST.

A luta dos colonos de Nonoai

Os lugares e os momentos formam a realidade. As pessoas fazem os momentos, transformam os lugares e constroem a realidade. Foi assim que trabalhadores sem-terra de vários estados começaram a formar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense.

Maio de 1978 é um marco histórico dessa luta. Foi quando os índios Kaigang da Reserva Indígena de Nonoai, que vinham lutando desde 1974 com o apoio do Conse-

lho Indigenista Missionário (CIMI), iniciaram as ações para recuperar seu território e resolveram expulsar as 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam naquelas terras. A Reserva Indígena de Nonoai foi criada em 1847 e a entrada na área das primeiras famílias sem-terra começou na década de 1940, sendo que em 1962 já existiam 400 famílias que arrendavam lotes de até 20 ha. Em 1963, em torno de 5.000 famílias do MASTER que estavam acampadas na fazenda Sarandi, e em outros acampamentos da região, foram despejadas. Para parte das famílias que resistiram, o governo estadual ofereceu a condição de se tornarem rendeiros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ocupando as terras da área indígena. Somente 15 anos depois, com a sua organização, os Kaigang, cessaram essa relação de exploração.

Em maio de 78, em menos de um mês, os Kaigang expulsaram os colonos. Para esses trabalhadores restavam três alternativas: 1) migrar para os projetos de colonização da Amazônia; 2) tornar-se assalariados de empresas agropecuárias ou de indústrias, migrando para as cidades, e 3) lutar pela terra no Estado do Rio Grande do Sul. Esta última alternativa era a aspiração da maior parte dos colonos sem-terra. A questão é que não existia nenhuma forma de organização social de que pudessem se valer para realizarem os seus intentos. Dessa forma, ocorreu a dispersão da maior parte das famílias que passaram a vagar pelos municípios do noroeste rio-grandense. Algumas acamparam nas beiras das estradas, outras foram morar em paióis, porões e casas de parentes e camaradas, outras passaram mesmo a viver em chiqueiros junto com os animais, e, ainda, muitas famílias perambulavam pela região sem terem onde ficar. Todavia, como já disse o poeta, *por mais que se queira transformar em nada, saibam que a história é como a madrugada, quem acorda cedo faz o amanhecer* (Bogo, s.d.), de modo que, menos de dois meses depois de terem saído da Reserva indígena de Nonoai, os colonos sem-terra começaram as primeiras ocupações.

Era junho de 1978, alguns grupos de famílias isolados e sem uma forma de organização definida entraram nas Glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. As ocupações começaram com 30 famílias e chegaram a quase 300. Essa ação tem um importante significado histórico, porque a luta recomeçava exatamente onde havia sido interrompida em 1963. Frente ao fato, o Governo do Estado enviou o secretário da agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las "quando fosse feita a reforma agrária". Com esse ato, os colonos foram convencidos a retornarem para as casas de amigos e familiares, onde estavam abrigados. Desse modo, se por um lado o governo tentou se livrar do problema, por outro lado, surgiram muitas outras famílias querendo se cadastrar, com a esperança de serem assentados no Rio Grande do Sul.

Outra parte das famílias de Nonoai foi transferida para o Parque de Exposições de Esteio, próximo a Porto Alegre. O governo estadual propôs assentar uma parte em Bagé, ao sul do estado. O governo federal propunha assentá-las em Mato Grosso, em um projeto de colonização denominado Terranova. Para Bagé foram 128 famílias e para Terranova foram 550 famílias.

O Povo de Deus

Nesse entretanto, na Paróquia de Ronda Alta, chegaram 5 famílias, em torno de 50 pessoas, e pediram pousada ao pároco, padre Arnildo, que trabalhava na Comissão Pastoral da Terra e, por meio da Bíblia, procurava conscientizar os colonos expulsos. Os sem-terra argumentavam que já haviam buscado apoio em várias paróquias de municípios da região, nos sindicatos, nas prefeituras e a resposta que obtiveram foi que o problema era do governo. Padre Arnildo ofereceu abrigo na casa paroquial. À noite, fizeram uma reflexão sobre o capítulo terceiro do livro do Êxodo, que relata o sofrimento e a libertação do Povo de Deus em busca da terra prometida. As pessoas disseram que aquela também era a sua história e o padre Arnildo perguntou, então, o que eles pretendiam fazer. As famílias decidiram participar dos diversos acampamentos que existiam na região. Por meio dessa reflexão, ficara entendido que a solução teria que partir da ação e da organização dos próprios trabalhadores. Essa era a única forma de mudarem as suas realidades. Cada família tinha um trabalho a realizar: deveria discutir com as outras famílias acampadas qual seria a saída, e voltar um membro de cada família para se reunirem e decidirem o que fazer. Quinze dias depois, encontraram-se na casa paroquial e resolveram realizar assembléias nos acampamentos para construírem uma forma de organização e lutarem pelos seus direitos.

Até esse momento, frente aos limites das três experiências: a ocupação e o cadastramento, o assentamento em Bagé e a migração para o Mato Grosso, os trabalhadores resolveram criar uma forma de organização para fazer avançar a luta. Em julho de 1979, depois de um intenso trabalho de base, em torno de 1.100 famílias reuniram-se no salão do Centro de Tradição Gaúcha de Nonoai, onde os colonos realizaram uma assembléia para decidirem sobre os seus destinos: lutar pela terra no estado ou migrar para o Mato Grosso. Deliberaram que as soluções para os seus problemas deveriam ser alcançadas em comum e não de forma individualizada. Tomaram mais duas decisões: fazer um abaixo-assinado ao governador, reivindicando o assentamento no estado e, senão fossem atendidos, ocupariam a fazenda Sarandi novamente. Assim, germinava a organização dos colonos e se solidificava pela sua própria legitimação.

No dia primeiro de agosto de 1979, os colonos conseguiram uma audiência com o governador e reivindicaram o assentamento nas Glebas Macali e Brilhante. O governador pediu trinta dias de prazo para dar uma resposta. Foi quando um colono perguntou o que o governo faria, se eles ocupassem a terra. Numa atitude demagógica, o governador respondeu que iria junto para a ocupação. No dia primeiro de setembro, venceu o prazo de trinta dias, e o governo não deu nenhuma resposta. Os colonos se reuniram e discutiram a situação. Chegaram ao acordo que o governo não iria resolver o problema deles e que o único jeito seria a ocupação da terra.

A ocupação como forma de luta

Resolveram realizar a ocupação na noite do dia 6 e madrugada do dia 7 de setembro. A data escolhida possibilitava um maior tempo para organizar a ocupação e a re-

sistência. As lideranças dos acampamentos espalhados pela região iniciaram os trabalhos de mobilização e na noite do dia 6, os caminhões transportando 110 famílias de colonos sem-terra entraram pela Gleba Brilhante e acamparam na Gleba Macali. Era a madrugada do dia 7 de setembro de 1979, a lua cheia clareava o caminho da terra prometida e em pouco tempo a Macali era terra ocupada. Haviam decidido nas reuniões que assim que entrassem na terra fincariam uma cruz, que significa tanto o sofrimento quanto a conquista. E na cruz colocaram a bandeira do Brasil, porque era o dia da pátria e porque lutavam para serem cidadãos.

Na tarde do dia 7 realizaram a primeira celebração. Recordaram a caminhada, passo a passo, como quem reconstrói a própria história, leram os versículos do livro do Êxodo, que descrevia a caminhada do Povo de Deus em busca da terra prometida. No dia 8, chegou a Brigada Militar[2] e montou acampamento próximo à área e no dia 9 reforçaram o pelotão com um número maior de soldados. O acampamento dos colonos era um espaço de luta e de resistência, de modo que estavam dispostos ao enfrentamento. As mulheres pegaram seus filhos e formaram uma barreira em torno do acampamento. Esse enfrentamento fez os brigadianos recuarem de suas posições e começaram as negociações com o governador. Algumas lideranças foram cobrar do governador se ele iria ou não ocupar também aquela terra. Levaram como prova um recorte de jornal, em que havia a declaração que ele tinha feito há 40 dias atrás. O governo autorizou os colonos a plantarem na área e retirou a Brigada Militar do local. Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada. A conquista da Macali fortalecia a decisão dos colonos de serem assentados no próprio estado.

Nesse entretanto, começou a formação de um novo grupo de famílias para realizarem nova ação. No dia 25 de setembro, cento e setenta famílias ocuparam a Brilhante. A terra estava arrendada e cultivada com soja e milho. A repressão policial foi mais intensa, mas a luta pela terra ganhava o apoio da sociedade, de modo que o governo não se atreveu a usar de violência. Também um grupo de oitenta famílias, mobilizadas por vereadores do Partido Democrático Social (PDS)[3], ocuparam outra parte da gleba Brilhante e formaram o acampamento 2. Essa ocupação era uma reação isolada dos políticos locais, que "defendiam" o assentamento de filhos de agricultores dos municípios de Sarandi, Ronda Alta e Rondinha. Essa atitude oportunista tinha como objetivo se aproveitar das ações iniciadas pelos colonos de Nonoai. Todavia, essas famílias foram abandonadas pelos vereadores, muitas desistiram e outras persistiram juntando-se aos colonos.

No desenrolar das negociações, que não se concluíam, novamente as mulheres partiram para o enfrentamento. Na época da colheita, fizeram um cordão de isola-

---

2. Nome da Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

3. O PDS era sucessor da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que reunia os políticos mais conservadores e contra a reforma agrária.

mento em torno das máquinas, impedindo o trabalho dos empregados do arrendatário. Essa ação resultou na resolução parcial da questão, as famílias foram assentadas e também colheram parte do milho e da soja. Contudo, como havia aumentado o número de acampados, a área não era suficiente para assentar todas as famílias. Depois das conquistas das Glebas Brilhante e Macali, as famílias remanescentes ocuparam a Fazenda Anoni, em outubro de 1980. A Polícia Federal interveio imediatamente, realizou o despejo e prendeu doze trabalhadores, desmobilizando o grupo de famílias. Embora essa ocupação tivesse sido derrotada, ela reforçava a luta que originaria a conquista da Anoni, na segunda metade da década de 1980. Outra ocupação também havia sido frustrada. Ela aconteceria em Campinas do Sul, próximo à Barragem de Passo Fundo. Todavia, a Brigada Militar foi informada do planejamento da ação e entrou na área antes que os sem-terra chegassem.

No dia 4 de novembro de 1980, um grupo de sem-terra acampou no centro de Porto Alegre para reivindicar do governo estadual o assentamento das famílias remanescentes. Depois de duas semanas de negociações, os colonos conseguiram um acordo com o governo, que cedeu uma área do Estado, de 240 ha, no município de Rondinha, e comprou uma área de 1.049 ha, no município de Palmeira das Missões, para assentar parte das famílias. Todavia, ainda ficaram famílias acampadas. Dessa forma, os trabalhadores sem-terra retomavam as suas forças, inaugurando um novo movimento social que germinava em vários lugares do Brasil.

As encruzilhadas da história

A encruzilhada é o lugar onde se cruzam os caminhos. A luta que nasceu com o acampamento na Encruzilhada Natalino se opunha à política fundiária do governo. Era, também, um conflito entre o modelo econômico agropecuário implantado pelos militares, com a política de desenvolvimento para a agropecuária que os camponeses vêm construindo por meio de suas lutas. Aquela ação representava, igualmente, o momento e o lugar do cruzamento de dois projetos políticos para o campo brasileiro. Essa forma de luta significa a recusa dos camponeses à *modernização conservadora*. Essa política do governo privilegia o grande capital e tem conduzido os camponeses à expropriação, à expulsão da terra, à exclusão, à miséria e à fome. A política dos trabalhadores leva à resistência na conquista da terra e do trabalho, da dignidade, da cidadania, com a ressocialização dos camponeses sem-terra. Esse conflito tem um caráter histórico, porque a encruzilhada se tornaria o espaço político em que se encontram os sem-terra e os governos estadual e federal. E neste cruzamento de políticas opostas, buscam soluções para os conflitos fundiários, desde a desapropriação da terra até as políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, como por exemplo: o crédito agrícola, a educação, o cooperativismo etc. Todavia, ambos continuam seguindo caminhos políticos distintos. E neste sentido, a luta pela terra torna-se uma ação fundamental para fazer crescer a luta pela reforma agrária.

Na luta pela terra, a encruzilhada também tem o sentido do cruzamento dos caminhos construídos durante a resistência. Cruzam-se os caminhos da vitória e da derrota. A encruzilhada é o lugar e o momento da tomada de decisão para qual direção deve se seguir, com o objetivo de conquistar a terra. É, portanto, um lugar onde se pára, reflete e olha, procurando visualizar qual o melhor caminho a percorrer. E muitas vezes, se o caminho ainda não existe, é preciso fazê-lo. Foi assim que aconteceu na Encruzilhada Natalino, ali também foi o ponto de partida para a construção do caminho da luta pela terra. Montar o acampamento foi uma decisão tomada na encruzilhada da luta. E na encruzilhada são muitos os caminhos possíveis. Desde os existentes até os que estão por construir, porque abrir caminhos na realidade é fazer história. Foi assim que esta luta tornou-se uma das principais referências da História do MST.

O acampamento Encruzilhada Natalino[4]

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver, os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária. O acampamento da Encruzilhada Natalino era resultado das experiências das lutas anteriores. Começou quando um colono, expulso da Reserva Indígena de Nonoai, montou seu barraco próximo ao encontro das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Esse fato aconteceu no dia 8 de dezembro de 1980. O lugar se chama Encruzilhada Natalino, porque havia uma casa comercial, cujo proprietário chamava-se Natálio. O primeiro colono que acampou também se chamava Natálio. Foi seguido de outras famílias de Nonoai e de famílias remanescentes da ocupação da Gleba Brilhante. Da mesma forma, vieram outros camponeses sem-terra de toda a região. Eram rendeiros, parceiros, agregados, peões, assalariados e filhos de pequenos proprietários.

Na tentativa de desmobilizar o acampamento, o governo estadual mandou uma comissão oferecer empregos aos sem-terra. Acompanhada do bispo de Passo Fundo, D. Cláudio Colling, os representantes do governo procuraram convencer os acampados. Frente à recusa incondicional das famílias, a comissão e o bispo desistiram do intento. Superando desafios, persistia o processo de gestação do acampamento, que era resultado da consciência construída pelos camponeses, de que somente por meio da luta mudariam suas realidades, e também pela articulação feita pela CPT e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que ajudavam na organização dos sem-terra. Começaram a fazer o levantamento dos latifúndios nos municípios próximos, classificados pelo Incra como latifúndios por exploração, provando ao governo que a questão poderia ser resolvida na própria região. A Igreja Evangélica de Confissão Lutera-

---

4. A respeito do acampamento Natalino, ver: Marcon, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma Agrária*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997.

na fez um levantamento e mostrou que, próximo ao acampamento, havia 4.000 ha de terras à venda, contrariando os argumentos do governo que continuava afirmando não haver terras disponíveis no Rio Grande do Sul e, portanto, era necessário transferir as famílias para outros estados do Norte e Nordeste.

O acampamento localizava-se num lugar estratégico, porque ficava próximo da Anoni, bem como da Macali e da Brilhante. Em abril de 1981, havia 50 famílias acampadas. Em junho havia 600 famílias, reunindo mais de 3 mil pessoas que habitavam em barracos de lona, de capim, de madeira, de sacos de cimento ou adubo. Os barracos estendiam-se por quase dois quilômetros da estrada. Com base nas experiências anteriores, as famílias começaram a se organizar em grupos, setores e comissões. A coordenação era formada por lideranças escolhidas entre os sem-terra. Essas pessoas mais alguns assessores formavam a Comissão Central, responsável pela direção política da luta. Era o embrião de uma forma de organização social que seria referência nas novas lutas animadas pela Encruzilhada. Criaram as comissões de saúde, de alimentação, de negociação. Também criaram um boletim informativo denominado *Sem Terra*, que viria a se tornar o *Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Com o apoio da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, montaram uma secretaria em Porto Alegre. As condições do acampamento eram precárias: faltavam utensílios, acomodações, agasalhos, alimentação, condições de higiene etc. Ainda, as famílias viviam sobre pressão do governo que não oferecia uma solução concreta voltada para as reivindicações dos trabalhadores. Sofriam intimidações da Brigada Militar que sobrevoava o acampamento constantemente, na tentativa de desanimar os camponeses para que desistissem da resistência.

A intervenção militar-federal na Encruzilhada Natalino

A luta pela terra ensina. Cada família da luta tem uma história rica em acontecimentos que marcam para toda a vida. Não há como esquecer, tanto pelo sofrimento na caminhada, quanto pela alegria da chegada, na conquista da terra. Nesse sentido, Natalino foi uma escola. Muitas das ações de resistência construídas nessa luta foram referências principais na troca de experiências com outras lutas que aconteciam em todo o Brasil. Foi um exemplo de luta e resistência que animou os trabalhadores. Como símbolo de resistência, os sem-terra fizeram uma cruz rústica. Começaram a receber apoio e contribuições de sindicatos de várias categorias de trabalhadores, de comunidades de diversas paróquias, de alguns prefeitos, de agricultores e de estudantes. De modo que na festa da Páscoa comemoraram a caminhada e colocaram escoras na cruz, que tinham os nomes das entidades que auxiliavam na luta. No princípio, a cruz era fincada na terra. Depois, com as ajudas que receberam, a cruz passou a ser sustentada pelas escoras que simbolizavam os apoios. Assim, sempre que havia uma manifestação, a cruz era transportada e era mantida em pé pelas escoras. Durante o período do acampamento morreram cinco crianças e as famílias colocaram cinco faixas brancas, representando as suas presenças na luta pela terra.

No dia 21 de junho foi realizada uma missa com o bispo D. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), que veio trazer sua solidariedade aos acampados. A celebração reuniu 6 mil pessoas e a luta ganhava conotação nacional, sendo divulgada em quase todo o Brasil. Com o crescimento da organização, o governo federal apresentou uma proposta, que foi recusada pelos sem-terra, de transferir as famílias para projetos de colonização em Roraima, Acre, Mato Grosso e Bahia. No dia dos trabalhadores rurais (25 de julho) fizeram uma grande comemoração com mais de 10 mil pessoas e que teve a participação de D. Tomás Balduíno, bispo de Goiás Velho (GO), que denunciou a miséria em que viviam os colonos que haviam se deslocado para o Projeto de Colonização em Canarana (MT). O bispo defendia a resistência e o assentamento das famílias no estado. D. Tomás prenunciou o significado histórico daquela luta, ao afirmar que ela representava para o campo o que as greves do ABC significaram para a organização dos trabalhadores da cidade. O governo temia que neste dia fosse feita uma grande ocupação na Fazenda Anoni. Por essa razão, mandou a Brigada Militar cercar a Anoni.

Como o governo sempre apresentava a mesma proposta, os acampados decidiram, em assembléia, que acampariam na frente do Palácio do Governo, na Praça da Matriz, em Porto Alegre para o pressionar. Quatro ônibus saíram em direção à capital. Encontraram várias barreiras pelo caminho. Em Sarandi foram barrados pela Brigada Militar. Chegando em Porto Alegre, enfrentaram outro batalhão da Brigada com mais de cem brigadianos e vinte viaturas que fizeram os ônibus desviarem da rota. Os sem-terra resolveram seguir a pé até o local da manifestação. Com o apoio da CPT, da Comissão de Direitos Humanos e de dois deputados, conseguiram uma audiência com o governador, que reproduziu a mesma proposta. Se os trabalhadores não viam perspectivas junto ao governo estadual, a situação era pior com relação ao governo federal. Logo depois da reunião com o governador, a comissão de negociação recebeu a informação que o Exército iria invadir o acampamento e quem estava fora não entrava, e quem estava dentro não saía. Os sem-terra voltaram rapidamente para a Encruzilhada e chegaram um pouco antes do Exército. Com a intervenção, o acampamento foi declarado Área de Segurança Nacional.

A espionagem no acampamento vinha sendo praticada pelos militares há algum tempo. Diversas vezes os sem-terra expulsaram suspeitos do acampamento, que eram infiltrados da Polícia e do Exército. De modo que estes já possuíam muitas informações a respeito da situação dos colonos. No dia 30 de julho de 1981, o acampamento sofreu intervenção militar federal, com a presença do Exército, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Estadual. O comando da intervenção estava a cargo do major Curió[5], especialista em desmobilizar ações de resistência popular e garantia que em 15 dias ele resolveria aquele caso. Ele já havia atuado em áreas de conflitos nas Re-

5. Major Sebastião Curió, conhecido como Coronel Curió, membro do Serviço de Inteligência do Exército. Durante a ditadura era deslocado para atuar na repressão em diversas regiões do país.

giões Norte e Nordeste. O cerco ao acampamento consistia no fechamento de todas as entradas. Os interventores alugaram um pavilhão em uma fazenda vizinha ao acampamento, montaram uma barraca na entrada principal e colocaram alto-falantes em torno do acampamento. Proibiram a entrada de religiosos e de todas as pessoas que apoiavam a luta. Atendendo à pressão dos acampados, que exigiam o direito de entrarem e saírem do acampamento, implantaram um sistema de controle por meio de fichas, que registrava a movimentação dos sem-terra. Nem para celebrar a missa, os padres podiam entrar.

Neste estado de isolamento, os interventores começaram a perseguir os colonos. As pessoas que já haviam trabalhado na cidade, com carteira registrada, eram consideradas *sem vocação para a agricultura* e, portanto, não teriam direito à terra. Alertavam as famílias que tinham ido para o Mato Grosso e retornado, que também não teriam mais direito à terra. Exigiram de todas as famílias, que trouxessem uma certidão negativa para provar que não eram proprietários de terra. Passaram a entregar alimentos às famílias, mas para isso faziam com que ficassem muitas horas nas filas. Concentravam as pessoas e utilizavam uma perua com alto-falante para divulgarem notícias voltadas para a desmobilização das famílias: um exemplo era a repetição de uma entrevista de D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, afirmando que os sem-terra não tinham direito de exigir o assentamento no Rio Grande e que o governo não tinha obrigação de atendê-los. Informavam que estava ali a pedido do presidente da República, João Batista Figueiredo, e Curió se envaidecia por ter sido vitorioso em 16 casos de tensão social. Ameaçava dizendo que aqueles que não aceitassem ir para os projetos de colonização não iriam mais receber alimentos. Enfim, utilizaram de todos os artifícios para desfazer o acampamento.

Em terra de quero-quero, Curió não canta

O major tornou-se conhecido entre os acampados. Havia um trabalhador que o conhecia de Serra Pelada, no Pará, e divulgava suas práticas e táticas. Também um acontecimento notável possibilitou maior conhecimento das táticas do interventor. Numa ocasião, quando um acampado tentava sintonizar uma estação de rádio, captou a freqüência na qual os interventores se comunicavam com Brasília. Desse dia em diante, os acampados passaram a acompanhar suas conversas e a se anteciparem às suas tentativas de cooptação, como por exemplo quando Curió chamou a imprensa para distribuir doces às crianças. Como os pais estavam informados, orientaram seus filhos para aceitarem o presente, agradecerem e pedirem terra para plantar.

A missão de Curió era desmanchar o acampamento e levar as famílias para os projetos de colonização. Montou uma grande barraca onde mostrava slides e filmes acerca dos projetos de colonização no Acre, em Roraima, Mato Grosso e Bahia. Propôs levar uma comissão de sem-terra para conhecer o projeto Serra do Ramalho, na Bahia. Vieram dois aviões Búfalo da Força Aérea e transportaram os colonos para a

área. Chegando numa agrovila do projeto, foram recepcionados com uma churrascada. Contudo, quando a comitiva começou a lavar as mãos acabou a água. E não tinha mais água. De volta, a maior parte da comissão declarou que o projeto era inviável, porque o solo era muito arenoso e pela falta de água. Uma pequena parte, que Curió tentou convencer, chegou a afirmar que o lugar era bom. Na polêmica, os interventores conseguiram reunir 87 famílias tendentes a aceitarem a proposta do governo. Contudo, quando tomaram conhecimento da cooptação e por causa de um dossiê da CPT baiana, que informava a insustentabilidade do projeto, pouco a pouco foram desistindo e por fim nenhuma família aceitou ir para a Bahia.

Diante da recusa, aumentava a violência. Passaram a transitar continuamente com os caminhões, de ponta a ponta do acampamento, levantando poeira. Destruíram as fontes de água, colocando os cavalos para pisotearem, criando pavor. Depois fez outra proposta, levar as famílias para o projeto de colonização Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, criado exclusivamente para assentar os acampados da Encruzilhada. Diante da pressão, os interventores conseguiram dividir o acampamento e 137 famílias aceitaram partir para a área. A maior parte recusou. Além da repressão, outros fatores que levavam as famílias a aceitarem a mudança para o projeto de colonização eram a situação precária em que se encontravam e o desespero. Estes mesmos fatores também causariam o retorno da maior parte dessas famílias. Os interventores criaram outro acampamento e transferiram as famílias aceitantes. Esse acampamento foi denominado de Quero-Quero. No acampamento Natalino, os barracos dessas famílias foram queimados, ameaçando os que não aceitaram a proposta de transferência. Impediram totalmente visitas ao acampamento Natalino. Várias entidades de apoio denunciaram na imprensa que o acampamento fora transformado num campo de concentração. Entraram com um pedido de salvo-conduto para que uma comitiva visitasse o acampamento. Realizaram uma grande manifestação com a participação de 137 padres do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de membros da Ordem dos Advogados do Brasil, de deputados federais e estaduais. Quando outros visitantes foram impedidos de entrar pelos soldados do Exército, os acampados pegaram a cruz com as escoras e romperam a barreira militar, possibilitando a entrada. O ato marcou a reviravolta da situação e os sem-terra recobraram as esperanças. Começava, assim, a derrota dos interventores federais. A resistência dos sem-terra e o apoio das entidades foram determinantes.

No dia 31 de agosto, os interventores se retiraram do acampamento Encruzilhada Natalino. Curió foi derrotado. Passaram-se 30 dias da sua chegada e a maior parte das famílias permanecia no acampamento, recusando a proposta do governo. Ao sair do acampamento, o major recebeu de presente dos colonos um cipó com 16 nós e meio, significando que depois de 16 vitórias em outras regiões do Brasil, na Encruzilhada ele perdeu. Embora vencidos, os interventores devastaram parte do acampamento. Por meio da cooptação, da ameaça, da exploração da miséria dos acampados e de outros modos menos aceitáveis, eles tentaram desenraizar a luta. A vitória dos acampados da Encruzilhada demarcou a história das lutas camponesas. Foi uma prova concreta de que a resistência e a persistência eram as armas que o modelo econômico e a

política dos militares não puderam vencer. O governo federal intensificou os ataques. Ameaçou prender padre Arnildo e expulsar uma freira italiana, irmã Aurélia, que também trabalhava no acampamento. O arcebispo de Porto Alegre negociou com o governo uma medida paliativa: proibiria o padre de rezar missa no acampamento e solicitaria à superiora da freira que a "convidasse" para retornar à Itália. Assim foi feito, a irmã voltou ao seu país, mas padre Arnildo, mesmo proibido de rezar a missa, continuou freqüentando o acampamento e seguiu seu trabalho, realizando novas formas de celebração, criando uma mística popular. Os bispos do Rio Grande do Sul se reuniram em Passo Fundo e elaboraram um documento defendendo os interesses dos acampados. Propunham a compra de terras no estado para assentar as famílias acampadas, inclusive na Fazenda Anoni.

Nova Ronda Alta: terra prometida

Com a saída dos interventores, os acampados retomaram a forma de organização de Natalino, recriando as comissões e retomando as atividades. De outubro a dezembro de 1981, os sem-terra procuraram o governo estadual por diversas vezes para negociar o assentamento no estado. Em dezembro algumas famílias começaram a voltar de Mato Grosso, informando que o projeto Lucas do Rio Verde não oferecia condições de sobrevivência e que o governo federal não cumprira com as promessas. Para divulgar a luta, alguns acampados viajaram para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, onde participaram de eventos de apoio à luta pela reforma agrária. Todavia, a situação das famílias no acampamento continuava crítica. Era necessário criar um fato novo, que fizesse avançar a luta. No Natal de 1981, a tristeza e a perseverança foram as marcas principais da celebração e já indicavam o esgotamento da resistência.

Em fevereiro de 1982, num encontro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os acampados propuseram à Igreja que comprasse uma área em Ronda Alta, para onde as famílias pudessem ser transferidas provisoriamente. Era uma forma de retomar a luta e continuar o enfrentamento com o governo, exigindo o assentamento no estado. Nesse mês, a CPT realizou a V Romaria da Terra e reuniu mais de 20 mil pessoas. A CNBB atendeu o pedido dos sem-terra, contribuiu e coordenou uma campanha nacional de arrecadação nas paróquias, para comprar a terra e transferir os acampados. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana também contribuiu e realizou a campanha em suas paróquias. Foi comprada uma área de 108 ha, próxima à Barragem do Rio Passo Fundo, no município de Ronda Alta, destinada ao assentamento provisório das famílias da Encruzilhada. A área foi denominada de Nova Ronda Alta.

No dia 12 de março, as famílias começaram a ser transferidas para o assentamento provisório. Em Nova Ronda Alta, organizaram-se em equipes de trabalho e comissões para continuar a pressão contra o governo. Todavia, mesmo dentro de seu território, os sem-terra continuaram a ser perseguidos pela Brigada Militar. No começo de abril, em torno de vinte brigadianos acamparam em uma ilha, a trezentos metros de

Nova Ronda Alta e observavam o movimento do assentamento provisório. Durante mais um ano e meio, os sem-terra persistiram na luta. Com as eleições para governador, discutiram com os candidatos a solução que defendiam para a questão da terra. Em setembro de 1983, o governador eleito autorizou a compra de 1.870 ha para o assentamento definitivo das famílias, nos municípios de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeira das Missões. Também foram assentadas no estado 30 famílias que aguardavam no acampamento Quero-Quero, mas que desistiram de ir para Lucas do Rio Verde (MT). Terminava aquela ação dos sem-terra, mas a luta pela terra continuava com os sentidos e significados da resistência e da persistência que marcaram a Encruzilhada. O governo militar foi derrotado e os camponeses deram uma lição de organização, contribuindo para a construção da democracia.

O Acampamento Natalino chegou a ter 601 famílias. Sendo que 142 desistiram e 252 foram para Mato Grosso. Para Nova Ronda Alta foram, provisoriamente, 207 famílias, onde permaneceram dez famílias em uma área de 105 ha. As outras foram assentadas no município de Ronda Alta, nos assentamentos Nossa Senhora Conquistadora da Terra e Vitória da União, e no assentamento Rincão do Ivaí, no município de Salto do Jacuí. Das famílias que foram para o projeto Lucas do Rio Verde (MT), em 1986 restavam apenas 15. As outras venderam os lotes e migraram para outras regiões ou voltaram para o Sul. Desde a beira da estrada até o assentamento, os sem-terra aprenderam a resistir. A resistência foi alimentada pelo apoio constante e pela organização. O aprendizado da resistência foi uma das mais importantes lições de cidadania na formação do Movimento.

Rio Grande do Sul

Durante o ano de 1983, os sem-terra, com o apoio da CPT, iniciaram os trabalhos de base nas Comunidades Eclesiais, em diversos municípios da microrregião de Três Passos. Constituindo uma forma de organização social, os trabalhadores e agentes de pastoral fomentavam a participação por meio da criação de núcleos nas comunidades, que compunham as comissões municipais. Nas reuniões dos grupos de famílias eram debatidos temas referentes ao Estatuto da Terra e a experiência da Encruzilhada Natalino. Os coordenadores utilizavam um filme a respeito da luta e da resistência dos sem-terra da Encruzilhada para ilustrar as questões debatidas. Depois de meses de discussão sobre a situação das famílias sem-terra, propuseram a realização de uma assembléia para deliberarem quanto aos encaminhamentos. Nas reuniões de base, os grupos haviam chegado a um consenso: não poderiam ficar parados, se quisessem chegar na terra, era preciso caminhar, dar movimento para a questão da terra, portanto, era fundamental se organizar.

No dia primeiro de outubro de 1983, no salão do seminário em Três Passos, 2 mil colonos se reuniram para realizar a Primeira Assembléia dos Sem-Terra. Vários sindicalistas participaram desse evento que foi promovido pela CPT. Uma das questões

debatidas foi a recusa em participarem de projetos de colonização. Muitos eram colonos retornados e estavam interessados em conseguir terras no Estado. Aconteceram várias exposições de experiências de luta, como por exemplo: os relatos de membros do Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), dos assentados em Nova Ronda Alta e dos coordenadores das comissões municipais. Durante as manifestações, a ocupação foi indicada como uma forma de acesso à terra. Todavia, deliberaram que fosse uma comissão dos sem-terra a Porto Alegre, para reivindicar do governo o assentamento das famílias. Na primeira semana de novembro, a comissão composta por quarenta pessoas circulou pela Secretaria da Agricultura, pela Assembléia Legislativa e no Palácio do Governo. Na reunião com o então governador Jair Soares, cobraram promessas de campanha, quando candidato prometera criar um projeto que foi denominado de Fundo de Terras, para aquisição e assentamento das famílias sem-terra. A comissão retornou aos municípios com promessas do governo, que iria procurar uma solução para a situação dos sem-terra.

Nos dias 17 e 18 de dezembro, com o apoio da CPT, da Igreja Luterana e de sindicatos de trabalhadores rurais, foi realizado o I Encoutro Estadual dos Sem-Terra, na cidade de Frederico Westphalen. O evento reunia cem representantes de comissões municipais da região noroeste rio-grandense e de municípios do litoral. Era tanto um encontro preparatório para a realização do 1º Encontro Nacional, que se realizaria em Cascavel, em janeiro de 1984, quauto para deliberar a respeito da proposta de criação do Fundo de Terras. Na reunião, em outubro, haviam proposto modificações no projeto do governo. Decidiram por mais uma tentativa de negociação com o governo para cobrar resultados concretos ou a única solução seriam as ocupações de terra. Reuniram-se com o governador e com o superintendente do Incra por várias vezes no primeiro semestre de 1984, fizeram manifestações e não obtiveram uma resposta efetiva a respeito do assentamento das famílias.

Em 28 de agosto de 1985, o MST fez sua primeira ocupação no Rio Grande do Sul[6]. Nesse dia, setenta e cinco famílias ocuparam uma área da Estação Experimental Fitotécnica da Secretaria da Agricultura, no município de Santo Augusto, na região noroeste rio-grandense. A repressão foi imediata. A Brigada Militar executou o despejo e dispersou as famílias pelos municípios da região. A CPT, que apoiava a organização dos sem-terra, auxiliou na reorganização dos grupos de famílias, que acamparam no município de Erval Seco, numa área cedida por um pequeno proprietário. Depois de nove meses de reuniões e manifestações em Porto Alegre, os sem-terra conseguiram ser assentados em duas áreas adquiridas pelo governo estadual, no município de Erval Seco e em Tupacirctã, na região ocidental rio-grandense.

---

6. É importante destacar que essa foi a primeira ocupação do MST no RS, desde a sua fundação em 1984. As ocupações ocorridas no ano de 1979, em Ronda Alta, foram parte do processo de gestação do MST que ocorreu nos 5 estados do Sul. Dessa forma, vale enfatizar que sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de ações que aconteceram nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, em um tempo que durou pelo menos de 1978 até janeiro de 1984.

Os trabalhos de base continuavam nas comunidades em diversas regiões do Estado, onde os sem-terra discutiam o Plano Nacional de Reforma Agrária. Em julho de 1985, o MST e a CPT realizaram um ato político, em Palmeira das Missões, onde reuniram três mil famílias num acampamento provisório, na realização de cadastramentos para o PNRA. Todavia, quando em outubro o Plano já estava completamente desfigurado[7], os sem-terra decidiram partir para a ocupação. No dia 29 de outubro, 1.500 famílias, em torno de 6.500 pessoas, de 33 municípios ocuparam a fazenda Anoni, de 9.500 ha, no município de Sarandi. A Brigada Militar estava em estado de alerta, porque havia rumores de que aconteceria uma grande ocupação. Todavia, essa ação foi tão bem organizada que conseguiu bom êxito, de modo que efetivaram a ocupação sem maiores problemas. Essa luta se desdobraria até a primeira metade da década de 1990, na criação de novas formas de resistência que levariam à conquista da Anoni e de outras áreas.

Santa Catarina

No oeste de Santa Catarina, em meados da década de 1970, a Diocese de Chapecó realizava importante trabalho pastoral junto às comunidades rurais. Desse trabalho surgiram quatro frentes de lutas: o movimento de oposição sindical para a tomada dos sindicatos das mãos de sindicalistas pelegos, o Movimento das Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Os trabalhos de conscientização a respeito da realidade feitos pela Diocese de Chapecó, por meio da Comissão Pastoral da Terra e da Pastoral da Juventude, foram essenciais para o crescimento e fortalecimento das lutas. Esses trabalhos foram iniciados pelo bispo D. José Gomes em vários municípios do oeste catarinense. Nas comunidades de base, as famílias refletiam sobre a necessidade de se organizarem e lutarem para enfrentar os processos de expropriação e expulsão que estavam vivendo. Os textos bíblicos eram as referências para se compreender as injustiças e tomarem atitudes que transformassem suas realidades. Esses trabalhos fortaleciam as diferentes formas de organização, motivando à participação das famílias. No desenrolar desse processo de construção da cidadania, os trabalhadores procuravam formas de mudar o sentido dos acontecimentos. Se até aquele momento estavam sofrendo os impactos da *modernização conservadora*, já era tempo de darem outra direção para os seus destinos. E foi assim, sabedores pela necessidade e com a ajuda de um conjunto de causas, que aconteceu a primeira ocupação de terra que registrou a gênese do MST em Santa Catarina.

A ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, em maio de 1980, aconteceu de forma espontânea. Alguns camponeses da região haviam sido informados por técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

7. O Decreto de aprovação do PNRA foi assinado em 10 de outubro. O Plano passou por diversas versões e foi inviabilizado, representando uma vitória das forças políticas contrárias à realização da reforma agrária.

(Incra), que uma fazenda da região seria desapropriada. Assim que saiu o decreto de desapropriação, cinco trabalhadores de uma mesma família ocuparam uma área de um latifúndio. Duas semanas depois foram informados que entraram na fazenda errada. A fazenda desapropriada era outra. Contudo, diante de tanta terra que não estava sendo ocupada com trabalho e servia à especulação, os trabalhadores decidiram permanecer. Essa resistência levou ao confronto com jagunços da fazenda, com a polícia e com o Exército. Este litígio acabou por mobilizar e juntar mais famílias de toda a região, que também pretendiam um pedaço de terra. Isso fez com que, pouco a pouco, aumentasse o número de famílias no acampamento, de modo que chegou a aproximadamente 350 famílias.

Nesse entretanto, D. José Gomes foi informado pelo pároco de Campo Erê que os camponeses fizeram a ocupação e estavam resistindo. A CPT passou a apoiar a luta, contribuindo para organizar as famílias. Na visita que o padre e um agente de pastoral fizeram ao acampamento, encontraram os sem-terra dispersos no meio da mata, por causa da ação da polícia que tinha prendido alguns trabalhadores, ateado fogo em vários barracos e destruído os mantimentos, na tentativa de despejar os ocupantes. Depois de três horas, quando foram informados que os visitantes eram um padre e um agente pastoral, que não eram da polícia e nem era oficial de justiça, as pessoas voltaram a se reunir. A Diocese de Chapecó e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana começaram os trabalhos de apoio aos sem-terra, na organização do acampamento, na coleta de alimentos nas paróquias, assessorando na parte jurídica, acompanhando nas negociações com o governo.

Com o apoio da CPT, uma comissão de acampados participou em uma reunião com o governador em Florianópolis. O latifundiário havia entrado com um pedido de reintegração de posse e os advogados da CPT tentavam adiar a ação de despejo, ao mesmo tempo que faziam pressão junto ao governo federal para desapropriar a área. Com o crescimento da organização e do apoio, era iminente o conflito entre sem-terra e a polícia, em caso de novo despejo. A resistência e as negociações continuaram até que, em 12 de novembro de 1980, o presidente da República desapropriou a fazenda Burro Branco. Os sem-terra realizaram uma grande festa com uma missa celebrada por D. José Gomes. Essa vitória tem dois significados históricos: foi a primeira ocupação de terra do oeste catarinense e inaugurou a luta que marcou a gênese do MST em Santa Catarina. Essa ação foi a semente que germinou novas lutas, novas ocupações de terra, no processo de gestação do Movimento. Parte da primeira colheita na terra conquistada foi doada para as famílias acampadas na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Os assentados da Fazenda Burro Branco, num ato de solidariedade, levaram a sacaria de milho e de fubá para as famílias sem-terra que também resistiam à violência do Exército e do governo militar, lutando pela terra e pela democracia.

Paraná

Em outubro de 1981, os sem-terra da Encruzilhada receberam cartas de apoio dos sem-terra organizados no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Para-

ná (MASTRO). Muitas outras formas de apoio chegavam de movimento de sem-terra, sindicatos e igrejas de diversos estados brasileiros. A resistência em Ronda Alta animou muitas lutas camponesas, da mesma forma como foi estimulada por lutas de quase todo o Brasil, que serviram como referências para o avanço da organização.

O Paraná é muito conhecido pelas lutas de resistência. A revolta dos posseiros do Sudoeste, em 1957, e as lutas de Porecatu, no Norte Central, são marcas da histórica luta pela terra. Em 1980, aconteceu um violento conflito entre camponeses sem-terra, Polícia Militar e os jagunços da Empresa Giacometti Marodim S.A. A Giacometti também era proprietária de um latifúndio de 95.000 ha, localizado nos municípios de Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, no oeste paranaense, onde explorava madeira. Depois de serem informados pela imprensa que o latifúndio havia sido desapropriado, as famílias sem-terra ocuparam 1.000 ha. A reação dos latifundiários foi rápida. Enviaram jagunços e contaram com o apoio da Polícia Militar para expulsar os agricultores da terra ocupada. Foi uma operação de terror: rajadas de metralhadoras por sobre a cabeça das pessoas deitadas; amarraram outras em árvores e torturaram. Foram despejados, mas ficou a marca, tanto nos corpos de muitos trabalhadores como em suas mentes. Aquele latifúndio haveria de ser conquistado. Do decreto de desapropriação não se falou mais. O Incra não se manifestou. Aquela terra tinha um destino: a conquista pelos camponeses. Era uma questão de tempo, de se fazer a história.

Ainda na década de 1970, os agricultores paranaenses conheceram um dos piores momentos de expropriação da terra. Em dez anos, desapareceram cerca de 100 mil propriedades rurais (Martins, 1993, p. 138). Neste estado, a luta recomeçou pela resistência camponesa contra a política do governo. Eram pequenos proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários que lutaram contra a expulsão da terra, que aumentava ainda mais com a construção das barragens. A maior delas, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu expropriou milhares de famílias de oito municípios do extremo oeste do estado. Desde 1975, o governo federal prometia pagar preço justo pela indenização. Três anos depois, pouquíssimas famílias haviam sido indenizadas e por um preço muito abaixo do esperado; os posseiros foram extremamente prejudicados, recebendo preços ainda menores. Parte das famílias foram transferidas para o Projeto de Colonização Pedro Peixoto no Acre. Enfrentavam uma série de dificuldades e estavam desamparadas. Essa situação fez com que, em 1978, as Igrejas Luterana e Católica, por meio da CPT, e também alguns sindicatos de trabalhadores rurais começassem um trabalho de organização nas comunidades, que gerou, em 1980, o Movimento Justiça e Terra. Justiça era o que exigiam do governo e a terra era a condição primeira para continuarem agricultores. Portanto, a principal reivindicação era terra por terra.

O Movimento pressionou o governo por meio de várias ações. Perto de 2 mil trabalhadores acamparam no trevo de acesso a Itaipu por quase dois meses. Conquistaram suas reivindicações: o aumento do preço das indenizações e conseguiram dois assentamentos nos municípios de Arapoti e Toledo. O Movimento Justiça e Terra cumpriu duplamente a sua função. De um lado, promoveu a organização e contribuiu para que as famílias atingidas negociassem com o governo. De outro lado, criou espaços

de conscientização, onde as famílias sem-terra passaram a se organizar para lutar pela terra (Ferreira, 1987, p. 22-3).

Em 1981, ainda haviam em torno de 500 famílias que perderam suas terras, seus empregos, suas casas, atingidos pela construção da Usina de Itaipu. A Comissão Pastoral da Terra organizou estas famílias e começou a cadastrar outras famílias, que, expulsas da terra, estavam interessadas em lutar por terra no Paraná. Em menos de um ano, havia mais de 6 mil famílias cadastradas e passaram a formar o MASTRO. A proposta do governo era transferir as famílias para o Estado de Mato Grosso ou para o Norte do País, onde seriam assentadas em projetos de colonização. Iniciou-se um processo de resistência e os camponeses expropriados passaram a formar movimentos localizados. Assim, nos anos de 1982 e 83, surgiram vários movimentos sociais em diversas regiões do estado: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL).

A ocupação de terra é uma criação histórica. É um acontecimento resultado de um conjunto de causas, que contém a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses. É portanto um fato criado pelas pessoas e suas causas. E a principal causa é a defesa da vida. Desde a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Campo Erê (SC), no mês de maio de 1980, muitas famílias moravam nos lotes de parentes e não tinham perspectivas de conseguirem terra para trabalhar. Por essa razão organizaram uma nova luta e, em 1982, ocuparam a fazenda Anoni, no município de Marmeleiro, no Estado do Paraná. Esta ocupação representou a primeira vitória desde o golpe militar de 1964, reanimando a luta pela terra no estado.

O MASTRO e o MASTES organizaram ocupações no primeiro semestre de 1984. Um grupo de famílias organizadas no MASTRO ocupou uma área da Reserva Florestal do Incra, em São Miguel do Iguaçu, de onde foi despejado. Outro grupo ocupou a Fazenda Mineira, também em São Miguel do Iguaçu e da mesma forma foi despejado, algumas lideranças foram presas e as famílias foram dispersadas em diversos municípios da região. O MASTES ocupou um grande latifúndio, denominado Fazenda Imaribo, no município de Mangueirinha. As famílias pressionaram o governo, organizando um acampamento em frente à sede do Incra em Curitiba. Após muita pressão e negociação, em janeiro de 1985, o governo federal desapropriou 10.000 ha da Fazenda Imaribo para o assentamento dos ocupantes e mais as famílias que haviam ocupado a Reserva do Incra e a Fazenda Mineira. Criou-se, assim, o Assentamento Vitória da União. Essas lutas se constituíram num marco da história do MST e contribuíram efetivamente para a formação do MST no Estado do Paraná.

São Paulo

O oeste do Estado de São Paulo foi ocupado, principalmente, por meio da grilagem de terras. Desde o final do século passado, na região ocorreram diversos confli-

tos entre grileiros e posseiros. A Fazenda Primavera, localizada na região de Andradina, era terra grilada. Nessa terra nasceu a primeira luta da gestação do MST em São Paulo. Há décadas, os posseiros da Primavera pagavam renda ao grileiro. Na década de 1970, o grileiro começou a trazer gado do Mato Grosso para engorda nos pastos da fazenda. Iniciava, assim, a expropriação dos posseiros, à medida que o gado ia destruindo as lavouras. O grileiro também contratou jagunços para ameaçar os posseiros que se recusavam a pagar, por causa da destruição das lavouras. Os que resistiram, tiveram suas casas queimadas. Com o assassinato de um posseiro, os agricultores procuraram o Poder Judiciário, solicitando a intervenção para evitar que o conflito se intensificasse. Em setembro de 1979, a Comissão de Justiça e Paz de Andradina organiza a Comissão Pastoral da Terra, criando um espaço de socialização política, onde os posseiros passaram a se organizar.

Os posseiros começaram as negociações com o Incra, exigindo a desapropriação da Fazenda Primavera. Organizaram grupos de famílias em cada bairro rural da fazenda, onde realizavam reuniões para informar o andamento das negociações. Em julho de 1980, o general-presidente João Batista Figueiredo assinou o decreto, desapropriando os 9.385 ha da Primavera. A vitória tornou-se uma luta e organização permanentes, pressionando o Incra para a implantação do assentamento. Esse processo demorou dois anos. Nessa experiência, os agricultores formaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo.

No sudoeste paulista, os trabalhadores sem-terra lutavam pela conquista da Fazenda Pirituba, de 17.500 ha, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá. Essas terras haviam sido repassadas, em 1950, ao governo estadual como pagamento de dívidas hipotecárias. Nessa época, o governo arrendou as terras a grandes arrendatários, que por meio de processos judiciais pretendiam se apropriar da Pirituba. Em 1981, os sem-terra fizeram a primeira ocupação. Foram despejados pela Polícia Militar e pelos jagunços dos grandes arrendatários. Com as eleições de 1982 que resultou na mudança política do governo estadual, criou-se um novo cenário para a questão agrária do Estado de São Paulo. José Gomes da Silva assumiu a Secretaria da Agricultura e implantou um projeto de regularização fundiária.

No mês de abril de 1983, os sem-terra realizaram outra ocupação, permaneceram uma semana na terra e foram despejados novamente. Com a intervenção do governo, criou-se uma comissão intermunicipal de regularização da Fazenda Pirituba, com o objetivo de resolver o conflito. A comissão fracassou e se extinguiu por enfrentar vários problemas, como por exemplo: a participação de vereadores e prefeitos que defendiam interesses dos grandes proprietários e de grandes arrendatários que eram contra a mudança na estrutura fundiária. Sem perspectivas, em maio de 1984, os sem-terra ocuparam novamente as terras da Fazenda Pirituba. Foram trezentas famílias de seis municípios da região e também do Estado do Paraná. Dessa vez, os grandes arrendatários não conseguiram concretizar os despejos e partiram para a violência com as famílias, instalando um clima de tensão social. Diante de um conflito iminente, o

governo entrou com medida cautelar e tomou posse da área ocupada. Iniciava, dessa forma, a primeira vitória por ocupação de terra em São Paulo, nos anos 80.

No Pontal do Paranapanema, região que se originou de um grilo de mais de um 1.100.000 ha, desde o final do século XIX, a luta pela terra não tem sido uma luta de morte. Não se tem registro do número de posseiros mortos que resistiram a um dos maiores processos de grilagem de terras devolutas da história do Brasil. Mas a resistência dos trabalhadores durou mais tempo que a grilagem, de modo que o Pontal sempre foi a região com o maior número de conflitos do estado. Em novembro de 1983, na continuação de uma luta secular, 350 famílias sem-terra ocuparam as fazendas Tucano e Rosanela, no município de Teodoro Sampaio. Nesse tempo, as lutas no Pontal não tinham apoio de instituições como a CPT, de modo que os trabalhadores contavam apenas com o apoio isolado de alguns religiosos e de um ou outro parlamentar, que procuravam mediar as negociações entre o Estado e os grileiros. As famílias foram despejadas e acamparam nas margens de uma rodovia.

A perspectiva de desapropriação das terras griladas promoveu o aumento do número de famílias no acampamento. Em março de 1984, o governo decretou as primeiras desapropriações e arrecadou uma área de 15.110 ha, de algumas fazendas, para assentar cerca de 460 famílias. Depois de um século de grilagem, pela primeira vez, o Estado ensaiava a recuperação das terras devolutas, griladas por grandes latifundiários, governadores, prefeitos e grandes empresas. A reação foi instantânea. Por causa dessas desapropriações e da possibilidade do Brasil vir a ter uma reforma agrária, os grileiros do Pontal somaram forças com os outros latifundiários de todo o país e criaram a UDR (União Democrática Ruralista), para a defesa de seus privilégios e interesses. O assentamento implantado recebeu o nome de Gleba XV de Novembro. Nascia, assim, o primeiro território da luta pela terra na região, que se tornaria referência para a conquista das terras devolutas e griladas do Pontal.

Em Sumaré, município da região de Campinas, originou-se outro movimento de luta pela terra. Esta região conheceu nas décadas de 1970-80 um processo de interiorização da indústria. De modo que a luta pela terra na região é distinta das outras regiões do estado. Nas regiões Oeste e Sudoeste, a população sem-terra era composta por posseiros, rendeiros, meeiros, bóias-frias etc. Em Sumaré, as famílias que participaram da luta moravam na cidade. Expropriados ou expulsos do campo, migraram para a cidade em busca de trabalho. Agora enfrentavam o problema do desemprego, e a luta pela terra era uma forma de garantir a sobrevivência.

As CEBs foram os espaços de socialização política que promoveram a conscientização das famílias. Depois de conhecerem a experiência dos posseiros da Primavera, decidiram que a luta pela terra seria o caminho que iriam construir. Em 1982, iniciaram uma experiência de horta comunitária. Em 1983, iniciaram as reuniões nas CEBs para definirem as formas de luta com base nas experiências que aconteciam em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, refletiam sobre as lutas camponesas, como Canudos, Contestado e as Ligas Camponesas. Também, com base em

textos bíblicos reconstruíam as suas histórias e comparavam com a história popular. Assim, foram construindo suas decisões a ponto de, em novembro daquele ano, realizarem a ocupação de uma usina de cana, no município de Araraquara, que estava com parte de suas terras penhorada pelo Estado. Foram expulsos pelos jagunços da usina e ocuparam um horto florestal, pertencente à Ferrovia Paulista S/A. Negociaram com o governo, que propôs o assentamento em uma outra área da própria empresa. Os sem-terra não aceitaram a negociação e foram despejados pela Polícia Militar.

As duas ocupações haviam resultado em derrotas. Na avaliação, os trabalhadores reconheceram que a luta não deveria ser desenvolvida somente pelos homens, como haviam praticado. Decidiram que nas próximas lutas poderia participar toda a família. Continuaram a negociação com o Estado e recusaram algumas áreas até a proposta de assentar as famílias em uma área de 237 ha, no próprio município de Sumaré. Dessa experiência nasceu o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré, que começou a negociar com o governo o assentamento de um novo grupo de famílias que estava se organizando nas periferias dos municípios da região de Campinas.

O triunfo dessas lutas tornou-se referência em outras lutas no estado. Em algumas Comunidades Eclesiais de Base, discutia-se a luta pela terra e a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Em fevereiro de 1983, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, o Movimento dos Sem Terra de Sumaré e a CPT realizaram, em Andradina, um encontro que reuniu mais de 1.200 trabalhadores de 34 municípios. Nascia ali o embrião do MST no Estado de São Paulo.

Mato Grosso do Sul

No final da década de 1970, no Mato Grosso do Sul, a prática de exploração da mão-de-obra camponesa para formação de fazendas e pastagens era comum. Essa prática fora utilizada no Estado de São Paulo desde o final do século XIX. Efetivada a grilagem, começava a formação das fazendas, quando os latifundiários-grileiros arrendavam as terras aos camponeses sem-terra, para que derrubassem a mata e plantassem capim. Depois de formadas as fazendas, acabam os arrendamentos e os camponeses são obrigados a migrarem em busca de novas terras. Por meio desse modo de exploração, muitas fazendas foram formadas pelos trabalhadores sempre expulsos e migrantes. Evidente que essa situação gerou conflitos. Por essa razão muitos camponeses foram assassinados. A causa maior dos conflitos era a constante luta pela conquista da terra de trabalho.

Contra essa forma de exploração, os sem-terra sul-mato-grossenses fizeram a luta que gerou o MST. Desde 1979, nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquarussu, Bonito e Glória de Dourados, os latifundiários pararam de arrendar terras, pois as fazendas já estavam formadas. Enquanto formavam as fazendas, derrubando a mata e plantando capim, os camponeses plantavam algodão e outras culturas, faziam poços e se estabeleciam. Durante muito tempo, com o fim do arrendamento, os camponeses migravam,

mas naquele ano resistiram. Algumas das lutas de resistência aconteceram em Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, envolvendo em torno de 240 famílias. A luta contra a exploração e expropriação continha o principal sentido da resistência desses camponeses, que contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais para a organização das famílias.

De início, as famílias resistiram na terra e reivindicaram a prorrogação dos contratos de arrendamento. Em alguns casos, os contratos foram prorrogados, em outros as famílias foram despejadas. Como o número de despejos era maior, as famílias começaram a acampar nas margeus das rodovias e fizeram pequenas ocupações de terra. No caso da fazenda Jequitibá, os sem-terra ganharam a causa e puderam ficar na terra por mais um ano. Na continuação da luta, passaram a reivindicar a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. O latifundiário soltou milhares de cabeças de gado sobre as lavouras dos camponeses. O advogado dos sem-terra Joaquim das Neves Norte pediu a aplicação das normas do Estatuto da Terra. Em 1981, o advogado foi assassinado em frente à sua casa. Esse fato acirrou os conflitos e mais de mil sem-terra realizaram uma manifestação de protesto no centro de Naviraí. Os números de conflitos aumentaram e diante dos fatos o governo interveio.

Os latifundiários mandaram matar o advogado e também ordenaram aos pistoleiros que ameaçassem as famílias que resistiam na fazenda Jequitibá. Muitas famílias deixaram seus lotes e as que restaram foram despejadas violentamente pelos jagunços. Esse fato somava-se a vários outros, de modo que o número de conflitos crescia a cada dia. Com a intensificação dos conflitos o governo estadual lançou o Projeto Guatambu, em que o governo prometia assistência técnica, econômica e social aos camponeses. Mas o projeto não foi desenvolvido e em contrapartida 800 famílias ocuparam a Fazenda Baunilha em Itaquiraí. A área era devoluta e estava em litígio entre dois grileiros. Com a ocupação, os sem-terra reivindicavam a desapropriação. Os grileiros exigiram a desocupação das terras e pressionaram o governo, que enviou a Polícia Militar para realizar o despejo. Iniciou-se uma negociação entre o governo e os sem-terra com a participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Criaram uma comissão com pessoas indicadas pelo governo para solucionar o conflito. Não existia uma forma de organização dos sem-terra, de modo que a comissão decidiu e convenceu as famílias a deixarem a área. Diante desse fato, os ocupantes se desmobilizaram. Contudo, metade das famílias acampou nas margens de uma rodovia e denominou o acampamento de "Guatambu". Com esse ato, os sem-terra demonstravam que o projeto do governo não significara absolutamente nada.

A polícia cercou o acampamento com arame farpado impedindo que novas famílias viessem se somar aos acampados. Ninguém poderia entrar ou sair. Nem mesmo o padre poderia entrar para celebrar a missa. Por 13 meses permaneceram confinados e somente o bispo da Diocese de Dourados conseguiu celebrar uma missa. Da mesma forma, como na Encruzilhada Natalino, o governo militarizou a luta, de modo que os militares mantinham o acampamento sobre rígido controle, procurando desestimular as famílias. Coagidas, isoladas, sem apoio, pouco a pouco foram abandonando o

acampamento. Restaram 68 famílias que sobreviveram trabalhando de bóia-fria. O governo transferiu essas famílias para uma área de cerrado, no município de Cassilândia, na divisa com o Estado de Goiás, distante 1.000 km de Itaquiraí. Quando chegaram à área, perceberam que, mais uma vez, haviam sido enganados. O Incra havia lhes prometido que a área era boa, mas encontraram areia e estavam a 90 km da cidade mais próxima. Também nessa área a polícia manteve o cerco e impediu que a CPT realizasse reuniões com os trabalhadores. Durante 4 meses permaneceram alojadas em um barracão até serem transferidas para os lotes, onde não havia água, só areia e pedra.

A primeira colheita foi um fracasso. Para não morrerem de fome, passaram a trabalhar como diaristas em áreas próximas, onde a agricultura era mecanizada. A falta de água, a terra arenosa, a fome, as doenças, a distância e a falta de comunicação agravaram a situação das famílias. A CPT realizou uma campanha de alimentos para ajudar as famílias e passou a denunciar o descaso do governo para com os trabalhadores assentados. Encaminhou um dossiê ao governador, pedindo uma solução para o caso. O governo propôs a transferência das famílias para o norte do Mato Grosso. As famílias tentam negociar a transferência para o sul do Mato Grosso do Sul, mas diante da miséria em que se encontravam e da intransigência do governo, aceitaram a mudança para o município de Colider, a 1.500 km de onde se encontravam.

De maio de 1981, quando ocuparam a Fazenda Baunilha, em Itaquiraí, até setembro de 1983, quando chegaram a Colider, essas famílias que foram 800 na ocupação, 468 no acampamento, na beira da estrada, 64 quando chegaram em Cassilândia, eram agora 59. Em fevereiro de 1984, um lavrador escreveu de Colider para a CPT, informando que o prometido, mais uma vez, não fora cumprido. Prometeram lotes de 100 ha, mas deram 50, e muitos não têm 10 ha que se aproveitem. A área era pedregosa. A malária estava aumentando no assentamento, muitos pais, para não verem os filhos morrer de fome, partiram para os garimpos. Mas também lá estavam morrendo de malária. Muitos morreram na caminhada da luta até chegarem em Colider. No assentamento, não tinham perspectivas de sobrevivência. Se o objetivo do governo foi o de eliminar as famílias sem-terra, tinha conseguido. A lição que ficara é que jamais deveriam ter aceito sair do estado. Aquela experiência fora uma lição de que a luta pela terra tem que ser feita na terra. Servira como exemplo que, sem organização, não há conquista. Quem faz a luta tem que decidir sobre os rumos da luta. Não se pode permitir que as decisões sejam tomadas por quem não está na caminhada.

Em 1981, as famílias sem-terra realizavam reuniões em 20 municípios. Diversas lutas aconteceram e foram formados acampamentos como forma de resistência. No fim de 1982 foi realizado um encontro em Taquarussu, onde os sem-terra discutiam as formas de apoio e as perspectivas de luta. Avaliam que ficar enviando abaixo-assinado por meio de sindicatos não traz solução para os seus problemas. Elaboram um documento em nome do Movimento Sem Terra do Mato Grosso do Sul e encaminham ao governo, reivindicando o assentamento imediato. Não conseguiram nenhum tipo de acordo: só promessas. Esperar do governo alguma atitude com relação à situa-

ção das famílias sem-terra era morrer na estrada. Decidiram sobreviver e começaram a organizar uma ocupação.

No final de 1983, realizaram um levantamento do número de famílias que estavam participando das reuniões e pesquisaram as fazendas que poderiam ser ocupadas[8]. Com as informações em mãos, passaram à organização da ocupação. Para chegar na fazenda a ser ocupada era necessário atravessar o rio Guiraí. Esse rio divide os municípios de Jateí e Ivinhema. Para atravessá-lo, os sem-terra começaram a construir uma passarela com 50 m de comprimento, tendo dois cabos de aço como suporte e 140 tábuas de um metro cada. A ponte seria montada algumas horas antes de começar a ocupação.

A área a ser ocupada era um grande latifúndio de 18.000 ha, denominado Santa Idalina[9], que estava sobre o domínio da Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), localizado no município de Ivinhema. Eram mais de mil famílias de arrendatários, assalariados, posseiros, ribeirinhos, desempregados da cidade que haviam migrado do campo e brasiguaios, como viriam a ser conhecidos os sem-terra brasileiros que trabalhavam em fazendas no Paraguai. Foram meses de reuniões para acertar o trajeto e a ocupação. Cinco dias antes da data marcada para a efetivação da ocupação começou a circular um boato, de que as polícias militar e civil e a prefeitura de Mundo Novo, município localizado no extremo sul do estado, na divisa com o Paraguai, e também o Incra, estavam informados da organização dos sem-terra e prepararam um plano para impedir a saída dos 13 caminhões das famílias do município.

Os sem-terra investigaram para saber se os comentários tinham fundamento. De fato, nas periferias das cidades, nos bares e mercearias, o comentário geral era que estava para acontecer uma ocupação. Mas isso não significava muito, porque ocupação de terra sempre acontecia. Sempre acontece uma em cada canto do estado. Conflitos fazem parte do dia-a-dia. Onde há latifúndio e sem-terra, há luta. Mas a notícia começou a preocupar, quando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que possuía informações sobre a ocupação, tentou desarticular a organização que demorara meses para ser construída. Era a véspera do dia da ocupação.

Os trabalhadores que iriam na frente para armar a ponte decidem aguardar. A polícia poderia estar de prontidão. Resolvem que o mais seguro seria chegar todos juntos. O material da passarela deveria ser levado no caminhão com a alimentação. Cogitou-se na mudança do dia da ocupação, mas era impossível avisar todas as pessoas em todos os municípios. Não existia saída, a ocupação iria ocorrer de qualquer jeito. Durante os trajetos até a fazenda Santa Idalina, aconteceram vários incidentes. Em Mundo Novo, a Polícia Militar tentou impedir a saída de um comboio e prender alguns tra-

---

8. Nessa luta, alguns sem-terra da fazenda Burro Branco, em Santa Catarina, vieram contribuir com a organização das famílias.

9. Uma análise detalhada desta luta está em: Cortêz, Cácia; Silva, Edson; Taques, Luiz. *A travessia do rio dos Pássaros*. Belo Horizonte: s. ed., 1985.

balhadores. Sem sucesso, os policiais dirigiram-se a uma fazenda no município Japorã, ao sul de Mundo Novo, certos de que seria ocupada. Mas, os caminhões vão em direção ao norte, para Ivinhema. O encontro dos comboios aconteceu na cidade de Sete Placas, mais de 20 caminhões. Outros se perderam ou estavam atrasados. Alguns foram barrados pela Polícia Rodoviária. O caminhão com os alimentos quebrou e, pior, estava com a maior parte do material para a construção da passarela sobre o rio.

Era madrugada de 29 de abril de 1984, e a caravana de caminhões iluminava a estrada de terra que chegava até o rio. Diante da terra a ser ocupada, as famílias começaram a descarregar seus utensílios. Sem a ponte, era preciso encontrar outra forma de atravessar o rio. Conseguiram trazer apenas um cabo de aço, o que era insuficiente. Teriam que atravessar a nado, antes que a polícia chegasse. Mas era muito perigoso, principalmente para as crianças e para os idosos. Nesse meio tempo, a polícia chegou. Primeiro tentou impedir, como eram muitos, tentou convencer os sem-terra a desistirem de seu intento, porque a fazenda estaria cheia de jagunços. Era muito arriscado atravessar o rio e mais perigoso era enfrentar os jagunços. Criara-se uma situação de indecisão, mas na luta pela terra não tem volta. As famílias haviam investido tudo o que tinham naquela ocupação e depois de superarem diversos obstáculos, durante todo o trajeto, defrontavam-se com a última barreira: o rio.

Foi quando um rapaz se jogou no rio levando o cabo de aço. Na outra margem amarrou o cabo de aço no tronco de uma árvore. Agora tinham um apoio para atravessar o rio. Em seguida, segurando no cabo de aço, as pessoas começam a passar para o outro lado. Carregavam o que podiam, ajudavam as crianças e pouco a pouco montaram o acampamento. Fizeram alguns barracos para se abrigarem e uma fogueira para se protegerem do frio. Começou a chover torrencialmente. A maior parte das famílias atravessou o rio sob uma forte tempestade. Quando amanheceu o dia, o batalhão da polícia militar já havia se posicionado na margem em frente ao acampamento e o comandante ainda tentava impedir que os sem-terra continuassem atravessando o rio.

Ao meio-dia, um avião da empresa começou a sobrevoar o acampamento. Primeiro os acampados batizam o lugar de Porto dos Sacrifícios, depois de Porto da Esperança e por fim de Acampamento Venceremos. Estabelecido o acampamento, chegou a imprensa junto com o secretário de Segurança do Estado, que veio com a ordem para que os sem-terra deixassem a área imediatamente. A Polícia Militar se posicionara em pontos estratégicos em torno do acampamento. Utilizavam os carros da SOMECO para fazer a ronda. O acampamento estava cercado. Tentaram impedir a entrada de padres e freiras que vieram trazer apoio, mas não conseguiram. Muitas pessoas ficaram doentes por causa das condições precárias. A maior parte dos alimentos que trouxeram foi perdida. Diante da situação, os sem-terra procuram acelerar as negociações.

Uma comissão de 11 lavradores foi para Campo Grande negociar com o governador, que repetiu as mesmas promessas. Estava se empenhando para encontrar uma solução, mas desde que saíssem da terra ocupada. De modo que nenhuma resolução foi

acertada. Do lado do latifúndio, todavia, as decisões eram tomadas com rapidez. A SOMECO entrou com pedido de reintegração de posse, a liminar favorável foi dada no mesmo dia e o batalhão se preparou para o despejo. Com o apoio da CPT e a intervenção do bispo D. Teodardo, da Diocese de Dourados, evita-se um confronto entre sem-terra, policiais e jagunços. O governo estadual pretendia que os acampados fossem levados de volta para os municípios de onde vieram. Era a forma de desmobilizar a luta: separar as famílias, isolá-las. Mas, o bispo ofereceu uma área da Igreja, no município de Glória de Dourados.

A desmobilização e dispersão das famílias significaria uma derrota para os sem-terra e a vitória de um governo sem proposta e sem nenhum interesse em resolver o problema. Era preciso vencer esse despropósito. Era fundamental manter as famílias mobilizadas como única forma de continuar pressionando e exigindo uma solução. A história da Encruzilhada Natalino foi uma lição. Sem organização e resistência não haveria conquista. As famílias foram transferidas para uma área de 4 ha da Diocese, na Vila São Pedro, em Glória de Dourados. Da sua parte, o governo ofereceu emprego em destilarias de álcool, o que foi recusado pelos sem-terra, já que muitos haviam abandonado as usinas, por causa do regime de peonagem ou trabalho escravo, porque não ganhavam nem para pagar as dívidas do barracão, onde compravam a comida.

Com o apoio das comunidades, os sem-terra começaram a receber alimentos, que eram arrecadados pelos agentes de pastoral. O governo prometera enviar alimentos, mas mais uma vez não cumprira com suas promessas. Nesse tempo, várias crianças morreram. A CPT era responsável pela coordenação geral. Foram organizadas várias comissões: mulheres, educação, saúde, jovens etc. Na continuação da luta, acamparam em frente à Assembléia Legislativa, em Campo Grande, ocupando espaço político, pressionando e acompanhando as negociações com o governo. A ocupação de determinados espaços políticos é fundamental para manter a negociação. A pressão organizada é uma forma eficiente para dar movimento à pauta de negociação. É criadora de fatos e novas realidades, é a exposição pública do problema agrário e os conflitos que lhe são próprios. É dimensionar a luta pela terra na cidade, mostrando a importância e a necessidade da resolução do problema agrário. Os sem-terra receberam o apoio de diversas entidades e instituições. Todavia, o governo ordena a retirada das famílias, e a Polícia Militar fez o despejo. Na persistência da luta, acamparam em frente à Catedral de São José.

Depois de cinco meses de negociação, os acampados aceitam uma área de 2.500 ha no município de Nioaque, comprada pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Seria um assentamento provisório, porque a área máxima para cada família era de 5 ha. No final do mês de setembro, todas as famílias foram transferidas para o assentamento que foi denominado Gleba Padroeira do Brasil. Era uma vitória parcial. Estavam conscientes que teriam que continuar a luta por mais terra. Aquela conquista era apenas um ponto de partida da luta pela terra e pela reforma agrária.

MST: gestação e nascimento de um movimento nacional

As lutas relatadas foram experiências que construíram uma nova realidade no campo. Começava um novo período das lutas camponesas no Brasil. Em cada estado, os camponeses sem-terra criaram as condições necessárias para a luta e conquista da terra. Essas lutas foram os primeiros momentos da vida do MST. Nesse tempo de gestação, cada luta representou um instante dessa construção histórica. Muitas outras lutas aconteceram em todo o território nacional. As lutas aqui relatadas foram as experiências que levaram ao princípio da formação do MST. Desde 1979, quando começaram as experiências, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o País. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados. Em 1982, a CPT organizou encontros regionais em preparação ao primeiro encontro nacional para discutir o crescimento da luta pela terra em todo o Brasil. O primeiro encontro regional aconteceu na cidade de Medianeira (PR), nos dias 9 a 11 de julho de 1982, e reuniu cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Nesse encontro, os participantes fizeram uma avaliação dos diversos movimentos sem-terra dos estados; apresentaram as causas e os limites das lutas, bem como as diferentes formas de apoio que receberam. Analisaram as alianças estabelecidas e as suas perspectivas diante da política do governo. Discutiram a participação dos sindicatos e as articulações necessárias para melhor organizar os trabalhadores sem-terra. Para o desenvolvimento dos trabalhos foram criados grupos que relataram as diferentes experiências da luta pela terra: posse, despejo, ocupação e acampamento. A experiência dos posseiros da Primavera, em Andradina (SP), foi destacada na luta pela posse da terra. No caso dos despejos, várias experiências de resistência e enfrentamento foram relatadas, principalmente as lutas dos arrendatários do Mato Grosso do Sul. Igualmente aconteceu com as experiências sobre ocupações, em que foram destacadas as ocupações da Burro Branco, no município Campo Erê (SC), e das glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS). A respeito da vida nos acampamentos foram evidenciadas as experiências da Encruzilhada Natalino e diversas do Mato Grosso do Sul. Também foram relatadas as experiências do MASTRO, no Paraná.

No final do encontro, os agricultores apresentaram as seguintes conclusões: o modelo de desenvolvimento econômico foi considerado o maior inimigo dos trabalhadores, porque representa apenas os interesses dos latifundiários, dos grileiros e grandes empresários. O Incra foi apontado como uma das instituições oficiais que mais tem prejudicado os sem-terra. O Serviço Nacional de Informações (SNI), que atuava ostensivamente no meio dos movimentos camponeses, foi repudiado por todos os participantes, que denunciaram também algumas federações e sindicatos pelegos sem compromisso com a classe. Reafirmaram os trabalhos realizados nas lutas e

deliberaram que seria fundamental ampliá-los. Era preciso formar comissões de sem-terra nos sindicatos, aumentar a articulação e a solidariedade entre os vários movimentos, promover encontros estaduais e regionais e criar boletins informativos para cada movimento. O Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade dos Agricultores Sem Terra, que circulava apenas no Rio Grande do Sul, foi escolhido como órgão de divulgação dos cinco estados do Sul.

O encontro de Goiânia

Nos dias 23 a 26 de setembro de 1982, reuniram-se em Goiânia trinta trabalhadores rurais e vinte e dois agentes de pastorais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Esse encontro possibilitou o conhecimento das pessoas que vinham construindo a luta pela terra, a troca de experiências e a perspectiva de articulação das lutas. Os participantes se organizaram em grupos por frente de luta: posseiros, assalariados, arrendatários, meeiros e parceiros. Primeiro relataram as diferentes formas de luta e resistência; em seguida, fizeram uma análise crítica das falhas, erros, acertos e limites. Ressaltaram os principais inimigos da luta camponesa, nos estados, nas regiões e em nível nacional. Concluíram a importância de se estabelecer articulações regionais, por frente de luta, para avançar na organização dos trabalhadores rurais. Surgiram várias idéias sobre essa questão. Uma delas era a de se formar um movimento nacional. No debate, alguns apoiaram a idéia e outros acreditavam que, existindo a CPT, não haveria necessidade de se criar um movimento. Desse debate, foi se formando a idéia da urgência em reunir os diversos movimentos que eram gerados na luta pela terra para debater a respeito da organização dos sem-terra.

Nesse processo de elaboração de idéias e propostas, um dos assessores, o sociólogo José de Souza Martins, expôs suas idéias a respeito do futuro da luta pela terra na formação dos movimentos camponeses. E, nesse sentido, certamente teve muita influência na formulação da noção de se organizar um movimento nacional. Nas resoluções finais foi constituída uma Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a função de preparar o segundo encontro nacional entre setembro de 1983 e janeiro de 1984. No final do encontro, os participantes divulgaram uma carta em que conclamavam todos os trabalhadores a assumirem a luta pela terra.

"AOS COMPANHEIROS SEM-TERRA DO BRASIL

Nós, trabalhadores sem-terra vindos de 16 estados de diversas regiões do País, reunidos em Goiânia, queremos endereçar este comunicado, transmitindo o objetivo deste encontro, bem como da importância do mesmo.

Queremos ainda fazer de perto um convite a todos, para que entrem na luta pela CONQUISTA E DEFESA DA TERRA e dos direitos que são negados para nós.

Este valioso encontro teve como objetivos: a) avaliar as lutas e a caminhada de nossos movimentos; b) colocar em comum todos os pontos positivos e negativos; c) avaliar como estamos resistindo, que resultados conseguimos e d) encontrar meios de continuar e reforçar nossas lutas.

Toda luta é difícil, porque ela exige muito esforço e uma dedicação comprometida. Lamentamos e protestamos pela perda de muitos companheiros nossos que foram assassinados, vítimas da ganância dos grandes. Apesar disso, muitas vitórias já se teve por todo País com os movimentos. Muitos irmãos nossos, depois de muita luta, venceram, conquistando o chão que lhes pertence e seus direitos. Não esquecemos, ainda, que as lutas e o próprio movimento nos ajudam a tomar consciência da realidade e a descobrir quem são nossos inimigos.

Verificamos que em todas as regiões do País existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolvem esses problemas. Lamentamos outra vez em dizer que esses problemas são resolvidos com repressão policial, e a corda quebra sempre do lado mais fraco.

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários. Se nós não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, nos estados e em nível nacional; se não sentarmos juntos para analisar as nossas lutas, para confrontar com esta realidade que hoje escraviza os fracos, se não fizermos isso, nunca iremos nos libertar desta vida de explorados e de verdadeira escravidão.

Vivemos num mundo ***sem finalidade humana****. Mundo que é fabricado por todo um sistema injusto, implantado em nosso País. A terra nas mãos de poucos, os salários baixos, as leis que favorecem os grandes poderosos, o poder e a riqueza nas mãos desta minoria, revelam claramente este fato que na nossa maneira de pensar é uma verdadeira violência contra o homem e a natureza. O sistema prega violência e total desrespeito aos direitos fundamentais de cada pessoa. Este mundo, cuja finalidade não é o homem, que é mantido pelo sistema implantado, é o grande gerador de todo tipo de mal que infesta nossa sociedade, como: a criminalidade, a fome, o roubo, o menor abandonado, a prostituição, a miséria e outros tipos de violência.*

Alertamos, ainda, a todos os companheiros, da importância de uma participação consciente nas decisões políticas, porque os problemas citados são frutos das injustiças e da falta de participação. Convidamos para que pensem e para que não deixem se enganar pelas falsas promessas de pessoas que têm interesse pelo povo só na hora do voto.

Queremos, através desta carta, nos solidarizar com os canavieiros em greve no Estado de Pernambuco e com todos os companheiros de todo o País, que estão lutando e sofrendo. Queremos dizer que continuem firmes e mais uma vez convidamos a todos os companheiros para que se unam pelos nossos direitos.

Ao encerrar, queremos em poucas palavras agradecer a todos que estão assumindo a causa do trabalhador. Um abraço a todos.

Goiânia, 26 de setembro de 1982.

Seguem as assinaturas dos representantes dos 16 estados".[10]

Esse encontro foi o ponto de partida para a articulação das lutas dos sem-terra. Em seguida, realizaram uma série de reuniões regionais, em que aprofundaram a idéia da articulação dos movimentos. Em janeiro de 1983, a Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reuniu-se em Belo Horizonte para tratar dos encaminhamentos estabelecidos durante o Encontro de Goiânia. A Coordenação havia feito um levantamento e identificara mais de trinta regiões, onde existiam conflitos e as lutas estavam articuladas. Discutiram-se as condições concretas dessa realidade para a formação de um movimento nacional. Os participantes concluíram que aquela realidade não possibilitava as condições necessárias para uma articulação nacional, apenas possibilitava o fortalecimento regional. Desse modo, recomendou que as lutas fossem articuladas com o movimento sindical autêntico ou outras organizações dos próprios trabalhadores.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul

Os sem-terra dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul continuaram se encontrando com o objetivo de articular as lutas. Realizaram reuniões em vários municípios, onde prosseguiram o debate sobre as diferentes práticas e seus desafios. Nesse processo de aprendizado da luta, cada vez mais, ficava patente a necessidade de formalizar a organização dos trabalhadores sem-terra. No encontro realizado em Chapecó (SC), no mês de fevereiro de 1983, avaliaram a conjuntura política que se formara com as eleições para govemadores e analisaram a perspectiva de organização e articulação dos movimentos nos estados. Os agricultores fizeram um balanço das decisões tomadas desde os encontros de Medianeira e Goiânia, do que havia sido feito e o que faltava fazer. Estabeleceram as prioridades em níveis locais e regionais e encaminharam sugestões à Coordenação Provisória Nacional, para a realização do próximo encontro nacional. Decidiram criar uma Comissão Regional Provisória que reuniu os movimentos dos cinco estados do Sul, formando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul.

Esse Movimento representava o desenvolvimento do processo que levaria ao nascimento do MST. Os agricultores organizados estavam conscientes de que, isolados, não teriam força política para fazer avançar a luta pela terra, pela reforma agrária

10. Esta carta foi publicada no Boletim SEM TERRA, ano II, nº 28, outubro de 1982, p. 8.

e pela democracia. Neste sentido, a formação de diversos movimentos sócio-políticos vinha acontecendo em várias regiões do País. Na cidade, a luta mais relevante foi a organização dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista nas greves que irromperam nesse processo de redemocratização. Assim emergiu o novo sindicalismo, que fundou a Central Única dos Trabalhadores. Outra luta que se desenvolvia era pela construção do Partido dos Trabalhadores. Todas essas lutas representaram a reconquista dos direitos, da dignidade da classe trabalhadora. Eram formas de automovimentação, em que as lutas do campo e da cidade se motivavam.

A formação do Movimento da Regional Sul foi a principal ação que abriu caminho para ampliar as experiências de luta pela terra. Se ainda não existiam as condições concretas para a formação de um movimento nacional, era urgente construí-las. A articulação aconteceria na construção de espaços de socialização política pelos próprios trabalhadores. Convenceram-se que somente eles poderiam fazer a luta avançar. E para isso era necessário construir novos espaços sempre. As ocupações são espaços de resistência, são práticas que levam às reflexões. Essas, por sua vez, são feitas nos encontros dos trabalhadores, onde socializam seus conhecimentos. É na reprodução desses espaços que novas experiências são geradas, nascendo novas lutas num processo contínuo. E esse processo em movimento dos espaços de luta é chamado de espacialização da luta pela terra. Foi com esse jeito de trabalhar que os sem-terra organizados na Comissão Regional prosseguiram com as lutas e com as reuniões nos municípios, fortalecendo a troca de experiências e promovendo debates a respeito das conjunturas econômica e política do País. Por essas iniciativas foram construídas as condições para a realização do Encontro Nacional, que aconteceu em janeiro de 1984.

Terra para quem nela trabalha

A Comissão Regional Sul organizou, nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a participação de 92 pessoas: sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. O evento representou, antes de mais nada, uma vitória. Após várias conquistas de terras e da caminhada em direção à unificação e formalização das ações das lutas camponesas, os sem-terra fundavam a sua organização. Estiveram presentes trabalhadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território de Roraima.

A CPT contribuiu com a organização do Encontro, que foi coordenado pelos sem-terra e dois assessores. O bispo D. José Gomes e presidente da CPT enviou uma mensagem de apoio à fundação do MST, informando que a Pastoral sempre foi e será um serviço da Igreja aos camponeses em luta por seus direitos. Também participaram representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da

Pastoral Operária de São Paulo. Essas participações expressavam a dimensão da luta pela terra que une os grupos Indígenas, os camponeses e os operários. Na realização das atividades, foram apresentadas as principais lutas e as políticas dos governos estaduais e federal, que depois de sistematizadas tornaram-se as referências para as análises das diferentes realidades dos camponeses. Essas informações, mais os conhecimentos construídos na história da luta, foram os parâmetros para pensar a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores eram resultados do modelo econômico que sempre os excluiu. Em alguns Estados a expansão da soja, da cana e da pecuária, em outros o café e o eucalipto. Foram analisadas as características comuns desse modelo: a expropriação, a expulsão da terra e a intensificação da concentração fundiária sempre geraram lutas de resistência; a migração contínua dos camponeses em busca de terras, resistindo ao trabalho assalariado. Em defesa das lutas de resistência estava a Pastoral da Terra, como principal organização de apoio. Em alguns Estados, os poucos sindicatos combativos existentes eram a única força dos trabalhadores. O crescimento do trabalho assalariado, os grandes projetos de colonização, a violência contra os posseiros e contra os sem-terra eram as marcas das políticas governamentais.

Nos cinco Estados do Sul havia experiências dos sem-terra na organização de movimentos isolados. No Pará, acontecia a luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA), que estava sob intervenção. Os trabalhadores criaram uma série de táticas de resistência contra o processo de grilagem, organizando os posseiros em suas comunidades. Nos outros Estados, havia resistência e a necessidade de construir uma forma de organização para fazer avançar a luta pela terra. Foram registradas diversas formas emergentes de organização que abrangiam os grupos de base, as comissões municipais, comissões regionais, mobilizações etc. As formas de luta incluíam as ocupações e a resistência na terra, os acampamentos, na sua grande maioria espontâneos, as negociações para pressionar o Incra e os governos estaduais.

Por outro lado, as táticas do governo eram desmobilizar a luta pela terra com a implantação de projetos de colonização, com promessas que levam ao esgotamento, principalmente com a cooptação de lideranças. Desse modo, fragmentava e enfraquecia os movimentos pela desmoralização dos líderes. Noutras vezes, apresentava soluções individuais, ameaçava e reprimia por meio da militarização da questão agrária. Dessa forma o governo estimulava a migração de mão-de-obra para as regiões onde desenvolvia grandes projetos, como a Transamazônica e Carajás. Ainda pretendia resolver os problemas fundiários do Centro Sul e Nordeste, levando os sem-terra para a Amazônia. Em alguns Estados, embora tivessem sido eleitos governadores de oposição ao governo federal, as políticas fundiárias não priorizavam os problemas dos sem-terra. Com poucas exceções, as relações de forças na composição política poderiam viabilizar apenas alguns assentamentos, por causa da intensificação dos conflitos.

Na leitura dessas realidades, os trabalhadores ponderaram sobre as perspectivas da luta de defesa e de resistência da classe. Era necessário fortalecer e consolidar a luta, por meio de uma organização autônoma; investir na socialização dos conhecimentos dos direitos, gerados pelas experiências de resistência e de organização; divulgar mais a luta por meio de publicações populares e dos meios de comunicação; realizar atos públicos, debater com a sociedade, romper o isolamento e o localismo; motivar a participação de toda a família para o fortalecimento da organização da base; lutar sem trégua e não aceitar de modo algum o jogo do governo e dos capitalistas. Essas ponderações tinham como referências as experiências, uma vez que todas as vitórias aconteceram na marra, por meio da ocupação, dos acampamentos e da pressão. Essas ações explicam o sentido da luta e das conquistas. São, em certa medida, a linguagem da luta pela terra. E que sempre precisa ser ampliada em educação, saúde, tecnologia, organização da produção e da comercialização etc.

O nosso Movimento daqui para frente

Esse Encontro teve como marca principal a persistência. Os exemplos da história camponesa e das práticas de lutas construídas, desde 1979, foram as lições que possibilitaram aos trabalhadores sem-terra fundar o MST. Mesmo frente aos diferentes obstáculos políticos e econômicos, os sem-terra perseveraram. A fundação do MST representou a firmeza e o ânimo da luta pela dignidade. No Documento Final do Encontro, os sem-terra declararam suas intenções de prosseguir com a luta pela conquista da terra e pela democracia:

ENCONTRO NACIONAL DOS SEM-TERRA
DOCUMENTO FINAL

Companheiros, nós trabalhadores sem-terra, representantes dos cinco estados do Sul, convidados da mesma categoria dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima e Pará, Organizações dos Trabalhadores, CUT, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e operários, bem como representantes da ABRA, CPT, Pastoral Operária e CIMI, nos reunimos nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984, no Centro Diocesano de Formação de Cascavel (PR), contando com a participação de aproximadamente 100 pessoas, com o objetivo de estudar os problemas e lutas dos Sem Terra.

Queremos, através deste documento, levar aos companheiros da Regional Sul, bem como a todos os 14 milhões de trabalhadores sem-terra do país inteiro, incluindo nossos irmãos índios, a comunicação dos principais debates e conclusões tiradas neste encontro:

I. REALIDADE

No relato das experiências de lutas feitas pelos companheiros dos diferentes estados, representados de Norte a Sul do país, constatamos com muita tristeza que os problemas aumentaram: cresceu o número de conflitos, a fome, a miséria, desemprego, mortes, assassinatos brutais de companheiros. Só no ano de 1983 foram mortos 116 trabalhadores em 15 estados, e seus assassinos continuam soltos. Aumentaram as migrações sobretudo do Sul para o Norte, fruto de uma campanha publicitária desencadeada pelos órgãos do governo e colonizadoras particulares. Esses mesmos imigrantes, mal-informados, vivem hoje na maior miséria, enfrentando pistoleiros, malária, doenças, falta de escolas e estradas. Os que gostariam de voltar não conseguem, pois seus recursos não pagam sequer passagens de volta.

Todos esses problemas e outros mais são conseqüências da política econômica, fundiária e agrícola voltada tão-somente para a exportação, em benefício do capital nacional e estrangeiro. Esse capital, por sua vez leva à concentração das terras nas mãos de poucos, eleva sempre mais o número dos sem-terra. Só no Paraná, na década de 70, saíram mais de 2,5 milhões da lavoura. No Rio Grande do Sul, 1,5 milhões e em Santa Catarina, 600 mil.

II. LUTAS

Por sua vez, aos pequenos proprietários só resta a luta de defesa e resistência pela permanência na terra. Uma primeira manifestação dessa luta são os conflitos de terra dos posseiros, meeiros e arrendatários.

A situação de opressão e exploração a que cada vez mais são submetidos os lavradores e os Sem-Terra e suas lutas de defesa, faz com que estes comecem a agir contra o projeto da burguesia latifundiária que quer se apropriar de toda a terra, e em vez de só se defender, começam uma luta pela reconquista da mesma.

Esta é a luta do Movimento dos Sem-Terra em quase todo o Brasil, no campo e na cidade: os acampamentos, as ocupações, o cumprimento do Estatuto da Terra, até a luta por um governo eleito pelos trabalhadores.

III. VITÓRIAS

Nossa luta pela reconquista da terra tem alcançado muitas vitórias em vários estados: fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS); Burro Branco e Aldarico Azevedo (SC); Fazendas Anoni e Cavernoso (PR); Cachorrinha (MG); Castilhos e Primavera (SP).

IV. CONCLAMAÇÃO

Conclamamos a todos os companheiros a se reunirem em torno de nossa causa que já nos une, que é a luta pela terra, contando para tanto com o apoio das Igrejas, CPT e CIMI e Sindicatos Autênticos.

Esperamos, num próximo encontro, ver multiplicados os esforços, articulações e o número de representantes engajados com a participação na mesma luta, de todos os estados da Federação.

A TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA E VIVE

Cascavel, 22 de janeiro de 1984[11]

No Encontro começaram os trabalhos para a definição da atuação política do MST, e a elaboração dos objetivos gerais que delineariam as ações, identificando o Movimento como forma de organização dos trabalhadores sem-terra. Nesse processo, esboçaram os primeiros objetivos gerais[12] pelos quais os sem-terra se propunham:

1 – lutar pela reforma agrária;

2 – lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo;

3 – integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.;

4 – a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver.

Outros objetivos, mais específicos, foram estabelecidos para o desenvolvimento do Movimento na conquista e resistência na terra. Era preciso dar prosseguimento aos encontros para trocas de experiências; envolver os sindicatos nas lutas; articular as lutas do campo com as da cidade, solidarizar-se com as lutas dos índios e sensibilizar a opinião pública para os direitos fundamentais do povo do campo. Também definiram as terras prioritárias para ocupação: todos os latifúndios e as terras devolutas.

Para a ampliação e desenvolvimento do Movimento foi estabelecido que os sem-terra organizados se deslocariam para os municípios onde os sem-terra não estão organizados, espacializando a luta e continuando a articulação regional. Esses trabalhos tinham por objetivos a formação do Movimento em todas as regiões. Para a espacialização da luta era fundamental desenvolver os seguintes trabalhos: procurar o apoio de Igrejas, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; realizar reuniões com as famílias em suas casas, nas comunidades; formar grupos de sem-terra; realizar assembléias; escolher líderes; estudar as leis e as situações dos sem-terra. Também ficou determinado que os sem-terra deveriam contribuir para com o fortalecimento dos sindicatos e desmascarar os dirigentes sindicais que não se comprometem com a luta pela terra. Nos sindicatos dirigidos por pelegos, fariam trabalho de base para tentar mudar a diretoria. Onde não existia sindicato seria preciso fundá-lo.

---

11. Relatório do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST: Porto Alegre, 1984, p. 19-20.

12. *Id.*, p. 14-15.

Com esses objetivos traçados, o caminho construído foi o da intensificação da luta pela terra, principalmente, por meio da ocupação. Com o aumento das lutas, seria necessário organizar comissões municipais, regionais e estaduais, desenvolvendo as atividades inerentes da luta para dar forma ao Movimento. Os estados mais bem organizados deveriam ajudar na formação do MST em outros estados. Os sem-terra decidiram que a forma de tratamento com os governos seria de acordo com os compromissos assumidos com a luta popular. Decidiram pela autonomia política do Movimento, recusando propostas que significassem controle e manipulação das lutas.

O conjunto de decisões e os objetivos definidos no Encontro foi constituindo o *caráter político* do MST. Nesse processo de formação estão contidos os princípios que consolidariam o Movimento. Nesse contexto nasceu o MST, fruto da luta popular, das experiências das lutas camponesas. Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta. Depois de vinte anos da perseguição e extinção das Ligas Camponesas, do MASTER e da ULTAB, nascia na luta pela terra um novo movimento camponês que começava a recolocar a pauta da reforma agrária no campo político. A partir dessas lições históricas e do fazer-se na luta, os sem-terra tinham aprendido que: *terra não se ganha, terra se conquista*.

Pode entrar todo mundo

Mais do que as decisões e objetivos, a própria realidade construída pelos sem-terra definia com peculiaridades as suas principais características. O Movimento foi se fazendo com lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Esse *caráter popular* de uma forma de organização, em que participam as mulheres, as crianças, os homens, os jovens e os anciãos, diferenciava o Movimento das outras instituições políticas. Durante a formação do Movimento, as famílias criam espaços de participação porque a dimensão da luta pela terra requer e envolve a todos. Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida. Daí a necessidade de participação de todos. Também perceberam que nesse ponto residia toda a sua força política. A participação das mulheres e das crianças no enfrentamento com a polícia demonstra que a luta é de vida e de morte. À medida que todos se incluem no Movimento, os camponeses tornam-se uma potencialidade extraordinária, de modo que o MST está sempre a multiplicar o seu poder político de luta e resistência.

Essa experiência foi além da participação da família. Pode entrar todo mundo que quiser lutar pela reforma agrária. Pode entrar o professor, o padre, o engenheiro agrônomo, o advogado, o técnico, o administrador etc. Essa condição deu consistência ao MST, que ao se abrir para a participação superou as características típicas do movimento camponês, quando participavam predominantemente os homens que trabalhavam

na terra. Procurando ampliar a luta, o MST criara diversas experiências de participação, sem perder sua identidade camponesa. A adesão ao Movimento dos que se predispuseram a lutar pela terra e pela reforma agrária dinamizou a organização e a ampliação dos interesses dos camponeses. No campo dos interesses reside a direção política, onde prevalece a lógica da participação efetiva dos que fazem a luta pela terra.

Em sua formação, o MST acrescentou *um componente corporativo*, no sentido associativo. A razão desta característica deve-se às experiências vividas nos assentamentos. Após a conquista da terra, os sem-terra precisam assumir um conjunto de lutas específicas, como por exemplo: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo, etc., que são lutas que interessam diretamente àquela comunidade. Ora, esse caráter foi incorporado por causa da própria lógica de desenvolvimento do Movimento. A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na própria terra o seu fim. Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta. Somente por meio de um forte movimento, os sem-terra transformarão a luta pela terra em luta pela reforma agrária. O caráter popular e o componente corporativo dimensionou o MST, qualificando a luta e dando um passo importante na construção da história da organização camponesa.

Outro *caráter*, cunhado na luta, é o *político*. O político aqui possui o sentido da pluralidade e da coerência, porque é a política que sustenta a convivência na diversidade. E a diversidade é a marca principal do MST, já que passou a reunir gente de todos os credos, de todas as culturas e de todas as regiões brasileiras. O MST, em seu desenvolvimento, reúne o *povo pobre* do campo e da cidade disposto a lutar. Em suas leituras das realidades, nas suas práticas de luta e nos espaços de socialização política, os camponeses sem-terra foram percebendo que a luta pela terra e a luta pela reforma agrária só se desenvolvem se forem feitas no contexto da luta de classes. Foi essa consciência política que determinou a forma de organização como movimento. Romperam com a estrutura na construção de um processo contínuo de transformação. Para garantir essa forma é preciso ter a autonomia política como essência. Essa concepção é resultado da prática social e da leitura que os sem-terra fizeram da história dos movimentos camponeses. Desse modo, procurando sempre aprender para não cometerem erros do passado, os sem-terra procuraram os líderes das lutas camponesas das décadas de 1950-60 para conhecerem suas experiências.

Os princípios da organização

Essa elaboração sistemática das experiências e das leituras da história da luta resultou num conjunto de princípios que passaram a reger o MST. Foi por meio desses fundamentos que os sem-terra criaram uma prática política diferenciada dos outros movimentos sociais. Contudo, considerando a genuinidade da forma de organização,

os princípios, em grande parte, não foram uma criação desses camponeses. Na realidade eles se inspiraram em outras organizações históricas, como as Ligas Camponesas, o MASTER e a ULTAB. Foram aprendendo na prática e com a história, que muitas vezes fora relatada pelas próprias lideranças sobreviventes desses movimentos históricos. Na construção desses preceitos encontra-se a essência do êxito do Movimento e que garantiu a sua perenidade.

Em seu desenvolvimento, o MST sempre teve como referências estes princípios: lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher.

Esse conteúdo político, formado desde a gênese e que é próprio da natureza do MST, foi determinando sua forma de organização. Desse modo, os *princípios organizativos* obedecem à lógica da *forma em movimento*, em que prevalece a idéia de processo participativo nas ações pela transformação da realidade. Assim, os sem-terra nunca tiveram um presidente. A sua forma de organização é composta por uma direção coletiva. Se contrapuseram criticamente às visões burocráticas, pelegas e mediadoras. Recuperaram a noção básica do avanço da luta através da participação e organização. Desse modo, em sua forma não existe cargo de presidente, tesoureiro, secretário etc. Esse tipo de estrutura facilitaria a repressão, seja do Estado ou dos latifundiários. Por essa razão, as instâncias de poder deveriam ser compostas por coletivos, nunca por cargos individuais.

A divisão do trabalho em todas as suas dimensões é condição fundamental para a organização se desenvolver, incorporando cada vez mais novas pessoas, de acordo com suas aptidões. Com esse princípio, propiciaram a descentralização administrativa, sendo menos burocrático possível, mantendo a autonomia de decisão para cada frente de luta. A disciplina é outro princípio lógico sem o qual não é possível construir uma organização. Essas regras foram elaboradas por meio do aprendizado das experiências históricas, tendo por base a prática da luta. Por essa razão, o estudo é outro princípio organizativo básico. Não basta dizer que a luta é justa, é preciso aprender a lutar e fazer a luta.

Da mesma forma, não basta conquistar a terra, é preciso construir tecnologias apropriadas para promover o desenvolvimento. Na histórica luta pela terra, os camponeses foram aprendendo que reivindicar não é o suficiente, é preciso fazer. Assim, não bastava reclamar a falta de escola, foi preciso fazer a escola. E nessa escola ensinam que é preciso aprender sempre. Nessa concepção, o aprendizado acontece pela prática e pela reflexão. Assim, as lideranças e dirigentes precisam estar vinculados permanentemente com a sua base social. Afinal fora por meio do trabalho de base que aquelas pessoas tinham gerado o Movimento. O trabalho de base é uma metodologia

de luta popular, que através de um conjunto de atividades: de reuniões e de formação de pequenos grupos, procura-se a participação de todos. Nestes espaços de socialização política pratica-se a experiência de democratização das informações, de conscientização dos principais problemas que afetam a luta. Nesses espaços nascem a organização e resistência, que levam as famílias ao fazimento da luta.

Nesse processo foi germinando a concepção de movimento social que os sem-terra construíram. Nos diversos encontros que aconteceram entre 1982 e 1984, bem como nos seguintes, os participantes foram gerando o MST. Desde o encontro de Goiânia, discutiu-se muito o caráter do Movimento. Nesse debate surgiram idéias que o vinculavam ora à CPT, ora ao sindicato. Se de um lado havia algumas experiências positivas da luta pela terra, realizadas com os apoios incondicionais da CPT e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais autênticos. De outro lado, nas avaliações concluíram que existem os limites dessas instituições no campo político da luta pela terra. Primeiro, o movimento em criação tinha que estar sob o controle dos trabalhadores, para garantir a sua autonomia. Portanto, não podia ser subordinado a uma instituição religiosa. Segundo, a estrutura sindical é restritiva, enquanto que a do Movimento é expansiva. Ao passo que o sindicato mantém um caráter formal, o Movimento se constituía, destituindo-se desse caráter. Afinal, durante a ditadura, os trabalhadores puderam sindicalizar-se, o que não podiam era politizar-se. A consciência política era considerada subversão. Por essa compreensão, essa nova concepção de movimento social autônomo sob o controle dos trabalhadores sem-terra foi definida no I Encontro do MST.

Todo esse processo que levou a constituição do MST representou, sem dúvida, um amadurecimento político-ideológico. Construíram um movimento de trabalhadores rurais com autonomia e heteronomia. Ou melhor, autonomia porque a direção política do Movimento não está subordinada a outras instituições, e heteronomia porque, na luta pela reforma agrária, envolveram outras organizações políticas, como sindicatos, Igrejas e partidos. Nesse ponto, vale lembrar que a luta pela reforma agrária é um dos problemas políticos de que estas instituições se ocupam. Defendem a realização da reforma agrária mas não são os sujeitos realizadores dessa luta. Elas participam da luta apoiando os camponeses, por meio de alianças, porque quem faz a luta são os trabalhadores sem-terra. Essa forma de organização tem a eficácia de permitir que essas organizações políticas perpassem o Movimento. Dessa forma, resgatou a noção de luta pela reforma agrária por meio de ocupações massivas de enfrentamento. Recuperou, assim, as origens dos movimentos de trabalhadores que sempre compreenderam que as conquistas e a correlação de forças só se alteram com a participação do povo.

Faltava, ainda, o nome. Esse foi outro debate. Movimento e Sem-Terra eram termos que compunham os nomes dos vários movimentos que formaram o MST. A imprensa havia popularizado o nome Sem-Terra, de modo que os camponeses que não possuíam terra, que trabalhavam em terras alheias, como o parceiro, o meeiro, o assalariado, enfim todos estes trabalhadores ficaram conhecidos como sem-terra. Mas essa denominação ganhou força quando estes camponeses intensificaram a luta pela terra. Dessa forma, no conceito de sem-terra está contida a idéia de luta e de resistên-

cia. A expressão sem-terra já era conhecida desde os idos dos anos 60 com a formação do MASTER. Mas, na realidade, esse substantivo foi cunhado na história da luta camponesa neste país, onde o latifúndio é a sua contraposição. Por essas razões, durante a discussão a respeito do nome, considerou-se a incorporação dos termos movimento sem-terra. Todavia, procurou-se contextualizar essas palavras no âmbito do caráter de classe, introduzindo os termos trabalhador rural. Assim, foi aprovado por unanimidade o nome: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Por fim, os participantes deliberaram que em 1985 realizariam o Primeiro Congresso do Movimento.

Sem reforma agrária não há democracia

Convocar todos os que lutavam pela terra foi o principal objetivo da realização do Primeiro Congresso, para ampliar o Movimento pelo território nacional. Durante o ano de 1984, vários encontros estaduais e reuniões foram realizados para a organização do Congresso. Os sem-terra contaram com o apoio e a participação da Comissão Pastoral da Terra e da Central Única dos Trabalhadores. De 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba (PR), aconteceu o Primeiro Congresso, do qual participaram cerca de 1.500 lavradores de 23 estados (RS – SC – PR – SP – MS – RJ – MG – ES – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – GO – MT – RO – AC e AM).

Por seu tamanho e diversidade política, a mesa de abertura representou a heteronomia da luta pela reforma agrária. Além dos representantes das coordenações estaduais dos sem-terra, a mesa foi composta pelo pastor luterano Werner Fuchs, pelo presidente da Comissão Pastoral da Terra, o bispo D. José Gomes e pelos bispos D. José Rodrigues, de Juazeiro (BA), D. Ladislau Biernarski, de Curitiba e pelo arcebispo D. Pedro Fedalto. O governo estadual estava representado pelo então secretário da Agricultura Claus Germer, e do Interior Nelton Friedrich, mais o advogado João Bonifácio Cabral do Instituto de Terras do Paraná. Também participaram Avelino Ganzer, vice-presidente da CUT e Ataíde Maranhão, líder sindical do Paraná. Havia, ainda, representantes de movimentos camponeses da América Latina, de entidades religiosas européias, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do CIMI, de grupos indígenas, do Movimento da Consciência Negra, do Centro de defesa dos Direitos Humanos, do Centro de Estudos Migratórios (CEM), bem como parlamentares de vários estados brasileiros.

Participaram mais de 300 mulheres. Entre elas, estavam Maria Oneide, do Pará; Elizabete Teixeira, da Paraíba; Santina Graciellc, do Mato Grosso do Sul; Maria de Fátima Lina Bandeira e Maria Pinheiro Pereira, do Paraná. Elas representam a história da luta camponesa em seus estados e no país. Participaram dos grupos de trabalho, discutindo a integração da luta nos acampamentos e nos assentamentos. Ao tomarem parte da luta, as mulheres também viabilizam a participação de toda a família. Relataram suas experiências e seus sofrimentos. Elizabete, Maria de Fátima e Maria Oneide

haviam perdido seus companheiros na defesa de seus direitos pela posse da terra. Da mesma forma, como em suas comunidades, em seus municípios, as mulheres ocuparam seus espaços no processo de formação do Movimento.

Outro ponto forte do Congresso foi o lançamento da primeira versão do documento *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964/1985)*. Em três anos, de 1982 a 1984, foram assassinados 277 trabalhadores rurais. A violência no campo sempre foi constante, lutar pela terra é lutar pela vida. A violência contra os sem-terra tem sido uma das marcas dos latifundiários e da impunidade anunciada dos governos. Quatro pessoas que sofreram diferentes formas de violência falaram sobre essa questão. Relataram seus trabalhos de luta e resistência, o padre Ricardo Rezende, da CPT Araguaia-Tocantins; Francisco Chagas, posseiro do Estado do Pará; Manoel da conceição, militante camponês do Maranhão, e Juvêncio Mazzarollo, que havia sido condenado pela Lei de Segurança Nacional e estivera preso. No debate, os participantes analisaram a conjuntura da luta e avaliaram que, mesmo com o fim da ditadura, a tendência era de aumento da violência, porque a impunidade dos assassinos é uma das marcas da questão agrária.

As realidades da luta pela terra foram analisadas por grande região. No Nordeste, o coronelismo, a grilagem, a fome e outras formas de violência contra a população foram relatadas. Para explicar as formas de resistência, os camponeses maranhenses cantaram: *"o risco que corre o pau, corre o machado / não há o que temer / aquele que manda matar, também pode morrer"*. Também mencionaram as lutas dos atingidos pela construção das barragens e o descaso do governo federal para com os camponeses. Apresentaram suas formas de luta e as conquistas por meio da ocupação. Em todos os estados nordestinos, a luta pela terra estava acontecendo, todavia necessitava de articulação para poder desenvolver a organização dos trabalhadores.

No Norte e no Centro-Oeste, os trabalhadores enfrentavam os maiores conflitos fundiários. A região do Bico do Papagaio era a região mais violenta do País. A grilagem de terras, a expropriação dos posseiros e o assassinato dos trabalhadores eram os principais fatos da violência. De 1982 a 1984, quase metade dos trabalhadores assassinados na luta e na resistência pela terra era dos Estados do Pará, Goiás e da Pré-Amazônia Maranhense. Os projetos de colonização realizados por empresas particulares ou pelo governo federal eram as formas utilizadas para levar mão-de-obra barata do Nordeste, do Sul e do Sudeste para o Norte. Os trabalhadores rurais foram utilizados para derrubar a mata e amansar a terra para os grandes fazendeiros. A maior parte das famílias, que foram levadas para os projetos, enfrentavam a falta de assistência. Sem as condições básicas para sobreviver, tornavam-se migrantes.

Na região Sudeste, os trabalhadores enfrentavam a expulsão, a expropriação e o assalariamento. Dezenas de milhares de famílias migraram para as cidades, onde passaram a viver em condições subumanas, nas favelas. A expansão da monocultura era a única política agrícola existente, de modo que a maior parte dos agricultores familiares estavam perdendo suas propriedades. Todavia a luta pela terra vinha crescendo

na região. Em São Paulo, nas regiões de Campinas, Araraquara e Andradina vinham ocorrendo ocupações. No norte do Espírito Santo e em mais de dez municípios do Rio de Janeiro, as ocupações de terra vinham crescendo. Em Minas Gerais, na região de Governador Valadares, nasciam novas lutas de resistência.

No Sul, com o avanço da organização dos sem-terra, os trabalhadores procuravam articular as lutas políticas, tentando envolver os sindicatos na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. Com a conquista de diversos assentamentos, a maior preocupação dos trabalhadores era com o desenvolvimento do Movimento. Expandir a organização para todo o Brasil era um dos objetivos que estava em discussão.

Algumas lideranças indígenas participaram do Congresso e denunciaram o processo de extermínio contra os índios brasileiros. Álvaro Tucano, da União das Nações Indígenas, expôs que há séculos os povos indígenas estão resistindo na terra, sofrendo constantes invasões por parte das empresas capitalistas nacionais e multinacionais, sob a fiança do governo federal. Afirmou a resistência dos povos indígenas e o apoio à luta pela reforma agrária.

As instituições presentes no Congresso fizeram uso da palavra para declararem seus apoios à luta pela reforma agrária. Dentre os discursos, o mais aclamado foi o do então presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu o compromisso de lutar para acabar com os latifúndios, para construir uma política de apoio aos agricultores familiares, para acabar com a miséria do povo brasileiro.

O presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, em 15 de janeiro de 1985, havia se comprometido a estar no Congresso. A confirmação de sua presença tinha sido feita pelo próprio Tancredo no dia 2 de outubro de 1984, no estádio Beira-Rio, quando participara de uma manifestação dos agricultores gaúchos para protestar contra a política agrícola do governo. Todavia, o presidente não compareceu e a cadeira que fora reservada para ele permaneceu vazia durante todo o Congresso. A não presença do presidente era um dos indicadores de que, mais uma vez, as reivindicações e os direitos dos camponeses estavam fora do projeto político do governo. Em suas análises da conjuntura política, os sem-terra já haviam concluído que o fim da ditadura não significava o fim das lutas sociais, ao contrário, os trabalhadores do campo e da cidade estavam conquistando direitos e espaços políticos para ampliar suas lutas. Nesse sentido, a luta pela reforma agrária era uma das condições da conquista da democracia. Afinal, o lema do Congresso era: *SEM REFORMA AGRÁRIA NÃO HÁ DEMOCRACIA*.

Naquele ano, iniciava-se um novo período da história do Brasil. Era o começo da Nova República e algumas das forças políticas de esquerda, especialmente o PCB e o PC do B, que apoiaram Tancredo, já haviam procurado os sem-terra para que aguardassem o projeto de reforma agrária do governo. Todavia, pelo conhecimento histórico e pela prática vivida, os sem-terra não se iludiram. Sabiam que a reforma agrária só seria realizada com a participação efetiva dos trabalhadores e por meio de ocupações de terra. Dessa idéia surgiu a bandeira de luta *OCUPAÇÃO É A ÚNICA SOLUÇÃO.*

Porque, afinal, todos são a favor da reforma agrária. A questão é fazer. Por essa razão, na ocupação da terra, os trabalhadores sem-terra assumiram essa responsabilidade inata, realizando a luta pela terra e impulsionando a luta pela reforma agrária.

Na formação do MST, os sem-terra foram construindo uma cultura popular que traduz o sentido da luta nas formas de canções, poesias, documentos e teatro. Nos intervalos dos trabalhos de grupo e à noite, os participantes apresentavam suas músicas, suas prosas, em que relatavam suas histórias. É uma dimensão pedagógica do Movimento, que se refere aos conjuntos de relações estabelecidas durante a formação de grupos de famílias na luta pela terra. Essa prática é uma contribuição para a formação da identidade política dos sem-terra. Essa cultura popular recupera e produz significados históricos, que são referências retiradas diretamente da realidade, das suas práticas, das suas experiências. São produções culturais que expressam coragem, sofrimento e obstinação. Ajudam a compreender melhor o mundo. Irreverentes mostram com suas palavras que a realidade é para ser descoberta em seus mais profundos recantos e incessantemente. Dessa forma, constroem conhecimentos, fazem filosofias e desafiam as teorias que os excluem da sociedade.

Nos momentos culturais, os sem-terra apresentaram músicas de todos os recantos do Brasil. Com a viola, a gaita e o pandeiro, cantaram a terra, a luta, o ontem, o hoje, o amanhã e depois de amanhã. Assistiram o filme "Um cabra marcado para morrer", que depois foi comentado por Elizabete Teixeira, a principal personagem do documentário. Vários livros que relatavam a luta e a questão agrária foram lançados. Também aconteceram exposições fotográficas da luta em várias regiões do País.

A memória da luta, representada por várias das pessoas presentes, teve seu momento nas homenagens feitas a Elizabete Teixeira, Manoel da Conceição e Juvêncio Mazarollo, que receberam uma escultura de madeira representando o símbolo de resistência da luta camponesa. Fizeram homenagens especiais para Marçal Tupã de Souza, índio guarani, assassinado em novembro de 1983, na luta pelos direitos dos povos indígenas, e Santo Dias da Silva, operário metalúrgico de São Paulo, assassinado pela Polícia Militar durante a greve de 1979. Também foram homenageados: Raimundo Ferreira da Silva (o gringo), líder camponês de Conceição do Araguaia; João Maria de Paulo, posseiro da fazenda Anoni, no Paraná; Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba; Benedito de Assis Bandeira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, no Pará, e Joaquim das Neves, advogado do Movimento Sem Terra do Mato Grosso do Sul. Essas pessoas morreram lutando pelo direito à terra e pela dignidade humana.

Depois de três dias de estudos e debates, os participantes aprovaram um documento final para ser entregue aos governos federal e estaduais. No documento os sem-terra exigiam:

"Em relação à distribuição e uso da terra:

Que seja realizada uma reforma agrária no Brasil com a plena participação dos trabalhadores rurais;

Que o governo aplique no mínimo 5% do orçamento da União na reforma agrária;

Que o governo distribua imediatamente todas as terras que estão nas mãos dos governos estaduais e federal;

Que os governos estaduais tenham autonomia para realizar desapropriações para a reforma agrária;

Expropriação de todas as terras das multinacionais e proibição de estrangeiros adquirirem terra daqui para frente no Brasil;

Colonização:

Fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativa;

Assistência adequada, em todos os níveis, aos projetos de colonização já existentes;

Sobre os órgãos governamentais de política fundiária:

Extinção do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF), do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CONDEVASF), como também dos institutos de terras estaduais;

Criação de novos organismos federais e estaduais com a participação dos trabalhadores no processo de criação e administração;

Em relação à violência no campo:

Exigimos que o governo federal assuma a apuração de todos os assassinatos e a punição dos mandantes e executores dos crimes;

Exigimos o desmantelamento de todos os organismos de repressão, inclusive os paramilitares;

Exigimos a autonomia do Poder Judiciário e a criação de um Fórum de Justiça Agrária no Poder Judiciário;

E com relação ao Estatuto da Terra, os trabalhadores rurais acabaram decidindo pela sua extinção e a criação de novas leis agrárias com a participação dos trabalhadores rurais e com base na prática e experiência de luta dos mesmos" (*Jornal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*, ano III, nº 42, fevereiro de 1985, p. 19).

Evidente que estes pontos representavam as perspectivas para os trabalhadores participarem do poder político e contribuírem com as transformações sociais, visando soluções para os enormes problemas que enfrentavam. O golpe militar de 1964 foi resultado da possibilidade dos trabalhadores entrarem no cenário político e, por seus direitos, participarem do poder. A Nova República foi resultado de uma estratégia das elites para tentar impedir os trabalhadores de participarem da construção das diretrizes políticas. Nesse tempo, depois de vinte anos de ditadura, as lutas organizadas dos camponeses e dos operários da cidade retomavam suas potencialidades. Ante essa realidade, no seu Primeiro Congresso, os trabalhadores rurais sem-terra estabeleceram a direção política da organização dos trabalhadores, da luta e do desenvolvimento do MST, com o propósito de conquistar espaços políticos, como única condição de transformar suas realidades. Com o objetivo de expandir a luta e fortalecer seus fundamentos, durante o evento foram propostos e aprovados os seguintes princípios do Movimento:

1 – que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;

2 – lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;

3 – ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;

4 – organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos e no partido político;

5 – dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;

6 – articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina (Normas Gerais do MST, 1989a, cap. II, p. 5-7).

Desse modo, estavam fincadas as bases para a formação do MST. Nos campos da expropriação e da resistência nasceram as sementes das experiências históricas do campesinato na construção de sua organização. No final do Congresso foi eleita a Coordenação Nacional com representantes de 12 estados, onde o MST estava organizado ou em vias de organização: RS – SC – PR – SP – MS – MG – ES – RJ – BA – SE – MA e RO. O fim do evento era o começo dos trabalhos que levariam o MST a se tornar um amplo movimento social. Terminava uma fase da história do MST, inaugurando um novo momento da luta pela terra, quando o MST começou a se organizar em várias regiões do Brasil.

No dia 31 de janeiro, realizaram uma manifestação pelas ruas do centro de Curitiba, expressando a esperança de um Brasil, onde a terra seja fruto do trabalho e a sua riqueza seja apropriada pelos trabalhadores, na luta contra as desigualdades sociais, geradora da fome e da miséria.

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MST 1985-1990

A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Para a compreensão do processo de formação e territorialização do MST é necessário entender como ele foi construído. No capítulo anterior destacamos os trabalhos da CPT e da Comissão Regional Sul na reunião das experiências de lutas pela terra. A coordenação dessas práticas e a reflexão sobre as diferentes formas de enfrentamento contra o latifúndio e o Estado foram ações importantes para se pensar em como construir uma organização dos camponeses sem-terra. Desse modo, os trabalhadores criaram as condições concretas para a formação de um movimento nacional. Na realização do Encontro de Goiânia, do Primeiro Encontro Nacional e do Primeiro Congresso, os sem-terra retiraram das lições das lutas as principais idéias para a construção do MST.

O ponto de partida para construir o MST em cada estado foi a organização de uma estrutura básica. Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos. Esses ensaios praticados durante anos de luta tornaram-se as referências que delinearam as formas de organização das atividades do Movimento. Desse modo, os sem-terra criaram suas instâncias de representação que são a direção e a coordenação estaduais, as coordenações de assentamentos e acampamentos. Evidente que esse processo foi sendo construído por etapas. O seu começo é a ocupação da terra.

Nos trabalhos de base, ou no *trabalho de casa em casa,* para a organização das famílias, a fim de realizar as primeiras ocupações no estado, inicia-se a construção do MST. Das conquistas surgem novas necessidades, aumenta o número de pessoas envolvidas na organização do Movimento e assim começa a construção da estrutura básica. Realizam encontros estaduais, definem os setores prioritários, escolhem seus representantes e criam uma secretaria. Com essas ações principiam a consolidação do MST no estado. Os desdobramentos desses atos – de conquista de espaços e frações do território – são processos de espacialização e territorialização da luta pela terra que o MST desenvolveu em quase todo o Brasil.

Esses processos acontecem ao mesmo tempo em vários municípios, estados e regiões. São lutas simultâneas, desde a organização para a ocupação da terra até as lutas por infra-estrutura no assentamento, na conquista do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), na elaboração de um projeto de educação para as escolas dos acampamentos e assentamentos, na alfabetização de jovens e adultos, na organização do trabalho e da cooperação. Para explicar esse movimento, utilizamos a expressão entretanto que nos dá uma noção do conjunto de ações concomitantes. Ao fazerem uma ocupação, os sem-terra já estão trabalhando na formação de novos grupos de famílias, negociando com o governo, enquanto os assentados estão lutando pela liberação da linha de crédito. Nesse tempo, trabalham a terra, organizam a produção, formam o Setor de Educação e lutam pela escola. *Portanto, o entretanto é um importante intervalo de tempo, quando no enquanto de uma luta começam a nascer outras.*

Quando de seu nascimento, na realização do Primeiro Encontro Nacional, existia uma articulação de lutas para romper com o isolamento das diferentes práticas de resistência. Dessa articulação, a Comissão Regional Sul destacou-se no desenvolvimento dos trabalhos de organização de um movimento camponês de amplitude nacional. Para tanto precisava dar conta das proporções que a luta pela terra atingia, principalmente no Nordeste. A organização das lutas precisava estar sob o controle politico dos trabalhadores. Esse foi um dos desafios enfrentados na construção do MST nesse período de sua história.

Esse modelo de organização foi elaborado na leitura das realidades e da história de luta do campesinato. Criar uma organização autônoma, socializar os conhecimentos dos direitos, romper o isolamento e ampliar as lutas e o Movimento são condições fundamentais para a construção da forma de organização do MST. Foram esses os objetivos que os sem-terra carregaram, quando partiram para construir novos espaços de lutas pelo território nacional.

No Encontro de Goiânia, em 1982, fora estabelecida a importância de se construir articulações regionais. O que de fato aconteceu nos estados do Sul, na criação da Comissão Regional Sul, que passou a coordenar a formação de um movimento nacional. No Primeiro Encontro Nacional, em 1984, um dos objetivos definidos para a formação de um movimento nacional foi que os estados mais bem organizados deveriam ajudar na construção do MST em outros estados. No Primeiro Congresso, 1985, formalizaram a coordenação nacional. Todos esses trabalhos significaram o começo de um grande desafio: construir o MST em todo o Brasil. Este é o conteúdo que analisaremos neste capítulo.

A reflexão sobre as experiências de luta e enfrentamento gerou uma metodologia de luta popular. Desde a organização das famílias na construção do espaço de socialização política até a ocupação e a conquista da terra, cada um desses procedimentos foi aprendido na prática social da luta pela terra. Esse aprendizado possibilitou a rápida territorialização do MST pelas regiões brasileiras. Todavia, os trabalhadores sem-terra enfrentaram muitos obstáculos na constituição das articulações políticas, que contribuíram para a formação do MST, como analisaremos a seguir.

Bahia

Uma das ações que marcam a identidade do MST é a ocupação da terra. No processo de construção do MST, a ocupação é o ponto de partida. Dessa prática social nascem experiências que se desdobram em políticas públicas e se multiplicam nas conquistas dos direitos à terra, ao trabalho, à educação, enfim às condições básicas da cidadania. Sem as ocupações não existiriam a maior parte dos assentamentos rurais. Essa certeza os sem-terra sempre tiveram. Foi assim que criaram as palavras de ordem: *terra não se ganha, terra se conquista* e *a ocupação é a única solução*. Embora o Movimento tivesse uma Coordenação Nacional, ele só existiria de fato por meio da realização de ocupações de terra. Não bastavam as lutas para resistir na terra, era fundamental criar lutas para entrar na terra. As experiências vivenciadas na lida foram as referências que os trabalhadores utilizaram para construir o MST no Nordeste.

Quando da realização do Primeiro Congresso, o MST já tinha um ano de vida, desde sua fundação e pelo menos 6 anos de experiência de lutas realizadas desde o princípio de sua gestação, em 1979. E mais, todas as reuniões e encontros organizados pela CPT e pela Comissão Regional Sul foram uma escola, onde se compararam e se confrontaram formas de resistências de luta pela terra em todo o Brasil. Foi nesse processo de aprendizagem que se elaborou a concepção de movimento camponês. Portanto, era preciso construí-lo. Esse era o desafio.

No extremo sul da Bahia, na divisa com o Estado do Espírito Santo, os sem-terra plantaram a primeira semente para a organização do MST no Nordeste. Naquela região existia uma articulação de lutas organizada pela CPT. Esses trabalhadores participaram do Primeiro Congresso e compuseram a Coordenação Nacional do Movimento. Todavia, naquele ano com a criação da Diocese de Teixeira de Freitas e a nomeação de um bispo conservador, a Comissão Pastoral da Terra, vinculada à CNBB, sofreu uma ofensiva e os agentes pastorais foram destituídos. No lugar da CPT, o bispo permitiu a organização da Pastoral Rural subordinada à Diocese. Perante as dificuldades para prosseguir com a organização dos sem-terra, os coordenadores solicitaram ajuda para constituir o Movimento. Ainda nesse ano, vieram alguns membros do MST de Santa Catarina e iniciaram os trabalhos para a construção do MST na Bahia.

Nesse tempo, os sem-terra participaram da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira de Freitas, dos encontros das Comunidades Eclesiais de Base, fundaram a Secretaria do Movimento e criaram uma escola sindical para formação política. Retomava-se, assim, a articulação dos trabalhadores por meio de levantamentos das situações das famílias sem-terra da região. Em novembro, realizaram uma reunião com sem-terra dos municípios de Itanhém, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Itamaraju, Eunápolis e Caravelas. Formaram uma Coordenação Regional com dois representantes de cada município e deliberaram sobre as formas de luta pela terra na região.

Na reunião foi discutida a concepção de movimento sem-terra, as perspectivas da reforma agrária e da luta pela terra no contexto da conjuntura política da região. Exis-

tiam muitos conflitos por terra, principalmente pelas lutas de resistência de posseiros. Muitas ocupações espontâneas eram rechaçadas pelas ações da polícia militar e por pistoleiros contratados pelos latifundiários. O debate a respeito da reforma agrária, no âmbito da correlação de forças políticas, era rejeitado pela direita e deixado em segundo plano pela esquerda. Defronte a essa realidade, predominava o medo ao se falar em reforma agrária ou luta pela terra. A Comissão Pastoral da Terra que tivera uma prática de organização dos sem-terra, fora desestruturada, restando os trabalhos nas CEBs de alguns religiosos, especialmente de alguns freis capuchinhos e da Pastoral da Juventude.

Para fazer avançar a articulação dos trabalhadores, os sem-terra, com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, começaram a convidar as famílias para participarem de reuniões nos povoados. Nessas reuniões, os sem-terra discutiam a estrutura da sociedade capitalista, a questão da reforma agrária e as formas de organização dos trabalhadores para realizarem a luta pela terra. Nesse período, o MST começara a publicar os cadernos de estudos, que ilustravam as lutas camponesas, e os cadernos de formação, que descreviam a trajetória de luta do Movimento. Também estudavam o Livro do Êxodo e tinham como referência a caminhada do Povo de Deus em direção à terra prometida. Desse modo, avaliaram que existia um forte potencial de organização, por causa da alta concentração fundiária e do grande número de desempregados.

Era necessário, portanto, definir uma metodologia de luta popular. E essa questão precisa ser aprendida por meio da reflexão sobre suas práticas de luta, bem como do conhecimento das experiências dos outros estados. A metodologia de luta popular, definida nesse processo, é uma prática social que reúne uma série de procedimentos de resistência para a conquista da terra de trabalho. Esse comportamento é uma forma de criação das condições necessárias para o enfrentamento com o latifúndio e as forças políticas que o apóiam.

Em janeiro de 1986, os sem-terra realizaram o Primeiro Encontro Estadual, quando decidiram fazer a primeira ocupação para construir o MST. Todavia, as outras forças da articulação teceram críticas à decisão, argumentando que essa forma de luta era "autoritária", porque era de origem sulista, porque o clima era quente e haveria muito sofrimento etc., de modo que não era possível praticá-la naquela região. Também acreditavam no insucesso da ação, nas dificuldades de manter o acampamento por ser muito difícil de se conseguir alimentos para as famílias. Na realidade, a prática da articulação até então era de apoio à luta dos trabalhadores. Realizavam trabalhos de conscientização dos direitos para que os sem-terra decidissem sobre suas ações. Mas, com a gestação do MST na região, os trabalhadores começaram a falar a sua própria linguagem. Conscientes, os sem-terra estavam tomando a ofensiva, de modo que não era mais os assessores das instituições de apoio que falavam e decidiam. A palavra final passou a ser dos trabalhadores.

Nesse entretanto, os sem-terra já faziam o levantamento das possíveis áreas que poderiam ser ocupadas. Embora houvessem críticas, igualmente existiam pers-

pectivas sobre a ocupação, principalmente por não haver outra proposta de luta e num ponto havia consenso: a reforma agrária somente será realizada se os trabalhadores estiverem organizados. Desse ponto de vista, os trabalhos e as críticas continuaram. A participação dessas forças, as pastorais e os sindicatos, foi essencial para a construção e formação do MST.

Durante todo o ano de 1986 e os primeiros meses de 1987, os sem-terra promoveram reuniões para a formação de grupos de famílias. Esse foi o período de gestação do Movimento na Bahia. No mês de julho, existiam 7 grupos formados por aproximadamente 600 famílias. Com as reuniões foi-se fortalecendo a organização do MST na região, porque incorporava novas lideranças que iam se destacando pela participação nos trabalhos de formação dos grupos de famílias. Esse conjunto de fatores propiciaram as primeiras condições necessárias para a construção do MST. Outro fator importante foi a eleição do governador Valdir Pires, que mudou o comando da polícia militar e, com receio de serem perseguidos, os principais pistoleiros deixaram a região, o que aliviou um pouco o temor das famílias com relação à violência praticada contra os trabalhadores na luta pela terra.

No dia 5 de setembro de 1987, o MST fez a primeira ocupação no Estado da Bahia e marcou o início do Movimento da região Nordeste. A terra ocupada pertencera à Companhia Vale do Rio Doce e fora desapropriada. Por ser uma parte de um projeto de plantação de eucaliptos, a área ficou conhecida como Projeto 4.045. Em torno de quatrocentos e cinqüenta famílias participaram da ocupação e acamparam numa parte da área total de 5.100 ha, no então município de Prado, hoje Alcobaça. Por causa dessa ocupação, o prefeito mobilizou cerca de 300 famílias, que ocuparam uma outra porção da área. Pelo fato das terras estarem desapropriadas, não houve despejo e iniciaram as negociações para a implantação do assentamento.

No máximo cento e cinqüenta famílias poderiam ser assentadas, de modo que os grupos excedentes deveriam ser remanejados para outras áreas. Isso significou tanto a desistência de parte das famílias, quanto a continuidade dos trabalhos de organização para a realização de novas ocupações. Três meses depois, o MST faz nova ocupação em uma outra área conhecida como Riacho das Ostras, que também já estava desapropriada. No mesmo município, em torno de cem famílias ocuparam 2.000 ha. Essas conquistas eram indícios do fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais sem terra na região. Em conseqüência, os latifundiários se organizaram e fundaram a UDR para defenderem seus interesses e privilégios.

No dia 12 de março de 1988, o MST organizou outra ocupação e num mesmo dia entrou com mil e trezentas famílias no latifúndio denominado fazenda Bela Vista, no município de Itamaraju. Diante da conjuntura política que se formara com as ocupações, as críticas ao MST aumentaram e aconteceu o recuo de alguns sindicatos. Estes alegavam que aquele momento não era para fazer ocupações, porque aquele era um ano de eleições e poderia prejudicar os candidatos que eles apoiavam, que temiam o aumento da violência contra as famílias sem-terra por cau-

sa da organização da UDR etc. Nesse entretanto, no confronto pelo espaço político, a Pastoral Rural realizou um encontro na sede da Diocese e reuniu agentes de várias pastorais, sindicalistas, membros do Partido dos Trabalhadores, e, também, algumas lideranças do MST. Trouxe assessores para analisar a conjuntura política e a questão agrária. Novamente fora reforçada a tese que o MST era autoritário, que estava se burocratizando, que no Rio Grande do Sul os sem-terra já não participavam das decisões como no princípio da década de 1980. Havia uma tentativa de desmoralização do MST para desautorizá-lo a atuar na região.

Pelo fato do MST já estar com duas ocupações vitoriosas na região e possuir reconhecimento das forças políticas, isso dificultou a intenção de se criar a possibilidade de fazer o Movimento deixar de atuar na região. Também os sem-terra conseguiram abrir um canal de negociação com o governo do Estado, situação inédita até então. Como resposta aos assessores, os representantes do MST explicaram que no Rio Grande o Movimento estava se organizando em dezenas de municípios, portanto a forma de participação nas decisões já não era tão simples. Era impraticável reunir sempre centenas de pessoas, por essa razão os trabalhadores estavam construindo novas experiências de criação de novas formas de organização e instâncias de representação. Apesar das divergências com relação à conjuntura política do momento, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o MST chegaram a um consenso: que deveriam trabalhar em conjunto para desenvolver a luta pela reforma agrária, embora isso nunca chegasse a acontecer.

Em menos de uma semana de acampamento, a repressão foi rápida e eficiente. Embora os sem-terra estivessem negociando com o governo do Estado, essa condição não impediu que a polícia realizasse um despejo violento. Era uma questão de honra para a UDR que o MST não efetivasse uma ocupação no município de Itamaraju, onde mantinha sua sede, de modo que os latifundiários dirigiram o despejo, transportando as famílias de dentro da fazenda para a beira da BR 101. Como a polícia não estava preparada para fazer o despejo de uma ocupação tão grande, fizeram um acordo com os sem-terra para que as famílias acampassem perto da cidade. Mas, a elite da cidade tinha um compromisso de impedir que os sem-terra permanecessem no município e os latifundiários levaram as famílias para outros municípios. Por sua parte, a polícia prendeu várias lideranças, que retornavam da capital, onde tinham participado de uma negociação com o governador. A PM alegava que estava "protegendo" os sem-terra da UDR, tentando assim consumar a derrota do Movimento.

A repercussão do fato foi motivo de julgamento dessa forma de luta, de modo que as forças que compunham a articulação reforçaram os argumentos contrários à ocupação. Embora o MST tivesse acumulado forças e reconhecimento com as duas primeiras vitórias, esse despejo violento quase que desestruturou a organização das famílias em luta. No entanto, um grupo de cem famílias escapou do banimento e acampou numa área de 4 ha pertencente ao seminário dos freis capuchinhos, na cidade de Itamaraju. Se para a burguesia a questão de honra era expulsar as famílias, para os capuchinhos era uma questão de princípios cooperar com a perseverança dos sem-terra.

Esse ato foi essencial para a construção do MST na Bahia. Numa semana, mais de seiscentas famílias, que haviam sido segregadas, reconcentraram-se naquela área cedida pelos freis, que se tornou uma base territorial para a resistência e continuação da luta.

A resistência é uma força política construída pela organização e fortalecida pela consciência dos direitos; é tanto uma forma de impedir que as forças contrárias à reforma agrária ampliem seu espaço político, quanto um processo de construção e dimensionamento do espaço político dos sem-terra. Portanto, a resistência demarca, no campo da luta de classes, a linha divisória das ações de poder que se movimentam de acordo com a competência e a criatividade de ambas as classes. Desse modo, para fazer avançar a luta, a Coordenação Estadual do MST negociou com o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) a desapropriação de uma área, em noventa dias, para o assentamento das famílias. Outro ato foi praticado no dia 7 de abril, quando as famílias realizaram uma passeata pelas ruas de Itamaraju para alertar o governo do vigor da organização. No dia 18 de maio, a Coordenação do MST reuniu-se com o governador Valdir Pires e deu um ultimato para que o governo interviesse a fim de agilizar as desapropriações e liberar recursos para a alimentação das famílias.

Vencidos os noventa dias, sem obter resposta, os sem-terra retomaram as ocupações. No final de julho de 1988, as famílias acampadas em Itamaraju ocuparam as fazendas Reunidas-Corumbau e Vale do Rio Doce, no município de Prado, e a fazenda Boa Esperança em Porto Seguro. A Pastoral Rural e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, novamente, criticaram o MST por fazer várias ocupações ao mesmo tempo. Até então, a prática era de fazer uma ocupação por vez. Somente depois de efetivada a conquista é que se fazia uma nova ocupação. Todavia, o Movimento experienciava o dimensionamento e a intensificação da luta pela terra. O número de ocupações era equivalente às condições de organizar grupos de famílias. O aumento do número de ocupações pode elevar o potencial da pressão popular e o poder de negociação.

Nesse momento, o Movimento criou formas de enfrentamento para garantir a permanência na terra. Do outro lado, a UDR divulgava que estava contratando pistoleiros de outros estados para expulsar as famílias sem-terra das áreas ocupadas. No município de Prado, os trabalhadores interditaram as estradas de acesso aos acampamentos para resistir ao despejo e pressionaram o governo para abrir canais de discussão a respeito dos conflitos. O secretário da agricultura veio a Itamaraju para mediar uma negociação entre o MST e a UDR. No caso da fazenda Reunidas-Corumbau, o latifundiário exigia a retirada imediata das famílias. Todavia, diante da decisão de resistir, o que agravava o conflito, a polícia aguardava os resultados da reunião entre sem-terra e latifundiário.

Da reunião participaram membros da Coordenação do MST, membros da UDR e o secretário da agricultura. Começaram a negociar, no início da noite, e as condições colocadas por ambas as partes não levavam à solução do conflito. A UDR ameaçou se retirar da reunião por várias vezes e o secretário insistiu na retomada das discussões. Depois de várias horas de embate, o latifundiário aceitava negociar

as terras com o Incra, desde que as famílias deixassem a área. Os sem-terra não aceitaram a proposta. De madrugada, surgiu uma nova proposta: os sem-terra sairiam da área por trinta dias, para que o fazendeiro tirasse a madeira da área e depois retornariam definitivamente para a terra. Sem outra possibilidade de negociação, os sem-terra aceitaram a proposta. A área ocupada faz divisa com uma reserva indígena. Os trabalhadores solicitaram aos índios uma área de 2 ha para transferir o acampamento. Passaram-se os trinta dias; e, sem resposta, as famílias reocuparam a fazenda e apreenderam uma parte da madeira.

Da mesma forma como na luta da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, que teve, na compra da Nova Ronda Alta, a condição para superar o desgaste da resistência, promovido pelo Estado, o seminário foi o território onde foram geradas as condições fundamentais para a persistência. Aquela luta, que quase resultou num fracasso, foi transformada numa das mais intensas formas de resistência. No 5º Encontro Nacional (1989), os sem-terra baianos receberam o prêmio de melhor resistência ao despejo.

Procurando vencer os impedimentos ao direito dos trabalhadores sem-terra de construir o seu movimento, em fevereiro de 1989, iniciaram outra ocupação em terras devolutas, conhecidas como Sapucaieira, no município de Prado. Essas terras foram griladas por um deputado estadual do PMDB, do mesmo partido do governador. O despejo foi imediato. Apenas duzentas famílias chegaram ao local, porque a ação foi parcialmente interrompida. A polícia, informada da ação, cercou as saídas das cidades de Itamaraju e Teixeira de Freitas. Por causa desse bloqueio, trinta caminhões foram apreendidos. Nesse entretanto, doze caminhões dos municípios próximos à divisa com o Espírito Santo foram retidos ao chegarem na cidade de Prado. Nessa ação, a polícia identificou noventa pessoas que entendiam ser lideranças e prendeu. As delegacias de Itamaraju e Prado ficaram lotadas de trabalhadores. Depois obrigou as famílias a retornarem para os municípios de onde haviam partido. A polícia estava certa de que havia frustrado a tentativa de ocupação e retirou o bloqueio das estradas.

Nesse ínterim, enquanto as cadeias estavam lotadas de sem-terra, no município de Prado, novecentas famílias ocuparam as fazendas Revesa e Três Irmãos. Os acampamentos foram montados no meio da mata, de modo a dificultar um possível despejo. Os sem-terra denunciaram a existência das terras devolutas e exigiram a presença de um representante do governo estadual para libertar os presos imediatamente e negociar soluções para as áreas ocupadas. A fazenda Revesa foi demarcada e sobraram 300 ha que foram ocupados pelas famílias. Nesse intervalo de tempo, o MST ocupou novamente a Sapucaieira. Sem ordem judicial, a polícia militar comandou o despejo de cento e vinte famílias. As famílias foram espancadas e seus pertences queimados. Prenderam, humilharam e torturaram oito líderes. O Movimento denunciou as atrocidades junto a diversas instituições de Direitos Humanos e o governo enviou um emissário para acompanhar os conflitos na região.

As áreas ocupadas foram destinadas à implantação de assentamentos. A cada conquista, o MST fortalecia sua ação e fazia valer a tese de que somente por meio da

ocupação as famílias seriam assentadas. Apesar dos trunfos, existiam famílias que participaram das várias ocupações e ainda não alumiavam a possibilidade de entrar na terra. Dessa forma, ocuparam outra fazenda da Companhia Vale do Rio Doce, no município de Eunápolis. A área estava em negociação entre empresas que plantavam eucalipto. Na tentativa de expulsar as famílias, um trabalhador foi assassinado por pistoleiros. Os sem-terra partiram para o enfrentamento e conquistaram a área, por meio do enfrentamento e da negociação, rompendo com as situações em que *os pistoleiros são colocados para expulsar posseiros e sem-terra e a polícia é uma cerca para impedir os sem-terra de ocuparem.*

Em 1989, uma parte importante da forma de organização do MST da Bahia já estava construída, de modo que os sem-terra começaram a territorializar o Movimento no Sul Baiano e realizaram uma ocupação no município de Camamu. Ocuparam a fazenda Mariana em uma região de muitos conflitos entre posseiros e grileiros. A chegada do MST na área contribuiu para o desenvolvimento dos embates. Os trabalhadores foram despejados, reocuparam e plantaram numa área de 20 ha. Várias ocupações e reocupações foram realizadas nos latifúndios e em terras devolutas e griladas. Para pressionar o governo federal, iniciaram as ocupações da Superintendência do Incra, com o objetivo de regularizar as áreas ocupadas. As experiências das lutas, os erros e os acertos, foram refletidos e constituídos em saberes, utilizados no desenvolvimento de novas práticas de resistência, com o objetivo de transformar a realidade. Daquilo que, num primeiro momento, foi colocado como muito difícil, isto é, ocupar a terra, era agora uma ação conhecida pela dureza do enfrentamento e pela alegria da conquista. O início do processo de construção do MST no Estado da Bahia estava consumado.

Sergipe

O processo de construção do MST no Nordeste foi simultâneo e aconteceu através de várias lutas. Foram ações semelhantes porque fazem parte de um processo de resistência camponesa na conquista da terra. Mas são distintas pelas histórias que construíram. Desde a participação de nove trabalhadores no Primeiro Congresso do MST, iniciaram-se os trabalhos para a formação do MST em Sergipe. Em 1985, no Leste Sergipano, nas regiões de Propriá e Pacatuba, existiam vários conflitos por terra. As forças que compunham a articulação das lutas eram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Diocese de Propriá, por meio da CPT e das CEBs.

Em setembro de 1985, a fazenda Barra do Onça, de 6.378 ha, no município de Poço Redondo, foi ocupada e conquistada por vários grupos que compunham trezentas famílias. Durante o processo de resistência, a polícia invadiu o acampamento, destruiu os barracos, prendeu e torturou trabalhadores e assessores. Essa ocupação foi uma ação conjunta da CPT, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do MST, que ainda não tinha uma estrutura de organização definida. Estava vivendo o processo de gestação. Nessa época, o Movimento era coordenado por trabalhadores que também eram membros do Sindicato de Nossa Senhora da Glória, onde funcionava a sua secretaria.

Em 1986, os sem-terra ocuparam a fazenda Borda da Mata, de 1.179 ha, no município de Canhoba. O MST participou da organização das duzentas famílias envolvidas. Dessa ocupação, também participaram a CPT, o Movimento de Educação de Base (MEB) e o PT. Embora as famílias fossem despejadas, depois de quatro meses, conquistaram a terra. Em 1987, o MST e a CPT participaram da organização dos posseiros, que resistiam à expropriação, no município de Nossa Senhora da Glória. Da mesma forma, organizaram uma ocupação, com setenta famílias, da fazenda Morro do Chaves, no município de Propriá.

Todas essas experiências foram fundamentais para o processo de formação do MST-SE. Todavia, de acordo com a concepção de movimento elaborada pelos sem-terra desde o Primeiro Encontro Nacional, os trabalhadores precisavam criar um movimento autônomo. A luta pela terra é feita pelos camponeses, as entidades de apoio são essenciais, mas não deveriam coordenar as ações. Essa prerrogativa precisava ser dos trabalhadores, conforme os princípios do Movimento. Era necessário, portanto, construir o MST no Estado de Sergipe. No Sertão Sergipano, no município de Itabi, em setembro de 1987, aconteceu o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Sem Terra, que reuniu noventa e duas pessoas de seis municípios. Nesse evento, os sem-terra decidiram construir uma política de relação com o movimento sindical rural e urbano, com a Igreja e buscar o máximo de alianças em apoio à luta pela terra e à luta pela reforma agrária.

No Encontro decidiram realizar uma ocupação no Sertão. Um mês depois, noventa e sete famílias ocuparam a Fazenda Monte Santo, de 1.003 ha, no município de Gararu. A organização dos grupos de famílias era resultado do trabalho de construção do espaço de socialização política. Essa já era uma prática exercida pelos agentes de pastorais e sindicalistas nas comunidades. Por meio da divulgação de formação de grupos, novas famílias foram se integrando ao processo de luta. A fazenda era conhecida por parte das famílias que sabiam da situação de abandono da área. A terra foi desapropriada por interesse social, mas o latifundiário desmembrou a fazenda em seis áreas, tentando evitar a desapropriação, de modo que o conflito foi acirrado. O primeiro despejo saiu em uma semana e dez trabalhadores foram presos. Da ocupação à conquista da fazenda, demorou dois anos e as famílias ocuparam e foram despejadas onze vezes, até o Incra classificar a fazenda como latifúndio por exploração. Nessa terra foi implantado o Assentamento Nova Esperança.

O MST sergipano nasce nessa ocupação. De 1985 a outubro de 1987, o Movimento foi sendo concebido. Os sem-terra criaram uma nova secretaria no município de Gracho Cardoso e elegeram a Coordenação e a Direção do MST. Nesse processo receberam o apoio de alguns religiosos e igualmente receberam muitas críticas por parte de agentes de pastorais e sindicalistas. Construir o seu próprio espaço político e tê-lo sobre seu controle, também, gerou divergências entre as forças políticas que formavam a articulação de luta pela terra em Sergipe. As discordâncias estavam no modo de entendimento da forma de organização do Movimento e das táticas de luta. Nesse caso, da mesma forma como aconteceu nos outros estados, o embate referia-se a uma questão estrutural. O MST não é uma organização de apoio à luta dos sem-terra.

Ele é a luta. Por essa razão, não é uma instituição ou entidade de fora do processo, que existe para ajudar a organizar as famílias na ocupação dos latifúndios. De fato, as famílias são o MST por estarem organizadas no Movimento. O MST não existe sem os sem-terra, enquanto que a CPT, os sindicatos de trabalhadores rurais, os partidos políticos existem por serem organizações mais amplas. Todavia, essas instituições perpassam o MST e são fundamentais para a sua construção.

Construir o MST foi o grande desafio dos sem-terra em todos os estados. Para tanto, foi fundamental tomar para si a responsabilidade do processo de luta que sempre fizeram. Essa condição foi e é determinante na construção da identidade do Movimento, de modo que a direção do processo de luta não pode ser de outras organizações. Saber pensar a luta concreta é, antes de mais nada, um procedimento de quem a faz e vive. Foi desse modo que os sem-terra criaram uma metodologia da luta popular. Evidente que o debate com assessores e intelectuais a respeito das práticas é essencial, mas não elimina, de modo algum, a reflexão dos trabalhadores sobre suas próprias ações, que são, até mesmo, a fonte de referências para todos os outros pensadores. Assim, o desafio era multiplicar e ampliar as ocupações, tornando-as massivas. A cada ocupação aumentava a repressão por parte dos latifundiários e do Estado, de modo que um pequeno grupo de famílias tinha poucas chances de conquistar a terra. A ocupação era *uma forma de luta*, portanto era preciso desenvolver outras formas e combiná-las, tendo como referências as experiências construídas em todos os estados.

A ocupação da fazenda Monte Santo que resultou na conquista do assentamento Nova Esperança marcou o início do processo de consolidação do MST em Sergipe. O Movimento se tornaria a principal organização dos trabalhadores na luta pela terra. Com o refluxo da Diocese de Propriá que extinguiu a CPT e enfraqueceu o MEB, a luta pela terra passou a ser desenvolvida principalmente pelo MST. O movimento sindical, filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe, apenas reivindica terra junto ao Incra, postando-se, inclusive, contra a ocupação da terra. Na construção do caminho da luta, no Agreste Sergipano, quatrocentas famílias organizadas no MST ocuparam a fazenda Betânia, em outubro de 1988, no município de Lagarto. Os proprietários entraram com pedido de reintegração de posse e as famílias foram despejadas de forma violenta. A polícia destruiu cento e cinqüenta barracos, queimou parte dos pertences das famílias e prendeu instrumentos de trabalho. Construindo a resistência, os sem-terra acamparam no povoado de Jenipapo.

Nesse tempo, o MST estava com dois acampamentos no sertão e no agreste. A Coordenação Estadual procurou *dar um salto de qualidade* na luta. O MST vinha realizando trabalhos de base no Leste Sergipano, de modo que reuniu parte das famílias acampadas e efetivou uma ocupação no município de Pacatuba. Na madrugada do domingo de carnaval de 1989, aproximadamente mil famílias, quase cinco mil pessoas, entraram na Fazenda Santana do Cruiri. A participação das famílias do Sertão e do Agreste nessa ocupação, próxima ao litoral, tinha um importante significado do fortalecimento da organização dos trabalhadores. A ação conjunta das famílias significava concentrar forças para a conquista de terras nas suas regiões. Assim, procuram

colocar na pauta política do governo a questão da reforma agrária. Desse modo, o MST apresentou ao governador e ao Incra uma pauta de reivindicações.

No dia 10 de fevereiro, os sem-terra realizaram manifestações diante do Palácio do Governo. O principal ponto das reivindicações era a desapropriação de várias fazendas para assentar todas as famílias acampadas. Diversas reuniões foram realizadas, em Aracaju e Brasília, entre os sem-terra e os governos estadual e federal. As terras da Cruiri eram parte de um grande latifúndio de 5.000 ha e depois da divisão ficou com 584 ha. No processo de negociação, a fazenda foi desapropriada e foram assentadas trinta e cinco famílias. Nesse entretanto, os sem-terra reivindicaram e ocuparam outras áreas: Priapu e Pau torto, em Santa Luzia do Itanhy; Paiaiá, em Cristianópolis, e Pontal, no município de Japaratuba. De 1985 até 1989, a forma de luta pela terra desenvolvida pelo MST propiciou a conquista de oito assentamentos.

Evidente que esse avanço do MST por quase todo o estado alertou os latifundiários, que criaram a UDR tendo como base política a Associação dos Criadores de Sergipe. Os deputados proprietários de terra reagiram e investiram contra os sem-terra. A mídia passou a atacar os trabalhadores acusando-os de serem "invasores e guerrilheiros", aumentado o clima de tensão existente. Em maio de 1989, quando a fazenda Tingui foi ocupada por 250 famílias, o governador ordenou pessoalmente o despejo, alegando que, depois dos acordos para implantação dos oito assentamentos, *esperava que os sem-terra não fizessem mais ocupação no seu estado*. A polícia agiu violentamente atacando as famílias, prendendo as lideranças e forjando a apreensão de armas em poder dos trabalhadores. A fazenda de 2.000 ha, localizada nos municípios de Riachuelo, Malhador e Santa Rosa de Lima, estava com um processo de desapropriação e os sem-terra ocuparam para pressionar o Incra. Os sem-terra ocuparam a sede do Incra, em Aracaju, para protestar contra o despejo e a vagareza.

Em setembro duzentas e quarenta famílias ocuparam uma área denominada Saco do Couro, no município de Malhada dos Bois, e foram novamente despejadas por meio da ação violenta da polícia militar e de jagunços contratados pelos latifundiários. As lideranças passaram a receber ameaças de morte. O MST tornara-se a principal força contra o latifúndio e estava desafiando o poder dos mandatários. A despeito da violência por meio das perseguições e das ameaças, os trabalhadores sem-terra haviam construído o MST em Sergipe.

Alagoas

De 1985 a 1990 foi o primeiro período em que os sem-terra trabalharam na construção do MST no Nordeste. Nas terras de Zumbi, as constantes lutas da resistência pela conquista da terra iniciava uma nova fase. Quatrocentos anos depois das conquistas dos primeiros quilombos, a luta contra o cativeiro humano tornara-se a luta contra o cativeiro da terra. No início da década de 1980, na Região Serrana dos Quilombos, principalmente no município de União dos Palmares, numa área denominada Terra Preta, aconteceu

uma luta de resistência dos camponeses, que ameaçados de expropriação lutaram contra o avanço do latifúndio. Em meio das lutas de resistência iniciou o processo de construção do MST em Alagoas. No Primeiro Congresso, o Estado de Alagoas foi representado por dois membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapi. Esse município está localizado no alto sertão alagoano e foi o berço do MST.

No Sertão Alagoano, no dia 26 de janeiro de 1987, aconteceu a primeira ocupação de terra organizado pelo MST. Os sem-terra entraram na fazenda Peba, no município de Delmiro Gouveia. A decisão para ocupar a fazenda derivou de um conflito entre o grileiro e 66 famílias que haviam feito um *arrendamento de boca* de uma parte da fazenda em 1985. Nesse tempo, o Governo apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária. O arrendamento foi um jeito que o latifundiário-grileiro criou para tentar se livrar da desapropriação, já que a terra era devoluta e as terras não estavam sendo aproveitadas. No meio do arrendamento, as famílias viram suas roças de milho, feijão, algodão, batata e arroz serem destruídas pelo gado, que fora colocado pelo latifundiário com o objetivo de expulsá-los da terra, já que a área não fora declarada pelo Incra para fins de reforma agrária. Os camponeses-rendeiros resistiram e o grileiro propôs uma indenização. As famílias não aceitaram e a polícia começou a intimidar os lavradores. Em novembro de 1986, foram intimados a comparecer em uma audiência em Maceió. O grileiro tornou-se presidente da UDR da região e passou a utilizar seu poder político para resolver a questão de acordo com os seus interesses. Diante das pressões e ameaças algumas famílias abandonaram a área e a maior parte resistiu.

Ainda, em outubro de 1986, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapi e responsáveis pela construção do MST em Alagoas promoveram um encontro regional para discutirem a luta pela terra. Um grupo foi conhecer a resistência das famílias que ocuparam a fazenda Borda da Mata, em Canhoba, no Estado de Sergipe. Em Alagoas, na fazenda Peba, ante ao conflito iminente, os trabalhadores em conjunto com o Sindicato de Delmiro Gouveia organizaram cinqüenta e oito famílias e ocuparam a fazenda Peba para somar forças com os rendeiros resistentes e conquistar a terra. Todavia, no dia seguinte à ocupação, a polícia cercou o acampamento e o juiz veio pessoalmente e avisou verbalmente para as famílias saírem da área. Houve tentativa de resistência, mas a polícia efetivou o despejo. Os sem-terra acamparam na estrada próxima à fazenda e denunciaram a situação, de modo que em maio o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário aprovou a desapropriação das terras. Em 1987, o MST também ocupou a fazenda Lameirão, em Delmiro Gouveia, e começou a negociar a desapropriação da área.

Na madrugada do dia 26 de fevereiro de 1988, sem que o Incra se pronunciasse com relação à desapropriação, os sem-terra, agora com um grupo de setenta famílias, ocuparam novamente a fazenda Peba. Em abril, as famílias acampadas foram a Maceió e ocuparam o pátio da Secretaria de Agricultura do Estado, para protestar contra a indiferença do governo para com a situação dos sem-terra. As reivindicações eram: alimentação, sementes e audiência com o Incra. Os trabalhadores conseguiram cestas básicas para todas as famílias por dois meses e sementes para o plantio. Ao mesmo

tempo negociaram com o Incra, que comprou 186 ha da fazenda e assentou oito famílias. O grileiro havia desmembrado a fazenda Peba e havia vendido pequenas áreas, de modo que se livrou da desapropriação e acabou por vender uma parte da área para o governo. Os trabalhadores também pressionaram o Incra para a desapropriação da fazenda Lameirão de 1.600 ha. Em dezembro de 1988, a CPT, o MST e a CUT realizaram a Primeira Romaria da Terra do Estado de Alagoas, quando participaram duas mil famílias em União dos Palmares. A caminhada terminou no alto da serra, onde está a estátua de Zumbi. Nesse lugar, celebraram a luta pela terra, as conquistas e a resistência.

Essas lutas marcaram o nascimento do MST no estado, que é dominado pelo poder dos latifundiários. Conforme o Censo Agropecuário, em 1980 havia 244 estabelecimentos com área de 458.671 ha, ou seja, uma área igual à quarta parte do território alagoano. Nessa década, metade da população alagoana vivia no campo e enfrentava um intenso êxodo rural. A luta pela terra e a resistência dos camponeses eram massacradas pelo poder do coronelismo. A violência contra os trabalhadores era marcada tanto pela atuação dos pistoleiros contratados pelos latifundiários, quanto pela prática violenta da polícia militar. Em Maceió, o MST criou a Secretaria Regional do Nordeste, que era referência para sua organização. Em uma das ações de repressão da Polícia, os coordenadores do Movimento foram presos e torturados. Na repercussão do fato, a Direção Nacional mobilizou parlamentares e representantes de instituições pró-reforma agrária, que telefonaram para a delegacia de polícia, exigindo a libertação dos trabalhadores. Outro lado desse fato foi que a polícia alagoana compreendeu que não poderia tratar as lutas camponesas com os recursos convencionais da violência bruta, pois agora tratava-se de um movimento organizado.

Em 1989, o MST ocupou um latifúndio denominado Lagoa da Serrinha, no município de Penedo, grilado pelo então governador do Estado Moacir Andrade. Os sem-terra resistiram por duas semanas e foram violentamente despejados. À medida que a disposição dos latifundiários era impedir a formação do MST em Alagoas, o Movimento fazia nova ocupação na fazenda Lage, em Taquarana, no Agreste Alagoano, com duzentas e trinta famílias. A polícia prendeu e torturou membros da direção do Movimento e tentou invadir o acampamento. Os sem-terra resistiram e enfrentaram a Polícia, que decidiu negociar. Os trabalhadores exigiram a vistoria da fazenda e o Instituto de Terras de Alagoas iniciou os trabalhos de levantamento da área, enquanto as famílias transferiram-se para uma área do Instituto, no município de Igaci.

No dia primeiro de maio, o MST ocupou a fazenda Boa Vista, de 1.400 ha, no município de Jacuípe, na Zona da Mata. As terras pertenciam à usina falida Maciape e foram desapropriadas, mas a maior parte permanecia arrendada para o cultivo da cana. As famílias enfrentaram pistoleiros e tomaram as terras, onde foram assentadas. Em setembro de 1989, o MST organizou a ocupação da fazenda Jundiá, no município de Chã Preta. Foram setecentas famílias de diversos municípios do Leste Alagoano. Todavia, oito caminhões não conseguiram chegar até a área e ficaram retidos pela Polícia. Somente quatrocentas famílias entraram na fazenda e foram despejadas no dia

seguinte. As duas conquistas no sertão e a conquista da Boa Vista na Zona da Mata eram sinais da territorialização da luta pela terra, ao passo que o despejo da fazenda Jundiá era o sinal da repressão. Ainda, no ano de 1989, o Movimento organizou outra ocupação no município de São Luís do Quitunde, na Zona da Mata, onde ocorreu novo despejo. As cercas do latifúndio, rompidas pelas ocupações, representam os desafios para a formação do MST, que em três anos lutou e resistiu no Sertão, no Agreste e na Zona da Mata. Todavia, ainda não se consolidara e precisava de muita luta para garantir sua existência em vista do poder político da oligarquia.

Pernambuco

Pernambuco foi uma das principais delegações do Nordeste presentes no Primeiro Congresso. Era um grupo de trabalhadores rurais sindicalizados e filiados ao PT, que saiu do Congresso com o compromisso de fundar o MST no Estado de Pernambuco. No dia 5 de agosto de 1985 organizaram uma ocupação com cem famílias na fazenda Caldeirão, de 800 ha, no município de Pedra, no Agreste Pernambucano. Permaneceram acampadas por três semanas e foram despejadas. Acamparam ao lado da fazenda e começaram a pressionar o Incra para desapropriar a área. Depois de um ano de pressão, a fazenda foi desapropriada e noventa famílias conquistaram o assentamento batizado de Liberdade. Todavia, os sem-terra decidiram criar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Pernambuco (MST-PE) e desvincularam-se do MST.

No conjunto das lutas de resistência pela terra, os camponeses pernambucanos atingidos pela construção das usinas hidrelétricas no rio São Francisco, lutaram pelo reassentamento e pela indenização de seus bens. Desde 1985 até 1990, nas regiões do Sertão e do São Francisco Pernambucano, ocorreram dezenas de conflitos por terra realizados por posseiros. Os conflitos eram resultados de grilagem de terras e expulsão das famílias. Na Zona da Mata, a ocorrência de greves era freqüente, por causa do descumprimento dos acordos entre bóias-frias e usineiros. No início de 1989, membros do MST, procedentes dos Estados da Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia e Espírito Santo, estabeleceram sua secretaria no município de Palmares, na região Mata Setentrional Pernambucana. Iniciaram os trabalhos de base com a formação de grupos de famílias para realizarem a primeira ocupação.

No dia 19 de julho, quatrocentas famílias organizadas no MST ocuparam uma parte do Complexo SUAPE, que tem uma área de 13.500 ha. A propriedade localiza-se no município de Cabo e pertence ao Governo do Estado. No segundo dia de ocupação, uma tropa de choque da polícia militar tentou invadir o acampamento e prender as lideranças. As famílias resistiram e os trabalhadores tentaram negociar com o então governador Miguel Arraes, que não aceitou a permanência das famílias na área. A área ocupada ficava a trinta quilômetros de Recife, na região metropolitana, de modo que facilitou à polícia militar o uso de seu efetivo. Uma semana depois, cerca de duzentos policiais acompanhados da cavalaria, do canil e helicóptero efeti-

varam o despejo. As famílias montaram o acampamento nas margens da BR 101, no mesmo município.

No dia seguinte, os sem-terra iniciaram uma manifestação em frente ao Palácio do Governo, pressionando na tentativa de abrir um canal de negociação. O governador ameaçou expulsá-los da praça até o final da noite, afirmando que não negociaria sob pressão. Os trabalhadores persistiram e, por volta da meia-noite, um pelotão de choque realizou o despejo e levou-os de volta ao acampamento. O governo propôs cadastrar as famílias no Projeto Chapéu de Palha, oferecendo uma ajuda financeira e cestas básicas. Os sem-terra não aceitaram e, ameaçados por traficantes de drogas, negociaram com o Incra o assentamento das famílias no município de Cabrobó, na região de Petrolina. A área oferecida fora arrecadada por meio de decreto da Justiça Federal porque pertencia a um fazendeiro envolvido com o *escândalo da mandioca*.

Ao aceitarem a transferência, as famílias procuravam escapar da ameaça constante dos traficantes de droga. No entanto, foram levadas para uma área inóspita e cercada por plantadores de maconha. Novamente ameaçadas, as famílias decidiram retornar para a Zona da Mata. Nesse entretanto, um grupo de famílias, com o apoio do governo estadual, entrou na área do Complexo SUAPE e recebeu a concessão da terra por dez anos. Com esse ato, o governo tentava impedir a organização do MST em Pernambuco e procurava manter os movimentos sociais sob seu controle. Na tentativa de salvar a organização e as lutas realizadas, os coordenadores dos grupos de famílias do MST procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabrobó, o Partido dos Trabalhadores e as comunidades de base locais. O objetivo era reunir forças e organizar ocupações em áreas que pudessem trabalhar sem as ameaças dos plantadores de maconha.

Por meio de indicações das famílias da região, ocuparam e conquistaram três áreas: Manga Nova, Federação e Angico, no município de Petrolina, que estavam em processo de desapropriação. Nesse tempo, o Incra cadastrava famílias para a implantação dos assentamentos. Os sem-terra se anteciparam, entraram nas áreas e agilizaram o processo. Assim, em meio à resistência, nasceu o MST em Pernambuco, fincando-se na terra. Desse modo, os sem-terra continuaram o processo de organização do MST por meio dos trabalhos de base na construção dos espaços de socialização política. Nos meses de março, maio e julho de 1990, ocuparam três fazendas, no município de Floresta, na região de Itaparica. Oitenta famílias ocuparam a fazenda Periquito de 1.108 ha. Setenta famílias entraram na fazenda Serra Negra de 2.100 ha e trinta e cinco famílias ocuparam a fazenda Caldeirão do Periquito, de 650 ha. As três propriedades pertenciam a fazendeiros envolvidos no *escândalo da mandioca*. Com essas ações o MST manteve o processo de resistência e fortaleceu sua organização no Estado de Pernambuco.

Paraíba

Desde o processo que levou à sua fundação, o MST definira-se como uma forma de organização dos trabalhadores. Por esses princípios os sem-terra vivenciaram dife-

rentes experiências de construção do Movimento em diferentes lugares e regiões. Bem como em outros estados do Nordeste, na Paraíba os trabalhadores também encontraram adversidades para criar o MST. Desde 1985, quando a delegação voltou do Primeiro Congresso, havia disposição de fundar o Movimento. Todavia, até 1989, o MST fora apenas uma secretaria em Campina Grande. Faltava o essencial: a ocupação da terra. Nas lutas dos trabalhadores rurais paraibanos predominavam as de resistência na terra e dos assalariados. Os camponeses que lutavam contra a expropriação tinham o apoio da Pastoral Rural, que em 1988 transformara-se em Comissão Pastoral da Terra, e do bispo Dom José Maria Pires. A Contag atuava na luta dos trabalhadores assalariados e somente apoiava a luta pela terra quando algum sindicato comprometido com os trabalhadores sem-terra organizava as famílias para a ocupação.

Em dezembro de 1988, lideranças que trabalhavam na construção do MST no Nordeste realizaram um encontro para organizar a primeira ocupação do Movimento na Paraíba. Diversas instituições e entidades participaram do encontro: sindicatos de trabalhadores rurais, CPT, PT, CUT etc. Contudo, o assunto principal ficou em segundo plano porque existiam divergências quanto à concepção de MST. De um lado, especialmente as assessorias, um grupo defendia que o Movimento não podia fazer ocupação, mas deveria apoiar os trabalhadores sem-terra nas suas ações. De outro lado, os sem-terra defendiam que o MST são os trabalhadores, portanto, partiriam para as ocupações. Uma das questões do embate era a respeito do suposto distanciamento das lideranças que vieram de outros estados, algumas do Sul, e que não conheciam a realidade da luta pela terra no Nordeste. Desse pressuposto, algumas instituições afirmavam não aceitar a proposta de ocupação, porque aquele não era o momento, porque tinha o perigo da violência dos pistoleiros e da polícia etc. E que: as ocupações aconteceriam no dia em que os trabalhadores tivessem consciência para fazê-las.

A superação das divergências aconteceu quando os sem-terra defenderam os princípios da autonomia e da organização dos trabalhadores. Decidiram que fariam a ocupação, mesmo com apoio parcial, e definiram uma coordenação provisória. Os trabalhos de base para a formação de grupos de famílias já estavam acontecendo, de modo que três meses depois realizaram a ocupação. Em abril de 1989, duzentas famílias ocuparam a fazenda Sapucaia, de 2.040 ha, no município de Bananeiras, no Brejo Paraibano. Há dois anos tramitava em Brasília um processo de desapropriação da fazenda. O latifundiário dividiu a propriedade em várias porções, procurando evitar a desapropriação.

No segundo dia da ocupação, um pelotão da polícia militar chegou ao acampamento, afirmando que tinham ordens para retirar as famílias da área. Mas como não possuíam uma ordem de despejo, os sem-terra resistiram e frustraram a ação militar. No entanto, à noite um grupo de pistoleiros efetivou o despejo. Das três às seis horas, os acampados foram atacados e, na fuzilaria, enquanto algumas pessoas tentavam se abrigar em meio aos seus pertences, outras procuravam escapar em direção da mata. Torturaram alguns líderes e, durante o ataque, a menina Luzia de Brito, de dezoito meses, morreu quando sua mãe foi atacada, jogada ao chão e pisoteada pelos jagunços. Os barracos e os pertences foram todos queimados. Os sem-terra se rearticularam

e ocuparam a sede do Incra em João Pessoa. Pressionado, o superintendente enviou ofício a Brasília, pedindo a retomada do processo da fazenda Sapucaia.

Do outro lado, o latifundiário entregou à polícia uma metralhadora, dizendo que pertencia aos sem-terra e que fora deixada no acampamento, quando seus funcionários *expulsaram* as famílias. Entregou também uma bandeira do MST e um dos cadernos de formação do Movimento, afirmando que a intenção dos trabalhadores era formar um foco de guerrilha na Paraíba. A mídia deu grande repercussão a essa acusação, publicando páginas inteiras da entrevista com o fazendeiro. Quanto ao fato da violência contra os trabalhadores e ao assassinato da menina Luzia de Brito, este recebeu algumas notas no final da página. As famílias velaram o corpo de Luzia na sede do Incra e tentaram uma audiência com o governador, para que intervisse no caso. Os trabalhadores não foram recebidos pelo governador que indicou o Chefe da Casa Civil para receber os sem-terra. Eles relataram o ataque dos pistoleiros, solicitaram ajuda para procurar pessoas desaparecidas e reivindicaram o assentamento das famílias.

As famílias não foram atendidas pelo governo estadual e tampouco pelo Incra, de modo que montaram acampamento provisório numa área do Engenho Mares, no município de Alagoa Grande. As terras estavam em litígio desde 1981 e foram cadastradas pelo Incra como latifúndio por exploração. Os foreiros resistiam na área e reivindicavam a desapropriação. Em setembro, as famílias ocuparam a fazenda Maniçoba, de 2.500 ha, no município de Esperança. Começaram as perseguições contra os sem-terra que eram atocaiados quando saíam do acampamento. Os trabalhadores organizaram-se em grupos para se defenderem das emboscadas e organizaram a resistência em torno do acampamento. O PT e a CUT formaram comissões de apoio aos sem-terra com visitas permanentes à área ocupada.

Dez dias após a ocupação, a polícia realizou o despejo por meio de ordem judicial. As famílias foram levadas para diversos municípios da região, suas ferramentas de trabalho e sacos de sementes foram roubados. Algumas lideranças foram espancadas e os barracos foram queimados. A tentativa de dispersão não deu resultado e, em menos de um mês, as famílias reocuparam a fazenda plantando abóbora, milho, mandioca e fava. A história dessas famílias registrou o princípio da construção do MST na Paraíba. O Movimento nascera em meio à guerra contra o latifúndio. Com todos os despejos violentos, as famílias que persistiram conquistaram a terra. Nesse entretanto da resistência camponesa, o MST havia fincado suas raízes na Paraíba e, por mais que os latifundiários tentassem, não conseguiram cortá-las.

Rio Grande do Norte

Para o Rio Grande do Norte, no Plano Nacional de Reforma Agrária constavam as seguintes metas para o quadriênio 1986-1989: assentar 24.200 famílias. No final de 1989, somente 1.540 famílias estavam assentadas, ou seja, apenas 6% do planejado. Evidente que esta situação fez aumentar o número de conflitos fundiários. Entre-

tanto, as lutas eram, ainda, isoladas e predominantemente de resistência na terra. O processo de construção do MST começou em 1989, no Oeste Potiguar, com os primeiros contatos entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Rafael e o Movimento. Lideranças dos Estados do Ceará, Paraíba, Espírito Santo, Sergipe e Santa Catarina deslocaram-se para a região e iniciaram os trabalhos de base para a formação dos grupos de famílias. No final do mês de outubro, os trabalhadores realizaram a primeira ocupação na fazenda Bom Futuro, localizada nos municípios de Janduís e Campo Grande.

Era um grupo de vinte famílias que ocupou o latifúndio de 2.000 ha. O processo de desapropriação do imóvel já estava decretado, todavia em menos de vinte e quatro horas as famílias foram despejadas por pistoleiros. Seguidamente as famílias se reorganizaram e tentaram ocupar uma fazenda denominada Palestina, no município de Jucurutu, também com processo de desapropriação. Nesse tempo, os latifundiários se articularam para impedir a nova ocupação. Como controlavam o poder político local, pressionaram o delegado para prender as lideranças, o que ocorreu durante uma das reuniões de grupos de famílias na cidade de São Rafael. As outras famílias ocuparam as terras da Palestina e ao tomarem conhecimento da prisão de uma das lideranças e do iminente ataque de pistoleiros decidiram deixar a área. Por meio da intervenção de uma entidade de direitos humanos, a liderança do MST foi libertada sem que existisse um processo de acusação.

Depois de duas ocupações sem conquista, os sem-terra decidiram *mudar o rumo da história*. No primeiro semestre de 1990, começaram novo trabalho de base em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de João Câmara, Parazinho e Bento Fernandes na região do Agreste Potiguar. Criaram a Secretaria do Movimento e iniciaram uma aliança com a CUT, PT e sindicatos urbanos. Com essa nova articulação intensificaram os trabalhos de base e formaram vários grupos de famílias da região do agreste. Desse modo, no dia 29 de julho de 1990, realizam nova ocupação com trezentas famílias na fazenda Marajó, em João Câmara. Dois anos antes, essa mesma área fora ocupada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, todavia, o presidente foi ameaçado pelo latifundiário e desmobilizou as famílias ocupantes. A Marajó também estava com decreto de desapropriação e os sindicalistas e os sem-terra sabiam que só por meio da ocupação seriam possível conquistá-la. A aliança do MST, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sindicatos de diversas categorias de trabalhadores urbanos, o PT e a CUT, fortaleceu a luta pela terra, de forma a enfrentar os latifundiários.

No dia 2 de agosto, sessenta trabalhadores acamparam diante do Palácio do Governo em Natal. Iniciaram as negociações com o Governo do Estado e com o Incra, exigindo a efetivação da desapropriação da Marajó, alimentos e água para as famílias acampadas. Num primeiro momento, o governador e o superintendente do Incra disseram que os trabalhadores estavam blefando, porque a imprensa não havia localizado o acampamento. Foi necessário que os sem-terra acompanhassem os jornalistas até o local da ocupação. Todavia, a negociação tornou-se difícil porque o Estado só aceitava negociar com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN). Não aceitavam o MST como interlocutor das famílias. Os sem-terra con-

vidaram a FETARN para participar da negociação. Contudo, antes o governo se reuniu com a Federação e pressionou a presidência para que retirasse as famílias da fazenda Marajó. Nesse entretanto, no acampamento, corria o boato que os presidentes dos sindicatos viriam buscar as famílias de seus municípios e as que ficassem no acampamento enfrentariam os jagunços.

Essa situação começou a gerar um clima de terror e medo. Também recebiam ameaças da Polícia, que nos despejos queimava os barracos para expulsar todas as famílias e *limpar a área.* Ainda a fome e a falta de água no acampamento tornavam a situação mais difícil. Com exceção do Sindicato de Bento Fernandes, os presidentes dos sindicatos trouxeram caminhões para transportar as famílias de volta para os seus municípios. Parte das famílias decidiram resistir, porque abandonar a luta poderia significar a perda da única condição de conquistar a terra. Parte das famílias atenderam aos presidentes dos sindicatos e voltaram. Mas na indecisão e temendo perder de fato a possibilidade de transformar suas realidades, algumas retornaram ao acampamento. Essa situação fortaleceu o MST. A resistência dos sem-terra derrubou o ardil do governo e continuaram a pressionar o governo, de modo que o governador aceitou negociar a entrega de cestas básicas para as famílias, desde que a FETARN participasse das negociações.

Os coordenadores do MST aceitaram a participação da Federação nas reuniões de negociação. Mas, de novo, o governo usou um estratagema. Entregaria as cestas básicas com uma condição: que o MST e a FETARN retirassem as famílias da área. Embora os dirigentes do MST não aceitassem, os sindicalistas concordaram com a proposta do governo. Antes dos caminhões chegarem com as cestas, os coordenadores de grupos acertaram que era para todas as famílias pegarem os alimentos. Quando foi proposta a desocupação da Marajó, os sem-terra propuseram uma assembléia para que todos decidissem sobre a questão. As famílias não aceitaram a proposta e afirmaram a resistência. Não houve despejo e naquele mesmo ano a desapropriação dos 1.600 ha da Marajó foi efetivada.

Apenas cinqüenta e duas famílias poderiam ser assentadas na fazenda Marajó, de modo que os sem-terra organizaram outra ocupação. Em outubro, a fazenda Nogueira, localizada no município de Touros, no Leste Potiguar, foi ocupada por quarenta famílias. O governo não aceitou negociar e no dia seguinte as famílias foram despejadas pela Polícia, sem apresentar liminar ou qualquer documento. As famílias retornaram para o acampamento em João Câmara. O assentamento Marajó tornou-se, nesse tempo, um suporte importante para as famílias. Era território conquistado, base de sustentação da luta, a exemplo do seminário dos Capuchinhos, em Itamaraju, na Bahia. Esse lugar tornou-se um acampamento provisório, onde mais famílias montaram seus barracos participando de uma luta contínua. Realizaram nova ocupação no município Taipu, vizinho a João Câmara, e novamente foram despejados.

Para a implantação do assentamento Marajó seria necessário transferir as famílias remanescentes para outra área. Também existiam mais duas áreas em processo de

desapropriação: reclamadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de João Câmara e São Bento do Norte. De modo que era urgente resolver essas situações. O MST promoveu a primeira caminhada até Natal, partindo do município de Ceará-Mirim, distante vinte e cinco quilômetros da capital. Os trabalhadores passaram a pressionar o Instituto de Terras do Rio Grande do Norte, reivindicando a desapropriação das áreas ocupadas e das áreas em pendenga e demandadas pelos sindicatos. O Instituto prometeu resolver as questões em noventa dias. Nesse entretanto, o MST organizou nova ocupação em São Gonçalo do Amarante, em uma área de 500 ha pertencente ao Governo do Estado e que deveria ser destinada à criação de um Centro de Pesquisa Agropecuária. Foram novamente despejadas e as famílias somaram-se às outras já acampadas na área destinada ao assentamento Marajó, em João Câmara.

Na conquista da fazenda Marajó foram construídas condições básicas de resistência da luta pela terra. Os trabalhadores sem-terra, ao mesmo tempo que procuraram negociar com o governo a desapropriação das áreas em conflito, espacializavam a luta pela terra, por meio de ocupações, caminhada e manifestações, acumulando forças e desafiando as instituições. O que estava em questão nos processos de negociação e que o governo procura impedir a todo o custo, era o aumento das conquistas dos sem-terra e sua territorialização para outras regiões do estado. Mas, o MST já havia plantado a raiz da sua organização e da luta pela conquista da terra.

Ceará

Quando terminou o Primeiro Congresso, pelos debates e troca de experiências de luta, os trabalhadores sem-terra voltaram aos seus estados com a certeza de que *a ocupação é a solução*. Embora houvesse essa determinação por parte dos trabalhadores, na prática enfrentavam inúmeras dificuldades para desenvolverem a luta pela terra. Em nenhum momento a luta deixou de acontecer, se bem que de forma isolada e muito mais de resistência para não sair da terra do que para entrar na terra. De modo que o objetivo dos trabalhadores organizados no MST, ao realizarem as ocupações, sempre foi transformar e multiplicar as lutas na esperança de solucionar os problemas das famílias sem-terra.

No Ceará, os trabalhadores dos Sertões Cearenses, especialmente de Quixadá e Quixeramobim, que participaram do Congresso não conseguiram, até 1988, efetivar o processo de construção do MST. Desde o Noroeste e do Norte Cearense até os Sertões, aconteceram vários conflitos fundiários, quando as famílias se negavam pagar renda aos latifundiários. Partiram para o enfrentamento contra os jagunços e conquistaram a terra. O interesse dos trabalhadores rurais era reunir essas lutas e ampliá-las por meio da organização das famílias sem-terra. Com essa forma pretendiam romper com o localismo, intensificar a divulgação da luta, possibilitando a maior participação das famílias.

Na retomada dos contatos com o MST, os trabalhadores solicitaram que militantes de outros estados viessem contribuir com a organização do Movimento na região

dos Sertões. Num primeiro momento, em setembro de 1988, veio um militante do Estado do Espírito Santo para conhecer a região e trabalhar na construção do MST. Todavia, a situação de miséria dos trabalhadores sem-terra e a *seca braba* foram motivos que levaram à conclusão que, naquele momento, não haveria condições de organizar a luta no sertão cearense. Porém, em fevereiro de 1989, uma liderança, também do Espírito Santo, mudou-se para o sertão e começou a participar dos trabalhos com os sem-terra que vinham tentando construir o Movimento.

As primeiras reuniões foram feitas nos municípios de Canindé, Quixadá e Quixeramobim. Formaram uma comissão provisória que reunia sem-terra assentados, sem-terra que lutavam para conquistar a terra e membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Com essa articulação, organizaram encontros municipais e regional, reunindo pessoas que viveram diferentes experiências de organização popular, trabalhando nas Comunidades Eclesiais de Base, na Comissão Pastoral da Terra, nos sindicatos e no Partido dos Trabalhadores. Essas militâncias fortaleceram a luta pela terra em desenvolvimento. Por outro lado, a maior parte dos trabalhadores não estava convencida da possibilidade de se construir um movimento camponês forte como propunha a articulação. Bem como não acreditava mais em proposta de reforma agrária, haja vista que o Plano Nacional de Reforma Agrária não saíra do papel.

Um dos exemplos utilizados para a formação de grupos de famílias foram os mutirões organizados para *brocar a terra*. Essa prática reunia entre quinze a vinte trabalhadores que plantavam, limpavam e colhiam numa área em comum. Os sem-terra tiraram proveito dessas experiências e as utilizavam nas reuniões e na Liturgia da missa para justificar a necessidade de formação de um movimento para lutar pela terra. Argumentavam que essa era uma alternativa ao desemprego e à miséria, que era preciso ter a consciência da organização como proposta concreta para transformarem suas realidades.

Em quatro meses haviam formado diversos grupos que somavam em torno de 450 famílias. No dia 25 de maio de 1989, ocuparam um latifúndio de 23.000 ha no município de Quixeramobim. Para essa ação, participaram trezentas famílias que romperam as cercas da fazenda Reunidas São Joaquim e realizaram a primeira ocupação do MST no Estado do Ceará. De imediato, um grupo de cem pessoas ocupou o Incra, em Fortaleza, e exigiu a desapropriação, uma vez que já estava decretada desde 1986. De fato, restava para a consumação do processo a pressão dos sem-terra. Em nove dias o decreto foi assinado e iniciaram os trabalhos de implantação do Assentamento 25 de Maio.

A Fazenda Reunidas São Joaquim era um conjunto de médias e pequenas propriedades que foram incorporadas no processo de expropriação do campesinato, pela grilagem e violência contra os trabalhadores rurais. A ocupação era para alguns a possibilidade de reconquista e para outros a conquista da terra. Essa (re)conquista motivou os trabalhadores para avançarem na luta pela terra. Parte dos sem-terra do assentamento 25 de Maio iniciara os trabalhos de massificação da luta, articulando grupos de famílias de doze municípios das regiões Norte e Sertões Cearenses. Da mesma for-

ma, os trabalhadores começaram os trabalhos para a organização interna do assentamento. Apropriaram-se de todas as partes da fazenda distribuindo as famílias por áreas. Num primeiro momento, formaram 12 grupos coletivos e iniciaram o plantio. Por fim, quinhentas famílias foram assentadas.

No dia do trabalhador rural, em Quixadá, os sem-terra realizaram uma grande manifestação com a participação de aproximadamente mil pessoas. Com esse ato, o Movimento apresentava suas intenções de multiplicar as lutas para a conquista dos latifúndios. Fizeram encontros para trocas e divulgação de experiências, bem como cursos de formação de militantes para discutirem a metodologia do trabalho de base na preparação dos grupos de famílias. Com a participação de lideranças de outros estados do Nordeste, estudavam experiências e as causas de sucessos e fracassos das lutas. No primeiro dia do mês de setembro, realizaram a segunda ocupação.

Por meio dos trabalhos de base, os sem-terra organizaram centenas de grupos que somavam em torno de duas mil famílias nos doze municípios trabalhados. De modo que para a segunda ocupação oitocentas famílias estavam preparadas. O latifúndio a ser ocupado era a fazenda Tiracanga, de 3.750 ha, no município de Canindé, na região norte cearense. Desde a repercussão da conquista do Assentamento 25 de Maio, a UDR se preparara para tentar impedir novas ações do MST. De modo que os postos da Polícia Rodoviária estavam de plantão quanto à movimentação de caminhões com famílias sem-terra. Assim, cinco caminhões foram barrados na rodovia que liga Quixadá a Canindé. Os grupos que partiram dos municípios próximos a Canindé chegaram até a fazenda Tiracanga, enquanto os grupos que vinham da região de Quixadá foram barrados.

Quando os caminhões foram liberados e obrigados a retornar, os sem-terra dirigiram-se para o município de Itapiúna e duzentas famílias ocuparam a fazenda Touros, de 1.300 ha. Na tentativa de impedir uma ocupação, os latifundiários viram acontecer duas. Os sem-terra aprenderam com as experiências de luta de outros estados. Portanto, haviam definido mais de uma área, pressentindo a possibilidade de bloqueio nas estradas. A reação foi imediata. Naquele mesmo dia, um batalhão da polícia militar realizou o despejo das famílias ocupantes da fazenda Touros. As famílias dirigiram-se a Fortaleza, ocuparam o prédio do Incra e negociaram uma área para que fossem assentadas. A Secretaria de Agricultura do Estado ofereceu uma parte da Fazenda Experimental Paula Rodrigues, no município de Santa Quitéria, na região noroeste do estado, onde as famílias permaneceriam até o Incra arrecadar uma área para assentá-las. Depois de meses acampadas na Fazenda Experimental, as famílias foram transferidas para diversas pequenas áreas. Todavia, a fazenda Touros seria conquistada, em 1991, por outro grupo de famílias.

A luta pela fazenda Tiracanga teve outro desfecho. Se bem que a polícia tivesse tentado realizar o despejo por duas vezes, as famílias estavam decididas a resistir. Montaram diversas barreiras para impedir o avanço do batalhão em direção ao acampamento, de modo que o governo voltou atrás e por meio da negociação, quatro meses depois, os sem-terra conseguiram a desapropriação da fazenda. Como resultado des-

sas duas conquistas, visando o crescimento e a territorialização do MST, os sem-terra criaram a Coordenação Estadual e decidiram intensificar os trabalhos de formação dos grupos de famílias. Também, nesse tempo, da mesma forma que o MST do Ceará recebia apoio de lideranças de outros estados, passou a liberar militantes para contribuir com a organização do Movimento em outros estados. Em menos de um ano, os sem-terra haviam construído a sua organização que estava em vias de consolidação.

Em 1990, o MST realizou diversas ocupações massivas em várias regiões e fundou a primeira cooperativa, a COPAMA (Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento 25 de Maio Ltda.). Em doze municípios, havia grupos de trabalho de base nos quais as famílias se organizavam para lutar pela terra. Os trabalhadores rompiam com o processo de exclusão e a cada conquista ressocializavam-se. Em maio, realizaram um ato público para comemorar um ano de vida do MST no Ceará. Um ano de luta que transformou a vida dos trabalhadores que decidiram fazer a reforma agrária na marra.

Piauí

O processo de gestação do MST no Estado do Piauí durou quatro anos e meio. Desde o Primeiro Congresso, os trabalhadores sem-terra começaram a construir o Movimento, realizando cursos de formação nas Comunidades Eclesiais de Base, no sudeste piauiense, onde mantinham uma secretaria na cidade de Picos. Eram atividades desenvolvidas por uma articulação composta com a CPT e a CUT, por meio de comissões municipais, nas quais faziam os trabalhos de base, criando espaços de socialização política, discutindo as perspectivas de organização do MST no Piauí e, ao mesmo tempo, conquistar os sindicatos *pelegos*. Nesse tempo, as principais lutas eram de posseiros que resistiam contra a expropriação. A Comissão Pastoral da Terra coordenava o apoio aos camponeses que negociavam a regularização fundiária de suas terras.

Até 1989, esse tipo de ação foi predominante no Piauí. Essa forma de luta é importante, mas por sua história e pela lógica de seus princípios o MST não se limita à luta pela resistência na terra. A ação política determinante do Movimento é para entrar na terra. Desse modo, para construir uma luta mais ofensiva, o MST preparava-se para executar sua primeira ocupação. Todavia, era um grande desafio, porque também predominava a concepção que no Piauí era muito difícil fazer ocupação. Era a compreensão, principalmente, de alguns agentes de pastorais que apoiavam a luta. As instituições desenvolviam a luta pela reforma agrária, defendiam os posseiros na luta pela terra, mas não concebiam a ocupação da terra. Assim, como em outros estados, os membros do Movimento trabalhavam para superar esse ponto de vista.

No final da década de 1980, o MST criou uma Secretaria Regional em Maceió, para possibilitar a realização de trocas de experiências nos encontros de formação de lideranças. Nesse período, o Movimento nascia em cada estado do Nordeste, sendo a ocupação da terra o fato que registra a gênese do MST, de modo que, no Piauí, os

sem-terra procuravam construir as condições necessárias para realizar as ocupações de terra. Já haviam executado várias ocupações no Nordeste, vivenciadas por grande parte dos militantes que se deslocavam para diversos estados, a fim de territorializar o MST. Essas experiências serviam como referências para os coordenadores do Movimento, que relacionavam a realidade do seu estado com as práticas de luta do MST na região. Dessa forma, procuravam superar o discurso do localismo, cujo argumento principal era uma suposta diferença dos problemas fundiários de seu estado para com a região ou da questão agrária brasileira.

Em outubro de 1988, na região de Picos, no município de Oeiras, a CPT promoveu a Primeira Romaria da Terra, com a participação de oito mil trabalhadores rurais das dioceses e comunidades. Na Romaria, denunciaram os desvios de recursos para combater a seca, em benefício dos latifundiários e empresas agropecuárias. Em manifesto assinado pelo MST, CUT e CPT, divulgaram os projetos governamentais de entrega de terras aos empresários do Sudeste e Sul do País, com apoio da SUDENE, FINOR e Banco Mundial.

A implantação de projetos acontecia em detrimento da realidade dos camponeses, que excluídos restava apenas, quando possível, o assalariamento aos empresários e latifundiários. O Plano Nacional de Reforma Agrária não cumprira com as metas previstas, de modo que para as famílias sem-terra continuarem resistindo era preciso que construíssem seu próprio caminho. Há quatro anos, essas pessoas vinham refletindo sobre suas realidades e decidiram que havia chegado a hora de ocupar a terra. Evidente que essa decisão trouxe conflitos internos na articulação de forças populares. Para o MST, a hora de ocupar a terra já havia passado. Para a CPT, enquanto alguns agentes defendiam a ocupação, outros acreditavam que lutar pela reforma agrária, por meio de negociação com o governo, seria o caminho mais seguro.

Em dezembro de 1988, a articulação organizou uma manifestação em frente à sede do MIRAD, em Teresina, para protestar contra a demora na regularização fundiária das áreas de posse, bem como na implantação de assentamentos em áreas ocupadas por pequenos grupos de famílias. Em janeiro de 1989, o MST e a CUT ocuparam as galerias da Assembléia Legislativa na tentativa de impedir a aprovação de um projeto para a venda de 450.000 ha de terras do Estado para empresários estrangeiros e nacionais. A justificativa do governo era a sua dívida com o Banco Central. No entanto, os trabalhadores demonstraram que a venda das terras não correspondia a dez por cento da dívida e que fazia parte de um plano para beneficiar e fortalecer ainda mais o latifúndio no Piauí.

Esse conjunto de fatores era utilizado pelos sem-terra para convencer as outras forças da articulação, que já estava passando da hora de ocupar a terra. Sem consenso, o MST *bateu o martelo*. Decidiu organizar os grupos de famílias e realizou a sua primeira ocupação no Piauí, no dia 10 de junho de 1989. Cento e vinte famílias ocuparam a fazenda Marrecas, de 10.000 ha, no município de São João do Piauí. O latifúndio pertencia a um empresário pernambucano que fora beneficiado por meio de subsí-

dios de projetos da SUDENE para criação de gado. Mas, havia desviado os recursos e a fazenda estava completamente abandonada. De modo que os sem-terra pressionaram o Incra para a desapropriação do imóvel. As famílias começaram a trabalhar na terra e reivindicar recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária.

Num primeiro momento, o impacto da ocupação causou perplexidade em São João do Piauí. Comentários generalizados eram feitos pela população que identificavam as famílias sem-terra nalgumas vezes como *ciganos*, noutras como *gente enviada pelo governo para fazer a reforma agrária*. Em poucos dias, por meio da imprensa, as famílias se identificaram como MST e receberam apoio das comunidades. A ocupação representava uma mudança na realidade local, de modo que alguns setores da vida política do município, envolvendo vereadores, sindicatos e entidades, aprovaram aquele ato, porque também significava uma forma de enfrentamento com a política que defendia os privilégios e interesses dos latifundiários. Reconhecidos como força política, os sem-terra passaram a negociar a implantação do assentamento e não sofreram despejo.

Quatro meses depois, no mesmo município, ocuparam a Fazenda Lisboa, de 8.800 ha, pertencente ao mesmo latifundiário da Marrecas. Cento e cinqüenta famílias entraram na terra, reivindicaram a desapropriação e a implantação do assentamento. Negociaram com o Incra, com a Secretaria de Segurança e com a Secretaria de Planejamento, a agilidade do processo de desapropriação, a não intervenção policial na área e o envio de alimentos para as famílias dos acampamentos. De fato, o latifundiário estava interessado em negociar com o Incra o arresto das áreas a fim de tentar escapar de futuros processos judiciais. Os problemas que as famílias enfrentaram foram com os pecuaristas que estavam utilizando as terras das fazendas para engorda de gado. Os sem-terra começaram a ocupar a terra com suas roças e expulsaram o gado.

Os trabalhos de base para formação de grupos de famílias continuaram, e no dia 25 de julho de 1990 o MST ocupou, com cem famílias, o Projeto Mudubim. Era um imóvel de 200 ha, pertencente ao Estado, onde seriam produzidas sementes selecionadas de arroz e milho. Todavia, desde 1986, toda a infra-estrutura estava abandonada. Na propriedade havia áreas com tubulações e pivôs para irrigação, poços artesianos, armazéns e diversas máquinas para beneficiamento. Todo o material estava se deteriorando. No mesmo dia da ocupação, a polícia militar cercou a fazenda e, sem mandado judicial, efetivou o despejo. As famílias tentaram resistir e, no confronto com a Polícia, dois membros da Direção do MST foram feridos. Efetuado o despejo, os sem-terra acamparam nas margens da estrada, ao lado da propriedade. Apesar da truculência, as famílias continuaram resistindo e negociando, de forma que o governo do estado acabou transformando o projeto em assentamento.

Em um ano foram três conquistas. O MST do Piauí começava o seu processo de consolidação. Mesmo enfrentando as dificuldades de organizar ocupações massivas, o Movimento foi construindo o seu espaço político, organizando os setores e assim criando novos desafios. Entre estes, organizar a produção, lutar pelo Procera e territorializar a luta para outras regiões do estado.

Maranhão

A construção do MST no Maranhão começou em 1985. No Primeiro Congresso, participaram diversas lideranças camponesas de trajetória histórica na luta pela terra. Esses trabalhadores eram fundadores do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural), localizado no município de Imperatriz, no oeste maranhense. O CENTRU era coordenado por Manoel da Conceição, liderança histórica do movimento camponês. Nessa região, desde o final da década de 1960, foi formado um grande grilo, denominado Fazenda Pindaré, cujos limites, conforme as diferentes declarações de propriedades cadastradas no Incra, variavam de 125.000 até 3.518.320 ha[1]. Em seu desdobramento, o grilo Pindaré foi dividido em várias áreas que foram apoderadas por diversos grileiros, entre estes, grandes empresas como, por exemplo: VARIG, SANBRA, SHARP, CACIQUE, MESBLA e PÃO DE AÇÚCAR. Esse processo grilento aconteceu com a expulsão dos posseiros e, em muitos casos, com a *limpeza da área*, que consiste na ação de policiais e pistoleiros realizando chacinas dos posseiros que viviam naquelas terras há décadas.

Nessa região, também denominada como Pré-Amazônia Maranhense, desde a década de 1970, crescia o número de conflitos fundiários. Os financiamentos da SUDAM para a implantação de vários projetos de extração de madeira e projetos agropecuários viabilizaram a territorialização de empresas capitalistas que expulsaram violentamente os posseiros de suas terras. Muitos posseiros migraram para o oeste em busca de novas terras ou foram trabalhar nos garimpos. Na segunda metade dos anos 80, em Imperatriz e cidades vizinhas, nas periferias concentrou-se um grande número de famílias sem-terra. Sem emprego e com as terras cercadas, a ocupação era uma forma de resistência e de sobrevivência.

Em junho de 1985, o Incra promoveu um encontro no então povoado de Buriticupu, para apresentar o Plano Nacional de Reforma Agrária. Nesse evento participaram oitocentos lavradores, representantes dos municípios do Oeste Maranhense, que discutiram o Plano. Na época, os latifúndios somavam 20.804.000 ha e no PNRA constava a meta de cento e dez mil famílias a serem assentadas em quatro anos. Naquele ano, a cada duas semanas, um trabalhador era assassinado na luta pela terra. No município de Santa Luzia, em janeiro, dois posseiros foram mortos na *limpeza de área* da fazenda Capoema, que depois foi ocupada pelos sem-terra.

A fazenda era um grilo de aproximadamente 60.000 ha, onde quinhentas e trinta e sete famílias montaram acampamento. Existiam diversos grupos de posseiros na Capoema e junto com os sem-terra começaram a pressionar o Incra para a desapropriação do latifúndio. Essa ocupação foi organizada pelo CENTRU, que solicitou apoio do MST para coordenar o acampamento. Nesse período, o MST e o CENTRU trabalhavam conjuntamente. Nas lutas pela resistência na terra e para entrar na terra, os

1. Ver a respeito: Asselin, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

posseiros e os sem-terra enfrentavam os grileiros e seus pistoleiros. Nesse conflito permanente, de mortes anunciadas, no dia 10 de maio de 1986, o coordenador da CPT na região do Bico do Papagaio, padre Josimo Moraes Tavares, foi assassinado na cidade de Imperatriz. No dia do enterro de Josimo, cento e cinqüenta latifundiários reuniram-se em Imperatriz para fundar a UDR e estavam determinados a impedir as ocupações de terra.

A reação dos latifundiários acirrou os conflitos. Os contínuos enfrentamentos resultavam em mortes de posseiros e sem-terra, e do outro lado, nalgumas vezes, em mortes de policiais e pistoleiros. A UDR de Imperatriz articulava-se para impossibilitar as ocupações de terras. Todavia, nesse município, em julho de 1987, duzentos e cinqüenta famílias ocuparam a fazenda Itacira, de 5.000 ha, pertencente ao Grupo SHARP. O imóvel também era chamado de fazenda Criminosa, conhecida por este nome por causa dos vários assassinatos de posseiros que resistiram à *limpeza da área*. Essa ocupação foi organizada conjuntamente pelo CENTRU, MST e uma articulação de oposição sindical que era apoiada pelo CENTRU. O objetivo era fortalecer a oposição para ganhar as eleições sindicais na região e fortalecer a luta pela terra. O MST contribuía com a luta pela terra, mas não era o principal sujeito político na mobilização das famílias sem-terra.

As ameaças foram feitas publicamente por meio da rádio local, de modo que muitas famílias abandonaram o acampamento. No dia seguinte à ocupação, duas centenas de policiais efetivaram o despejo. As famílias acamparam em uma área do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, e três semanas depois reocuparam a Criminosa. A resistência dos sem-terra, que sofreram novo despejo, durou até a sua desapropriação. Ainda nesse ano, ocorreram diversas ocupações na região. Eram lutas isoladas de famílias sem-terra que aconteciam sem a articulação por parte do CENTRU e do MST. No município de Buriticupu, quatrocentos e cinqüenta trabalhadores ocuparam a fazenda Terra Bela e foram expulsos pelos pistoleiros. Esse latifúndio pertencia ao mesmo empresário que tivera as fazendas Marrecas e Lisboa ocupadas pelo MST no Estado do Piauí. O CENTRU e o MST mobilizaram-se para libertar nove trabalhadores que foram presos e torturados.

Nesse contexto de lutas, também surgiram divergências entre o CENTRU e o MST, quando vieram militantes de outros estados para contribuir com a construção do Movimento no Maranhão. O CENTRU e o MST são duas formas de organização social distintas. O CENTRU é uma entidade de apoio à luta dos trabalhadores e ocupava-se da formação política e organização da oposição sindical. O MST não é uma organização de apoio à luta, sempre se constituiu como uma organização dos sem-terra, portanto, o Movimento é a organização que faz a luta. Todavia, os militantes do CENTRU eram as mesmas pessoas que militavam no MST. De modo que era muito difícil separar o CENTRU do MST, criando uma situação indeterminada sobre quando era o MST que estava agindo ou quando era o CENTRU que estava apoiando a oposição sindical. Assim, na realização das ocupações de terra, os objetivos do CENTRU

estavam orientados preferencialmente para fortalecer a oposição sindical, enquanto a construção do MST ficava em segundo plano.

Essa situação provocou um distanciamento entre as duas organizações. Com a chegada de *jovens militantes* de outros estados do Nordeste e do Sul, em 1988, que passaram a investir mais na formação do Movimento, ocorreu o acirramento das relações. O MST se identificava como uma articulação autônoma de camponeses, enquanto o CENTRU defendia que o sindicato era a principal forma de organizar a luta pela terra.

Em 1988, o CENTRU tinha como objetivo investir primeiro nas eleições municipais e, portanto, naquele momento, as ocupações não eram sua prioridade. O MST tinha como objetivo o trabalho de base na formação de grupos de famílias para a realização de ocupações. De forma que o processo eleitoral fosse discutido no desenvolvimento da organização dos trabalhadores. Como essas diferentes formas de organização dos trabalhadores atuavam nos mesmos lugares, nalgumas vezes colidiam e procuravam delimitar seus espaços políticos.

Em maio de 1988, o MST preparava-se para organizar duas ocupações simultâneas no oeste maranhense. Durante seis meses de trabalho, algumas lideranças do Movimento foram constantemente perseguidas. Em outubro, um membro da coordenação nacional foi preso e torturado pela polícia. Ao realizarem as reuniões nas comunidades, os trabalhadores procuravam se precaver diante das constantes ameaças dos pistoleiros. Depois de formados os grupos de famílias em Imperatriz e Buriticupu e marcadas as datas, ocorreu a primeira colisão entre as organizações. As lideranças do CENTRU tinham o reconhecimento das comunidades, dos sindicatos e de alguns agentes de pastorais e divulgavam que aquele não era o momento de se fazer ocupações. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais não estavam apoiando porque, com as ocupações, muitas famílias mudavam para municípios que não pertenciam a sua base territorial. De modo que alguns de seus principais militantes deixavam de participar da vida do sindicato.

Em outubro, um dia antes da data marcada, os militantes do MST receberam informações dos coordenadores de grupos que muitas famílias desistiram daquelas ocupações. Os sem-terra, embora sem apoio e defronte ao problema das desistências, mantiveram a decisão de ocupar. Grande parte dos coordenadores de grupo de famílias eram militantes dos sindicatos e estavam decididos a não realizar as ocupações. As lideranças do MST foram para as comunidades e contataram os coordenadores que não estavam vinculados aos sindicatos. Depois de dois dias de trabalho, haviam somado em torno de quatrocentas famílias dispostas a participarem das ocupações. Superados os primeiros desafios, 144 famílias sem-terra ocuparam a fazenda Gameleira, de 2.000 ha, no município de Imperatriz. A luta pela conquista da Gameleira durou vários anos. Nesse tempo, as famílias sofreram três despejos, ocuparam a sede do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em São Luiz, para reivindicar a desapropriação da fazenda. Entre os despejos, as famílias faziam suas roças que eram constantemente destruídas pelos policiais.

Uma semana depois, ocuparam a fazenda Terra Bela. Esse latifúndio era muito conhecido pelos conflitos que resultaram das tentativas de ocupações e os trabalhadores sempre foram rechaçados. Por essa razão havia muito receio por parte das famílias em tentar ocupá-lo. Às três horas da manhã, conforme o combinado, os sem-terra começaram a se reunir próximo à cidade de Santa Luzia para de lá partirem para a Terra Bela. Esperava-se duzentas famílias, chegaram vinte e sete. Num primeiro instante, cogitou-se em cancelar a ocupação, mas avaliaram que haviam superado os desafios para chegarem até aquele momento e não retornariam. Entraram na fazenda e organizaram o acampamento a uma distância de aproximadamente dez quilômetros da porteira principal. Às sete horas, chegaram quatro pistoleiros numa caminhonete e começaram a atirar contra os sem-terra, que revidaram. Três pistoleiros morreram no confronto e um fugiu ferido, abandonando o carro no meio da estrada. Os sem-terra se preparam para um novo enfrentamento com a polícia e os pistoleiros, ao mesmo tempo que o MST articulou uma comissão composta pelo PT, CUT e CPT para visitarem a área e criar um canal de negociação com o MIRAD para a desapropriação da Terra Bela. Assim, com a divulgação da ocupação e do conflito, o número de famílias acampadas aumentou e chegou a duzentas.

Em dezembro, a Terra Bela foi desapropriada e o Incra começou a demarcação da área para o assentamento de 380 famílias. Consolidada a ocupação, o CENTRU e a CPT passaram a contribuir com a organização do assentamento em implantação. Essas duas ocupações marcaram o nascimento do MST no Maranhão, que havia construído e conquistado o seu espaço político. Desde então, ficaram demarcados os espaços políticos do MST e do CENTRU. Na Gameleira e na Terra Bela, a bandeira do MST representava espaços de lutas e resistência dos sem-terra. As pessoas que construíram aquelas experiências e as forças políticas sabiam distinguir as duas organizações.

No primeiro semestre de 1989, o MST continuou os trabalhos de base nas comunidades dos municípios do oeste maranhense. Também territorializaram a luta para o norte maranhense. Em junho, quinhentas famílias ocuparam a fazenda Diamante Negro, de 8.400 ha, no município de Vitória do Mearim. Houve confronto com os pistoleiros, que a mando dos latifundiários tentaram expulsar as famílias. Com a efetivação das ocupações, os sem-terra estabeleciam os acampamentos e procuravam resistir aos despejos e ataques de pistoleiros. A solução para os conflitos só viria com a desapropriação. No entanto, esse processo demoraria desde alguns meses até anos. Nos acampamentos, as famílias organizavam-se para trabalhar a terra e construir as outras condições básicas de sobrevivência. Dessa forma, criavam comissões ou setores de educação, saúde, alimentação, que compunham a coordenação do acampamento.

No dia 27 de agosto, os sem-terra realizam duas ocupações no oeste maranhense. Em Imperatriz, duzentas famílias ocuparam a fazenda Jussara, de 1.300 ha. Em Estreito, setenta famílias ocuparam a fazenda Serafim, de 1.100 ha. Os despejos foram imediatos. Em Imperatriz, os sem-terra continuaram ocupando a fazenda e enfrentando despejos até a conquista da terra. Em Estreito, as famílias reocuparam e novamente foram despejadas. No dia 21 de maio de 1990, o MST organizou sua maior ocupação, até en-

tão. Nesse mês, oitocentas famílias ocuparam a fazenda Uberaba, de 1.500 ha, no município de Imperatriz. Essa ação desencadeou uma série de conflitos e confrontos.

No mesmo dia da ocupação, em Imperatriz, a polícia invadiu a residência de um dos coordenadores do MST e o prendeu. No dia 23, cento e cinqüenta policiais despejam as famílias acampadas e no dia seguinte as famílias reocupam a fazenda. No dia 25, também ocupam a fazenda Cupuzal, de 3.200 ha. Três dias depois, duzentos e cinqüenta policiais despejam as famílias dos dois acampamentos. Durante os despejos, os barracos foram queimados e três lideranças foram presas. A Polícia Federal invade a secretaria do MST em Imperatriz e prende outra liderança. Em uma semana, as polícias militar e federal tentaram desmantelar o Movimento. Contra a repressão e a violência, os sem-terra realizaram uma manifestação no centro da cidade, exigindo a libertação dos militantes presos.

No dia 11 de julho, as famílias reocuparam novamente a fazenda Uberaba. No encrudelecimento do confronto, na madrugada do dia 13, o Exército invade o acampamento, despeja as famílias e tenta separar os grupos, conduzindo-os de volta para os seus municípios. Os sem-terra *refugiam-se* no acampamento da fazenda Criminosa, resistindo à dispersão. Em 25 de julho, os sem-terra comemoraram o dia do trabalhador rural com uma passeata pelas ruas de Imperatriz. Uma semana depois, as famílias ocupam a fazenda Ferrugem, no município de João Lisboa, a dez quilômetros de Imperatriz. Novamente são despejadas pela polícia militar. Passados três dias, as famílias reocupam a fazenda Ferrugem e dessa vez são expulsas por pistoleiros. Foi um processo desgastante que aos poucos fez com que o número de famílias fosse diminuindo. Depois de um amplo processo de negociação, que durou um ano, o Incra assentou as cem famílias que haviam resistido, na fazenda Vale Verde, no município de Buriticupu.

Nesse período, o MST começava a se consolidar no Maranhão. Havia construído sua autonomia, conquistado cinco assentamentos e atuava em duas regiões. Com essas conquistas, os sem-terra tinham que enfrentar novos desafios: continuar territorializando a luta pela terra; organizar os assentamentos e construir novos setores da organização do Movimento.

Goiás

O conjunto das experiências de luta e de resistência foi difundido em diversos lugares do País. Isso aconteceu por meio das viagens periódicas dos militantes do MST, da realização dos encontros de formação, ou quando os sem-terra se mudavam definitivamente para outros estados, onde transmitiam seus conhecimentos. Esses procedimentos viabilizam a troca de saberes, ampliando os horizontes da luta e motivando práticas que foram recriadas de maneiras distintas. Desse modo, os sem-terra enfrentaram diferentes situações de conflito, tendo como referências as lutas de outros lugares. Então esses conhecimentos aplicados à realidade e somando com as condições existentes resultam em novas experiências. Esse processo, que chamamos de espacia-

lização da luta pela terra, explicita a capacidade de organização popular do Movimento para realizar o objetivo coletivo de conquistar a terra.

A compreensão e o reconhecimento desse processo só aconteceriam depois da efetivação de várias conquistas. Mesmo assim, em muitos estados, a visão localista permaneceria, contestando a espacialização. A luta pela terra acontece em todas as regiões a todo momento. Em cada lugar é desenvolvida com características próprias, todavia os elementos estruturais são os mesmos, por exemplo: a concentração fundiária e a violência, os sem-terra e o interesse de lutar pela conquista da terra, o conflito e o não interesse do Estado em solucioná-lo. Nesse contexto, a superação dos impasses gerados muitas vezes pela falta de perspectiva está na elaboração de saberes que tenham por base práticas semelhantes. Nesse sentido, a espacialização foi fundamental para o crescimento da luta pela terra na construção do MST em todas as regiões brasileiras.

No Centro-Oeste, igualmente, foi por meio da troca de experiências que as famílias sem-terra da região do noroeste goiano iniciaram o processo de formação do MST. Foi assim que para Goiás, em 1985, viajaram três trabalhadores sem-terra paranaenses com o objetivo de contribuir com a construção do MST no estado. Desde a participação dos sem-terra goianos no Primeiro Congresso, iniciaram-se os trabalhos para a organização do Movimento por meio de uma articulação, em que participavam a CPT, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Goiás e Itapuranga e CUT (GO). Nesse tempo, nas regiões sul e noroeste goiano, aconteciam lutas de posseiros que resistiam à expropriação, e lutas de sem-terra que ocupavam latifúndios. No município de Jataí, duzentas e cinqüenta famílias estavam acampadas nas fazendas Rio Paraíso e Pedregulho e pressionavam o Incra para que realizasse a desapropriação das áreas. Em Itapuranga, o Sindicato organizara a ocupação da fazenda Serra Branca e no município de Goiás, os posseiros das terras devolutas da fazenda Estiva resistiam à expropriação. Em um enfrentamento armado com jagunços foram expulsos e suas casas e roças foram destruídas.

Durante a luta de resistência dos posseiros da Estiva, aconteceu a ocupação da fazenda Mosquito. A luta dos posseiros teve o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e da CPT da Diocese de Goiás. Por três anos, as famílias resistiram e conquistaram a terra em 1987. Nesse entretanto, o MST iniciou os trabalhos de base, em conjunto com a articulação, formando os grupos de famílias para realizar a sua primeira ocupação. Nesse trabalho articulado, as famílias decidiram ocupar uma área, também devoluta, vizinha da Estiva, denominada fazenda Mosquito. A ocupação aconteceu no dia 3 de maio de 1985. O grileiro entrou com pedido de reintegração de posse e em cinco dias foi executado o despejo das famílias.

Os sem-terra acamparam em frente ao prédio da Prefeitura. No início da luta eram vinte e três famílias, durante um mês e meio que ficaram acampados, esse número aumentou para sessenta. Sem perspectiva de solução, os trabalhadores divulgaram que iriam voltar para seus municípios e no dia 30 de julho reocuparam a fazenda Mosquito. Por esse meio os sem-terra haviam conseguido despistar a atenção dos lati-

fundiários. Mas, uma semana depois foram novamente despejados. Dessa vez, as famílias montaram acampamento próximo ao aeroporto de Goiás. Isolados, depois de dois meses e meio, os acampados avaliaram que precisavam construir uma forma alternativa para intensificar a pressão sobre o governo. Com o apoio da CPT e do bispo da Diocese de Goiás, Dom Tomás Balduíno, transferiram-se para a Praça Cívica, defronte ao Palácio do Governo. No dia 14 de outubro, os sem-terra estabeleceram o acampamento no centro da capital do Estado, como forma de espacializar a luta e pressionar o governo para a solução do conflito. No tempo em que ficaram acampados, o MST e a CPT distribuíram panfletos para a população denunciando o descaso do governo.

Lá permaneceram até próximo ao dia de Natal. Por dois meses, reivindicaram a desapropriação da fazenda Mosquito. Frente ao impasse e às dificuldades para continuar o processo de resistência, aconteceu um fato que acabou por contribuir para o desdobramento do caso. Naquela praça, todo ano, a primeira dama mandava fazer um presépio. De modo que, naquele ano, o acampamento poderia vir a ser o *presépio da realidade*. Essa situação não interessava ao então governador Íris Resende, que procurou transferir as famílias provisoriamente para uma área do Estado, pertencente à Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária. Os sem-terra apresentaram uma pauta de negociação em que constavam o compromisso do governador na negociação junto ao Incra para a desapropriação da fazenda Mosquito. Em agosto de 1986, a fazenda foi desapropriada e as 36 famílias que resistiram aos despejos e acampamentos foram assentadas.

Na conquista da fazenda Mosquito nasceu o MST. Essa luta foi marcada pela forma de organização característica do Movimento. Desde as reuniões nos trabalhos de base para a formação de grupo de famílias até as práticas de resistência desenvolvidas durante a luta, foram resultados de um conjunto de procedimentos construído nas diferentes experiências de sua história. Igualmente foi fundamental a participação da articulação, que como em outros estados contribuíram decisivamente na gestação do Movimento.

Em janeiro de 1986, o MST (GO) realizou seu primeiro encontro com a participação de cem trabalhadores de vinte e dois municípios e elegeu a coordenação estadual. Em abril, instalou sua secretaria nas dependências do prédio da CUT, em Goiânia. Com essas atividades, os sem-terra deram os primeiros passos para a construção do MST. Nesse tempo, já existiam comissões ou grupos de famílias em aproximadamente trinta municípios. Todo esse trabalho foi feito no entretanto da luta para conquista da fazenda Mosquito. Desse modo, no tempo da efetivação da luta da Mosquito, os sem-terra começaram a organizar novos grupos de famílias para uma nova ocupação.

Ainda, no mês de junho, os sem-terra realizaram uma caravana a Brasília. Levaram uma pauta de reivindicações para uma reunião com o então presidente José Sarney. Na pauta, reivindicavam a desapropriação de quarenta e cinco áreas de conflitos, em que estavam envolvidas duas mil e quinhentas famílias. Denunciaram os assassinatos de trabalhadores, do padre Josimo Tavares e ameaças de morte contra diversas lideranças. Também denunciavam a existência de uma agência de pistoleiros que funcionava no centro de Goiânia, denominada "A Solução – Empreendimentos e Ser-

viços em Imóveis Ltda.". O presidente não os recebeu e indicou o ministro Dante de Oliveira, que ouviu as denúncias e prometeu estudar os casos. Não satisfeitos, os sem-terra decidiram falar com o presidente e foram para frente do Palácio do Planalto, quando foram barrados pela polícia militar. Por vários dias, os sem-terra insistiram sem sucesso em falar com o presidente, que procurou a intermediação da CNBB para receber o documento com as reivindicações. O presidente informou que estudaria a possibilidade de desapropriar as áreas reivindicadas nos próximos dois meses. Os sem-terra formaram uma comissão que permaneceu em Brasília para acompanhar a tramitação do documento, até a realização das desapropriações.

Desde o início de 1986, os sem-terra realizaram trabalhos de base e no dia 2 de novembro oitenta e cinco famílias acamparam nas margens da BR 153, em Goiânia. A decisão de montarem acampamento foi tomada devido as crescentes ameaças de latifundiários e pistoleiros. Os sem-terra resolveram, a partir do acampamento, negociar com o Incra a desapropriação de latifúndios para o assentamento das famílias. Todavia, depois de nove meses acampados, deliberaram por não aguardar a demorada resposta do Incra. Em uma reunião, os trabalhadores determinaram que estava mais que na hora de *balangar a moita*. Era o dia 12 de agosto de 1987, aniversário da primeira conquista. No dia seguinte, ocuparam a fazenda Rio Vermelho. No tempo do acampamento da beira da BR, vinte famílias desistiram e, quando deliberaram pela ocupação, um novo grupo desistiu, temendo a violência dos pistoleiros, de modo que foram para a Rio Vermelho cinqüenta e seis famílias. Como não aconteceu nenhuma repressão, o grupo desistente pediu para retornar ao acampamento. Parte das famílias acampadas não aceitou, alegando que não eram *boi de piranha*. Todavia, por meio de discussões que envolveram as coordenações da CPT e MST, o grupo foi reintegrado ao acampamento.

O latifundiário, vinculado à UDR, começou a sobrevoar o acampamento, fazendo vôos rasantes para intimidar as famílias, ameaçou-as e entrou com liminar de reintegração de posse. A CPT promoveu um conjunto de atividades para a divulgação da luta. Entre estas, a produção de um vídeo que mostrava as roças de milho e de feijão e que foi divulgado junto à opinião pública. Nesse tempo, o Incra negociava a desapropriação da área, enquanto as famílias sem-terra também ocupavam a fazenda vizinha, conhecida como Vereda Bonita. Esse conjunto de fatores e a morosidade da negociação acabou por resultar na desapropriação da Rio Vermelho, cujo processo demoraria cinco anos. Os 1.600 ha da fazenda eram formados por três áreas denominadas Rancho Grande, Acaba Vida e São Felipe. Ainda uma parte das famílias foi transferida para o município de Doverlândia, onde se estabeleceram no projeto de assentamento Lebre. A Vereda Bonita, da mesma forma, teve um desfecho longo e seria desapropriada em 1993.

Durante a luta pela conquista da Rio Vermelho, os sem-terra estavam articulando novos grupos de famílias e ocuparam a fazenda Retiro Velho, de 3.600 ha, no município de Itapirapuã. Nessa ocupação, já participavam militantes das anteriores, que foram se formando nas experiências que construíram, numa articulação de forças políticas representativas dos trabalhadores. A ocupação aconteceu no dia 6 de abril de 1988 e uma semana depois as famílias foram despejadas. Os sem-terra acamparam,

próximo à fazenda, nas margens da BR 070. A polícia militar permaneceu na área com o argumento que pretendia evitar o confronto entre sem-terra e pistoleiros. A UDR se manifestou, ameaçando as famílias e solicitando ao governo federal a intervenção nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que apoiaram a ocupação. As famílias permaneceram seis meses acampadas e, sem encaminhamentos por parte do Incra, reocuparam a fazenda Retiro Velho. O latifundiário negociou a desapropriação com o governo e as famílias permaneceram na área, aguardando a implantação do assentamento.

No final de 1988, o MST-GO procurava se estruturar com a formação dos setores de Frente de Massa, Formação, Finanças e Produção. No Encontro Estadual desse ano, realizado em Itapuranga, onde estabelecera a nova sede da Secretaria Estadual, os sem-terra discutiram as formas de luta e as relações com as forças políticas que compunham a articulação. Elegeram a Coordenação e a Direção Estaduais e se propuseram a trabalhar para consolidar o MST. Em 1989, os sem-terra continuaram os trabalhos de base e participaram das manifestações de Primeiro de Maio e da Romaria da Terra. Realizaram cursos de formação para jovens assentados e acampados e denunciaram o surgimento da *Associação dos Sem-Terra de Goiás*, formada por um militar da reserva que cobrava uma taxa das famílias para cadastrá-las, prometendo o assentamento. Com a denúncia, a associação foi desfeita e seu criador desapareceu. Parte das famílias lesadas pelo vigarista organizaram-se no MST e participaram da sua próxima ocupação.

No dia 26 de agosto, o MST ocupou a fazenda Europa, no município de Goiás, pertencente à família Caiado, tradicional latifundiária do estado. Nas eleições desse ano, Ronaldo Caiado, ex-presidente da UDR, era candidato a presidente, de modo que a ocupação em uma fazenda de sua família era vista como uma afronta. Era uma área de apenas 600 ha e os latifundiários, que possuíam titulação duvidosa de apenas uma parte da área, rogavam-se proprietários. O MST, a CUT e a CPT reivindicavam ao Incra a desapropriação da área, enquanto os latifundiários propunham a troca da área por outra, argumentando que a fazenda Europa era *tradicional e de muito valor para a família Caiado*. O processo tramitou por onze meses. Nesse tempo, as famílias plantaram e, quando o juiz concedeu a liminar em favor da família Caiado, foram despejadas pela polícia militar.

As famílias montaram acampamento na área do antigo aeroporto de Goiás e ocuparam o Incra, que propôs a transferência das famílias para os municípios de Mambaí, Sítio da Abadia e Damianópolis, na região Leste goiano. Na assembléia realizada para decidirem se aceitavam a proposta do Incra, a coordenação do MST informou que conhecia a área, que o solo era arenoso e impróprio para a agricultura. Contudo, as famílias aceitaram a proposta e se mudaram para o novo assentamento. O assentamento não se consumou porque a maior parte das famílias retornaram e retomaram a luta na região noroeste. Desde a ocupação da fazenda Europa até o despejo, os acontecimentos delinearam uma trajetória, em que tempo e o lugar estavam determinados para transferência das famílias sem-terra. Esperaram passar as eleições, aguardaram que os sem-terra colhessem a maior parte da lavoura plantada e aconteceu o despejo.

Com um pouco de pressão das famílias, apresentaram uma área para assentá-las. Todavia, a proposta era muito mais uma forma de expulsão, do que solução para o problema dos sem-terra. O MST havia superado vários desafios, mas no final da década de 1980 começava a enfrentar outros desafios: fortalecer o Movimento para consolidá-lo e territorializar a luta para outras regiões do estado.

Rondônia

O processo de formação do MST em Rondônia foi singular. Em 1985, quando os trabalhadores sem-terra, que representaram Rondônia no Primeiro Congresso, retornaram com o objetivo de construir o Movimento, iniciaram os trabalhos de base em uma conjuntura de intensas transformações da questão agrária rondoniense. Nesse tempo, muitas famílias encontravam condições de trabalho como agregados, na meação ou como rendeiros, tendo ainda alguma perspectiva de obter um lote nos Projetos de Assentamento criados pelo Incra. Todavia, o rápido cercamento das terras por meio da grilagem e formação de latifúndios, a expropriação e o grande número de migrantes fizeram crescer a parcela de famílias sem-terra, intensificando os conflitos fundiários.

O processo de formação do povoamento que iniciara no século XVIII, começou a se efetivar no século XX, com a colonização do grande Vale Madeira-Mamoré-Guaporé e se consolidou desde o final da década de 1970, ao longo do eixo da rodovia BR 364[2]. Rondônia é um dos estados amazônicos onde o governo militar executou projetos de colonização para não fazer a reforma agrária[3]. Na primeira metade da década de 1970, foram criados cinco Projetos Integrados de Colonização, que somados correspondem a 1.759.521 ha, onde foram assentadas 17.695 famílias. Na segunda metade, foram implantados dois Projetos de Assentamento Dirigido, com área de 799.586 ha, onde 6.407 famílias foram assentadas. No início dos anos 80, o Incra passou a realizar Projetos de assentamento Rápido, quando assentou 16.000 famílias em 1.576.311 ha. Desde então, o governo passou a implantar o que denominou de Projetos de Assentamentos, sendo que parte desses já era resultado de áreas ocupadas por posseiros e sem-terra.

De 1970 a 1991, a população do estado aumentou de 111.064 para 1.132.692 habitantes[4]. De 1980 a 1990, Rondônia recebeu 938.211 migrantes. Esse número é formado majoritariamente por famílias camponesas, expulsas ou expropriadas de todas as regiões, principalmente dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nessa mesma

---

2. Conforme Valverde, Orlando (coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

3. Ver a respeito: Santos, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

4. IBGE: Contagem da população, 1996.

década, 30% dessa população migraram novamente para outros estados, a maior parte na condição de retornados[5]. Aos que se estabeleceram, alguns prosperaram e aumentaram suas áreas, oferecendo-as em arredamento para os camponeses sem-terra. Outros foram empobrecidos e venderam os lotes. Desse modo, muitas famílias trabalhavam como meeiros ou na condição de assalariados. Uma grande parte dos migrantes não conseguiu lotes e passou a trabalhar nas terras de parentes como agregados, meeiros ou rendeiros. Para as famílias que chegaram com poucos ou sem recursos, ainda enfrentavam o desfalque da unidade familiar, quando alguns de seus membros contraíam malária. Crescia, assim, o número de famílias sem-terra.

Desde 1985, tornara-se cada vez mais difícil para as famílias obterem seus lotes. Muitas áreas ocupadas por posseiros foram griladas por latifundiários, grandes empresários e comerciantes, gerando conflitos, mortes e expropriação. As empresas madeireiras invadiam reservas indígenas, assim como os posseiros expropriados. Nesse processo desigual e contraditório, os posseiros e os sem-terra começam a lutar pela sobrevivência, construindo suas formas de resistência[6]. Em julho desse ano, no município de Aripuanã, foi assassinado o padre Ezequiel Ramin, por pistoleiros da fazenda Catuva, cujos proprietários residiam em São Paulo. O padre realizava trabalho pastoral junto aos posseiros da Catuva e apoiava a resistência. Em outubro, um grupo de posseiros foi espancado pela polícia e jagunços da fazenda. Revoltados, mais de cem posseiros emboscaram e mataram o fazendeiro e um pistoleiro no mesmo local da morte de Ezequiel. Por fim, sete trabalhadores e quatro pistoleiros foram presos.

Em 1986, em Porto Velho, novecentas famílias de posseiros conquistaram uma área de 40.000 ha que fora grilada por um latifundiário residente em Mato Grosso. No município de Colorado do Oeste, na região Leste Rondoniense, seiscentas famílias de posseiros conquistaram 21.000 ha da fazenda Guarajus, de 60.000 ha. Nesse ano, a CPT denunciava a existência de trabalho escravo em quinze municípios. Em menos de duas décadas, em Rondônia aconteceu um rápido processo de ocupação e devastação, numa violenta agressão às populações indígenas e às suas florestas. Nesse curto período de tempo, o estado foi recortado por diversas estradas, com a implantação de grandes projetos de colonização e assentamento, com a grilagem e a formação de grandes latifúndios e com o aumento do número de famílias sem-terra. Os militares impuseram os projetos de colonização para não realizar a reforma agrária, o que resultou na intensificação dos conflitos, mantendo-a na pauta política como uma das prioridades para a solução da questão agrária.

---

5. Os dados são de Perdigão, Francinete e Bassegio, Luiz. *Migrantes amazônicos. Rondônia: a trajetória da ilusão*. Loyola: São Paulo, 1992, que tomaram como referências as pesquisas de instituições do Estado de Rondônia e do IBGE.

6. Este é um caso singular em que posseiros e sem-terra lutam no mesmo território contra o processo de expropriação e pela conquista da terra. O fechamento da fronteira, com a grilagem e invasão das terras camponesas e dos territórios indígenas, aconteceu simultaneamente com a chegada de sem-terra expropriados e expulsos do Sul.

No desdobramento dessa conjuntura, o MST iniciou a construção de sua forma de organização. Os primeiros trabalhos feitos nas Comunidades Eclesiais de Base com o apoio da CPT, tiveram como objetivos organizar grupos de famílias para efetivar a primeira ocupação. Mas, os membros do Movimento encontravam dificuldades, porque às famílias sem-terra ainda restava outra opção além da ocupação, que era a oportunidade de trabalhar como agregados em terras de parentes, ou na meação e no arrendamento. Em Ouro Preto do Oeste, o MST mantinha a Secretaria Estadual e nos dias 21 a 23 de agosto realizou seu Primeiro Encontro Estadual com a participação de trabalhadores de oito municípios. Participaram do evento representantes da CUT, do Movimento de Mulheres Agricultoras e a Comissão Pastoral da Terra. No Encontro foi aprovado um plano de lutas, que definiu entre outras ações: a orientação às famílias de posseiros nas lutas de resistência; trabalhar na formação de grupos de famílias sem-terra para a realização de ocupações; incentivar a organização do trabalho nos assentamentos; discutir soluções contra a violência; oferecer segurança aos trabalhadores ameaçados de morte e criar uma articulação das instituições que apóiam as lutas pela terra e pela reforma agrária. Os sem-terra elegeram a Coordenação Estadual, formada por dois membros de cada município.

Nos anos de 1985 a 1989, o MST viveu seu processo de gestação em Rondônia, participando da criação do Departamento Rural da CUT e apoiando lutas de posseiros que aconteceram nos municípios de Porto Velho, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Colorado do Oeste. Eram lutas de resistência e ocupações espontâneas realizadas por famílias migrantes que esperaram durante anos e não foram contempladas nos assentamentos implantados pelo Incra. Nesse período, o Movimento tentou organizar algumas ocupações em Ariquemes, Ouro Preto do Oeste e Machadinho do Oeste, que não foram efetivadas. Nas reuniões de base, os sem-terra organizavam grupos de famílias e definiam as áreas a serem ocupadas. No entanto, nos dias das ocupações, as famílias compareciam em número bem menor que o esperado. Um grupo pequeno tem muito mais dificuldade de enfrentar pistoleiros. Por essa razão, diversas vezes, chegavam até a área a ser ocupada, avaliavam a situação e decidiam não ocupar. Do conjunto dessas experiências, os sem-terra formaram grupos de famílias até que em 1989 avaliaram que existiam condições de realizar uma ocupação massiva.

No dia 26 de junho de 1989, o MST realizou e efetivou sua primeira ocupação no estado. Trezentas e oito famílias ocuparam a fazenda Seringal, de 8.000 ha, no município de Espigão do Oeste. Quinze dias depois foram despejadas e ocuparam a sede regional do Incra, no município de Pimenta Bueno. Durante três semanas, os sem-terra ficaram acampados, pressionando para a desapropriação da fazenda e o assentamento das famílias. O Incra negociou uma área de 500 ha com o latifundiário da fazenda Seringal para o assentamento provisório. No dia dos trabalhadores rurais, os sem-terra reocuparam a fazenda e a denominaram de assentamento 25 de Julho. Sem perspectiva de avanço das negociações, as famílias resolveram continuar ocupando as terras do latifúndio. Durante esse processo, por diversas vezes, tiveram vários conflitos, que resultaram na morte de dois pistoleiros. Nesses enfrentamentos, a polícia

montou barreira na entrada da área ocupada, prendeu e torturou lideranças. Depois de dois anos de confronto, as famílias conquistaram todo o latifúndio.

Essa ocupação marcou o nascimento do MST em Rondônia. A sua repercussão trouxe diferentes resultados na luta pela terra. Se, por um lado, inaugurava uma forma de luta em que os trabalhadores sem-terra demarcavam suas ações, por meio das ocupações organizadas, por outro lado, as instituições de apoio começaram a divergir a respeito das formas de atuação. Enquanto o Movimento desenvolveu suas atividades de apoio à luta dos posseiros e na criação de sindicatos, com a CPT e o movimento sindical, formando uma articulação política, as relações foram amistosas. Todavia, quando o MST insurgiu como sujeito da luta pela terra, apareceram divergências. Os trabalhadores que formaram o Movimento eram agentes de pastorais e sindicalistas que assumiram responsabilidades nas instâncias da coordenação do Movimento e distanciaram-se das outras instituições. Os agentes de pastoral deixaram seus trabalhos na diocese, os sindicalistas passaram a se dedicar integralmente ao MST, de modo que as instituições reclamavam a perda de seus membros.

Havia discordância, por parte de membros da CPT e do movimento sindical, principalmente, sobre a autonomia do Movimento. Os trabalhadores sem-terra não aceitavam nenhum tipo de relação de dependência na articulação. E como o MST formara-se desde a CPT e dos sindicatos de trabalhadores rurais tornara-se necessário o reconhecimento do Movimento como forma de organização de trabalhadores e não como entidade atrelada às instituições ou de apoio às lutas. Essa divergência já existia no interior do processo de gestação do Movimento. Somente com a ação concreta da ocupação da fazenda Seringal foi que as relações se abalaram. Os militantes do MST começaram a receber críticas por parte da CPT e dos Sindicatos porque conduziram a luta *sem consultar as outras instituições*. Mesmo enfrentando esses problemas o Movimento foi ganhando maturidade e reconhecimento, mesmo porque o conteúdo das críticas não era consenso no interior da articulação.

Muitos agentes de pastorais cuidaram de rebater as críticas, na realização dos trabalhos de base para a criação de novos grupos de famílias para a efetivação da segunda ocupação. Na avaliação da conjuntura que os sem-terra e agentes de pastorais faziam era necessário romper com as expectativas que as famílias sem-terra tinham ao aguardarem a possibilidade de receberem um lote do Incra. Propunham a luta pela terra como forma de pressão contra o governo e latifundiários, declarando o fracasso dos projetos de colonização. Outro resultado da repercussão da primeira ocupação foi a ampliação dos trabalhos de base, já que haviam construído uma outra perspectiva de entrar na terra. Desse modo, muitos sem-terra que participaram das experiências de ocupação do MST foram para diversos municípios com objetivo de formar grupos de famílias a partir das comunidades e dos sindicatos. O MST também ampliou o leque de alianças junto aos sindicatos urbanos que passaram a apoiar por meio de campanhas, principalmente de alimentos.

A divulgação pela imprensa, da luta dos sem-terra, servia como referência para os militantes na realização dos trabalhos de base, que agora relatavam a experiência

que tinham construído, bem como o número de famílias que estavam plantando suas roças. Nas comunidades, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ficara conhecido tanto pelo trabalho de base, quanto pela divulgação da luta de resistência na fazenda Seringal. A divulgação também era feita pelos parentes que visitavam o assentamento provisório e confirmavam as declarações dos militantes. Os migrantes continuavam a chegar em massa e as possibilidades de se conseguir terra em arrendamento ou meação rareavam. Para as famílias camponesas que vieram de outras regiões, acreditando que em Rondônia encontrariam terra para plantar, restavam poucas opções: o assalariamento e a ocupação da terra eram as mais concretas.

Um ano depois do início da primeira conquista, no mês de julho de 1990, o Movimento realizou duas ocupações. No dia 21, no município de Cerejeiras, cento e cinqüenta famílias ocuparam a fazenda Adriana, de 1.960 ha. No dia 24, duzentas e cinqüenta famílias ocuparam a fazenda Lambari, de 2.000 ha, no município de Espigão do Oeste. Os dois grupos sofreram despejos imediatos. As famílias ocupantes da fazenda Adriana tentaram ocupar uma unidade avançada do Incra, em Colorado do Oeste, e foram impedidas pelas polícias militar e federal e formaram acampamento na periferia da cidade. As famílias da fazenda Lambari acamparam na sede do Incra em Pimenta Bueno. O processo de negociação das famílias ocupantes em Cerejeiras demorou oito meses, quando a fazenda Adriana foi desapropriada para implantação do assentamento Boa Conquista. Um ano depois da ocupação, as famílias da fazenda Lambari negociaram uma área de 2.015 ha, no município de Ariquemes, onde foi instalado o assentamento Migrantes.

Com essas três ocupações, o MST começava a se consolidar em Rondônia. Formara os setores de Frente de Massa, de Formação e de Produção, desenvolvendo um conjunto de atividades de formação política e técnica dos assentados. Dessa forma, ampliava os trabalhos de base, organizando novos grupos de famílias para ocupações, com vistas à territorialização do MST para outras regiões do estado. Tornara-se um importante interlocutor junto aos órgãos governamentais e a sociedade. Superava, assim, os primeiros desafios, construindo o seu próprio espaço político e conquistando o reconhecimento das instituições pró-reforma agrária.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, o MST nasceu nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Em 1984, nas Comunidades Eclesiais de Base do município de Poté começaram as primeiras reuniões, promovidas pela Comissão Pastoral da Terra. Nas CEBs, as famílias discutiam as experiências de lutas que o MST vinha realizando nos estados do Sul. Os trabalhadores rurais estavam interessados em conhecer mais a respeito das ocupações de terra e em como construir o Movimento em Minas. Por essa razão, aumentava o número de famílias participantes nas reuniões para discutirem a reforma agrária. O conteúdo das reuniões era marcado pela compreensão que não bastava es-

perar por uma política do governo, mas que os próprios trabalhadores deveriam construir a sua organização para lutar pela terra. Desse modo, decidiram enviar dois delegados para o 1º Congresso do MST.

No retorno, os trabalhadores trouxeram novos desafios, que foram apresentados nas reuniões das CEB's. Voltaram com a proposta concreta de construção do MST mineiro. A resolução não era somente organizar as famílias de Poté, mas também iniciarem os trabalhos de base em outras regiões. A população que compunha as comunidades era formada por camponeses proprietários, meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados e assalariados. Nesse primeiro momento, um dos vínculos que os unia era o trabalho pastoral. Com a decisão de organizarem os trabalhadores para lutar pela terra, cada vez mais o vínculo passou a ser o fato de serem sem-terra. Sem Terra tornou-se uma identidade que reunia diversas categorias de trabalhadores rurais, em diferentes condições. Sem-Terra significava tanto o estado de exclusão, por meio da negação de uma condição: de serem camponeses sem poderem trabalhar nas suas terras, quanto estava carregada de sentido histórico e de força política de uma identidade própria. Assim, passaram a organizar as comissões de sem-terra nas comunidades e posteriormente as comissões municipais.

Nesse tempo aconteciam lutas de resistência e ocupações isoladas em todas as regiões de Minas. No ano de 1985, os sem-terra começaram a manter contatos com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais para discutirem a formação de uma articulação estadual e fortalecer a luta. Com esse objetivo, em junho, os sem-terra promoveram, com o apoio da CPT, um encontro regional em Teófilo Otoni, quando reuniram experiências de lutas e propuseram a organização dos trabalhadores nos municípios. Elegeram uma coordenação regional e iniciaram os trabalhos de base nos municípios de Ladainha, Teófilo Otoni, Pavão, Ouro Verde de Minas e Frei Gaspar. Em agosto, realizaram um encontro estadual na cidade de Belo Horizonte, com representantes das regiões: Vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha e Zona da Mata. Os trabalhadores relataram as diferentes experiências de lutas de resistência e pequenas ocupações isoladas, formadas principalmente por posseiros. A questão que os sem-terra colocavam era como superar essas formas de luta, para organizarem um movimento camponês com o objetivo de ocupar a terra.

Nesse encontro surgiu uma série de divergências a respeito das formas de luta em suas diferentes frentes. Predominava a concepção de que deveriam apoiar as lutas de resistência dos posseiros, principalmente pelo fato do aumento do número de assassinatos, que crescera de dois em 1983 para onze em 1984 e duplicara até agosto de 1985. Defendiam também a atuação nas lutas dos assalariados. A ocupação de terra não fora contemplada nas deliberações. Essas decisões dificultavam o processo de construção do MST, de modo que os sem-terra resolveram começar a organização a partir do Vale do Mucuri. Com o apoio de lideranças do MST, que vieram da Bahia e Santa Catarina, avaliaram que era necessário, primeiro, organizar o Movimento na região e no Vale do Jequitinhonha, por meio da ocupação da terra e formação de novas lideranças, para depois realizarem os trabalhos

de base em outras regiões. Nessa época, o MST mantinha uma secretaria em Belo Horizonte que foi transferida para Teófilo Otoni.

Os sem-terra se defrontaram com mais desafios, quando constataram que parte importante das lideranças de grupos de famílias que exercia diferentes atividades pastorais e sindicais não se interessava em assumir os trabalhos para participar da ocupação da terra. Por essa razão, resolveram começar novamente os trabalhos de base, com o objetivo de formar novas lideranças. Durante o ano de 1986, nas comunidades foram retomados os trabalhos de formação de grupos, que eram organizados por municípios. No início do primeiro semestre de 1987, foi realizada uma assembléia municipal do MST, em Poté, com a participação de aproximadamente trezentos trabalhadores. Em abril, organizaram um encontro regional em Teófilo Otoni, onde deliberam pela ocupação de terra para fazerem avançar a luta. Também decidiram se mobilizar para as eleições da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, apoiando a chapa articulada pela Central Única dos Trabalhadores.

Desse encontro participaram coordenadores de grupo de dez municípios das regiões do Mucuri e Jequitinhonha. Elegeram nova coordenação e definiram uma agenda de atividades para o segundo semestre de 1987, quando pretendiam realizar a primeira ocupação. Todavia, enfrentaram várias dificuldades: desde a falta de recursos para viajarem pelos municípios mais distantes até o impedimento de chegarem às comunidades mais próximas, por causa das chuvas, de modo que conseguiram efetivar a ocupação no dia 12 de fevereiro de 1988. No município de Novo Cruzeiro, quatrocentas famílias ocuparam a fazenda Aruega de 630 ha. Mesmo existindo divergências, com essa ocupação os sem-terra unificaram as forças políticas e receberam apoio dos sindicatos e da CPT. A conjuntura que se formou com essa ação, resultou numa situação indefinida. Por causa do grande número de famílias envolvidas na ação pelo fato do proprietário ter apenas os 290 ha registrados junto ao Incra e porque parte da propriedade seria uma área de proteção ambiental.

O impacto político foi imediato e os latifundiários responderam prontamente com a articulação da UDR na região. O suposto proprietário entrou com liminar de reintegração de posse, que não foi concedida porque, com a vistoria, a área foi considerada improdutiva. O governo estadual enviou seiscentos soldados para Cruzeiro Novo, que acamparam ao lado dos sem-terra. Por quatro meses, a polícia militar bloqueou a área, impedindo que os trabalhadores saíssem do acampamento. Isolados, sem alimentação, algumas famílias começaram a desistir. Ainda o prefeito tomou a frente da UDR regional e divulgava que os sem-terra não permaneceriam na Aruega, nem na região. Durante a repressão, o número de famílias caiu para duzentos e cinqüenta. Ao mesmo tempo, a articulação MST-CPT-Sindicatos pressionava os governos estadual e federal. Em setembro, os trabalhadores ocuparam a sede do Incra em Belo Horizonte, quando conseguiram a desapropriação da Aruega.

Nesse confronto de forças, um mês depois, o MST realizou a segunda ocupação. Duzentas e cinqüenta famílias ocuparam a fazenda Sapezinho, ao lado da Aruega.

Resistiram por seis meses, plantando na área e exigiram a vistoria pelo Incra. Outra vez, os sem-terra foram cercados, agora por um contingente de aproximadamente mil policiais. O acampamento estava localizado em um lugar de difícil acesso e a polícia militar preparou uma ação estratégica para impedir a saída dos trabalhadores. Os que tentavam e eram pegos, os policiais torturavam. Com a liminar de reintegração de posse e a perspectiva de uma ação violenta, os sem-terra decidiram transferir o acampamento para uma pequena propriedade no município de Itaipé. A área pertencia a um camponês que tinha um filho acampado. Na fazenda Aruega, com a demarcação dos lotes, ficara definido que o número de famílias assentadas seria vinte e cinco. Dessa forma, havia um excedente de cento e vinte e cinco famílias. No acampamento em Itaipé, estavam em torno de cem famílias.

Os trabalhadores continuaram negociando com o Incra, que não apresentava proposta de assentamento das famílias acampadas. Ante a falta de perspectiva, os sem-terra articularam uma nova ocupação e no dia 5 de setembro de 1989 tentaram ocupar a fazenda Bela Vista, no município de Teófilo Otoni. As famílias acampadas em Itaipé chegaram até a área, todavia, as famílias da Aruega foram barradas na rodovia pela polícia militar. A Bela Vista era um latifúndio de 2.700 ha, que os sem-terra pretendiam ocupar e exigir a vistoria. Primeiro os jagunços e depois os policiais impediram que as famílias montassem o acampamento. No confronto, duas pessoas foram balcadas e as famílias recuaram. Vários trabalhadores foram presos e as famílias transferidas para uma área na periferia da cidade. As famílias excedentes da Aruega, que foram impedidas de chegar até o local da ocupação, retornaram para o assentamento.

No final de 1989, o MST iniciara os trabalhos nas regiões Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro. A questão agrária fora militarizada. O MST denunciava a ação conjunta da polícia e da UDR, de modo que a repressão policial contra os sem-terra aumentava na mesma proporção que os trabalhadores intensificavam suas ações. A polícia militar de Minas Gerais inventou duas armas com a finalidade de serem usadas no confronto com os sem-terra. Foram denominadas *aruega e sapezinho*, em alusão às primeiras ocupações do Movimento. A *aruega* é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em "V", que são utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O *sapezinho* é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatar foices e enxadas. Uma articulação formada pelo MST, CUT e CPT foi para Brasília, por diversas vezes, para denunciar a violência da polícia e jagunços e entregar ao Incra seis pedidos de vistorias em fazendas das duas regiões.

Por meio das reuniões de negociação, os trabalhadores não encontraram solução para a repressão e para o assentamento das famílias. Pelo contrário, as perseguições se intensificavam. Em Unaí, no Noroeste de Minas, os sem-terra realizavam trabalho de base, quando foram presos. Policiais infiltrados participavam das reuniões e prenderam nove coordenadores de grupo. As lideranças foram transferidas para Belo Horizonte, ficaram presas por três dias e libertadas porque não havia mandato judicial. Os trabalhadores voltaram para a região, mas todo trabalho de base fora desarticula-

do. Durante o tempo em que estiveram presos, a UDR agira, intimidando os trabalhadores nas comunidades. Policiais e jagunços fizeram ameaças às famílias que pretendiam participar de ocupações.

Em Iturama, no Triângulo Mineiro, em janeiro de 1990, os sem-terra tentaram ocupar a fazenda Colorado e foram impedidos por jagunços e policiais. As duzentas e cinqüenta famílias, que não conseguiram ocupar, acamparam nas margens da rodovia. Um grupo ocupou a sede do Incra, em Belo Horizonte, exigindo a vistoria da fazenda, que foi declarada empresa rural. Depois de nove meses acampadas, as famílias ocuparam a fazenda Varginha de 4.000 ha, em Iturama. Foram despejadas numa ação violenta e os barracos foram queimados. A UDR cedeu caminhões para o transporte de 270 pessoas até o distrito policial. As lideranças foram humilhadas diante das famílias numa tentativa de desmoralização do Movimento. Os trabalhadores retomaram o acampamento na beira da estrada.

Nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, as famílias excedentes da Aruega continuaram pressionando o governo, que propôs assentá-las no município de Pedra Azul, no Projeto de Assentamento Craúna, de 11.090 ha, desenvolvido pela Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS). Levaram dois representantes das famílias para conhecer o assentamento. Os técnicos da Fundação mostraram apenas uma parte do projeto, de fachada, exatamente uma área com boa infra-estrutura e próxima à cidade. Não mostraram a totalidade do projeto que compreendia os territórios dos municípios de Jequitinhonha, Itaobim e Pedra Azul. Os sem-terra aceitaram a proposta, todavia, as famílias foram colocadas em uma área isolada, sem nenhuma infra-estrutura, distante oitenta quilômetros da cidade. As famílias se revoltaram e se recusaram a ficar. Retiveram os ônibus e caminhões e reuniram-se com os técnicos do projeto para que autorizassem os motoristas a levarem as famílias de volta para a Aruega.

A área de fachada que fora apresentada ficava no outro extremo do assentamento e já estava destinada para famílias sem-terra da região. Diante da resistência, a RURALMINAS propôs uma troca: levaria os sem-terra da Aruega para a área que foi mostrada aos representantes e destinaria aquela área para as famílias da região. Os trabalhadores não aceitaram e mantiveram a decisão. As famílias pressionaram a Fundação por três dias; no quarto, duzentos policiais cercaram os ônibus e caminhões, impedindo os sem-terra de deixarem a área. Essa ação caracterizava a forma como o Estado tratava as famílias. A polícia sempre fora usada para impedir que os sem-terra determinassem suas trajetórias e interesses. Ela servia tanto para tirar quanto para segurar. Todavia, o governo não conseguiu sustentar a situação e um mês depois, os sem-terra acampavam nas margens da BR 116, no município de Padre Paraíso.

Ainda demoraria até três anos para que essas famílias, organizadas no MST, conquistassem a terra. As famílias que ocuparam a fazenda Sapezinho, depois a Bela Vista e ficaram acampadas em Teófilo Otoni, foram assentadas no município de Itaipé, no projeto Santa Rosa-Córrego das Posses, em uma fazenda que foi comprada pelo

Incra e pela RURALMINAS. As famílias que ocuparam a Aruega, em 1988, que tentaram ocupar a Bela Vista, que foram para Pedra Azul, no engodo da Fundação, depois acamparam em Padre Paraíso, por fim ocuparam a fazenda Califórnia, em Tumiritinga, no vale do Rio Doce, no dia 1° de junho de 1993, retomando as ocupações de terra nessa região. A fazenda já estava em processo de desapropriação e não houve despejo. As famílias acampadas em Iturama foram assentadas no Projeto Santo Inácio do Ranchinho. Os sem-terra conseguiram romper os obstáculos e superaram as dificuldades, ocupando a terra e construindo o Movimento como condição para serem camponeses. Nesse tempo, os trabalhos de base continuaram, formando grupos para novas ocupações.

Espírito Santo

No Espírito Santo, o MST nasceu em 1985 e seu processo de gestação começou em 1983. Foi nesse ano que aconteceram as primeiras reuniões com grupos de famílias sem-terra na favela do Pé Sujo, na periferia da cidade de São Mateus, no Litoral Norte Espírito-santense. Essas famílias foram expropriadas e expulsas pela territorialização de grandes projetos agroindustriais, principalmente, eucalipto e cana-de-açúcar, por meio de incentivos fiscais e financeiros, que ocorreram desde meados da década de 1960. As reuniões para discussão das realidades dessas famílias eram parte dos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base, que recebiam orientação e apoio da Comissão Pastoral da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus. Nesse mesmo ano, em diversos municípios da região, outros grupos de famílias começaram a se organizar com o objetivo de negociar terra e trabalho com os governos municipais e estadual. Das negociações com prefeitos e o governador resultaram as conquistas de dois assentamentos: Córrego de Areia e São Roque, no município de Jaguaré.

Durante esse período de gestação do Movimento, nas reuniões dos trabalhos de base, os trabalhadores rurais se identificavam como *lavradores desempregados*. Depois das participações no I Encontro e no 1° Congresso, passaram a se denominar sem-terra. Com a participação nesses eventos, os trabalhadores trouxeram conhecimentos de outras experiências de luta, contribuindo não só no processo de construção da identidade, mas também os sem-terra começaram a se organizar para romper com os limites da dependência das negociações, por não atender a demanda das famílias que reivindicavam terra. Enquanto os grupos de famílias cresciam às centenas, o governo estadual havia assentado apenas quarenta e uma famílias nos dois assentamentos implantados. Criou-se, então, um embate entre os trabalhadores, principalmente os sindicalistas, em que alguns defendiam a continuidade das negociações e outros sustentavam que as ocupações deveriam ser a principal forma de luta para conquistar a terra e lutar pela reforma agrária.

No calor do debate, ocorreram três ocupações nos municípios de Jaguaré, Montanha e Barra do São Francisco. Os sem-terra, que haviam participado do 1° Congresso,

voltaram com o objetivo de construir o MST no Espírito Santo e defendiam a ocupação como forma de acesso à terra. Em um encontro regional realizado entre lideranças sem-terra, sindicalistas e agentes de pastorais, os trabalhadores manifestaram-se por meio de um documento em que reivindicavam do governo: a retomada das terras devolutas, desapropriação de terras do Estado, ocupadas pela Floresta Rio Doce S/A – Empresa Estatal, e pelo assentamento das famílias acampadas. As negociações com o governo estadual e o Incra continuaram e resultou na implantação de oito assentamentos num total de duzentas e sete famílias, nos municípios de Jaguaré, São Mateus, Conceição da Barra, Montanha, Viana e Pinheiros.

Os assentamentos conquistados foram resultado de muita negociação e pressão, principalmente da ocupação. No dia 27 de outubro de 1985, o MST fez sua primeira ocupação no Espírito Santo. Nesse dia, trezentas e cinqüenta famílias ocuparam a fazenda Georgina, no município de São Mateus. Na organização do acampamento, formaram diversas comissões para atender às necessidades das famílias e para o desenvolvimento da luta. Criaram a comissão de negociação, de segurança, de alimentação, de imprensa, de celebração, de saúde, de educação, de barracos etc. Com um membro de cada comissão formaram a coordenação do acampamento, responsável pela organização das assembléias para manter todos informados da direção das negociações. Essa luta marcou o nascimento do MST no Espírito Santo e diferenciava-se das anteriores por sua forma de organização e seus objetivos. Aqueles trabalhadores não estavam dispostos apenas a lutar por aquela terra. Compreendiam que essa luta significava a construção do Movimento que levaria a luta para outras terras, territorializando o Movimento para outras regiões do estado.

Três dias depois da ocupação, por ordem do Poder Judiciário, as famílias foram despejadas. Negociaram com o governo estadual a transferência do acampamento para uma área próxima ao local da ocupação, no quilômetro 41 da estrada São Mateus-Nova Venécia. O processo de negociação durou cinco meses e resultou na conquista de quatro assentamentos: Georgina, Vale da Vitória e Pratinha no município de São Mateus, e Jundiá no município de Conceição da Barra. Nesse tempo, os sem-terra já trabalhavam na formação de novos grupos de famílias em diversos municípios da região do Litoral Norte Espírito-santense. No mesmo mês das primeiras conquistas, maio de 1986, o MST-ES realizou o seu Primeiro Encontro Estadual e contou com o apoio da CPT e da CUT. Do outro lado, os latifundiários organizaram a UDR (União Democrática Ruralista) e com o apoio do governo estadual interferiram nas discussões do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) e o inviabilizaram. Nesse contexto, os sem-terra capixabas concluíram, no final do Encontro, que naquela conjuntura era importante a formação de uma articulação das organizações pró-reforma agrária junto ao MST; que sem a perspectiva da reforma agrária, a luta pela terra, por meio da ocupação era a solução para as famílias sem-terra que estavam se organizando.

Em junho, a Arquidiocese de Vitória, a Diocese de São Mateus e a CPT realizaram a Romaria da Terra para celebrar as conquistas e manifestar apoio às famílias sem-terra. A Romaria começou no km 41, lugar do primeiro acampamento, e termi-

nou no assentamento Georgina, no lugar da primeira ocupação do MST, onde foi fincada uma cruz e celebrada uma missa pelos bispos arquidiocesano e diocesano. Em julho, aconteceram manifestações dos sem-terra nos municípios das regiões Noroeste e Litoral Espírito-santense contra os governos estadual e federal, pela não implementação da reforma agrária. Nesse processo de espacialização da luta, o MST montou um acampamento em Vitória, próximo ao Palácio do Governo e a Assembléia Legislativa, para protestar e divulgar a luta junto à opinião pública.

Ao mesmo tempo crescia a repressão aos sem-terra. Conhecedor da formação de novos grupos de famílias, o governo estadual ordenou à polícia militar que realizasse uma *operação pente fino* nas comunidades dos municípios de São Mateus, Pedro Canário, Conceição da Barra, Boa Esperança e Linhares, com o argumento de *procurar armas entre os sem-terra* e impedir que novas ocupações acontecessem. Em vários municípios das regiões do Norte do Espírito Santo, a UDR fundou secretarias e realizou leilões de gado para fortalecer a organização dos latifundiários e defender seus interesses e privilégios. Todavia, mesmo diante de todo esse aparato, o MST conseguiu realizar sua segunda ocupação.

No dia 20 de setembro de 1986, quinhentas famílias ocuparam uma área de uma das fazendas da empresa estatal Floresta Rio Doce S/A, no município de São Mateus. Ao mesmo tempo, ocuparam a sede do Incra, em Vitória, pressionando o governo federal para negociar o assentamento das famílias. A ocupação ocorreu em uma área estratégica: nas proximidades dos assentamentos Georgina e Pratinha e do latifúndio Aracruz Celulose. A empresa colocou pistoleiros para impedir que os sem-terra também ocupassem a propriedade. No decorrer das negociações, as famílias foram despejadas e transferiram o acampamento para uma área, onde estava sendo implantado o assentamento Pratinha. Os sem-terra que ocupavam a sede do Incra saíram com a promessa que o Instituto procederia a desapropriação de várias áreas reivindicadas pelos trabalhadores. No entanto, os latifundiários se mobilizaram e conseguiram liminares contra as desapropriações e os processos ficaram paralisados.

Os sem-terra voltaram a ocupar a sede do Incra e marcaram uma audiência com o então ministro Dante de Oliveira, que se comprometeu a entrar com recursos para agilizar as desapropriações e implantar os assentamentos. No dia 19 de dezembro, o presidente Sarney assinou os decretos de desapropriação e no dia 26 as famílias ocuparam as áreas para agilizar a imissão de posse pelo Incra. Ocuparam e foram despejadas. Contudo, essas ações foram determinantes para a efetivação dos processos. Dessa luta resultaram três assentamentos: em São Mateus um grupo de famílias foi assentado na área ocupada da empresa Floresta Rio Doce, que foi denominada de assentamento Jucrana. Em Nova Venécia, foi desapropriada a fazenda Pip-Nuck, onde foi criado o assentamento com o mesmo nome. Outro grupo de famílias foi para o assentamento Rio Quartel, em Linhares. Ainda, um grupo de famílias remanescente montou acampamento defronte a fazenda Castro Alves em Pedro Canário.

Ainda, durante o ano de 1987, os sem-terra realizaram diversas ações. Em março, participaram da Romaria Libertadora da Terra, organizada pela CPT, que partiu de

São Mateus rumo à cidade de Vitória. Durante quinze dias, aproximadamente duzentas pessoas caminharam 227 km, reunindo mil e quinhentas pessoas na manifestação final, quando realizaram o Tribunal da Terra, que condenou o latifúndio e as empresas pela expulsão e expropriação das famílias sem-terra. Em novembro, organizaram uma nova marcha em São Mateus, para protestar contra as crescentes ameaças que a UDR fazia aos trabalhadores sem-terra. A organização dos latifundiários divulgara que não permitiria mais nenhuma ocupação do MST no Espírito Santo. Nesse tempo, os sem-terra já estavam organizados em vários grupos de famílias em dez municípios do Norte do estado, para realizar a terceira ocupação.

No dia 4 de dezembro de 1987, quinhentas famílias se mobilizaram para ocupar a fazenda Scardini de 1.900 ha, no município de Nova Venécia. Durante as viagens dos sem-terra em direção à área, alguns caminhões foram barrados pela Polícia. Outros que conseguiram chegar próximo a fazenda, encontraram uma barreira de pistoleiros da UDR, que impediram a efetivação da ocupação. Os jagunços ameaçaram os motoristas, obrigando-os a retornar. Com a chegada de mais caminhões e o aumento do número de famílias, os sem-terra resistiram. Decidiram não sair do lugar em que foram barrados, começaram a descarregar seus pertences e montaram o acampamento nas margens da estrada. Com o acampamento, os trabalhadores materializaram o fato político e com a chegada da polícia militar exigiram o direito de negociar uma solução para o conflito. As ferramentas dos trabalhadores foram apreendidas e fora proibida a entrada e a saída de qualquer pessoa do acampamento. Durante as noites, os pistoleiros e os policiais ameaçavam as famílias. Os trabalhadores municiaram-se de paus das tarimbas, temendo um possível ataque.

Passados três dias e sem resposta de nenhum órgão do governo, a polícia foi acionada para despejar os sem-terra das margens da estrada. Foi enviado um efetivo de seiscentos policiais, que, utilizando dezenas de caminhões cedidos pelos latifundiários da região, começaram a transportar trezentas e cinqüenta famílias de volta para os municípios de onde haviam partido. Novamente, os sem-terra resistiram. Os caminhões estavam assinalados com nomes de municípios para onde se dirigiriam. Todavia, as famílias entraram nos veículos sem obedecer à ordem imposta. Quando os caminhões chegavam nas cidades, as famílias afirmavam que não eram daqueles municípios e, desorientados, os policiais abandonavam as famílias. Nesse entretanto, os coordenadores de grupos reuniram-se e decidiram enviar as famílias para o acampamento de Pedro Canário, onde estavam as famílias remanescentes da ocupação da empresa estatal Floresta Rio Doce S/A. Articularam-se com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e conseguiram transporte para conduzir parte das famílias até o acampamento de destino.

Com a forte repressão, muitas famílias desistiram. As que resistiram, formaram um grande acampamento defronte a fazenda Castro Alves, no município de Pedro Canário, que estava em processo de negociação para desapropriação pelo Incra. Com a intensificação da luta pela terra, as lideranças começaram a ser perseguidas por jagunços da UDR. No dia 6 de fevereiro, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais do Município de Pancas, Francisco Domingos Ramos, foi morto em uma emboscada. Ameaças de morte ocorreram em outros municípios. Também várias lideranças foram presas, acusadas de formação de bando ou quadrilha. Nesse processo de enfrentamento, pressão e repressão, em abril, o Incra desapropriou a fazenda Castro Alves, onde foram assentadas 130 famílias. Outros grupos de famílias remanescentes foram assentados no município de Montanha, onde foi desapropriada a fazenda Bom Jesus e implantado o assentamento Francisco Domingos Ramos. Outros grupos foram assentados no município de Nova Venécia, com a criação do assentamento Três Pontões.

Nesse tempo, os sem-terra organizados no MST já trabalhavam simultaneamente em várias frentes, tanto na resistência das famílias acampadas, quanto na realização do trabalho de base para formação de grupos de famílias com o objetivo de realizar novas ocupações, como na organização das famílias nos assentamentos conquistados. Em dezembro de 1987, em uma área de 10.000 ha cedida pelos sem-terra do assentamento Jucrana, o MST fundou o Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Produtores (CIDAP), no município de São Mateus. No Centro são realizados cursos de formação técnica e política, bem como atividades de assessoria administrativa aos assentados. O MST se consolidara com a constituição da Coordenação Estadual, formada pelos coordenadores dos setores de Atividades: Formação, Educação, Frente de Massa, Produção, Saúde, Finanças e Comunicação.

No movimento da luta, novos grupos foram formados e no dia 4 de setembro de 1988, quinhentas e cinqüenta famílias de trabalhadores bóias-frias, a maioria desempregada, ocuparam uma área de 1.500 ha da empresa Acesita Energética, no município de Conceição da Barra. Dois dias depois, a polícia militar foi enviada para fazer o despejo. Houve resistência com enfrentamento entre os sem-terra e a Polícia, quinze coordenadores foram presos, as enxadas, facões e foices foram apreendidos e as famílias permaneceram na área ocupada. Imediatamente, quarenta trabalhadores ocuparam a sede do Incra, reivindicando a vistoria da área ocupada. O Instituto procurou negociar a desapropriação mas a empresa insistiu na reintegração de posse. No dia 13 de setembro, as famílias foram surpreendidas por um incêndio, nas matas, em torno do acampamento. Transferiram o acampamento para outra área, dentro das terras da Acesita, e foram atacadas por pistoleiros. Em novembro, uma liderança, membro da Direção Nacional do MST sofreu um atentado em sua casa, na cidade de São Mateus. O MST divulgou uma nota, alertando para a intensificação do conflito e manifestando a decisão de resistirem na terra ocupada.

No dia 13 de dezembro, o sem-terra Hamilton Santos Moura foi emboscado por pistoleiros e assassinado. Os sem-terra voltaram a ocupar a sede do Incra, exigindo uma rápida solução para a questão. Em janeiro de 1989, outro trabalhador foi assassinado. Germiniano Fernandes foi encontrado morto na roça, em uma área próxima ao acampamento. Sem perspectiva de negociação com a Acesita, as famílias foram transferidas e assentadas em três áreas arrecadadas pelo Incra nos municípios de Ecoporanga, São Gabriel da Palha e Nova Venécia.

A intensificação dos conflitos aumentava na proporção em que os sem-terra se organizavam para as ocupações. No primeiro semestre de 1989, o MST preparava a sua maior ocupação no Espírito Santo. Aproximadamente setecentas famílias estavam organizadas em vários municípios. A UDR havia infiltrado várias pessoas nos grupos de base, de modo que conseguiu mapear a origem de parte dos grupos. A polícia, informada pela UDR, bloqueou as estradas, impedindo os caminhões de chegarem ao destino. Apenas um grupo com dois caminhões, um ônibus e uma caminhonete chegou na fazenda Ipuera, no município de Pedro Canário. Essa ocupação aconteceu no dia 5 de junho e no momento que montavam o acampamento, foram atacadas pelo latifundiário, um policial à paisana e cinco pistoleiros, que atiraram contra os barracos. No conflito, um sem-terra foi ferido, o latifundiário José Machado e o policial à paisana Sérgio Narciso foram mortos, o restante dos pistoleiros debandou.

Esse fato resultou numa onda de perseguições e prisões. As famílias barradas nas estradas e as ocupantes da fazenda foram levadas para os distritos policiais dos municípios da região para interrogatório. As delegacias ficaram superlotadas de famílias sem-terra. Vários coordenadores de grupos e outras lideranças foram torturados. Os sem-terra foram liberados, dois dias depois, por meio das ações de advogados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da CPT. O latifundiário morto era liderança da UDR. Essa organização passou a acusar o Estado e a Igreja como facilitadores das ocupações. A Arquidiocese de Vitória divulgou uma nota em todas as CEBs, informando que esse conflito era fruto da *"injustiça institucionalizada no campo, gerada pela concentração da terra, pelo insucesso das tentativas de reforma agrária e pela impunidade diante de centenas de assassinatos de trabalhadores e índios"* (Pizetta, 1999, p. 33). O governo estadual se manifestou por meio da imprensa, afirmando que os latifundiários se apropriaram de terras devolutas, acusando-os de *"serem invasores de colarinho branco... são invasores tanto quanto os trabalhadores que invadem propriedades... já que nos dois casos a ocupação é feita em áreas que não pertencem nem aos trabalhadores e nem aos proprietários"* (sic) (Bussinger, 1992, p. 153).

Em sua manifestação, o governo procurou se eximir do fato. O que se seguiu foi a intensificação das perseguições e assassinatos seletivos de lideranças. Duas semanas depois das mortes do latifundiário e do policial, o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores de Linhares Paulo Damião Tristão foi assassinado por pistoleiros. Um mês depois, um líder sindical e de comunidades de base do município de Montanha, Verino Sossai, também foi assassinado por pistoleiros. Passado mais um mês, outro sindicalista, o trabalhador Valdício Barbosa, foi assassinado em Pedro Canário. Esses assassinatos estavam relacionados com o conflito da fazenda Ipuera. O MST, a CPT, a CUT e o PT acusaram a UDR de represália. Essas ações de retaliação e as perseguições constantes dificultaram os trabalhos de base. Durante um ano, os sem-terra não conseguiram se mobilizar para as reuniões dos trabalhos de base, por causa da perseguição da polícia e das ameaças declaradas dos pistoleiros contratados pela UDR.

Trabalhadores sem-terra, lideranças sindicais e pastorais precisaram deixar a região para não serem chacinados. Em 1990, no Espírito Santo, o MST já havia con-

quistado vinte e um assentamentos, onde foram assentadas aproximadamente 700 famílias. Em cinco anos de vida, estava consolidado e iniciara os trabalhos de organização socioeconômica dos assentamentos por meio da constituição de associações e cooperativas. Cresciam os desafios do MST, que precisava enfrentar a escalada da violência da UDR e se territorializar para outras regiões do estado. A organização e terra conquistadas nesse período eram as condições que os trabalhadores possuíam para desenvolver a luta.

Rio de Janeiro

A formação do MST no Rio de Janeiro também foi singular. Um dos principais aspectos dessa distinção com os outros estados foi a ocorrência de um interstício no processo de formação do MST-RJ. No período de 1985 a 1987 aconteceu a primeira fase desse processo, quando o Movimento tentou, sem sucesso, se consolidar no Rio de Janeiro. No final de 1993, o MST-RJ voltou a se organizar e desde então começou a se territorializar por diversas regiões do estado. Outro aspecto importante, que diferenciava de outros estados, era a participação massiva de trabalhadores urbanos[7] na luta pela terra.

O primeiro contato entre membros do MST e trabalhadores cariocas, que lutavam pela terra, aconteceu em abril de 1984. Naquele mês, veio um grupo de sem-terra paranaenses e gaúchos para conhecer o mutirão[8] Campo Alegre, no município de Nova Iguaçu, na região metropolitana. Na época, cento e vinte e cinco famílias ocupavam uma área da fazenda Campo Alegre, de 2.500 ha. Esse grupo de famílias era formado por trabalhadores urbanos e por trabalhadores rurais expulsos de outras regiões do Rio de Janeiro, e estavam decididos a permanecer na terra, para garantir trabalho e moradia. Contavam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu. Em julho de 1984, o então governador Leonel Brizola decretou a utilidade pública do imóvel, iniciando o processo de desapropriação.

Em outubro de 1984, a Comissão Pastoral da Terra organizou o encontro preparatório para o 1º Congresso do MST. Desse evento participaram trabalhadores de dezessete municípios e foram indicados dois delegados para representar o Rio de Janeiro. Os trabalhadores escolhidos eram lideranças que atuavam no mutirão Campo Alegre e, no Congresso, passaram a compor a Coordenação Nacional do MST. Retomaram com o objetivo de construir o MST-RJ. Em 1985, o assentamento mutirão Campo Alegre contava com seiscentas famílias e foi onde se iniciou a gestação do Movi-

7. Em 1980, segundo o Censo Demográfico, 92% da população carioca era urbana.

8. Mutirão era o termo utilizado pelos trabalhadores que se mobilizavam para ocupar uma área. Essa expressão era empregada na realização da ocupação, denominava o acampamento e em alguns casos passou a compor o nome do assentamento.

mento. Os trabalhadores criaram uma comissão e começaram a contribuir com a luta de vários grupos de família.

Em abril de 1985, quarenta e cinco famílias ocuparam a fazenda Boa Esperança, no município de Nova Iguaçu. Com o apoio da CPT nas comunidades, durante alguns meses, as famílias se reuniram com o objetivo de se mobilizarem para lutar pela terra. Nessa luta, o MST participou na efetivação da ocupação, que passou a se denominar mutirão Guandu. Vinte dias depois, as famílias foram despejadas e acamparam na margem da estrada, em frente à fazenda. O mutirão Guandu era um movimento isolado que se vinculou ao MST no desenvolvimento da luta. A participação dos membros do Movimento acontecia na forma de apoio para negociação junto ao Estado. Um ano depois da ocupação, a fazenda foi desapropriada pelo Incra, onde foram assentadas 34 famílias.

No dia 7 de setembro de 1985, a fazenda Barreiro, de 1.000 ha, no município de Paracambi, foi ocupada por cento e vinte famílias. A área era demandada por dois grileiros e com a ocupação as famílias passaram a reivindicar a desapropriação para implantação de assentamento. Essa luta foi denominada como mutirão Paracambi e também era um movimento isolado, que contou com o apoio da CPT e do MST na organização de diversas formas de resistência. As famílias foram despejadas, acamparam próximo à fazenda e um grupo de famílias também acampou nos jardins do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, como forma de pressão e protesto. Depois de várias negociações, em março de 1986, a fazenda foi desapropriada e foi implantado o assentamento Vitória da União.

Dessa forma o MST-RJ apoiou diversas outras lutas, entre elas: as lutas que resultaram no assentamento Conquista, em Valença, e na formação do mutirão da Paz, no município de Piraí, ambas na região Sul-Fluminense. Essas lutas contaram com o apoio de trabalhadores do mutirão Campo Alegre, que por meio dessas ações procuravam construir o MST. As pessoas que mais se destacaram nessas lutas eram convidadas para participar das reuniões de fomação do MST. Em outubro, realizaram o I Encontro Estadual dos Sem-Terra do Rio de Janeiro e elegeram a Coordenação Provisória do Movimento. Nesse evento discutiram as seguintes questões: expandir as lutas para outras regiões do estado, as perspectivas com relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária e a relação MST e governo Brizola. Essa última questão era a que mais preocupava os trabalhadores interessados em consolidar o Movimento no Rio de Janeiro.

Desde a participação no 1º Congresso até a realização do I Encontro Estadual, os trabalhadores responsáveis pela construção do MST-RJ enfrentaram várias dificuldades no desenvolvimento da luta. Essa condição impossibilitou a superação da situação em que se encontravam no processo de formação do Movimento. Nesse tempo, apesar de todos os esforços, os sem-terra não conseguiram construir uma forma de organização que fosse além dos apoios aos movimentos isolados. Há um conjunto de razões para explicar esse fato. Não principiaram lutas que levassem às ocupações, conquistando assentamentos, formando novos militantes, fazendo nascer o MST-RJ. Desse modo, não superaram a fase de gestação do Movimento, quando a

Direção do MST decidiu pela sua dissolução no Rio de Janeiro. Também não foi possível formar uma articulação com as forças políticas de apoio à luta, principalmente com a CPT, sindicatos e partidos, que levasse à autonomia da organização dos sem-terra. Por outro lado, um fator importante desse processo foi a cooptação de lideranças, através da prática populista do governo Brizola, que impediu o desenvolvimento da organização dos trabalhadores.

Algumas lideranças importantes formadas no processo de construção do MST priorizaram a militância política no Partido do governador Leonel Brizola – Partido Democrático Trabalhista (PDT). Essa condição criava uma relação de dependência com o governador, de modo a comprometer a autonomia e a organização do Movimento. As decisões a respeito da luta pela terra não eram tomadas de acordo com as prioridades dos sem-terra, mas a partir dos interesses do governo. Dessa forma, o governo, por meio da Secretaria de Assuntos Fundiários, passou a ter o controle político dos movimentos. O governo procurava conduzir a luta de acordo com os seus objetivos, evidente que a ocupação de terra não fazia parte de seu projeto.

Na formação do MST, o setor de Frente de Massa é um dos responsáveis pela territorialização do Movimento. Com a conquista de frações do território, outros setores são formados e em conjunto atuam na espacialização e territorialização por meio do trabalho de base, na construção e dimensionamento dos espaços de socialização política, inaugurando novas ocupações de terra. Nessa fase de construção do MST-RJ, ocorreu apenas a sua espacialização no apoio às lutas dos *movimentos isolados*. O Movimento não principiou nenhum grupo de famílias. Também é importante destacar que a decisão de ocupar a terra é construída na organização e pela autonomia dos trabalhadores, o que não chegou a existir naquele momento. Nesse contexto, a ação final da dissolução do MST-RJ aconteceu quando os sem-terra optaram pela não expansão da luta para outras regiões e decidiram criar a Comissão dos Assentados. Desde então os trabalhadores voltaram-se muito mais para os problemas internos dos assentamentos. Nessa forma de organização não havia a preocupação de organizar novas famílias para territorializar a luta. Desse modo, as lutas refluíram e o governo manteve o controle político sobre a questão da terra.

Nesse interstício de 1987 a 1993, os sem-terra cariocas mantiveram contato com o MST, principalmente via comissão do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera). Nesse período, ocorreram várias reuniões, quando os sem-terra do Rio e dos outros estados maturaram as discussões a respeito da rearticulação do MST-RJ. Em 1993, o Movimento enviou uma liderança do Paraná, que juntamente com as lideranças cariocas reiniciaram os trabalhos de construção do Movimento no Rio de Janeiro. Começava, dessa forma, uma nova fase da formação do MST-RJ.

São Paulo

No Estado de São Paulo, a gestação e nascimento do Movimento aconteceram da conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados nas regiões de Andradina

(Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo), Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sumaré)[9]. Até 1984, a articulação desses movimentos fora coordenada pela Comissão Pastoral da Terra. Com a fundação do MST e a realização do Primeiro Congresso, os sem-terra escolheram uma coordenação e estabeleceram a Secretaria Estadual na cidade de São Paulo, em uma sala na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1985, o MST-SP iniciou o seu processo de territorialização a partir da região de Campinas. Nesse ano, nas regiões de Sorocaba e Araçatuba também ocorreram diversas ocupações organizadas por movimentos isolados.

Em janeiro de 1984, no município de Sumaré, região de Campinas, os sem-terra haviam conquistado um assentamento em uma área de 237 ha. Do Horto Florestal de Sumaré, de propriedade da Ferrovias Paulistas S/A (Fepasa) que foi denominado Sumaré I. Nas Comunidades Eclesiais da região, os trabalhadores realizavam trabalhos de base para formação de novos grupos de famílias. Em maio de 1985, depois de várias negociações com o governo estadual e sem resultados concretos, quarenta e cinco famílias ocuparam o Horto Florestal da Boa Vista, também no município de Sumaré e pertencente a Fepasa. Foram despejadas, continuaram negociando até serem assentadas provisoriamente no Horto da Boa Vista, para depois serem transferidas definitivamente para uma área remanescente do Horto de Sumaré, onde estabeleceram o assentamento Sumaré II. Esses dois grupos tornaram-se um marco importante na formação do MST-SP. As lideranças formadas nessas lutas continuaram os trabalhos de base, organizando novos grupos de famílias e territorializaram o Movimento para outras regiões do estado.

Nesse momento do princípio da formação do Movimento, os sem-terra realizam uma ocupação por vez, embora durante uma luta já trabalhassem a organização de outra. Assim, no desenvolvimento de uma luta, germinava outra. Na conquista de Sumaré II, principiou o terceiro grupo de famílias no processo de territorialização. Em novembro de 1985, o grupo III, formado por cem famílias, ocupou uma área do Estado no município de Nova Odessa, na região de Campinas. Despejado, o grupo ficou acampado por quatro meses em um trevo da rodovia Anhangüera, na cidade de Campinas. Em fevereiro de 1986, os sem-terra realizaram a primeira caminhada do MST-SP, que percorreu 100 km, de Campinas até o Palácio dos Bandeirantes – sede do governo estadual – em São Paulo, para pressionar a negociação do assentamento de todas as famílias acampadas no estado. Dois meses depois, foram assentadas em uma fazenda pertencente à Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC), no município de Porto Feliz, na região de Sorocaba.

Essas primeiras ocupações do MST-SP foram realizadas em terras do Estado. A partir do quarto grupo, o Movimento começou a ocupar latifúndios e terras devolutas do Estado de São Paulo. No período 1985-1990, o MST territorializou-se para as re-

9. Ver no capítulo 2: São Paulo.

giões de Bauru, Araçatuba, Itapetininga e Presidente Prudente (Pontal do Paranapanema). Também tentou, sem sucesso, territorializar a luta para a região do Vale do Ribeira, no Litoral Sul Paulista, contribuindo com a luta dos posseiros da fazenda Valformoso, no município de Sete Barras. A articulação das forças políticas que apoiaram o Movimento era formada pela CPT, CUT e PT. O movimento sindical não teve participação nesse processo. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) apoiava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, cuja região passou a ser território do Sindicato também com relação às ocupações de terra. No ano de 1986, estava sendo debatido o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA). Todavia, assim como nos outros estados, o processo de conquista de assentamentos aconteceu muito mais pelas ocupações do que pelos projetos de governo.

Na luta do grupo III, foi gerado o grupo IV. Na formação desse grupo, o MST espacializou os trabalhos de base para dez municípios das regiões de Campinas e Piracicaba, organizando quatrocentas famílias. Durante vinte meses, os coordenadores dos diversos grupos de famílias por município procuraram, por oito vezes, negociar com o Incra uma área para a realização do assentamento. Nas negociações, os trabalhadores só receberam promessas, de modo que decidiram seguir os exemplos dos outros grupos e partiram para a ocupação da terra. No dia 2 de novembro de 1987, o MST ocupou a fazenda Reunidas, de 17.138 ha, no município de Promissão, na região de Bauru. O latifúndio havia sido desapropriado em junho daquele ano e o Incra havia formado uma comissão de seleção composta por prefeituras, igrejas e sindicatos da região para cadastrar as famílias que seriam beneficiadas. A comissão deliberou por assentar famílias sem-terra da região, inclusive um grupo de quarenta e cinco famílias que já havia ocupado uma área da fazenda. Essa decisão excluía as famílias do grupo IV, que por quase dois anos vinha pressionando o Incra.

Esse fato gerou um impasse. Sem perspectiva de negociação com a comissão de seleção e ameaçadas de despejo, as famílias do grupo IV realizaram uma marcha até São Paulo, para negociar com o Incra e com a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo, que era responsável pelo acompanhamento da execução do projeto de assentamento da Reunidas. Com essa ação, os sem-terra conseguiram um plano de assentamento emergencial e depois foram assentados definitivamente. Nesse entretanto, formavam o quinto grupo na região de Campinas, enquanto iniciavam as reuniões dos trabalhos de base na região de Itapetininga. Em janeiro de 1989, o MST territorializou a luta para a região de Araçatuba, quando cento e trinta famílias ocuparam a fazenda Pendengo, de 4.160 ha, no município de Castilho. Foram despejadas e ocuparam a fazenda Timboré, de 3.393 ha, localizada nos municípios de Castilho e Andradina. Em outubro de 1989, o MST ocupou várias áreas da fazenda Pirituba, nos municípios de Itapeva e Itaberá, na região de Itapetininga. Nessas duas regiões, o Movimento iniciara as lutas que se desdobraram até meados dos anos 90, com a conquista de vários assentamentos.

Em 1990, no dia 14 de julho, quatrocentas famílias organizadas no MST ocuparam a fazenda Nova Pontal, no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal

do Paranapanema. Essa ocupação marcou o processo de territorialização do Movimento sobre um dos maiores grilos de terra do Estado de São Paulo. Na primeira metade da década de 1990, o Pontal se tornaria uma das principais regiões de conflitos de terra do Brasil. O MST começava a desentranhar um grilo de mais de 1.000.000 de ha. Nesse tempo, o Movimento se consolidara no estado, constituindo seus principais setores: frente de massa, educação, formação, produção etc. Desenvolvia várias lutas, em diversas regiões, ao mesmo tempo. No estado, onde se defendia que os latifúndios eram áreas fictícias, conforme Graziano Neto: *"Vale a pena repetir que nenhum dos latifúndios 'por dimensão' do Estado de São Paulo sofreu ação desapropriatória do poder público, simplesmente porque não foram encontrados: eram áreas fictícias..."* (Graziano, Neto, 1989, p. 37), os sem-terra espacializaram e territorializaram a luta pela terra, derrubando essa tese.

Mato Grosso do Sul

A gênese do MST-MS aconteceu com as lutas dos arrendatários nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquarussu, Bonito e Glória de Dourados, nas regiões Leste e Sudoeste do Mato Grosso do Sul. Dessas mobilizações de luta e resistência resultou a ocupação da fazenda Santa Idalina, em Ivinhema, no ano de 1984, quando nasceu o Movimento, com a conquista do Assentamento Padroeira do Brasil, em Nioaque[10]. Os sem-terra do MS participaram da fundação do MST, em Cascavel (PR) e do 1º Congresso. Nesse período de formação do MST-MS vieram sem-terra de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Espírito Santo para trabalharem na organização do Movimento. As principais organizações que se articularam na luta pela terra e contribuíram para a construção do MST foram a Comissão Pastoral da Terra e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Com esse princípio de organização, no primeiro semestre de 1985, os sem-terra começaram a participar dos trabalhos de base que resultaram no retorno de milhares de famílias de agricultores brasileiros sem-terra, conhecidos como brasiguaios[11], que viviam no Paraguai. A Comissão Pastoral da Terra era a principal articuladora desses trabalhos. As notícias das ocupações de terra pelo MST e a perspectiva de implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária eram motivadores para esses trabalhadores, extremamente explorados por latifundiários e empresários brasileiros e paraguaios. A ocupação da fazenda Santa Idalina, em Ivinhema, ficou conhecida nas *colônias brasileiras*, nas discussões feitas em reuniões reservadas dos trabalhos de base

---

10. Ver no capítulo 2: Mato Grosso do Sul.

11. A respeito da trajetória dos brasiguaios, ver Cortêz, Cácia. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos*. São Paulo: Brasil Agora, 1993; Batista, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Wagner, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

nas roças ou nas casas dos lavradores, em vários municípios paraguaios. Nos municípios de Mundo Novo, Paranhos e Sete Quedas, na região Sudoeste do Mato Grosso do Sul, os coordenadores de grupos de brasiguaios reuniam-se com membros do MST, da CPT e de sindicatos de trabalhadores rurais para debaterem as possíveis formas de retorno das famílias.

No dia 14 de junho de 1985, em torno de mil famílias brasiguaias acamparam no município de Mundo Novo. Com o acampamento, começaram as negociações com o Incra e com o governo estadual para o assentamento das famílias acampadas e garantir a volta de milhares de famílias brasiguaias, que estavam se mobilizando para retornarem. Apesar da situação precária do acampamento, as famílias constituíram comissões de alimentação e saúde de modo a conseguir as condições básicas de existência. Por meio das negociações obtiveram alimentos e uma visita de uma equipe médica. A comissão de saúde era formada principalmente pelas mulheres acampadas que cuidavam da higiene, de alguns casos de doenças e, também, faziam partos. No mês de julho, cento e quarenta e quatro famílias brasiguaias formaram novo acampamento no município de Sete Quedas. O governo estadual e os prefeitos criticavam o MST e a CPT por estarem incentivando o retorno dos brasiguaios. O Estado procurava se esquivar do problema. O apoio que essas famílias recebiam vinha das comunidades de base.

Com os acampamentos, os sem-terra pressionavam o Incra e o governo estadual para o assentamento imediato. Nas reuniões de negociação, receberam a promessa de serem assentadas em seis meses. Em outubro, o Incra desapropriou os 16.580 ha da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. Esse latifúndio era uma das áreas que estavam em negociação e já fora ocupado em 29 de abril de 1984 pelo MST. No dia 20 de janeiro de 1986, o Incra implantou oficialmente o assentamento Novo Horizonte, onde foram assentadas setecentas e sessenta e uma famílias. Em 29 de abril de 1992, oito anos depois da ocupação, foi criado o município de Novo Horizonte do Sul, sendo que o assentamento foi a principal causa da emancipação. Ainda em 1986, no desenvolvimento da luta, quatro mil e seiscentas famílias brasiguaias estavam se mobilizando para retornar. Todavia, o governo paraguaio e o mato-grossense-do-sul montaram esquemas com suas polícias dos dois lados da fronteira, impedindo o retorno dos agricultores.

Poucas famílias conseguiram atravessar a fronteira. Mesmo com toda a vigilância, em torno de duzentas famílias brasiguaias acamparam no município de Eldorado, sendo que algumas acamparam nos quintais das casas de parentes e amigos. A polícia agia de forma violenta, perseguindo e ameaçando os brasiguaios que atravessavam a fronteira. Também passou a ameaçar os moradores que abrigassem brasiguaios em suas casas, bem como as lideranças dos sem-terra. Muitas famílias que tentaram sair do Paraguai foram barradas antes mesmo de chegarem à fronteira. As ameaças e a fronteira vigiada desmobilizaram a volta organizada. Ainda, os sindicatos de trabalhadores rurais começaram a discordar dessa forma de luta e organizaram acampamentos nos municípios, reivindicando terra para os munícipes e criando outro movimento de luta denominando-o de Brasunidos. Além disso, surgiram vários acampa-

mentos nas regiões Leste e Sudoeste do estado. Assim, muitos brasiguaios retornaram em grupos pequenos e se integraram a esses acampamentos.

As cento e quarenta e quatro famílias brasiguaias que acamparam em Sete Quedas, no mês de julho de 1985, ocuparam um latifúndio de 2.500 ha em março de 1986, no município de Paranhos, onde foram assentadas. As que acamparam em Eldorado foram transferidas, no começo de 1987, para o Projeto de Assentamento Marcos Freire, no município Dois Irmãos do Buriti, na região Pantanais Sul-Mato-Grossense, juntamente com mais mil famílias de treze acampamentos das regiões Leste e Sudoeste. Era um assentamento provisório, onde o governo estadual e o Incra reuniram todas as famílias acampadas com o objetivo de acabar com os conflitos fundiários e impedir novas ocupações. A área do assentamento era insuficiente e o governo prometera assentar as famílias definitivamente em seis meses. Como a promessa não se realizara, em agosto, os sem-terra ocupam a fazenda Mojolinho, de 9.525 ha, no município de Anastácio. Os trabalhadores continuaram pressionando o governo e o Incra que acabaram por transferir grupos de famílias para outras áreas, onde foram implantados os assentamentos Taquaral e Piraputanga, no município de Corumbá, e Casa Verde, no município de Nova Andradina, na região Leste do estado.

O assentamento provisório Marcos Freire reuniu famílias acampadas e mobilizadas por diferentes organizações: MST, CPT e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI). Essa situação intensificou o embate a respeito da autonomia MST-MS. Durante esses três primeiros anos de sua formação, os sem-terra trabalharam para construir a autonomia do Movimento, contando inclusive com a participação de sem-terra de outros estados, onde o MST já se consolidara. A CPT, principalmente, e alguns sindicatos de trabalhadores rurais das regiões Leste e Sudoeste foram importantes nesse processo de luta que fez crescer o Movimento. Dessa forma, a heteronomia ainda era uma característica marcante, porque os agentes da CPT controlavam a direção das lutas. Para o MST-MS consolidar a sua forma de organização era essencial se apropriar da direção política do Movimento. No embate, havia diferentes concepções de luta e movimento social. De um lado, os que entendiam que a CPT era uma entidade somente de apoio às lutas e que a direção pertencia aos sem-terra. De outro, que era uma forma de organização que deveria conduzir as lutas[12].

Não se chegou ao consenso e aconteceu o rompimento entre o MST-MS e a CPT-MS, de modo que começaram a organizar lutas em separado. Essa ruptura, embora necessária, para que o Movimento construísse o seu próprio espaço político, enfraqueceu o MST, que demorou dois anos para retomar as lutas no estado. O Movi-

12. Essa questão esteve presente em todos os estados, com diferentes instituições, como pode ser observado neste capítulo. A raiz deste problema já aparecera no encontro de Goiânia (capítulo 2), em setembro de 1982, quando se discutiu a importância de se formar um movimento sem-terra ou se existindo a CPT, não haveria necessidade de se criar um movimento camponês.

mento continuou os trabalhos de base e, somente em 1989, realizou nova ocupação. No dia 13 de fevereiro desse ano, mil duzentas e oitenta famílias organizadas no MST ocupam a fazenda Itasul, no município de Itaquiraí, na região sudoeste do estado. Os grupos de famílias eram procedentes de vários municípios da região e do Paraguai. Nessa ocupação, os sem-terra receberam apoio da Central Única dos Trabalhadores, dos sindicatos dos bancários e dos professores do estado, e de assentados. A Itasul era um latifúndio formado por várias fazendas e pertencia a um grileiro que também tivera outro de seus latifúndios – a fazenda Timboré – ocupado pelo MST, em Andradina (SP), neste mesmo ano[13]. A Itasul já havia sido ocupada outras vezes por famílias sem-terra que arrendavam as terras do latifúndio.

O MST reivindicava o assentamento das famílias na Itasul e nas negociações com o Incra foi feito um acordo, em que as sem-terra sairiam da área enquanto tramitava o processo de desapropriação. O acampamento foi transferido para a cidade de Itaquiraí. No dia 18 de maio de 1989, o latifúndio foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária por meio de decreto do presidente da República. Todavia, como o Incra demorou para se imitir na posse, as famílias reocuparam a fazenda em 14 de junho, onde foram assentadas com a implantação do Projeto Indaiá. No entretanto dessa luta, os sem-terra trabalhavam na formação de novos grupos de famílias em diversos municípios da região. Nesse tempo, o MST e a CPT realizaram atividades conjuntas na comemoração do dia do trabalhador rural e nos cursos de capacitação de lideranças. No segundo semestre de 1989, o MST realizou três ocupações com a participação de mil e cem famílias, nos municípios de Itaquiraí, Jateí e Bataiporã, nas regiões Sudoeste e Leste. Enfrentando a polícia e pistoleiros, as famílias foram despejadas e acamparam nas margens das rodovias.

Em março de 1990, o MST ocupou outro latifúndio no município de Anastácio, na região Pantanais Sul-Mato-Grossense. No final de 1990, mil e trezentas famílias organizadas no MST estavam acampadas e pressionavam o governo estadual e o Incra para a desapropriação dos latifúndios que foram ocupados. Desde a ocupação da Santa Idalina, em 1984, os sem-terra construíram o MST, transformando-o numa importante organização dos sem-terra. O Movimento constituíra seus principais setores, os trabalhadores conquistaram autonomia política e consolidaram o MST-MS. Os acampamentos das famílias nas beiras das estradas e os assentamentos conquistados eram resultados e perspectivas dos trabalhos de cinco anos de luta e resistência.

Paraná

No Estado do Paraná, a gestação e nascimento do Movimento aconteceram da conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados em diversas regiões do estado,

---

13. Ver Fernandes, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996a, p. 145s.

a saber: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL)[14]. O MST-PR nasceu da unificação dessas lutas e o 1º Congresso, realizado em Curitiba, foi o catalisador desse processo. A articulação política de apoio à luta pela terra era formada pela Comissão Pastoral da Terra com a participação de religiosos das Igrejas Católica e Luterana, por Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pela Central Única dos Trabalhadores.

No ano de 1985, os sem-terra intensificaram os trabalhos de base para a formação de grupos de famílias e organização de novas lutas. No mês de julho, organizaram 3 acampamentos com mil e quinhentas famílias, nos municípios de Salto do Lontra (setecentas famílias), Marmeleiro (quinhentas e cinqüenta famílias) e Chopinzinho (duzentas e cinqüenta famílias), na região Sudoeste do Paranaense. Com essas ações, o Movimento procurava pressionar o governo para negociar o assentamento das famílias. O governo estadual propôs a criação de uma comissão formada por um sem-terra, um representante do Incra, um da Federação dos Agricultores do Estado do Paraná (FAEP) (patronal) e um da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná (FETAEP). Os sem-terra reivindicavam a desapropriação da Gicometti-Marodim[15], no município de Quedas do Iguaçu, na região Centro-Sul Paranaense, e outros latifúndios localizados nos municípios de Salto do Lontra, Marmeleiro e Chopinzinho. Todavia, a comissão foi inviabilizada pela burocracia e dissolveu-se.

Com a continuação dos trabalhos de base, o MST continuou formando novos grupos de famílias. Em outubro, organizou novos acampamentos com mil e quatrocentas famílias nos municípios de São Miguel do Iguaçu (oitocentas e quarenta famílias), Cascavel (quatrocentas e sessenta famílias) e Santa Helena (cem famílias), na região Oeste Paranaense. No final do segundo semestre de 1985, entre as lutas organizadas pelo Movimento e outras isoladas, existiam treze acampamentos nas regiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Centro Ocidental, com três mil e trezentas e vinte e oito famílias. Durante seis meses acampados, os sem-terra não conseguiram fazer avançar o processo de negociação. Os acampamentos nas beiras das estradas não foram suficientes para conquistar a terra, de modo que as famílias decidiram por outra forma de luta: a ocupação.

Nos últimos meses de 1985 e nos primeiros de 1986, o MST realizou um conjunto de ocupações em áreas já desapropriadas em quatro regiões do estado. Haviam negociado com o governo estadual a permanência das famílias que esperavam a imissão de posse. Todavia, as famílias foram despejadas em massa pela polícia militar. Até mesmo as que estavam acampadas nas beiras das estradas, como foi o caso das qua-

---

14. Ver no capítulo 2: Paraná.

15. *Id.* Esse latifúndio já havia sido ocupado em 1980 pelos sem-terra.

trocentas famílias acampadas em Marmeleiro, na BR 373, que foram levadas para o pátio de um prédio da Igreja Católica de Francisco Beltrão. Sem o cumprimento do acordo com o governo estadual, o MST procurou negociar com o Incra. Em março de 1986, uma comissão formada por representantes dos acampamentos ocupou a Superintendência em Curitiba e formalizou uma agenda com a assinatura de um acordo para o assentamento de todas as famílias acampadas até o final do ano de 1986. Todavia, com as mudanças no Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e a saída do então ministro Nélson Ribeiro e sua equipe, a agenda não foi cumprida, rompendo com o acordo assinado.

Esgotadas as possibilidades de negociação e por causa do não cumprimento dos acordos feitos com o governo estadual e com o Incra, no dia 18 de julho, cem pessoas representando todos os acampamentos enfrentaram a polícia militar e acamparam em frente ao Palácio do Iguaçu, sede do Governo do Estado, em Curitiba. O acampamento era um espaço político importante e criou fatos que fizeram avançar a luta. Com a presença constante em frente ao Palácio, os sem-terra pressionaram o governo e o Incra para a retomada das negociações. Também contribuiu para divulgar a luta, conquistando a solidariedade da sociedade e de diversas instituições em favor das famílias acampadas. Esses atos foram responsáveis pela manutenção do acampamento, por meio de doações e manifestações de apoio à luta. Dessas ações resultaram na desapropriação, pelo Incra, de onze áreas, sendo que sete foram contestadas pelos latifundiários, de modo que a imissão de posse não se realizou.

No final do segundo semestre de 1986, havia trinta acampamentos com quatro mil famílias em dezoito municípios e o acampamento em Curitiba. Os acampamentos nas beiras das estradas e em frente ao Palácio do Iguaçu, as constantes negociações e os decretos de desapropriação não foram suficientes para solucionar os problemas das famílias sem-terra. Para agilizar as desapropriações e implantar os assentamentos, os sem-terra retomaram as ocupações e passaram a resistir na terra. O desafio era entrar e permanecer na terra. Para tanto, o MST passou a organizar ocupações massivas, reunindo alguns pequenos acampamentos. Em outubro, oitocentas famílias ocuparam uma área da fazenda Padroeira do Brasil no município de Matelândia, na região Oeste Paranaense. Em novembro, setecentas e cinqüenta famílias ocuparam uma área da fazenda Corumbatã no município de Chopinzinho, na região Sudoeste Paranaense.

Ocupar e resistir era a palavra de ordem e a única forma encontrada para conquistar a terra. Sem ocupação as negociações não avançavam. O impasse estava criado: as áreas desapropriadas só seriam conquistadas com ocupação e resistência. Para negociar os assentamentos eram necessárias as ocupações e o enfrentamento. Em dezembro, um destacamento de aproximadamente mil policiais efetivaram o despejo da fazenda Corumbatã. Os sem-terra tentaram resistir, mas foram dominados pelo forte aparato policial que utilizando-se de bombas de gás lacrimogêneo desocupou a área. Os barracos foram destruídos e as famílias voltaram a acampar na beira da estrada. Nesse mesmo mês, a polícia militar tentou despejar as famílias acampadas em Matelândia. A Padroeira do Brasil era um conjunto de várias fazendas, as oitocentas famí-

lias evitaram o despejo e resistiram na terra, quando no dia de Natal transferiram o acampamento da área com liminar de reintegração de posse para uma outra área.

No dia 8 de março de 1987, os sem-terra desmontaram o acampamento em Curitiba, avaliando que esta ação cumprira o seu papel com a retomada das negociações. Os sem-terra ficaram acampados durante oito meses, pressionando o governo estadual e o Incra e firmaram um novo acordo: assentar em caráter provisório duas mil e quinhentas famílias nas regiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul Paranaense. Nessa negociação, ficou acertado a implantação de escolas e distribuição de sementes para o primeiro plantio. As famílias foram para as áreas, mas as escolas não foram implantadas e não receberam as sementes. Muitas se assalariaram para poderem comprar as sementes para o plantio. No segundo semestre de 1987, nas regiões Sudeste, Centro-Ocidental e Centro-Paranaense, mil e quinhentas famílias ocuparam cinco fazendas. Sem apresentar nenhuma proposta de solução para as famílias acampadas e assentadas provisoriamente, o governo ameaçou com despejo todas as ocupações.

Desde as experiências das lutas anteriores, a ocupação como espaço de luta e a resistência era a marca da conquista dos assentamentos. As famílias esperavam para qualquer momento a chegada da polícia militar e se prepararam para resistir. A primeira tentativa de despejo aconteceu na fazenda Santo Rei, no município de Nova Cantu. O latifúndio fora desapropriado há um ano e estava destinado ao assentamento, de acordo com as negociações feitas entre o MST, o governo estadual e o Incra, desde o acampamento em frente ao Palácio do Iguaçu. Todavia, até aquele momento, o Incra não se imitira na posse. Na madrugada do dia 27 de novembro, às seis horas da manhã, cento e cinqüenta policiais chegaram ao acampamento e começaram a desmontar os barracos, na tentativa de efetivar o despejo autorizado pelo juiz do município de Ubiratã. As setenta e uma famílias acampadas reagiram ao despejo e com enxadas e foices enfrentaram os policiais. Os militares recuaram e o comandante da operação requisitou mais trezentos soldados. Fizeram novas investidas e as famílias reagiram. No confronto, um trabalhador foi baleado nas duas pernas. Durante o conflito, o MST conseguiu manter contato com o deputado estadual do PT, Pedro Tonelli, que interveio junto ao governo estadual e ao Incra. Como a área estava com decreto de desapropriação, o Tribunal de Justiça de Curitiba suspendeu o despejo, considerando que a propriedade estava *sub judice*.

No processo de formação e territorialização do MST-PR, essa ação foi uma das mais importantes marcas da resistência dos sem-terra. Criado o fato, os outros despejos não aconteceram. Algumas áreas foram negociadas e outras ficaram pendentes, onde as famílias acamparam à espera da regularização fundiária. Em fevereiro de 1988, o Incra se imitiu na posse da Santo Rei e as famílias foram definitivamente assentadas. No mês de julho, a CPT realizou a 4ª Romaria da Terra no município de São João do Ivaí, na região Norte Central Paranaense, com a participação de quarenta mil pessoas. A maior parte era formada por sem-terra, assalariados rurais e pequenos agricultores. A Romaria foi uma manifestação religiosa de confraternização, que pro-

curou registrar as lutas dos trabalhadores sem-terra na conquista da terra, dos pequenos agricultores na resistência e dos assalariados por melhores condições de trabalho.

No mês de agosto de 1988, o MST realizou três ocupações simultâneas. Mil novecentas e cinqüenta famílias ocuparam três latifúndios nas regiões Centro-Sul, Sudeste e Centro Ocidental Paranaense. No município de Inácio Martins, mil e seiscentas famílias ocuparam a fazenda Nova Esperança de 10.000 ha, pertencente a uma empresa paulista de reflorestamento. No município de Bituruna, cento e cinqüenta famílias ocuparam um latifúndio de 2.000 ha, que já havia sido vistoriado e estava com parecer favorável à desapropriação. No dia seguinte, a polícia militar efetivou o despejo, destruindo os barracos, prendendo dezesseis coordenadores de grupos de famílias. Parte das famílias despejadas montaram acampamento em frente à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bituruna. No município de Roncador, duzentas famílias ocuparam a fazenda Can-Can de 1.500 ha. Nas áreas ocupadas as famílias começaram a plantar com sementes doadas pelos assentamentos do estado.

No processo de construção das experiências, os sem-terra foram desenvolvendo novas formas de luta e resistência. Ao ocupar e resistir acrescentaram o produzir[16], criando assim uma nova palavra de ordem: ocupar, resistir, produzir, que daria o tom do 5° Encontro Nacional, em 1989, e do 2° Congresso, em 1990. A ocupação era a única solução, mas não bastava em si. Era preciso resistir na terra e produzir era uma forma de fortalecer a resistência e um modo de garantir a sobrevivência. Em 1989 e 1990, o MST realizou novas ocupações nas regiões Noroeste e Centro-Sul Paranaense, continuando o seu processo de formação e territorialização. Os sem-terra estavam organizados em quase todas as regiões do estado, consolidando o MST no Paraná. Em constantes negociações com o Incra e com o governo estadual, ocupando, resistindo e produzindo, o MST-PR, até 1990, havia conquistado sessenta assentamentos.

Santa Catarina

Em Santa Catarina, o MST nasceu da ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, na região oeste catarinense, em maio de 1980[17]. Essa ação marcou o princípio das lutas dos anos 80, envolvendo pessoas que construíram o Movimento. A conquista da Burro Branco foi uma referência importante, sempre debatida, nos trabalhos de base realizados pelos sem-terra vinculados às Comunidades Eclesiais de Base da Diocese de Chapecó, bem como às comunidades da Igreja de Confissão Luterana. Durante a primeira metade dos anos oitenta, os sem-terra criaram diversos grupos de trabalhos em dezoito municípios da região, que foram deno-

---

16. É importante destacar que a produção, como forma de resistência e consolidação do MST, é uma característica do Movimento nesse momento de sua formação como aconteceu nos outros estados.

17. Ver no capítulo 2: Santa Catarina.

minados de comissões municipais. Além das pastorais, o movimento sindical autêntico, que estava sendo retomado pelos trabalhadores, foi outro espaço importante para organização da luta. Nesse processo de formação do MST, os sem-terra também participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores no oeste catarinense. Essas organizações formaram a articulação de apoio à luta pela terra na região.

Nesse período, com a intensificação dos trabalhos de base, os sem-terra apoiaram as lutas dos posseiros do município de Quilombo e participaram das atividades de organização do 1º Encontro Nacional e do 1º Congresso. Nas comissões municipais, uma das questões debatidas eram as situações das famílias retornadas dos projetos de colonização das regiões Norte e Centro-Oeste. Nos grupos de trabalho, as propostas de lutas defendiam a organização das famílias para ocuparem terras no estado. Também realizaram manifestações, em Florianópolis, contra a política de colonização e reivindicaram do governo estadual e do Incra o levantamento dos latifúndios para desapropriação e assentamento das famílias sem-terra. Dessas reuniões obtiveram uma resposta: aguardar a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Em janeiro de 1985, com a realização do 1º Congresso quando os sem-terra deliberaram pela ocupação de terras, o MST-SC começou a articular as comissões municipais para a realização de várias ocupações.

Durante os primeiros meses de 1985, os sem-terra realizaram um levantamento das áreas para as ocupações. Em dezoito municípios da região Oeste Catarinense, as famílias se prepararam para uma das mais importantes lutas da região. No dia 25 de maio, mil seiscentas e cinqüenta e nove famílias iniciaram as ocupações e durante uma semana ocuparam sete áreas, num total de 9.728 ha, nos municípios Quilombo, Abelardo Luz, Mondaí, Descanso, Romelândia, São Miguel do Oeste e Maravilha. Nesse mês, no município de Guaraciaba, comemora-se a festa de Nossa Senhora do Caravagio, para onde se dirigem milhares de peregrinos em forma de caravanas de ônibus e caminhões. Apesar dos comboios de caminhões de sem-terra não chamarem muito a atenção, por causa da grande romaria, na ocupação da fazenda Papuá, no município de Abelardo Luz, os sem-terra enfrentaram jagunços que, na tentativa de impedir a ocupação, colocaram fogo na ponte, sobre o rio Chapecó, que dá acesso à fazenda. Os sem-terra apagaram o fogo com galhos e lençóis e efetivaram a ocupação.

Com a repercussão dos fatos, o presidente do Sindicato Rural de Chapecó manifestou-se por meio da imprensa, acusando a Diocese de Chapecó pelo apoio às ocupações e o governo estadual por não coibi-las. Com as ocupações consumadas, o governo estadual e o Incra reuniram-se com a Coordenação Estadual do MST para discutirem as reivindicações. A polícia militar foi mobilizada para impedir novas ações dos sem-terra, as liminares de reintegração de posse foram suspensas, a pedido do governador, e os latifundiários foram chamados para negociação. Na reunião foi assinado um acordo entre os sem-terra, o governo estadual e o Incra, definindo os seguintes compromissos das partes: o Governo do Estado providenciaria áreas emergenciais, dotando-as de infra-estrutura básica, nos municípios de Abelardo Luz e São Miguel

do Oeste, para transferir as famílias das fazendas ocupadas; o Incra agilizaria os processos de desapropriação das áreas já identificadas e o assentamento de todas as famílias acampadas em cento e vinte dias; o MST não realizaria novas ocupações no período do acordo, promoveria a transferência das famílias com apoio das prefeituras e organizaria o cadastramento das famílias junto ao Incra.

Os latifundiários pressionaram os proprietários de terras para que não negociassem com o governo e começaram a organizar a UDR na região. Em setembro venceu o prazo e o Incra não cumprira o acordo. Um grupo de trinta sem-terra ocuparam a sede do Incra em Florianópolis e iniciaram uma vigília para aguardar o cumprimento do acordo. Uma semana depois, foram assinados os decretos de desapropriação de onze fazendas, num total de 13.000 ha. Nessas áreas foram assentadas mil e trezentas famílias, mais as famílias remanescentes que foram assentadas provisoriamente, aguardando a arrecadação de novas áreas para o assentamento definitivo. Com essas conquistas, os sem-terra catarinenses reforçavam o processo de construção do MST. Embora o acordo não fora cumprido integralmente, os assentamentos significavam o fortalecimento do Movimento. Os sem-terra continuaram realizando os trabalhos de base para formação de novos grupos de famílias. Prosseguiram pressionando o Incra e realizaram diversas manifestações em Florianópolis e nas cidades das regiões do Oeste Catarinense.

Em abril de 1986, o MST-SC realizou seu Segundo Encontro Estadual com a participação de duzentos delegados de sessenta municípios. Durante o evento, os trabalhadores aprovaram um documento denunciando o não cumprimento do acordo assinado em junho de 1985 e a não realização da reforma agrária, conforme as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Elegeram nova coordenação estadual e deliberaram por montar um acampamento no centro de Florianópolis, em frente à catedral para protestar e exigir o atendimento integral das reivindicações contidas no acordo. Permaneceram acampados durante um mês negociando com o Incra. Conseguiram a promessa que novas áreas seriam desapropriadas até o mês de junho para o assentamento definitivo das famílias remanescentes. Em junho, foram desapropriadas três fazendas nas regiões Oeste e Norte Catarinense e iniciada a transferência das famílias. Nesse processo de mudança das áreas emergenciais para o assentamento definitivo, ocorreram enfrentamentos entre os sem-terra e jagunços da UDR, que tentavam impedir a entrada das famílias nas áreas já desapropriadas, como foi o caso da Fazenda Faxinal dos Domingues no município de Fraiburgo.

No processo de construção do Movimento, os sem-terra realizaram encontros e cursos de formação fortalecendo a sua organização. No mês de julho, em Chapecó, promoveram um encontro estadual de mulheres assentadas, destacando a participação efetiva das mulheres nas ocupações e na organização dos assentamentos. Em setembro, no assentamento 25 de Maio, no município de Ponte Serrada, foi organizado um encontro estadual dos jovens assentados, com quinhentos participantes. Nesse evento, os jovens sem-terra elaboraram um documento para ser entregue ao Incra, reivindicando o assentamento das famílias acampadas e das assentadas emergencial-

mente. O MST também organizou cursos de formação técnica em cooperação agrícola para a criação de associações de produtores nos assentamentos conquistados. Com essas atividades, os trabalhadores sem-terra promoviam a espacialidade da luta, cujas dimensões eram compreendidas desde a ocupação da terra até a sua conquista e a organização para a resistência. Igualmente procuravam refletir a respeito da participação das famílias na luta, em especial as mulheres e os jovens.

Em setembro, a Comissão Pastoral da Terra reuniu vinte mil pessoas na Primeira Romaria da Terra de Santa Catarina. O evento aconteceu no município de Fraiburgo, na localidade de Taquaruçu, onde ocorreu um dos principais enfrentamentos entre camponeses e o Exército, durante a guerra do Contestado[18]. Durante a Romaria, o passado e o presente da luta pela terra foram celebrados. Nas novas comunidades de base formadas nos assentamentos e nas comunidades de base da maior parte dos municípios da região Oeste, as lutas eram lembradas durante os trabalhos de formação de grupos de famílias para novas ocupações, continuando dessa forma o processo de territorialização do MST. Comemorar é trazer à memória, recordar, lembrar, de modo que a comemoração das datas de conquistas dos assentamentos significa também a construção da memória da luta. Serve de reflexão sobre a nova realidade construída e de referência de análise para a formação do Movimento. Assim, no dia 25 de maio de 1987, os sem-terra realizaram uma festa em Abelardo Luz, celebrando os dois anos de luta e conquistas e sete anos de retomada da luta pela terra na região.

Nesse tempo, os sem-terra iniciavam as primeiras discussões a respeito da resistência na terra, debatendo sobre as formas de organização da produção. Procuravam implantar experiências de trabalho coletivo e de cooperação agrícola como formas de fortalecer a organização na luta contra o capital: a exploração e a expropriação. A conquista da terra gera novas lutas que são partes do sucessivo processo de resistência. Nesse processo, pensar o trabalho, a produção agropecuária e a educação são ações fundamentais para resistir na terra. A ocupação, a produção e a educação estão entre os principais conteúdos e dimensões da realidade da luta que fazem a forma do MST. Essa é a raiz das comissões, núcleos e setores que os sem-terra criaram no processo de formação do MST. Pensando, conhecendo a história camponesa e compreendendo o sentido e a dimensão da resistência, os sem-terra construíram uma organização que dimensionou a luta pela terra como luta pela vida na transformação de suas realidades. Dessa forma, dimensionaram e destrincharam a luta, ocupando e organizando a vida nos acampamentos e assentamentos, lutando pela autonomia, criando sua própria identidade. Desse modo, ser sem-terra já não é mais só não ter terra para plantar e viver, é reconhecer-se como sujeito de uma luta que não termina na conquista da terra, mas que nesse momento a luta se fortalece e continua...

Construindo essa concepção de luta, no dia 30 de outubro de 1987, o MST ocupou várias áreas nos municípios de Campo Erê e Irani, na região Oeste Catarinense;

---

18. Ver no capítulo 1: A Guerra do Contestado.

Campo Alegre na região Norte Catarinense e Ibirama no Vale do Itajaí. Dessas ocupações participaram em torno de duas mil famílias, formadas por novos grupos criados nos trabalhos de base e, também, por famílias remanescentes das ocupações de 1985. A retomada das ocupações foi a única forma encontrada pelos sem-terra para se ter acesso à terra, já que o Incra não havia desapropriado novas terras para assentar as famílias acampadas. Para organizar essas ações, o MST contou com o apoio dos sem-terra assentados, que cederam caminhões, participando da luta, da CPT e do movimento sindical. A mobilização para a luta era de conhecimento da UDR e da polícia militar, tanto porque envolvia um grande número de pessoas, quanto porque existiam pessoas infiltradas nas comunidades, por mais cuidado que se poderia tomar para evitar o vazamento de informações sigilosas, como por exemplo: as áreas a serem ocupadas. Também porque os telefones das organizações envolvidas estavam grampeados.

Na realização da luta pela terra, as negociações com as instituições governamentais, as formas de resistência construídas na contingência dos enfrentamentos com a Polícia, jagunços e latifundiários, geram aprendizados políticos que levam a reflexão do processo de novas ações. Desse modo, os sem-terra estavam preparados para possíveis eventualidades. Definiram algumas áreas que seriam ocupadas e tinham outras áreas como alternativas, caso acontecessem imprevistos. Uma das áreas definidas para ocupação era a fazenda Caldato, no município de Palma Sola. Todavia, a polícia militar fechou várias estradas que davam acesso às fazendas a serem ocupadas. Com as barreiras, as famílias partiram para os outros latifúndios consumando as ocupações. Mesmo com essas estratégias quatorze caminhões foram barrados e várias lideranças foram presas. Em alguns casos, as famílias desafiaram o cerco policial e caminharam a pé por estradas secundárias e atalhos até os locais definidos para montarem os acampamentos. Se, por um lado, a polícia militar impediu as ocupações de diversas fazendas, por meio da repressão, por outro, os sem-terra atingiram seus objetivos: a ocupação da terra como condição de pressão para negociar a implantação de novos assentamentos.

Efetivadas as ocupações, os acampamentos foram cercados e isolados pela polícia militar. Ninguém entrava, ninguém saía. Simultaneamente às ocupações, um grupo de sem-terra procurava negociar com o governo estadual e o Incra a vistoria das áreas ocupadas, bem como indicavam outros latifúndios para desapropriação. Não houve acordo. A polícia militar executou os despejos. Formaram vários acampamentos em beiras de estradas e até mesmo dentro de assentamento, como foi o caso das famílias no município de Irani, que despejadas acamparam dentro do assentamento 25 de Maio. Durante dois anos, os sem-terra permaneceram acampados, reocupando as áreas, negociando com o Incra e conquistando pequenas áreas para implantação dos assentamentos. Nesse processo de resistência realizaram diversas manifestações: ocupações da sede do Incra, em Florianópolis, e caminhadas, percorrendo os municípios da região Oeste Catarinense. Nessas ações, contaram com a participação da Central Única dos Trabalhadores, da Comissão Pastoral da Terra e de deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo, procuraram fortalecer os assentamentos, realizando encontros de formação por setores da organização.

No dia 12 de junho de 1989, oitocentas famílias ocuparam a fazenda Caldato, de 7.500 ha, no município de Palma Sola. Essa ocupação marcava o acirramento da luta pela terra. Nesse ano, havia mil e setecentas famílias acampadas no estado. Todavia, as negociações estavam emperradas porque o Incra não cumprira com os acordos e com as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Por outro lado, a UDR ameaçava usar seus próprios meios para despejar os sem-terra. Nessa conjuntura, os sem-terra continuavam articulando a resistência, tendo a ocupação, o acampamento, a negociação e o enfrentamento como tentativas para fazer a luta avançar. No mesmo dia da ocupação, a polícia militar cercou o acampamento e confinou as famílias, impedindo qualquer tipo de movimentação. No terceiro dia, em torno de cinqüenta pessoas: agentes de pastorais, religiosos, sindicalistas e políticos vieram visitar as famílias e foram impedidas de ter acesso ao acampamento. Os sem-terra utilizaram-se de foices, enxadas e facões e partiram para o confronto com a polícia, rompendo com o cerco policial, permitindo a entrada dos visitantes.

Com a liminar de reintegração de posse impetrada e a perspectiva de outro enfrentamento com a polícia militar na realização do despejo, as famílias recuaram e montaram acampamento em uma área de um hectare e meio, cedida por um pequeno proprietário, vizinho da fazenda Caldato. Nesse entretanto, cem lavradores acamparam em frente ao palácio do governo, em Florianópolis, para protestar contra o descaso para com as famílias sem-terra e exigindo a vistoria das áreas ocupadas. Também foram expulsos pela polícia. Nas negociações, o Incra propôs comprar terras em Mato Grosso e transferir as famílias para aquele estado. Com o evidente retrocesso das negociações, os sem-terra recusaram a proposta. Em setembro, reocuparam diversas áreas, inclusive a fazenda Caldato. No dia 16, um batalhão de quinhentos policiais foi requisitado para efetivar o despejo e as famílias resistiram. Do confronto resultaram vinte e três policiais e setenta e dois sem-terra feridos. Durante o conflito, o sem-terra Olívio Albani foi morto com um tiro de fuzil. Seis lavradores foram presos e as famílias retornaram para a área cedida pelo pequeno proprietário.

Nos meses de outubro e novembro, o MST organizou várias manifestações nas cidades de Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste e Chapecó até conseguir a libertação dos presos e a anulação da prisão preventiva de outros sem-terra. No final de 1989 e início de 1990, realizou reocupações nos municípios de Irani e Abelardo Luz, conquistando diversos assentamentos. Em fevereiro, a fazenda Caldato foi reocupada e as famílias foram novamente despejadas. No dia 1º de junho de 1990, sessenta famílias ocuparam a fazenda Carrapatinho, de 2.271 ha, no município de Garuva, na região Norte Catarinense. A fazenda fora desapropriada havia dez meses. Efetivada a ocupação, o latifundiário entrou armado no acampamento ameaçando os sem-terra. No embate, iniciaram um tiroteio que resultou na morte do fazendeiro e dois acampados feridos. A polícia militar interveio, as famílias foram despejadas e acamparam em uma área cedida pela Paróquia da cidade.

Até 1990, o MST, por meio das ocupações, se territorializou por três regiões do estado, conquistando cinqüenta assentamentos, onde foram assentadas duas mil e

trinta e uma famílias. Nesse ano, a repressão contra as ocupações se intensificara. Os sem-terra investiram nas negociações para o assentamento das famílias acampadas e voltaram suas ações para dentro dos assentamentos, organizando os setores e consolidando o Movimento.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, os fatos ocorridos desde as lutas dos colonos de Nonoai, com as conquistas das glebas Macali e Brilhante, até a ocupação da Estação Experimental Fitotécnica da Secretaria da Agricultura, no município de Santo Augusto, com as conquistas dos assentamentos nos municípios de Erval Seco e Tupaciretã, bem como o conjunto de ações: trabalhos de base, assembléias, encontros e negociações, compreenderam o período desde a gestação ao nascimento do MST[19].

No dia 29 de outubro de 1985, quando mil e quinhentas famílias, ocuparam a fazenda Anoni, de 9.500 ha, no município de Sarandi, o MST-RS dava mais um passo importante para a territorialização da luta pela terra no estado. Com o acampamento na Anoni os sem-terra procuravam desentranhar um processo de desapropriação que se arrastava há onze anos[20]. No contexto desse impasse criado pelo Poder Judiciário, as famílias não foram despejadas e o juiz permitiu a permanência do acampamento, mas proibiu o cultivo da área até a consumação da desapropriação. Por seis meses, os sem-terra negociaram em Porto Alegre e em Brasília, na perspectiva de encontrar uma solução com o assentamento de todas as famílias. Na Anoni, deveriam ser assentadas em torno de trezentas famílias, considerando a reserva legal e a área ocupada por cinqüenta e quatro famílias de parceleiros, que já viviam na fazenda. No dia 27 de fevereiro de 1987, duzentas pessoas: mulheres, homens e crianças, ocuparam a sede do Incra em Porto Alegre e obtiveram o compromisso, em documento assinado, pelo Instituto de assentar as famílias acampadas até o final do mês de abril. Sem nenhuma resposta, no dia primeiro de maio, cinqüenta famílias acamparam novamente em frente à sede do Incra, para exigir o cumprimento do compromisso. Ao mesmo tempo, os trabalhadores procuram articular-se com deputados e entidades de apoio para pressionar o governo em Brasília.

A ocupação da Anoni, a ocupação da sede do Incra, as negociações em Porto Alegre e em Brasília não foram suficientes para modificar a conjuntura em que se encontravam. Então, decidiram realizar uma caminhada de 400 km, da Anoni até Porto Alegre. Denominaram-na de "Romaria Conquistadora da Terra Prometida". Partiram no dia 23 de maio e chegaram em Porto Alegre no dia 23 de junho, onde receberam a solidariedade de uma multidão de trinta mil pessoas, quando o prefeito Alceu Collares

---

19. Ver no capítulo 2: A luta dos colonos de Nonoai.

20. A fazenda Sarandi fora desapropriada, em 1974, para assentar os atingidos pela barragem do Passo Real, contudo o processo se encontrava indefinido pela intervenção de vários recursos judiciais. Conforme Navarro, Zander, 1999, p. 37; Ruckert, Aldomar, 1992, p. 398-399.

(PDT), entregou a chave da cidade aos sem-terra. Durante o percurso, o governo federal anunciou a desapropriação de três áreas no município de Cruz Alta e declarou que resolveria a pendência judicial da Anoni em trinta dias. Essas declarações repercutiam como efeitos da Romaria. Também, comunidades de vinte municípios que apoiaram a caminhada, começaram a discutir a respeito da realização das reuniões de trabalho de base, para a formação de grupos de família com vistas a participarem da luta pela terra.

Em três meses de acampamento em Porto Alegre, onde ocuparam um plenário da Assembléia Legislativa e a sede do Incra, fizeram uma greve de fome de cinco dias e várias outras manifestações, conseguiram apenas a promessa: que em breve novas áreas seriam desapropriadas. Nesse tempo de caminhada e durante acampamento na capital gaúcha iniciou o processo de emancipação do MST-RS. As discussões entre sem-terra e religiosos coordenadores da CPT apontavam dois sentidos para luta. De um lado, a direção do MST defendia a proposta de retornar para a Anoni e refletir sobre novas ações para reforçar a luta. Por outro lado, alguns membros da CPT defendiam a continuidade da caminhada até Brasília. A recusa a essa proposta significou uma decisão pela autonomia do Movimento, que começava a definir sua direção política. Em outubro de 1986, um ano depois de ocupada, a Anoni foi liberada para o plantio. As famílias espacializaram o acampamento por dezesseis áreas, ocupando todo o latifúndio. Como a fazenda era insuficiente para o assentamento de todas as famílias acampadas, o Movimento reivindicava a desapropriação de novas áreas.

Ainda, em 29 de setembro de 1986, os acampados da Anoni iniciaram outra caminhada, dessa vez em direção a Cruz Alta, para ocuparem as áreas desapropriadas. São impedidos pela brigada militar e cerca de cinqüenta pessoas são feridas no enfrentamento com os brigadianos. No dia 3 de outubro, tentam novamente e chegam até Palmeira das Missões, onde são barrados pela Brigada e obrigados a retornarem ao acampamento. De outubro de 1986 a fevereiro de 1987, três áreas são liberadas para o assentamento de cento e trinta e cinco famílias nos municípios de Tupaciretã e Santiago na região Centro-Ocidental Rio-Grandense, e no município de Guaíba, na região Metropolitana de Porto Alegre. Em 31 de março, os sem-terra participavam de um protesto contra a política agrícola do governo, na rodovia Sarandi-Carazinho, quando aconteceu um trágico acidente na barreira formada pelos agricultores. Um caminhão colidiu com três tratores, ferindo dez pessoas e matando três: Vitalino Mori, Lori Grosselli e Roseli Celeste Nunes da Silva. Roseli estava acampada na fazenda Anoni e era a mãe da primeira criança nascida na ocupação da Anoni[21].

---

21. A história de Roseli, no contexto das lutas e trajetórias das famílias da Anoni, está retratada nos filmes: *Terra para Rose* (1986) e *Sonho de Rose* (1996), de Tetê Moraes. *Sonho de Rose* foi financiado pelo Incra que vetou o filme para exibição comercial, porque: "*oficialmente, o Incra não ficou satisfeito com o resultado do filme... O diretor de assentamentos do Incra, Aécio Gomes de Matos, admitiu, em São Paulo, que o problema é político. E a decisão também... o vídeo mostra o sucesso das invasões. O Incra não poderia assumir essa visão no presente momento*" (*O Povo*, p. 9, Fortaleza, 28 de maio de 1997).

No início de abril de 1987, o MST-RS realizou o Primeiro Seminário de Lideranças, em Frederico Westphalen. Nesse encontro foram definidas as prioridades do Movimento: intensificação dos trabalhos de formação de grupos de famílias e das ocupações para assentar as famílias remanescentes da Anoni. Ainda estavam acampadas, na fazenda, mil duzentas e dez famílias. Em junho, começaram as ocupações pelas famílias sobrantes da Anoni. Um grupo de setenta e uma famílias ocupou uma área de 1.054 ha, próxima ao assentamento São Pedro, no município de Guaíba, onde posteriormente foram assentadas. Em julho, trezentas famílias ocuparam a fazenda São Juvenal, de 1.436 ha, no município de Cruz Alta, na região Noroeste Rio-Grandense. Durante a ocupação, dois caminhões atrasaram e foram barrados por jagunços da UDR, de modo que formaram-se dois acampamentos: um de duzentas famílias no interior da fazenda e outro acampado à beira da estrada, próximo à sede do latifúndio.

O governo estadual e o Incra não intervieram no conflito, argumentando que o problema estava no Judiciário, já que a São Juvenal fora desapropriada desde setembro de 1986. O grupo acampado dentro do latifúndio ficou completamente isolado por pistoleiros da UDR. Vencidos pela fome, pelo frio e pela violência: durante a noite, os jagunços atiravam em direção aos barracos, dois sem-terra decidiram sair do acampamento, com uma bandeira branca, para denunciar a situação insustentável dos acampados. Foram pegos por dez capangas a cavalo que os agarraram e os arremessaram para fora da fazenda, por cima da cerca de arame farpado. As famílias foram despejadas três dias depois da ocupação. O grupo que estava acampado na beira da estrada também foi despejado e todas as famílias foram reconduzidas para a fazenda Anoni. Derrotados, confinados no acampamento da Anoni, as famílias persistiram, decidiram espacializar a luta, continuando a trajetória de resistência e enfrentamento, que já completava dois anos.

No dia 13 de outubro de 1987, realizaram cinco ocupações simultâneas. Foram quatro em estações experimentais do governo estadual, localizadas nos municípios de Júlio de Castilhos e Tupaciretã, na região Centro-Ocidental Rio-Grandense, em Rondinha, no Noroeste, e em Nova Prata, na região Nordeste Rio-Grandense, e a outra área ocupada foi a fazenda Itapuí, de 1.200 ha, no município de Canoas, na região Metropolitana de Porto Alegre. Nas áreas pertencentes ao Estado, os despejos foram sucessivos e violentos, impondo aos sem-terra o retorno para a Anoni. Somente as famílias ocupantes da fazenda Itapuí, em Canoas, saem vitoriosas. A cada despejo a luta se acirrava e os colonos procuravam intensificar as formas de resistência, na tentativa de superar o desânimo depois de várias derrotas consecutivas. Durante a luta pelo assentamento das famílias da Anoni, por meio dos trabalhos de base, o MST se espacializara por setenta municípios, onde havia em torno de oito mil famílias participando das reuniões, formando grupos com objetivo de participarem das ocupações.

Até então, o MST-RS avaliava que era necessário, primeiro, assentar todas as famílias acampadas na Anoni, para posteriormente partir para ocupações com novos grupos de famílias. Todavia, depois de várias derrotas, os sem-terra decidiram mudar o rumo da luta. Se não era possível superar a conjuntura somente com a realidade

construída com o acampamento da Anoni, decidiram expandir a luta com a participação de novas famílias. No dia 23 de novembro de 1987, o MST faz três ocupações com mil trezentas e cinqüenta famílias. Na região Noroeste, em Palmeira das Missões, oitocentas famílias ocupam a fazenda Salso, de 4.000 ha, e quinhentas famílias ocupam a fazenda Itati, de 1.743 ha, no município de São Nicolau. Um grupo de cinqüenta famílias procedentes da Anoni ocupou uma área pertencente à Universidade Federal de Pelotas, naquele município. Somente esse grupo conseguiu ser assentado, depois de várias negociações, sendo transferido para uma área no município de Canoas. Os ocupantes da fazenda Salso foram despejados e acamparam em uma área cedida por um pequeno proprietário de Palmeira das Missões. As famílias despejadas da fazenda Itati acamparam em uma área cedida pela Diocese de Santo Ângelo, no município de Caibaté.

O MST-RS começara o ano de 1988 com aproximadamente três mil famílias acampadas. Todas as tentativas para mudar a conjuntura não deram resultados favoráveis para os sem-terra. Desde 1985, somente quatrocentas famílias foram assentadas em oito assentamentos conquistados pela persistência da luta. Em janeiro, o MST participou da Jornada pela Reforma Agrária, em Porto Alegre, junto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e diversas outras entidades, como forma de pressionar os deputados constituintes a respeito da apresentação da Emenda Popular para a Reforma Agrária[22]. Todavia, apesar de todo o esforço da sociedade, os ruralistas dissimulados no "Centrão" aniquilaram a reforma agrária na nova Carta Constitucional. Restava aos trabalhadores sem-terra a continuação das manifestações e ações em busca da terra pela luta e pela infinda resistência. Em fevereiro, a CPT promoveu a 11ª Romaria da Terra na cidade de Pelotas, com a participação de vinte mil pessoas. O conteúdo da romaria destacava, entre outros temas, as formas de expropriação dos povos indígenas e dos camponeses do direito à terra.

Em abril, os sem-terra participaram de manifestações com camponeses gaúchos em protesto contra a política agrícola, que expropria centenas de milhares de produtores familiares. No mês de maio, o MST negociou com o então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) a transferência das famílias acampadas em Palmeira das Missões e Caibaté para uma área da fazenda da Barra, de 735 ha, no município de Santo Ângelo, com a promessa de assentá-las definitivamente em novas áreas que seriam arrecadadas até o fim de junho. Mais uma vez, o governo não cumpriu com o acordo e na comemoração do dia do trabalhador rural a maior parte das famílias acampadas na fazenda da Barra ocupou a fazenda Buriti, de 11.000 ha, no município de São Miguel das Missões. Com a ordem de despejo, a brigada militar mobilizou duzentos brigadianos para efetivar a desocupação da Buriti. A UDR e a Federa-

22. "A Emenda Popular das 17 entidades conseguiu 638.469 assinaturas e a do MST 550.000, atingindo, juntas, a fantástica marca de 1.201.400 assinaturas (sic)". Conforme Silva, José Gomes. *Buraco negro: a reforma agrária na constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 165.

ção da Agricultura do Rio Grande do Sul já haviam montado um esquema de repressão às famílias, colocando cento e cinqüenta jagunços na Buriti.

Frente a um enfrentamento iminente, as famílias mudaram o acampamento de lugar, para uma área estratégica da fazenda, de onde tentariam se defender de um possível ataque dos brigadianos e dos jagunços. Os sem-terra derrubaram uma ponte de acesso ao local, detiveram um funcionário do MIRAD no acampamento e prepararam a resistência. Em vista dos fatos, o juiz adiou a data do despejo, o MST e o governo estadual iniciaram as negociações a fim de encontrar uma saída para o impasse. Firmam um acordo de transferência das famílias a uma área de 600 ha, no município de Tupaciretã, pertencente ao governo estadual, mas que se encontrava arrendada. No acordo ficara acertado a vistoria da fazenda Buriti e que, em sessenta dias, o governo assentaria todas as famílias acampadas. O secretário da agricultura autorizara os sem-terra a encontrarem áreas para serem adquiridas pelo Estado. O MST entregou uma relação de 20.000 ha, mas o secretário argumentou que poderia comprar apenas 5.000 ha. Nesse entretanto, os fazendeiros de Tupaciretã pressionaram o secretário para transferir as famílias para outro município.

Em setembro de 1988, as famílias que tinham ocupado as fazendas Salso e Itati, em novembro de 1987, que foram despejadas e acamparam em Palmeira das Missões e Caibaté, que foram transferidas para a fazenda da Barra, que ocuparam a fazenda Buriti, que foram transferidas para Tupaciretã, eram novamente transferidas, provisoriamente, para uma área próxima ao assentamento Rincão do Ivaí, no município de Salto do Jacuí. Essa trajetória peregrina revelava pelo menos dois limites: o do interesse do governo em cumprir com os acordos assinados com os sem-terra, e o desses próprios, cujas paciência e resistência estavam se esgotando. Durante esse tempo, o MST conseguiu apenas algumas áreas onde foram assentadas em torno de cento e vinte famílias. Os acampados em Salto do Jacuí aguardaram em vão as promessas do governo estadual. Ainda, durante o tempo desse acampamento, quatro crianças morreram vítimas de envenenamento e quinze foram internadas por intoxicação grave, já que os aviões dos fazendeiros plantadores de soja sobrevoavam os barracos com o esguicho aberto[23].

No final de 1988, o MST-RS se consolidara, tornando-se uma importante força política na luta pela terra e no desenvolvimento da agricultura. Participara de diversas manifestações em conjunto com a Fetag e pequenos proprietários, defendendo a reforma agrária e reivindicando uma política agrícola para os agricultores camponeses. Nesse tempo, definira sua forma de organização com o estabelecimento dos setores básicos: formação, educação, produção, comunicação, para o dimensionamento da luta pré e pós conquista da terra. Em dezembro, participou com o movimento sindical da fun-

---

23. Ver a respeito: Görgen, Frei Sérgio. *O massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 34.

dação do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP)[24] que passara a funcionar em uma área de 41 ha na fazenda Anoni. Em 1989, um trabalho pioneiro de pesquisa[25] registrava os primeiros resultados econômicos dos assentamentos rurais e os impactos da produção sobre a economia dos municípios da microrregião de Cruz Alta. Na luta pela terra, os sem-terra iniciaram o ano com o desafio de continuar a conquista de novas áreas para assentar as famílias acampadas na Anoni e em Salto do Jacuí.

No primeiro semestre de 1989, o MST realizou duas ocupações. A fazenda Ramada, de 2.300 ha, localizada no município de Júlio de Castilhos, na região Centro Ocidental Rio-Grandense, foi ocupada no dia 3 de fevereiro, por cento e cinqüenta famílias procedentes da Anoni e do acampamento de Salto do Jacuí. A fazenda Santa Elmira, de 3.860 ha, localizada no município de Salto do Jacuí, na região Noroeste, foi ocupada no dia 9 de março, por quinhentas famílias do acampamento neste município. Depois de várias ocupações e despejos, transferências de acampamentos e todo tipo de humilhação, essas famílias estavam na luta há quarenta meses, no caso dos acampados da Anoni e quinze para os acampados de Salto do Jacuí. Por essa trajetória de resistência e persistência, estavam dispostos a resistir na terra. Na Ramada resistiram, negociaram e conquistaram a terra. Na Santa Elmira resistiram, foram massacrados e despejados.

Na Santa Elmira, os sem-terra não aceitaram outro despejo. Quando o oficial de justiça entregou a liminar, os acampados reunidos decidiram rasgar a ordem judicial. A proposta dos colonos era a negociação com o governo para discutir uma solução para o impasse. Não houve negociação. Prevendo a intensificação do conflito, o MST mobilizou cento e cinqüenta sem-terra assentados em municípios da região Metropolitana de Porto Alegre, que ocuparam a sede do MIRAD, na tentativa de pressionar o Incra para conseguir um acordo. O bispo de Cruz Alta se prontificou para intermediar o conflito. Não houve acordo. Governos estadual e federal se omitiram. Os acampados acompanhavam os desdobramentos das decisões ouvindo a rádio local. No dia 11 de março, de uma casa da fazenda, o juiz, fazendeiros ligados à UDR e o comando da brigada militar planejam a ação de despejo. Aviões da UDR iniciam o massacre. Dois aviões agrícolas, com os prefixos camuflados, foram utilizados para arremessar bombas de gás lacrimogêneo sobre o acampamento. Com espingardas de cartucho, os sem-terra tentam em vão acertar os aviões.

Os sem-terra já haviam enfrentado os jagunços da UDR no primeiro dia da ocupação, quando esses começaram a atirar contra os barracos. Os trabalhadores revidaram e os jagunços sumiram. Depois das bombas, vieram os brigadianos. Eram mil e

---

24. O CETAP tem por finalidade a formação técnica e assessoria aos assentados e pequenos proprietários, na pesquisa agropecuária para diversificação da produção, na recuperação e conservação do solo.

25. Zamberlam, Jurandir e Florão, Santo Reni S. *Assentamentos: resposta econômica da pequena propriedade da região de Cruz Alta*. Passo Fundo: Editora Berthier, 1989.

duzentos contra quinhentas famílias. O acampamento foi completamente cercado. De um lado, os sem-terra com foices, enxadas, facões, pedras, pedaços de pau e bombas *molotov*, de fabricação caseira. Do alto-falante do acampamento, uma pessoa avisava para que ninguém usasse arma de fogo. De repente um tiro, rajadas de metralhadora e o acampamento foi invadido pelos militares. O saldo do confronto: quatrocentas e cinco pessoas feridas, sendo cinco brigadianos e quatrocentos sem-terra. Entre os trabalhadores feridos, dezenove a bala. Vinte e dois sem-terra foram presos[26]. Derrotadas mais uma vez, as famílias voltaram para o acampamento anterior, onde ainda aguardariam mais um ano para, finalmente, serem assentadas.

No mês de abril, o MST fez uma série de manifestações de protesto contra o descaso do governo para com os sem-terra. Na Assembléia Legislativa, quatro trabalhadores, um frei e um pastor luterano fizeram greve de fome por dezesseis dias. Nesse tempo, um grupo de sem-terra acampou em frente à Secretaria da Agricultura para pressionar o governo a abrir as negociações e apresentou uma lista de 28 áreas para serem adquiridas pelo governo. Em maio e junho, trezentas e cinqüenta famílias foram assentadas. Contudo, em torno de mil e duzentas ainda estavam acampadas. Em setembro, o MST comemorou dez anos de luta pela terra, desde a ocupação da Macali, em Ronda Alta. Nesse mês, o Movimento continuou seu processo de territorialização e realizou sete ocupações nas regiões Noroeste e Metropolitana. Dessas ações, participaram famílias acampadas na Anoni, em Salto do Jacuí e mais quinhentas famílias de novos grupos formados nos trabalhos de base. Ocorrem vários despejos, formaram novos acampamentos e algumas áreas foram conquistadas.

No dia 10 de janeiro de 1990, o MST promoveu uma passeata, em Cruz Alta, para protestar contra o emperramento das negociações. Nos meses de fevereiro a agosto, fizeram novas ocupações em várias regiões do estado, enfrentaram a Brigada e jagunços da UDR, sem conseguirem resultados favoráveis para mudar a situação dos acampamentos. No mês de junho, os acampados em Cruz Alta fazem a marcha da fome para denunciar a situação de miséria extrema no acampamento. Nesse ato, um sem-terra foi ferido com um tiro na cabeça por um soldado durante um ataque repressivo da Brigada. Novamente, a conjuntura chegara ao limite. Lideranças-coordenadoras de grupos de famílias viajaram a Brasília para negociar com o governo federal. Tentavam abrir a conjuntura por todos os meios. Não conseguiram resultados. Os governos federal e estadual persistiam na omissão. Os sem-terra decidiram espacializar a luta, ocupando um importante e estratégico espaço político: a Praça da Matriz em Porto Alegre. Acampar defronte ao Palácio do Governo, à Assembléia Legislativa, ao Palácio da Justiça e à Catedral. Seriam vistos por todos os poderes. Era mais uma tentativa dos acampados para mudarem as suas realidades.

No dia 8 de agosto, quatrocentos sem-terra provenientes de vários acampamentos, inclusive da Anoni – que completava cinco anos – acampam em Porto Alegre, para cobrar do governo o assentamento das famílias. São cercados por quinhentos

---

26. A respeito desse massacre, ver Görgen, Frei Sérgio, 1989, *op. cit.*

brigadianos e o comandante exigiu que deixassem o local. Nesse entretanto, parlamentares tentavam marcar uma audiência com o governador. Portanto, os sem-terra decidiram esperar pela resposta. Nesse tempo, a Brigada atacou o acampamento com a cavalaria, cães e bombas de gás lacrimogêneo. Os sem-terra resistiram e revidaram, atacando os soldados com pedras, foices e enxadas. Alguns colonos e brigadianos são feridos. Na intensificação do confronto, os sem-terra cavaram uma brecha no cerco e tentaram se salvar por uma rua da cidade. A maioria dos sem-terra não conhecia a cidade. Dispersam-se, alguns colonos que conheciam a cidade tentaram reunir os companheiros e orientá-los para que se refugiassem na prefeitura[27].

Na correria, um grupo de sem-terra se depara com uma viatura policial. No tumulto, no meio da multidão, pessoas correndo para todos os lados, o soldado entrou em confronto com os colonos. Se atracaram, o soldado atirou e feriu uma sem-terra no estômago, um segundo tiro atinge o pé de um colono, por fim o brigadiano é atingido por golpes de foice. Do confronto, iniciado pela brigada militar, um brigadiano morreu e vários sem-terra ficaram feridos, dois a bala, doze colonos indiciados e seis condenados[28]. A maior parte dos colonos conseguiu se refugiar na prefeitura. A brigada militar cercou o prédio por onze horas, o tempo que duraram as negociações para a saída dos colonos. Em apoio à luta, centenas de pessoas formaram um cordão entre a prefeitura e as fileiras de soldados. Esse episódio somou-se aos outros da luta pela terra no Brasil. As famílias continuaram suas lutas, rompendo cercas e tentando superar conjunturas. A *conta-gotas* foram conquistando pequenos assentamentos. A situação da Anoni só se resolveria no final de 1992, sete anos depois da ocupação. Desde sua gênese, o MST-RS conseguira construir uma nova realidade no campo rio-grandense. Nesse tempo, os sem-terra conquistaram sessenta assentamentos, onde foram assentadas em torno de duas mil e duzentas famílias, territorializando o Movimento por quase todo o estado.

Construindo o caminho

Nesse período – 1985 a 1990 – o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões[29]. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando

27. Na época, o prefeito era Olívio Dutra (PT), que sempre defendera as lutas pela terra e pela reforma agrária. E nesse enfrentamento os sem-terra procuram na prefeitura um território onde pudessem se refugiar.

28. A respeito desse confronto, ver: Görgen, Frei Sérgio (org.). *Uma foice longe da terra*. Petrópolis: Vozes, 1991; Lerrer, Débora. *O som do silêncio nas versões da praça*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

29. Em todos os estados das regiões Sul e Nordeste; na região Norte, no Estado de Rondônia; na região Centro-Oeste, nos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

e transformando as suas realidades. Assim, prosseguiram com o processo de formação do MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela reforma agrária e pela transformação da sociedade. Nessa luta, o processo de territorialização do MST também é compreendido como triunfo e trunfo (Raffestin, 1993, p. 58s), visto que as porções do território conquistadas tornaram-se as bases referenciais para a espacialização do Movimento. Os assentamentos são partes fundamentais da infra-estrutura que representa a consolidação do MST em cada estado. Desse modo, o MST se consolidou no final dos anos 80, nas lutas e experiências que levaram às conquistas dos assentamentos e de sua forma de organização.

Nesse qüinqüênio, o MST definira as bases de sua forma, denominando as atividades pertinentes à sua organização. Enfrentou desafios para não dicotomizar o processo de luta e de formação do Movimento: a questão que se colocava era a formação de um movimento de luta pela terra e ou um movimento dos assentados. Os encontros nacionais tornaram-se espaços de definição das linhas políticas do Movimento nas suas relações internas e externas. No contínuo da luta pela terra, ocupando, negociando, conquistando, da mesma forma participava da luta pela reforma agrária, acompanhando os desdobramentos do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), bem como a questão da terra na Constituinte. Se, de um lado, os avanços foram notáveis com as ocupações de terra que formou/territorializou o MST, por outro lado, o fracasso do PNRA e a falácia da reforma agrária na Constituinte foram vergonhosos. São marcas reveladoras dos obstáculos enfrentados naquele momento de reconstrução da democracia brasileira. Assim, se numa parte do campo político institucional, os latifundiários foram vitoriosos, por outra parte, rompendo com as cercas, conquistando a terra, construindo a democracia, os sem-terra deram os primeiros e fundamentais passos para a formação do MST.

Na luta pela democratização do acesso à terra, os sem-terra também viveram diferentes experiências de relações com as instituições que contribuíram com o processo de formação do MST. Nesse período houve esforços, por meio de debates e embates entre os trabalhadores e as instituições, para construção da autonomia do Movimento na manutenção da articulação das forças políticas atuantes nas lutas pela terra e pela reforma agrária. Dessa forma, foi construído o importante espaço político de organização camponesa, onde nasceram práticas e ações fundamentais na consolidação e na formação da identidade dos sem-terra.

Construindo a estrutura organizativa: formas de organização das atividades

Dessas lutas realizadas pelas famílias sem-terra e das reflexões e estudos das histórias de movimentos camponeses precedentes, nasceram as experiências de construção da forma de organização do MST. *Forma em movimento*, modificando-se e dimensionando-se conforme as necessidades nascentes na marcha das transformações das realidades, *tornou-se a lógica da organização dos sem-terra.* E assim, homens,

mulheres, jovens e crianças foram fazendo o Movimento. Do mesmo modo que não se pode ignorar o MST no processo histórico da formação camponesa na luta pela terra, não é possível compreendê-lo na sua essência sem conhecer as lutas desenvolvidas pelas famílias sem-terra. Essas famílias são e sustentam o MST. Essas pessoas nascem na luta, nos trabalhos de base, nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, gerando os responsáveis pela criação da forma e coordenação do Movimento. Nesse processo de construção das experiências nasceram as necessidades que resultaram em diversas comissões, equipes, núcleos, setores e outras *formas de atividades* em que se organizaram para discutir, refletir e praticar a luta pela terra em todas as suas dimensões. Elas fazem-se e refazem-se, organizando-se para ocupar, para o trabalho na terra, para a educação, para a formação política, para resistir, para serem elas mesmas, para existirem como camponeses.

Desse modo, o MST foi construindo sua forma alicerçada na necessidade de organizar as atividades essenciais para o seu desenvolvimento. Processo e mudança são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais[30]. Essas são fortes características do MST, de modo que quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da práxis e não de um projeto previamente elaborado. Diga-se a propósito, essa é uma característica da própria geração do MST, que foi sendo concebido, formando-se na marcha da luta, fazendo este nome durante pelo menos quatro anos de gestação (1979-1984). Assim, uma atividade se estabelece e recebe um nome, fundamentando a forma de organização dos sem-terra. Ao se denominar uma forma, procura-se dinamizar aquela ação como procedimento para a construção e consolidação do Movimento, espacializando-o na sua territorialização. Do mesmo modo que a atividade é incorporada na forma de organização, também são as pessoas, que podem atuar na coordenação daquela atividade pelo envolvimento, dedicação e destaque que teve no seu desenvolvimento.

Durante o processo de construção da forma de organização do Movimento, os sem-terra foram desenvolvendo procedimentos indispensáveis para a qualificação da luta. Entre esses procedimentos, pode-se destacar o dimensionamento e a interação das atividades: formação política, educação, produção, administração, comunicação. Desse modo, foram fazendo, estudando e refletindo, procurando superar os desafios. Evidente, que alguns desafios foram superados e outros estão em pauta. No desenvolvimento das experiências erram, acertam, retomam no movimento dialético do fazer se desafiando. Nesse processo praticado para o aprendizado e compreensão das questões relativas às atividades que desenvolvem, ou seja: os setores em formação, tomaram como referências os trabalhos de diversas matrizes teóricas e práticas políticas. Há dois conjuntos de pensadores, cujos trabalhos tiveram influência nesse processo: os universais e os nacionais. No primeiro, constam, entre outros: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilitch Lenin e Rosa Luxemburgo. No segundo, constam entre

---

30. Ver a respeito: Gohn, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 1997, p. 251s. Sztompka, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 480s. Tarrow, Sidney. *Power in Movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 81s.

outros: Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Leonardo Boff e Frei Betto. Certamente, pela trajetória do Movimento, muitas experiências históricas e dirigentes políticos tiveram e têm influência na luta dos Trabalhadores Sem Terra. Entre outros, constam: Emiliano Zapata, Che Guevara, Luís Carlos Prestes, Gandhi e Martin Luther King, Zumbi dos Palmares, Canudos, Contestado, Ligas Camponesas[31].

Por meio dessa práxis, desenvolveram as ocupações massivas que resultaram nos processos de formação e territorialização do Movimento. A ocupação é uma forma de luta, é uma ação popular que compreende tempo e espaço na transformação da realidade. Portanto, é preciso distinguir o ato de ocupar com o processo de ocupação. O ato de ocupar é um momento desse processo, que se inicia na formação dos grupos de famílias, na realização dos trabalhos de base e desenvolve-se no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas seguintes. Está contido no que conceituei de *espacialização e territorialização da luta pela terra*[32]. Na constituição da forma do MST, os sem-terra foram organizando as atividades da luta e seu desdobramento. O conjunto de atividades desenvolvidas por um grupo de pessoas no processo de ocupação e conquista da terra, denominou-se setor de Frente de Massa. Na construção da forma de organização do MST, o termo setor tornou-se uma denominação final, num processo de nomeação das atividades que se utilizou de termos como: comissão, núcleo, equipe, coletivo etc. Desse modo, foram nomeando as atividades na construção da forma de organização do Movimento. Geradas pela necessidade da luta, foram sendo modificadas até se estabelecerem.

O setor de Frente de Massas realiza as primeiras atividades, pelas quais entram as famílias que passam a compor o MST. Esse setor faz a *travessia* das pessoas de fora para dentro do MST. E no desenvolvimento desse processo de luta popular, na construção da consciência e da identidade com a luta e com o Movimento, os *sem-terra* vão se fazendo *sem-terra*[33]. Desse modo, tornar-se sem-terra é mais que tentar superar a condição de ser sem-terra, é possuir o sentido de pertença e a identidade com os princípios desse movimento camponês. Assim, participando das ocupações, as pesso-

---

31. A respeito desse assunto, ver mais em Stedile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

32. Ver a respeito: Fernandes, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização.* São Paulo: Hucitec, 1996a. p. 225s.

33. Nos dicionários, o vocábulo "sem-terra" apareceu pela primeira vez definido como: **sem-terra** *s2g.2n. Designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho,* na 14ª edição do minidicionário Luft (1998). Inclusive foi motivo de debate entre especialistas em estudos gramaticais, porque, segundo a regra da língua, nas palavras compostas se flexionam os substantivos, de modo que conforme a "lei gramatical" deveria se escrever os sem-terras. Todavia, o termo foi consagrado no singular e quando se pronuncia ou se escreve, está subentendida a noção de trabalhadores sem-terra. Ver a respeito: Martins, Eduardo. *Com todas as letras.* São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 1999. Também, rompendo com as regras, é importante salientar que o nome oficial do MST é Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sem o hífen. Já, quando nos referimos às pessoas vinculadas ao MST, as denominamos sem-terra (com hífen). Em tempo: o novo Dicionário Aurélio (1999) também incorporou o vocábulo, todavia numa definição muito pobre: *Diz-se de, ou trabalhador rural que não possui, ou não dispõe de terreno no qual possa exercer sua atividade.*

as tornam-se integrantes e na espacialização da luta, muitas, em diversos graus de vinculação, passam a atuar nas diferentes atividades da forma de organização praticadas no acampamento, como por exemplo: educação, formação, comunicação, frente de massa etc. Nessa *forma em movimento* são criadas as condições de participação para a organização do Movimento. Ainda, no desdobramento da luta, na implantação dos assentamentos e pelo dimensionamento das atividades, formam-se militantes que participam dos setores e das instâncias de representação, fazendo parte das coordenações e direções do MST, nas escalas: local, regional, estadual e nacional. Essas experiências transformaram-se em desafios e, portanto, em *lições da luta,* conforme análise e reflexão de Bogo, 1999, p. 47.

> *É preciso mobilizar cada vez mais amplas massas, pois delas é que vem a força de transformação. Mas internamente, no Movimento, deve desenvolver-se uma estrutura orgânica, através de setores, comissões e núcleos e outras formas que possibilitem aglutinar as pessoas, distribuir o poder, exercitar e praticar a democracia, procurando satisfazer todas as necessidades dos seres humanos que dela participam.*

O setor de Frente de Massa é, portanto, a "porta de entrada" do Movimento. É espaço/tempo de luta e transformação, é o quando e o onde se iniciam as trajetórias de participação na luta e na construção do MST. Os sem-terra que trabalham nessa atividade desenvolvem o processo de espacialização do Movimento. Ao se deslocarem para outros municípios, outros estados, outras regiões, realizando o trabalho de base na cidade e no campo, formando novos grupos de famílias, recriando espaços de socialização política, realizando novas ocupações, territorializam o MST. Muitos jovens militantes, nesta jornada de luta, constituem suas famílias em terras distantes de seu lugar de origem, suscitando sonhos, plantando a bandeira da luta. Com essa prática estão (re)fazendo-se permanentemente no enfrentamento com o processo expropriador, abrindo brechas nas realidades, transformando-as. E assim, vão construindo seus projetos políticos, sua forma de organização, desenhando um novo mapa da geografia da luta pela terra e escrevendo suas histórias. Outra atividade desenvolvida nesse processo foi a formação sociopolítica dos sem-terra, que também se configurou em setor.

Há vários momentos e distintos lugares de formação social e política na luta pela terra. A participação efetiva na luta, no processo de ocupação, negociação, enfrentamento etc., gera um aprendizado político pela própria experiência vivida, quando se constrói importantes referenciais para o seu desenvolvimento. Mas a mobilização é uma parte da formação efetiva na construção da consciência e identidade sociopolítica. Além da mobilização é preciso aperfeiçoar a organização. A prática sociopolítica desenvolve-se no cotidiano, nos trabalhos de base e no dimensionamento dos espaços de socialização política. Mas não é o suficiente. É preciso pensar, estudar, analisar, contextualizar a luta no processo histórico da resistência camponesa, no desenvolvimento da agricultura e do sistema sociopolítico e econômico. Esses referenciais são compreendidos por meio do diálogo, do debate, da leitura, da reflexão em momentos

e lugares específicos. Dessa realidade surgiu a necessidade de se criar uma atividade de formação, que depois foi denominada de Setor de Formação.

Na segunda metade da década de 1980, diferentes atividades foram criadas, proporcionando outros espaços de socialização política para a formação dos militantes. Uma das atividades de formação foi realizada em conjunto com o movimento sindical, vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), quando organizaram cursos periódicos de formação política, que foram chamados de escolas sindicais e que receberam os nomes de dois sindicalistas e um religioso assassinados na luta pela terra. Para os cinco estados do Sul (RS, SC, PR, SP e MS) denominaram Escola Margarida Maria Alves; para os Estados de MG, ES, BA, SE e AL, o curso recebeu o nome de Escola Eloy Ferreira Silva e para os Estados do MA e PA, a escola foi nomeada de pe. Josimo Moraes Tavares. Por meio desses cursos os trabalhadores procuravam articular os estudos referentes a organização econômica, social e política da sociedade com as práticas vivenciadas na luta, fomentando a consciência crítica e de classe. Os cursos duraram até final da década, quando a crise de perspectiva do movimento sindical fez diminuir a participação dos sindicatos, inviabilizando a continuação da atividade.

Desde março de 1990, o MST organizou a primeira escola nacional, o Centro de Capacitação Contestado, que funciona no município de Caçador, em Santa Catarina. Nesse espaço são realizados diversos cursos para atender a formação dos sem-terra que atuam nos diversos setores do Movimento. Pela própria necessidade, o processo de formação também foi dimensionado, na tentativa de suprir as carências para a qualificação dos setores. Desse modo, o MST associou formação e escolarização, criando cursos supletivos de primeiro e segundo graus e Magistério e Técnico em Administração de Cooperativas. O conjunto das atividades na formação do Movimento está associado aos distintos momentos da vida na luta, desde a organização das famílias na ocupação e no acampamento, até a implantação e desenvolvimento do assentamento. Esse processo transformador de realidades faz emergir necessidades que se referem, especialmente, à formação educacional e profissional. Nessa *lógica de organização da forma em movimento*, as atividades se interagem e se distinguem no fazer-se da luta. Desse modo, os cursos assumiram características diversas, atendendo outros setores emergentes, como por exemplo educação e produção.

Para a formação em todas as dimensões da luta, o MST fomentou a publicação de cadernos, boletins, livros, textos, que subsidiaram os estudos nas diversas frentes de atuação, utilizados para a formação nos diferentes espaços de socialização política. Também contou com a colaboração de cientistas e assessores. Na coleção Cadernos de Formação, iniciada em 1984, foram publicados temas referentes aos problemas e desafios enfrentados pelo MST, como por exemplo: a organização do Movimento, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a reforma agrária na Constituinte, a relação Igreja-Movimento, teoria da organização, sindicalismo, a participação da mulher, ocupação e conquista da terra etc. Estes temas também foram publicados, de forma resumida, no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Este periódico derivou

do *Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*, cujo primeiro número foi publicado em maio de 1981, no Rio Grande do Sul. Em julho de 1982, o Boletim passou a ter circulação regional e desde julho de 1984 começou a ser publicado na forma de jornal e acompanhando a territorialização do MST passou a ter circulação nacional.

Outra necessidade premente que levou os sem-terra a constituírem uma atividade foi a educação. Desde as primeiras ocupações, nos acampamentos surgiu a preocupação com a escola para as crianças e para a alfabetização dos jovens e adultos. Começaram formando comissões que reuniam pais e professores para reivindicar e organizar as escolas nos acampamentos e assentamentos. Em 1986, com o desenvolvimento dessa atividade, acumularam diversas experiências nos estados, demandando uma forma de organização das atividades. Em julho de 1987, foi realizado o Primeiro Seminário Nacional de Educação, no município de São Mateus (ES), que reuniu representantes de sete estados. Ante as dificuldades enfrentadas para estabelecer as escolas nos assentamentos e, principalmente, nos acampamentos, considerando que na condição de acampados, as famílias estão em movimento e transição, nas discussões a respeito da educação na luta pela terra, formularam as seguintes questões: *Como fazer as escolas que queremos?; O que queremos com as escolas dos assentamentos?* Essas proposições foram o ponto de partida para a elaboração de uma proposta pedagógica voltada para a realidade das famílias sem-terra.

Outros eventos similares foram realizados em vários estados com o objetivo de articular as ações em desenvolvimento para a formação do setor. Nesse período de formação do MST, os sem-terra foram definindo linhas políticas para a educação em suas escolas. Dentre os desafios assumidos, procuraram efetivar os seguintes objetivos: conhecer a realidade educacional dos acampamentos e assentamentos; garantir junto aos governos estaduais e municipais o acesso de todas as crianças à escola e seu pleno funcionamento; desenvolver uma proposta de educação que também tenha como parâmetros a realidade em transformação da comunidade; construir princípios pedagógicos para a valorização do trabalho cooperativo e desenvolvimento do assentamento; integrar a escola e os professores na organização dos assentamentos e acampamentos; fomentar relações com educadores e instituições para desenvolver cursos de capacitação e formação de professores; investir em programas de alfabetização de jovens e adultos.

Assim, a luta pela terra dimensionou a luta pela educação. De acordo com Caldart e Schwaab, 1991, p. 86:

> *Quando a organização do MST cria em sua estrutura um Setor de Educação, deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem-terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola.*

Além de ser um direito de toda comunidade preocupar-se com o desenvolvimento da educação de seus filhos, a organização para lutar por escolas nos acampamentos e assentamentos foi uma forma que os sem-terra criaram para fortalecer o Movimento em seu processo de consolidação. Nesse sentido, procuraram cuidar da formação educacional. A escola precisava ser um espaço de construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento da nova realidade que as famílias estavam construindo em sua inserção na sociedade. Não poderia ser um espaço desagregador ou que desenvolvesse atividades alienantes a suas realidades. Nos trabalhos de educação, enfrentando dificuldades relacionadas com o alto grau de analfabetismo e o baixo índice de escolarização, foram construindo e disseminando a compreensão da importância da formação educacional para o desenvolvimento sociopolítico e econômico dos assentamentos. Em 1990, iniciaram a produção de um texto que foi publicado, em 1991, na coleção Caderno de Formação com o seguinte título: *O que queremos com as escolas de assentamentos*. O texto foi trabalhado nas comunidades com a finalidade de fomentar o debate a respeito da elaboração de um projeto de educação para suas escolas e para a formação educacional dos sem-terra.

Nesse texto foram apresentados os conteúdos das discussões acumuladas, reunindo proposições e motivando a reflexão de questões selecionadas, para se pensar a escola dos assentamentos e promover o debate nas comunidades. Entre os diversos temas abordados, destacava a relação escola-MST, enfatizando a participação das crianças na vida do assentamento e do Movimento, bem como estes na vida da escola; a relação educação-trabalho, concebendo a importância do trabalho cooperado para o desenvolvimento da produção; a defesa dos valores das famílias e da organização de classe, construindo a consciência da necessidade de formar sujeitos da história; investir na formação educacional, aprendendo as realidades local e geral e integrar as professoras e professores no Setor de Educação. Esses trabalhos possibilitaram, com as dificuldade inerentes ao processo de construção de uma forma de organização, o aumento da participação das mães e dos pais, das professoras e dos professores, das crianças e jovens na articulação do setor, que começava a ser formado nos acampamentos, nos assentamentos e organizavam coordenações estaduais.

Em 1991, começaram a elaboração de um novo texto que circulou pelos estados: nos encontros locais, regionais e estaduais, para debate, sugestões, críticas e complementações. Em 1992, esse texto foi publicado no primeiro Caderno de Educação: *Como fazer a escola que queremos*. Nessa publicação, apresentavam o primeiro esboço de um currículo centrado nas referências construídas pelas experiências e nos diálogos com educadores de várias universidades. Com esse documento iniciaram as discussões sobre a participação na organização da escola. Discutiu-se o planejamento das atividades escolares, os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, as formas e instrumentos de avaliação etc., expandindo as práticas pedagógicas, superando velhos problemas e construindo novos desafios. Desse modo, os sem-terra desenvol-

veram os trabalhos fundamentais que vieram a consolidar o Setor de Educação na forma de organização do Movimento[34].

A organização do trabalho e da produção nos assentamentos foi outra necessidade iminente no processo de formação do MST. Essas relações são, sem dúvida, um dos maiores desafios do Movimento. Desde o princípio, com os primeiros assentamentos, existiam preocupações essenciais referentes à resistência dos sem-terra ao processo expropriador do modelo de desenvolvimento econômico da agricultura. Afinal, grande parte das famílias que lutaram e conquistaram a terra haviam sido expulsas ou expropriadas desde a implantação desse modelo[35]. Por essa razão, os sem-terra começaram a discutir o desenvolvimento da cooperação agrícola numa perspectiva econômica e política da resistência. Pela própria *lógica de sua forma em movimento*, essas atividades começaram a ter suas bases estabelecidas a partir das experiências vividas e dos debates e reflexões a respeito das teorias do desenvolvimento do capitalismo, quando procuravam criar diferentes modos de organização cooperativa nos assentamentos. Com suas próprias histórias tinham aprendido que isolados eram presas fáceis e que organizados fortaleceriam a resistência constante, condição fundamental para manterem-se na terra.

De 1980 a 1985, as experiências relativas ao trabalho e à produção nos assentamentos baseavam-se no trabalho familiar individual e na formação de grupos coletivos. Nesse período de gestação e nascimento do MST, essas formas foram estabelecidas sem que houvesse um debate amplo a respeito das formas de cooperação e dos problemas que enfrentavam com a inexistência de crédito agrícola. No período de 1986 a 1992, intensificaram os debates a respeito da cooperação agrícola. Das análises feitas a partir das discussões, dos estudos referentes ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo e dos desafios enfrentados, construíram a concepção a respeito das realidades que tinham que dar conta. Não poderiam trabalhar só com as referências do tempo pretérito, precisavam de novos referenciais para resistir no presente e construir o futuro. Desse modo, foram elaborando as primeiras noções do modelo de cooperação agrícola que começaram a desenvolver.

Nessa práxis, demarcaram os principais fundamentos dessa atividade: não separar nas lutas pela terra e pela reforma agrária a dimensão econômica da dimensão política. Procuraram formar a compreensão de que a luta não termina na conquista da terra, mas que continua, fortalecendo a formação do MST, ao organizarem simultaneamente a cooperação agrícola e as ocupações; investir sempre na formação dos sem-terra para a qualificação profissional necessária ao trabalho em vista das transformações da estrutura produtiva. A maior parte da população sem-terra foi excluída da educação básica, condição importante para acompanhar o desenvolvimento tecnológico;

---

34. A respeito do processo de formação do Setor de Educação do MST, ver: Caldart, 1997.

35. Ver no capítulo 1: A intensificação da questão agrária.

criar diferentes formas de cooperação e lutar por um programa de crédito agrícola para os assentamentos rurais. Esses princípios iriam permear o movimento dessa atividade na construção da forma de organização do MST.

Em abril 1986, o MST promoveu um encontro nacional dos assentados, quando surgiu a proposta de se criar um outro movimento, somente de assentados. Todavia, através das discussões a respeito dos princípios do Movimento, os sem-terra superaram essa concepção desagregante. Estava em formação a Comissão Nacional dos Assentados do MST que começou uma série de trabalhos para reunir e discutir as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Fizeram várias reuniões no então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, para reivindicar crédito custeio e começaram a formular um programa de crédito para os assentados. Na época com o apoio de um membro da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), iniciaram as discussões a respeito de propostas para a criação do programa. No final desse ano, haviam elaborado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), que veio a ser a principal linha de crédito dos assentados.

Com o seu desenvolvimento a Comissão tornou-se setor dos assentados, que realizou cursos de formação técnica e ampliou o debate a respeito da cooperação agrícola. De 1987 a 1989, o setor investiu na criação de diferentes associações de produtores, que eram formadas por famílias, individualmente, ou por grupos coletivos. As experiências de coletivização eram diversas e poderiam incluir recursos e atividades, de forma integral ou parcial, como por exemplo: máquinas, terra, trabalho, comercialização etc. Além da organização da produção, tratavam das melhorias sociais da comunidade, como escolas, espaços públicos, estradas, postos de saúde, etc. Em outubro de 1988, no município de Palmeira das Missões (RS), o MST realizou o Primeiro Laboratório Nacional Experimental para formação de organizadores de empresas.

Até 1992, foram realizados vários laboratórios organizacionais ou experimentais de campo, em diversos estados, para formação de cooperativas de produção. Os laboratórios são uma metodologia de capacitação massiva, criada por Clodomir Santos de Morais[36], para a organização de comunidades. Tem por objetivo a transmissão de conhecimentos para a construção de uma consciência organizativa, visando a melhoria das condições de vida, por meio da criação da organização empresarial[37]. Os laboratórios eram realizados nos assentamentos por grupos de famílias interessadas em formar, por exemplo, uma cooperativa. Durante trinta ou quarenta dias, as pessoas estudavam as formas de organização do trabalho que iriam utilizar na implantação da em-

36. Clodomir trabalhou com as Ligas Camponesas, contrapondo-se à liderança de Francisco Julião. Foi preso e exilado durante a ditadura militar. No exterior, foi consultor do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para assuntos de reforma agrária e movimentos camponeses, em diversos países da América Latina. É professor da Universidade Federal de Rondônia e professor visitante da Universidade Autónoma de Chapingo, México.

37. Ver a respeito: Morais, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização. *Cadernos de formação*, nº 11. São Paulo: MST, 1986; Correia, Jacinta Castelo Branco. *Comunicação e capacitação*. Brasília: Iattermund, 1995.

presa. Estimulava-se a divisão do trabalho e o coletivismo, criando-se diversos setores de atividades e de produção, para intensificar a produtividade e melhorar os resultados econômicos. A maior parte das experiências dos laboratórios não se consolidaram e os sem-terra abandonaram a metodologia.

Essas experiências receberam várias críticas, algumas contundentes, como foi a de Navarro, 1994, que realizou uma pesquisa no assentamento Nova Ramada, no município Júlio de Castilhos (RS). O teor das críticas do sociólogo Zander Navarro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, refere-se ao conteúdo da proposta e suas perspectivas, como apresentado a seguir:

> *"Evidentemente, deixando de lado um comentário crítico propriamente analítico em relação a esta proposta – como manifesta a aberração antropológica que a fundamenta, ignorando a história social dos agricultores e as diferenças sócio-culturais, para não discutir aqui a extremada simplificação de um processo dito como 'educacional' – é importante assinalar a sua óbvia conseqüência em termos de adesão a uma visão tradicional de formato tecnológico para a agricultura. Se os objetivos do laboratório eram (e têm sido) formar empresas capazes de competir no mercado, principalmente a partir de uma estruturação interna similar à 'grande propriedade empresarial', é apenas uma conseqüência imediata que a escolha da base técnica fosse aquela encontradiça em tais empresas, ou seja, uma agricultura em grande escala, fortemente presa à monocultura mecanizada e intensiva ao uso de insumos agroindustriais, inclusive agroquímicos. Não surpreende, portanto, que a distância entre o MST e os profissionais preocupados com compreensões alternativas de desenvolvimento produtivo no campo logo se acentuasse"* (Navarro, 1994, p. 14).

Essas experiências também geraram uma avaliação crítica por parte do MST, conforme relata Stedile:

> *"A proposta do laboratório organizacional mostrou certas limitações... Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair com a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é mais lento. Em geral os grupos de cooperação agrícola já vêm se formando nos acampamentos em função de afinidades que vão se criando. Não estou discutindo se isso é certo ou não, ou se é por isso que a cooperação se desenvolve ou fracassa. O que estou dizendo que nossa experiência é essa. Ou seja, quando tentamos aplicar um sistema rígido, não deu certo. Por outro lado, o método do Clodomir teve uma grande utilidade ao nos abrir para essa questão da consciên-*

cia do camponês. Ele trouxe um conhecimento científico sobre isso. O seu livro sobre a teoria da organização mostrou com clareza como a organização do trabalho influencia na formação da consciência do camponês" (Stedile e Fernandes, 1999, p. 99-100).

Do mesmo modo, a avaliação de Navarro foi assim entendida dentro do MST:

> *"Ele fez um estudo de caso sobre a cooperativa Nova Ramada para bater em toda nossa experiência de cooperação agrícola. Ora, se é um estudo de caso, não dá para generalizar. Especificamente sobre a situação da Ramada, é aquilo mesmo que ele escreveu. Se criamos uma forma de cooperação que não era adequada às condições objetivas e subjetivas daquele lugar, não significa que a forma está errada"* (Stedile e Fernandes, 1999, p. 103).

Nessa trajetória de erros e acertos, de desafios e superações, os sem-terra viveram diferentes experiências na perspectiva de espacializar as formas de cooperação agrícola. De modo que os anos 1989 a 1992 representaram um período de maturação das propostas e projetos que estavam implementando. De fato, os sem-terra se desafiaram e provocaram diferentes reações às suas experiências de cooperação. Não obstante, os fracassos também foram lições aprendidas que os fizeram superar práticas malsucedidas e retirar delas diferentes idéias, compreendendo ainda mais as extensões dos desafios para desenvolver a agricultura camponesa. No final da década de 1980 e início dos anos 90, surgiram as primeiras pesquisas e análises a respeito das associações de cooperação agrícola (De Lannoy, 1990) e desenvolvimento econômico dos assentamentos (Zamberlam e Florão, 1989; Zamberlam, 1990; Görgen e Stedile [org.], 1991). Todas essas práticas, pesquisas, estudos e reflexões foram trabalhos seminais que resultaram na construção de uma proposta de cooperação agrícola ainda mais ampla.

Em 1989, existiam 730 assentamentos, onde viviam 110.913 famílias, em 5.540. 290 ha. Vale ressaltar a inexistência de uma política agrícola para a agricultura camponesa, de modo que as iniciativas dos sem-terra eram os únicos trabalhos voltados para transformar essa realidade. Haviam conquistado uma linha de crédito – o Procera – e estavam gerando experiências para estabelecerem as bases da cooperação agrícola, condição fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos. A despeito das dificuldades que enfrentavam com a organização dos assentamentos, haviam criado *"mais de 400 associações de produtores assentados em diferentes níveis de organização e cooperação"* (ANCA, 1990, p. 9). Nos assentamentos existiam problemas de ordens diversas: falta de infra-estrutura social básica, baixo índice de mecanização, dificuldade de armazenamento, transporte e comercialização da produção, baixa produtividade etc. (*id.*, p. 7). Portanto, suas iniciativas eram as únicas, já que não havia outras instituições preocupadas com essas questões.

Para o avanço da organização, desde o segundo semestre de 1988, os sem-terra trabalharam na formação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Esse sistema formalizaria a organização econômica dos assentamentos em cooperativas. O SCA estruturou-se em três níveis: escala local ou microrregional com Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs); escala estadual, com centrais de cooperativas e escala nacional com a criação de uma confederação. Desse modo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará, em cada um desses estados, inauguraram três cooperativas de produção objetivando a fundação de cooperativas centrais estaduais (MST, 1993b, p. 42). Esse processo se firmou em maio de 1992, com a criação da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Durante a década de 1990, o SCA foi dimensionado pelo conjunto de experiências construídas pelos assentados e se consolidou, ampliando a forma de organização do Movimento.

No processo de formação do MST, outra atividade inerente é a questão de gênero. A luta pela terra é uma ação da qual participa, predominantemente, a família. Desde os trabalhos de base, o núcleo gerador da organização é composto pelos grupos de famílias. Mesmo quando alguns membros não participam efetivamente no processo de formação da luta, a referência é a unidade familiar. As diversas atividades realizadas nas comissões, nas coordenações, nos setores, nos coletivos criados nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos, são formas e organização estabelecidas pela participação das mães, dos pais, dos jovens e das crianças. São espaços de emulação a fim de incentivar a todos para tomarem parte na construção da luta e resistência. Esse é um dos desafios na formação do Movimento, porque continuamente corre-se o risco de isolar parte das pessoas, sendo que para muitos dos participantes é a primeira experiência de organização política que estão vivendo. Para evitar o isolamento, principalmente das mulheres, dos jovens e das crianças, os sem-terra tomaram como objetivo a busca da coesão como condição na organização da luta.

Evidente que este é um desafio permanente, porque a condição de paridade-reciprocidade de participação nos espaços políticos é outra luta. De modo que há uma luta dentro da luta. Assim, os sem-terra (em especial, as mulheres) lutaram para consolidar uma relação mútua na organização do MST. Vivendo esse desafio continuamente: mulheres e homens de idades diversas participam dos diferentes setores e instâncias do MST. A conquista da terra é uma luta da família, portanto, a participação efetiva da mulher acontece desde a gênese do Movimento[38]. No Primeiro Congresso, as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta. Tam-

---

38. Ver no capítulo 2: A luta dos colonos de Nonoai.

bém participaram ativamente de diversos encontros estaduais e nacionais de mulheres trabalhadoras rurais.

Desse modo, as mulheres contribuíram na formação de todos os setores do Movimento e das instâncias políticas. Participando das ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, trabalhando nas lavouras, nas suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no Jornal e nas secretarias, criaram o Coletivo Nacional das Mulheres do MST como atividade da forma de organização do Movimento[39]. O Coletivo tornou-se, também, um espaço de debate permanente a respeito das ações das mulheres na luta pela terra e das relações sociais em suas diferentes dimensões.

Nesse processo de construção da forma de organização do MST, outros setores foram se estabelecendo. São os setores de Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais e as secretarias nacional e estaduais. O Setor de Finanças tem caráter administrativo, enquanto o Setor de Projetos oferece apoio e subsídios às secretarias estaduais e aos assentamentos na elaboração de projetos institucionais para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas das comunidades e do Movimento. O Setor de Comunicação também interage nas outras atividades como formação e educação, tendo como responsabilidade principal a edição do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. O Setor de Relações Internacionais é responsável pelo contato com diversas organizações de diversos países que apóiam a luta do MST. Nas secretarias são desenvolvidas as atividades administrativas e políticas. A Secretaria Nacional é responsável pelos encaminhamentos e execução das atividades definidas pela Coordenação e ou pela Direção Nacional. Também tem como função a articulação entre as secretarias estaduais. Estas, por sua vez, articulam as atividades desenvolvidas nos acampamentos e nos assentamentos.

No final da década de 1980, o dimensionamento dessas diversas atividades simultâneas já envolvia milhares de pessoas na construção do MST. Desse modo, na interação dos trabalhos desenvolvidos nos anos 1985-1990, o Movimento delineou a estrutura organizativa, que se consolidou nos anos 90. Ainda nesse período, os encontros estaduais e nacionais constituíram as *instâncias de representação*, tornando-se importantes espaços políticos, onde os sem-terra analisaram as conjunturas e traçaram as linhas de ação para o desenvolvimento da luta pela terra.

Construindo a estrutura organizativa: instâncias de representação

As instâncias de representação são fóruns de decisão: momentos de construção, reflexão e definição das linhas políticas do MST, que acontecem nos encontros esta-

39. A respeito da participação das mulheres na luta e na construção do MST, ver: Pavan, Dulcinéia. *As Marias sem-terras - Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão - SP – 1985/1996*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

duais e nacionais. A formação das instâncias também foi um processo. Na época de gestação do MST, especialmente de julho de 1982 até janeiro de 1984, os fóruns de decisão foram as reuniões realizadas em Medianeira (PR) (julho de 1982); em Goiânia (GO) (setembro de 1982); em Belo Horizonte (MG) (janeiro de 1983) e Chapecó (SC) (fevereiro de 1983), bem como o Encontro Nacional realizado em janeiro de 1984[40]. A Coordenação Provisória Nacional e a Comissão Regional Sul formadas nesses encontros deliberaram a respeito das linhas políticas do Movimento em formação. No Primeiro Congresso foi eleita uma Coordenação Nacional com representantes de 12 estados, onde o MST estava organizado ou em vias de organização: RS – SC – PR – SP – MS – MG – ES – RJ – BA – SE – MA e RO. Dessas experiências e em seu processo de formação e territorialização, foram sendo criadas as instâncias de representação da organização do MST. Assim como as formas de atividades foram sendo denominadas no processo de construção do Movimento, as instâncias receberam diversos nomes até tomarem sua configuração no início da década de 1990.

Desse modo, a organização do MST é composta pelas seguintes instâncias:

1 – Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos e que tem como objetivo a definição de linhas conjunturais e estratégicas, bem como a confraternização entre os sem-terra e com a sociedade;

2 – Encontro Nacional, realizado a cada dois anos para avaliar, formular e aprovar linhas políticas e os planos de trabalho dos setores de atividades;

3 – Coordenação Nacional, composta por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional, um membro do Sistema Cooperativista dos Assentados de cada estado e por dois membros dos setores de atividades, que se reúnem de acordo com um planejamento anual. É responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e Encontro Nacional, bem como pelas decisões tomadas pelos setores de atividades;

4 – Direção Nacional, é uma representação composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional. As funções e divisão dos trabalhos dos membros da Direção Nacional são ratificadas pela Coordenação Nacional, que devem acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar na organicidade[41] do Movimento por meio dos setores de atividades.

5 – Encontros Estaduais, realizados anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do MST. Programam atividades e elegem os membros das Coordenações Estadual e Nacional;

---

40. Ver no capítulo 2: MST: gestação e nascimento.

41. De acordo com Bogo, 1999, p. 131: *"Chamamos de organicidade a relação que deve ter uma área de atuação do movimento de massas com todas as outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana"*.

6 – Coordenações Estaduais, compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais. São responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais;

7 – Direções Estaduais, são representações compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais. Seus membros também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela organicidade e desenvolvimento dos setores de atividades;

8 – Coordenações Regionais, composta por membros eleitos nos encontros dos assentados, contribuem com a organização das atividades referentes às instâncias e aos setores;

9 – Coordenações de Assentamentos e Acampamentos, compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades dos setores.

10 – Na formação das instâncias de representação e dos setores de atividades, nos assentamentos e nos acampamentos, com maior ou menor vinculação, foram formados grupos de base. Esses grupos são compostos por famílias, por jovens ou por grupos de trabalhos específicos: educação, formação, frente de massa, cooperação agrícola, comunicação, finanças etc., que compõem a coordenação do assentamento. Assim, nesse processo de construção de *forma em movimento*, os sem-terra construíram sua estrutura organizativa. Todavia, vale lembrar que essa estrutura está em constante transformação, conforme as necessidades da organização e desenvolvimento do MST. Desse modo, são nos assentamentos, nos acampamentos, nas secretarias, nas escolas, nas marchas, nas ocupações, nas diversas manifestações, nos encontros e congressos, nesses espaços, momentos e territórios de socialização e ressocialização que o MST materializa sua estrutura organizativa: das suas formas de organização das atividades e das instâncias de representação. E em todas elas, o sentido da organização é sempre por meio de comissões e de tomada de decisões coletivas. É importante destacar que não existem funções eletivas individuais, como presidente, tesoureiro, secretário etc.

Esse processo de formação das instâncias foi desenvolvido, principalmente, durante os encontros nacionais e congressos, onde e quando são definidas as linhas políticas, para fortalecimento da organização do Movimento, conforme as mudanças de conjunturas políticas e da questão agrária, resultantes em parte pelas ações das lutas pela terra e pela reforma agrária[42]. Desse modo, analisaremos a seguir as principais decisões dos encontros nacionais, quando os sem-terra avaliaram e formularam linhas políticas, bem como pensaram e planejaram os trabalhos para a construção e

42. Evidente que as mudanças de conjunturas políticas e da questão agrária são resultados de um imenso conjunto de fatores; das políticas governamentais e das ações de diversas instituições. Todavia, as ações desenvolvidas nas lutas pela terra e pela reforma agrária são fundamentais para o movimento e transformação dessas realidades.

consolidação dos setores de atividades, procurando abranger, assim, todas as dimensões da vida das famílias, nesses importantes momentos da formação do Movimento.

Nos dias 15 a 19 de dezembro de 1985, em Mogi das Cruzes (SP), o MST realizou o 2º Encontro Nacional, quando fez uma avaliação geral das lutas em desenvolvimento e do planejamento das atividades. Com relação às ocupações, observaram que as de pequeno número de famílias não estavam resultando em conquistas e que por meio dos assentamentos implantados expandiam as lutas, constituindo grupos de famílias e realizando novas ocupações. Também avaliaram como essenciais as ocupações de prédios de órgãos dos governos estaduais e federal, como forma de cobrar a responsabilidade dos mesmos para a questão da reforma agrária. Por esse processo acontecia o crescimento do Movimento, que enfrentava diversos desafios como, por exemplo: alcançar a autonomia, cumprindo assim com um dos princípios do MST. Existiam relações de dependência, porque algumas instituições que compunham as articulações de apoio e as assessorias procuravam determinar a direção política ao Movimento. Esses problemas eram críticos, principalmente onde o Movimento era emergente. Nos estados em que estava se consolidando, os embates estavam sendo superados, não havendo problemas com assessorias, fortalecendo as alianças políticas com as instituições de apoio à luta pela terra. Também, pela própria demanda, estavam envolvidos com diversas ações em demasiado. Precisavam, portanto, investir na formação política para formar novas lideranças e qualificar a luta.

Outros desafios discutidos nesse Encontro foram: a falta de clareza a respeito de um projeto político de longo prazo; a necessidade de melhorar a articulação das diferentes escalas: local, estadual e nacional e começar a definir as instâncias de representação; estruturar as secretarias nos estados; avançar nas discussões a respeito da organização do trabalho e da produção nos assentamentos. Também discutiram a crítica que recebiam, de serem uma organização paralela ao sindicalismo[43], embora os sem-terra compreendessem o MST dentro do movimento sindical. Na realidade, o conteúdo desse debate transpassara os limites da representatividade do sindicalismo. De modo que o MST começava a dimensionar os espaços de organização política dos trabalhadores rurais para além das estruturas sindicais, criando um outro espaço político para a luta dos trabalhadores sem-terra, sem todavia negar a importância dos sindicatos. De modo que, para fortalecer a luta dos trabalhadores, trabalhavam na organização dos sindicatos autênticos, apoiando os processos eletivos, contribuindo e ou criando sindicatos. Por outro lado, com relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária, os sem-terra colocavam em questão a necessidade de elaborar um projeto de reforma agrária dos trabalhadores, já que o PNRA fora completamente adulterado em sua última versão e os sem-terra não acreditavam que o mesmo seria realizado.

---

43. A respeito desse debate "paralelismo sindical", ver Ricci, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, p. 188s.

O 3º Encontro Nacional aconteceu nos dias 19 a 23 de janeiro de 1987, no campus da Universidade Metodista de Piracicaba, interior de São Paulo. Participaram em torno de duzentas pessoas, representando dezoito estados. Na avaliação geral e definição das linhas políticas, para fazer avançar o Movimento, os sem-terra discutiram os seguintes pontos: intensificar a organização dos trabalhos de base, definindo critérios para escolher coordenadores, fortificando as coordenações e direções em todos os níveis: local, estadual e nacional, qualificando a luta, rompendo com atitudes imediatistas e personalistas, que emperram a organicidade do Movimento. Nessa construção da práxis política, valorizar experiências coletivas, evitando o isolamento por meio da descentralização e do incentivo à participação. Contar com o apoio financeiro das instituições nacionais e internacionais, como as igrejas, as comunidades de base e as organizações não-governamentais, mas também buscar a autonomia econômica, fortalecendo o plano de finanças nos estados nas formas de arrecadar recursos dos assentamentos. Cuidar da segurança, já que aumentava a violência contra os sem-terra, sendo que em alguns estados as polícias e as organizações dos latifundiários: UDR e sindicatos rurais, estavam mapeando as lideranças.

Com relação ao momento pós-conquista da terra, manifestaram que os assentamentos são triunfos e trunfos, sendo referências fundamentais para animar a luta na formação de novos grupos de sem-terra. E relatavam os desafios das formas de se trabalhar a terra, necessitando construir propostas de organização das atividades para superarem as deficiências. Por essa razão, procuravam ampliar o Movimento em todas as suas dimensões, sendo fundamental estimular a participação das mulheres, das crianças e dos jovens. A respeito da implantação da autonomia do MST, continuavam enfrentando problemas. Era preciso superar as relações de dependências e construir alianças, formando articulações[44] políticas verdadeiras. Nesse sentido, propunham intensificar as relações, inclusive como forma de contribuir para o fortalecimento de toda a articulação: os sindicatos combativos, o Partido dos Trabalhadores, as pastorais e o Movimento. Definiram também, articular-se com os pequenos proprietários e assalariados rurais, com as organizações dos trabalhadores urbanos e apoiar greves por categorias e gerais, fortalecendo a Central Única dos Trabalhadores, implementando a aliança operário-camponesa. Para tanto, definiram priorizar e aprofundar os trabalhos de formação política abrangendo os acampados e os assentados.

Definiram prioridades de ação nacional para o ano em curso: realizar ocupações massivas em vários estados simultaneamente. As ocupações pequenas e localizadas

---

44. Utilizamos a noção articulação por entendermos seu significado mais apropriado para as relações entre as instituições que apoiavam e apóiam as lutas pela terra e pela reforma agrária. Articular significa reunir, juntar, ligar etc. Nesse sentido, o MST procurava as instituições para se juntarem à luta. Todavia, a direção política deve ser, por princípio, dos trabalhadores sem-terra. Desse modo, não usamos a expressão mediadores, tão utilizada pelos sociólogos, porque compreende o sentido da intervenção como árbitro na resolução das questões, enquanto, de fato, são os trabalhadores que desenvolvem as ações e as negociações determinantes para a resolução dos conflitos. A participação das instituições é fundamental mas não está além da organização dos sem-terra. Em alguns casos, foi exatamente a compreensão que "os mediadores" deveriam dirigir a luta, que impedia a superação das relações de dependência e consolidação da autonomia.

eram, cada vez mais, facilmente reprimidas, de modo que essas ações precisavam ter o número de famílias ampliado, como forma de fortalecer a resistência. Também estabeleceram como prioridade trabalhar intensivamente para arrecadar assinaturas em favor da reforma agrária na Constituinte; realizar manifestações nacionais em datas importantes, como por exemplo: 1° de maio: dia do trabalhador; 25 de julho: dia do trabalhador rural; 8 de março: dia da mulher; 7 de setembro: dia da independência etc. Em relação à autonomia, continuar os trabalhos com as articulações, buscando superar desafios por meio das experiências positivas de diversos estados. Nesse sentido, começaram a estimular e desenvolver programas de intercâmbio entre assentados e acampados dos vários estados para troca de conhecimentos e relatos das práticas adquiridas com as ações e relações na luta.

Nesse encontro foi escolhido um dos principais símbolos do MST: a bandeira. Desde 1986, os sem-terra discutiam a importância de escolherem seus símbolos como forma de representação da imagem do MST. Desde a gênese do Movimento, criaram diferentes simbologias que foram incorporadas à história da luta, identificando-os como sujeitos na luta pela terra. A cruz com as escoras e panos brancos da Encruzilhada Natalino tornou-se o principal símbolo daquela luta. Entre os símbolos, haviam as palavras de ordem que demarcam concepções da luta, tornando-se memória, representando mudanças ocorridas no processo de construção do Movimento, na formação de sua identidade. Assim, de 1979 a 1983, a palavra de ordem da luta era: *terra para quem nela trabalha.* Em 1984, no I Encontro Nacional foi *terra não se ganha, terra se conquista.* De 1985 a 1989, foram *Sem reforma agrária não há democracia*, e, *Ocupação é a única solução.* Em 1989, criaram a palavra de ordem: *Ocupar, resistir, produzir.*

Desse modo, no cotidiano da luta, nos setores, nas instâncias, foram criando os símbolos do Movimento. Durante o encontro foram apresentadas as propostas de modelos de bandeira, trazidas por representantes de vários estados. Por fim, venceu a bandeira que encontra-se reproduzida na capa deste livro.

Conforme a interpretação descrita no *Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, n° 60, fevereiro/março de 1997, p. 20, os elementos da bandeira têm os seguintes significados:

Nossa luta, nossa esperança

Seu vermelho representa a história dos companheiros que antes de nós derramaram seu sangue nessa jornada e nos passaram o compromisso de levar às gerações futuras este desafio, esta esperança.

***O casal de camponeses** dentro do mapa do Brasil nos mostra o espírito da unidade dos trabalhadores. Em todos os cantos do país, o compromisso dos homens, mulheres e jovens é o mesmo. Pela Libertação do Povo.*

O ***facão*** *é o nosso instrumento de trabalho. Com ele também cortaremos as raízes da dominação, da miséria e da injustiça. Será o dia de nossa libertação. O dia em que nossa bandeira estará encravada em todos os cantos, simbolizando nossa vitória* (grifos no original).

A bandeira se tornaria um signo conhecido nacionalmente, assim como a sigla MST. Outros símbolos, como o facão, a foice, a enxada e os frutos do trabalho tornaram-se presentes no cotidiano da luta, representando o sentido da resistência e da identidade dos sem-terra. Ademais, o poeta Pedro Tierra, presente neste encontro, escreveu o Hino à Bandeira, que reproduzimos abaixo:

Hino à Bandeira dos sem-terra

Com as mãos
De plantar e colher,
Com as mesmas mãos
De romper as cercas do mundo,

Te tecemos:

Desafiando os ventos
Sobre nossas cabeças.

Te levantamos:

Bandeira da terra,
Bandeira da luta,
Bandeira da vida,
Bandeira da Liberdade!

Sinal de terra
Conquistada!
Sinal de luta
E de esperança
Sinal de vida
Multiplicada!

Sinal de liberdade!
Aqui juramos:
Não renascerá sob tua sombra
Um mundo de opressores.

E quando a terra retornar
Aos filhos da terra,
Repousarás sobre os ombros
Dos meninos livres
Que nos sucederão.

Nesse encontro, também definiram a abertura de um concurso nos estados para a elaboração do hino do MST. Inauguravam atividades em que representavam suas práticas, vivendo a crítica como cultura, por meio da socialização pedagógica que vieram a denominar como mística. No MST, a mística[45] tornou-se um ato cultural, em que os sem-terra trabalham com diversas formas de linguagem para representarem suas lutas e esperanças. É espaço/tempo de confraternização, de aprendizagem e, portanto, de construção de conhecimento e da consciência da luta. Na criação de seus símbolos, na práxis e na mística, os sem-terra interagem e confrontam os conteúdos

45. A respeito da mística, ver: MST. Mística: uma necessidade no trabalho popular organizativo. *Cadernos de formação*, nº 27. São Paulo: MST, 1998a.

dos discursos de diferentes matrizes[46], constituindo sua identidade e autonomia[47], absorvendo saberes e elaborando seus conhecimentos. No fazer-se de seus princípios, formaram-se, gerando idéias, incorporando pessoas de diversas matrizes e origens, dimensionando e transformando realidades. Essa conformação traz em seu conteúdo o sentido do ser sem-terra. Essa consciência em que se compreendem como organização, enquanto classe.

Esses atos e deliberações representaram, no campo dos desafios, o processo de consolidação do MST na construção de seu projeto político. Representantes das instituições que compõem a articulação política de apoio à luta estiveram presentes nesse encontro: deputados petistas, eleitos também com o apoio dos sem-terra: Luci Choinaski (SC) e Alcides Modesto (BA), eleitos deputados estaduais; e Antonio Marangon (RS) e Geraldo Pastana (PA), eleitos deputados constituintes. Também participaram religiosos ligados à Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Operária e as Comunidades Eclesiais de Base. Sindicalistas ligados à CUT, dos Estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Alagoas, Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná e Maranhão debateram as perspectivas da luta pela terra em ações conjuntas com o MST. As alianças proporcionavam a construção de uma nova força política dos trabalhadores, que Lula destacou no encerramento do encontro: a questão de manter sempre as relações cotidiano/luta política, como experiências que fortalecem as organizações dos trabalhadores e que o Movimento preservara[48].

O 4º Encontro Nacional foi realizado em 1988, nos dias 25 a 29 de janeiro, no campus da Universidade Metodista de Piracicaba. Participaram representantes e convidados de dezoito estados (AL, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RO, RS, SC, SE e SP) e do Distrito Federal.

Nesse encontro, o MST defrontava-se com o acirramento dos desafios e necessitavam maior eficiência nas respostas aos problemas que se multiplicavam. Os desafios cresciam na proporção que o MST se territorializava. Os sem-terra avaliaram a conjuntura e traçaram linhas prioritárias de ação com o objetivo de superarem deficiências. Com relação às formas de luta, enfrentavam dificuldades com o crescimento do número de acampamentos e a falta de perspectiva de solução. Deliberaram por intensificar as ocupações e manifestações, ocupando prédios de órgãos estaduais e federais, e inclusive as prefeituras, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores e da Comissão Pastoral da Terra. Na formação, os desafios estavam relacionados com a qualificação dos cursos. Era necessário intensificar os conteúdos referentes aos estudos da realidade brasileira e a interação com as lutas nos estados. Nos assentamentos,

---

46. A respeito das matrizes discursivas, ver: Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 141s.

47. A respeito desse processo de construção da autonomia e da identidade do MST, ver Strapazzon, João Paulo. *E o verbo se fez terra*. Chapecó: Editora Grifos, 1997.

48. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, nº 60, fevereiro-março de 1987, p. 3.

persistiam os problemas referentes à cooperação agrícola. Propuseram rearticular as experiências de cooperação, intensificar o intercâmbio com experiências camponesas de países latino-americanos e demandar novas alternativas.

Com os representantes das organizações latino-americanas, os sem-terra debateram questões relativas à luta e à resistência na terra. As organizações representadas foram: Confederação Nacional Camponesa e Indígena do Chile, Movimento Camponês Paraguaio (MCP), Confederação das Associações Cooperativas de El Salvador (COACES) e União Nacional Camponesa de El Salvador. Os trabalhadores discutiram as histórias de formação de seus movimentos na luta pela terra e as experiências de organização de associações e cooperativas. Essas experiências seriam ampliadas nos próximos encontros, de modo que o MST passou a atuar na organização de uma articulação dos movimentos camponeses da América Latina. Ainda ocorreram debates a respeito da conjuntura da questão agrária e das ações do MST. Das discussões participaram representantes do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores e da Comissão Pastoral da Terra. Apesar das articulações nos estados para desenvolvimento da luta pela terra, os desafios referentes às relações políticas das instituições persistiam. De modo que era urgente a reflexão a respeito das alianças políticas. Se, por um lado, os sem-terra haviam consolidado formas de luta e resistência, por outro lado, em seu próprio desdobramento, enfrentavam impasses que exigiam o dimensionamento da organização.

Evidente que esses problemas não seriam resolvidos a curto prazo. Com a territorialização da luta pela terra, os sem-terra faziam emergir questões e desafios, cujas soluções estavam por ser construídas. Com a expectativa de percorrer os caminhos da superação dos impasses, procuravam debater com intelectuais da questão agrária, com lideranças dos movimentos camponeses, que foram aniquilados pela ditadura militar, e pensar profundamente sobre seus desafios como forma de construírem referenciais para trabalharem as realidades que estavam construindo. Nesse tempo, ante aos inúmeros problemas que enfrentavam, propuseram-se a construção de um Plano Nacional do MST para os próximos quatro anos, que foi apresentado no 5º Encontro Nacional, realizado no município de Sumaré, região de Campinas (SP), de 27 de fevereiro a 3 de março de 1989.

Em seu primeiro Plano Nacional[49], o MST procurou delinear quatro pontos fundamentais para pensar e fazer a sua formação. No primeiro, apresentou sua análise do desenvolvimento do capitalismo no campo, sistematizando os principais aspectos históricos, econômicos e sociais do campo brasileiro, tomando como referências as transformações recentes da agricultura. Essa leitura estava contextualizada no âmbito da luta de classes, destacando a luta pela reforma agrária como forma de acesso à terra. Todavia, no segundo ponto, enfatizavam que, pela conjuntura, a luta pela terra impulsionava a luta pela reforma agrária e as ocupações tornaram-se necessárias. No

49. MST. Plano Nacional do MST. *Caderno de formação*, nº 17. São Paulo: MST, 1989b.

terceiro ponto, a respeito dos desafios, entre outras ações, defendiam os trabalhos efetivos na construção de uma aliança entre operários e camponeses, para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores e de suas organizações. No quarto ponto, apresentaram as perspectivas para o quadriênio 1989-1993, associando o desenvolvimento das lutas com a organização interna do Movimento, definindo as instâncias e os setores de atividades.

O tema desse encontro foi *"Ocupar, resistir e produzir"*. Esta palavra de ordem, nascida na práxis do Movimento, representa a lógica de luta. O MST elaborou sua concepção de luta em que dimensionava a reciprocidade da resistência nos processos de ocupação e de produção, rompendo com a visão desagregante que separava os *sem-terra* – os que estavam participando das ocupações – dos assentados que seriam os *com terra*[50]. Essa palavra de ordem se tornaria a bandeira do Movimento para a primeira metade dos anos 90, quando enfrentou um dos períodos mais difíceis de sua história. Nesse encontro foi escolhido o *hino do MST*, que fora composto por Ademar Bogo do MST-BA.

Hino do Movimento Sem Terra

Vem, teçamos a nossa liberdade,
Braços fortes que rasgam o chão,
Sob a sombra de nossa valentia,
Desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

Refrão:

Vem, lutemos,
Punho erguido,
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria
Livre e forte,
Construída pelo poder popular.

Braço erguido ditemos nossa história,
Sufocando com força os opressores,
Hasteemos a bandeira colorida.
Despertemos essa pátria adormecida.
O amanhã pertence a nós trabalhadores.

Refrão:

Nossa força resgatada pela chama
De esperança no triunfo que virá,
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre, operária camponesa.
Nossa estrela enfim triunfará.

Desde o IV encontro, o MST promovia músicas compostas pelos sem-terra, de modo a fomentar a divulgação da cultura da luta. Com o tempo, as canções passaram a ser divulgadas em diversos espaços dos setores de atividades e das instâncias de representação. Seus conteúdos representam a resistência no cotidiano e as reflexões políticas dos sem-terra. Além da emulação interna, o MST começou a distinguir diferentes tra-

50. Essa visão estava e está presente em órgãos dos governos estaduais e deferal, como também surgia nas organizações dos assentados, como aconteceu no Estado do Rio de Janeiro.

balhos de Arte e Ciência que tomaram como referências as realidades dos sem-terra, premiando-os, bem como as instituições e personalidades que se destacaram na articulação de apoio à luta pela terra. Com essas iniciativas o MST dimensionava a sua mística, utilizando-se de linguagens das mais diversas nos espaços de socialização política, constituindo relações de respeito e de admiração mútuas, rompendo com obstáculos existentes no processo de construção de sua autonomia, ao mesmo tempo que tornava-se importante referência como organização da luta dos trabalhadores.

Nos dias 8 a 10 de maio de 1990, em Brasília, o MST realizou seu 2° Congresso, que teve como tema: Ocupar, Resistir, Produzir. Participaram cinco mil delegados de dezenove estados no maior evento promovido até então pelos sem-terra. Em cinco anos, desde o 1° Congresso, os sem-terra cumpriram com um dos seus objetivos: ser um Movimento de representação nacional. Estiveram presentes, manifestando apoio ao MST, representantes de diversas instituições e organizações populares: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Central Única dos Trabalhadores, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Reforma Agrária, União Nacional dos Estudantes, além de parlamentares do Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista, Partido Socialista Brasileiro, Partido da Social Democracia Brasileira, Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil. Também participaram representantes de organizações camponesas e indígenas de onze países: Guatemala, Peru, Equador, El Salvador, Uruguai, Cuba, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Angola.

Essa representação de setores políticos reunidos no 2° Congresso marcava o reconhecimento de uma realidade construída pelos sem-terra em um importante momento de consolidação do MST. Nesse qüinqüênio, o Movimento tornara-se uma das principais forças políticas na luta pela reforma agrária, mesmo com o fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária, e mesmo diante de um forte refluxo que os movimentos populares viviam naquela época[51]. Por meio da luta pela terra, o MST mantivera na pauta política a luta pela reforma agrária. E nesse processo de resistência, os trabalhadores procuravam dimensionar a luta, organizando a produção em formas associativas e cooperadas, bem como ampliavam as atividades de formação e escolarização. O evento teve diferentes momentos de confraternização e trabalho[52]. Tomando como referências as discussões e documentos das instâncias e dos setores, os sem-terra elaboraram as Resoluções do 2° Congresso, contendo um conjunto de reivindicações que foram entregues ao Congresso Nacional e ao governo federal.

De forma sucinta, o documento era composto das seguintes questões: a) medidas de emergência: com o crescimento do número de acampamentos por causa da não

---

51. Ver a respeito: Gohn, Maria da Glória. A crise dos movimentos populares dos anos 90. In *Movimentos sociais e Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

52. A respeito dessas atividades, ver matéria especial no número 93 do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

realização de desapropriações, milhares de famílias careciam urgentemente do atendimento básico, como alimentos, educação e assistência médica. E, para superar essa situação, reivindicavam agilidade nas negociações para a solução das áreas de conflito; b) desapropriações: haviam inúmeras áreas desapropriadas, cujos processos estavam emperrados, de modo que reivindicavam a dinamização dos trabalhos para efetivar os assentamentos; c) reforma agrária: reivindicavam a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária e um conjunto de ações para ampliar a arrecadação de áreas, como por exemplo: terras griladas, terras de grandes devedores, terras pertencentes a fazendeiros mandantes ou executores de assassinatos etc. Também requeriam a apuração dos assassinatos e torturas de trabalhadores e religiosos, bem como dos casos de trabalho escravo; d) assentamentos: defendiam que o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária fosse administrado com recursos do Banco do Brasil e de outras fontes do governo federal, e exigiam a garantia de assistência técnica e recursos para a infra-estrutura básica para os assentamentos. Com relação à titulação das terras, defendiam a criação de um sistema que não permitisse a venda, como forma de evitar uma reconcentração. Também reivindicavam a regularização das áreas de posseiros. Demandavam a construção de escolas nos assentamentos e realização de convênios com universidades para a formação de professores. E a elaboração de uma política agrícola voltada para o desenvolvimento da agricultura camponesa (*Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, abril-maio de 1990, p. 11-4).

A territorialização do MST igualmente expandiu realidades e possibilidades. A conquista da terra amplia as demandas, desdobrando os trabalhos e gerando novas necessidades. Todavia, essas novas precisões estão associadas ao desenvolvimento socioeconômico e político executado predominantemente pelas famílias sem-terra. E a participação do Estado nesse processo é fundamental, já que estão construindo comunidades, sociabilidades, cidadania. Essa é outra luta. Principalmente naquele momento, em que o governo Collor se instalava no poder e começava um tenebroso período de perseguição ao MST. Os sem-terra procuram o governo para discutir suas reivindicações, mas o presidente Collor recusou-se a recebê-los. Reuniram-se com o então ministro Antonio Cabrera e entregaram uma pauta de reivindicações. O ministro propôs que o MST e a CUT integrassem o Conselho Nacional de Política Fundiária, quando debateriam a respeito da política de reforma agrária daquele governo. Também pediu uma relação dos acampamentos do Movimento para que pudesse visitar e pediu um prazo de sessenta dias para dar uma resposta aos trabalhadores. E ainda convidou os sem-terra para participar de um seminário internacional de reforma agrária que pretendia desenvolver. Com essas medidas paliativas, o governo esquivava-se dos problemas apresentados, de modo que os sem-terra alertaram para a intensificação da questão agrária, caso o governo não apresentasse resultados concretos.

No Congresso Nacional, os sem-terra reuniram-se com o então presidente do Senado, Nelson Carneiro, com o presidente interino da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira e com o líder do governo, deputado Renan Calheiros. Entregaram a pauta de reivindicações e ouviram que o "Poder Legislativo e o governo estavam em-

penhados em viabilizar a reforma agrária". Os trabalhadores requereram dos parlamentares o apressamento, pela urgência, das votações dos projetos de lei referentes à reforma agrária. Durante as reuniões com os poderes executivo e legislativo, o MST promoveu uma passeata na Esplanada dos Ministérios, manifestando a organização dos trabalhadores e encerrando o 2º Congresso. Todas aquelas ações marcavam o processo de luta em desenvolvimento e demarcavam a passagem para uma nova fase da formação do MST. Desde o início da década de 1990, com a consolidação de sua estrutura organizativa, os setores de atividades e as instâncias de representação, formada em decorrência das necessidades sociais básicas, estabelecidas por seus valores, normas, símbolos e planos, o MST tornava-se uma forte organização no processo de formação do campesinato brasileiro.

O fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária

Esse processo de institucionalização do MST foi conseqüência de seu processo de formação e territorialização no enfrentamento com os latifundiários e com o Estado. Lutando contra o latifúndio e pela reforma agrária, os sem-terra formularam propostas e procuraram participar de políticas públicas de resoluções da questão agrária. Durante a ditadura militar (1964-1984), os trabalhadores rurais: posseiros e sem-terra, desenvolveram lutas sociopolíticas, intensificando a demanda por um projeto de reforma agrária. Todavia, a democracia da Nova República logo mostrou-se insuficiente, impedindo a participação efetiva dos trabalhadores na realização do Plano Nacional de Reforma Agrária. No fim da ditadura militar, com a derrota das diretas-já, em 1985, falecido o presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente, foi empossado o vice-presidente José Sarney. No dia 30 de abril daquele ano, foi extinto o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF) e criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Como ministro, fora indicado pela CNBB e nomeado por Tancredo Neves o advogado paraense Nelson Ribeiro. O engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, histórico defensor da reforma agrária, ocupara a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Grande parte das instituições: igrejas, partidos políticos e sindicatos, acreditavam na possibilidade da realização da reforma agrária. Em maio de 1985, um grupo composto por trabalhadores e estudiosos da questão agrária, coordenado por José Gomes da Silva, entregaram uma proposta de reforma agrária às lideranças políticas no Congresso Nacional. Iniciara um processo de adulteração da proposta, que depois de doze versões foi decretada como Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo presidente José Sarney, em 10 de outubro de 1985[53]. Acabara nesses atos a perspectiva de

53. Acerca do PNRA, ver especialmente: Silva, José Gomes da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987; Ribeiro, Nelson de F. *Caminhada e esperança da reforma agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Veiga, José Eli. *A reforma que virou suco*. Petrópolis: Vozes, 1990.

realização do plano de reforma agrária, que estava sendo assinado. Com a desfiguração que sofreu, o PNRA foi inviabilizado, iniciando um longo processo de trocas de ministros e presidentes do Incra, de modo que os ruralistas mantiveram o controle do PNRA até o seu enterro completo, em 1990, com a eleição do governo Collor. Cientes da inviabilidade do PNRA, Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva se demitiram. Começava uma longa trajetória de substituições no MIRAD e no Incra até a própria extinção desses órgãos, como demonstramos nos quadros 3.1 e 3.2.

QUADRO 3.1 –MUDANÇAS DE MINISTROS E MINISTÉRIOS RESPONSÁVEIS PELA REFORMA AGRÁRIA: 1985-1990

NOME DOS MINISTROS	NOME DOS MINISTÉRIOS	NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO
NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO	MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MIRAD	15/03/85	29/05/86
ÍRIS REZENDE MACHADO		14/02/86	28/05/86
DANTE MARTINS DE OLIVEIRA		29/05/86	02/06/87
ÍRIS REZENDE MACHADO		02/06/87	04/06/87
MARCOS DE BARROS FREIRE		04/06/87	08/09/87
ÍRIS REZENDE MACHADO		10/09/87	22/09/87
JADER FONTENELLE BARBALHO		22/09/87	29/07/88
ÍRIS REZENDE MACHADO		29/07/88	15/08/88
LEOPOLDO PACHECO BESSONE		16/08/88	15/01/89
ÍRIS REZENDE MACHADO	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	16/01/89	15/03/90

Fonte: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1999.

QUADRO 3.2 –MUDANÇAS DE PRESIDENTES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA: 1985-1990

NOME	NOMEAÇÃO		EXONERAÇÃO	
JOSÉ GOMES DA SILVA	DECRETO	10/04/85	DECRETO	21/10/85
NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO	DECRETO	21/10/85	DECRETO	29/05/86
PEDRO DO CARMO DANTAS	DECRETO	05/05/86	DECRETO	29/05/86
GUILHERME FREDERICO MOURA MÜLLER	DECRETO	03/06/86	DECRETO	27/06/86
RUBENS ILGENFRITZ DA SILVA	DECRETO	27/06/86	DECRETO	11/06/87
JOSÉ EDUARDO VIEIRA RADUAN	DECRETO	11/06/87	DECRETO	10/09/87
AIRTON LUIZ EMPINOTTI	PORTARIA	14/09/87	PORTARIA	24/09/87
ÍRIS REZENDE MACHADO	DECRETO	19/05/89	DECRETO	19/07/89
MÁRIO LUIZ PEGORARO	DECRETO	19/07/89	DECRETO	16/05/90

Fonte: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1999.

Observe-se o *ministro curinga* Íris Rezende Machado, que acompanha todo o processo de substituições até se estabelecer como ministro da agricultura com a extinção do MIRAD, em 15 de janeiro de 1989. Quatro meses depois, o governo restabeleceu o Incra, que havia sido extinto em outubro de 1987, durante o processo constituinte, pelos ruralistas que criaram o Inter (Instituto Jurídico das Terras Rurais). Mas o ataque dos ruralistas não se limitou ao controle político dos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Também se articularam fortemente durante a Assembléia Nacional Constituinte, impondo um enorme retrocesso ao Estatuto da Terra e liquidando

com a possibilidade de realização da reforma agrária[54]. Em 1989, no final do governo Sarney, haviam sido assentadas 84.852 famílias, das 1,4 milhão de famílias, o que significa apenas 6% do Plano Nacional de Reforma Agrária. E esse número foi muito mais resultado das ocupações de terra do que de ações do governo. Essas conquistas também foram resultado do sangue derramado na luta. Nesses cinco anos, foram assassinados 585 pessoas, uma média de cento e dezessete assassinatos por ano. Assim, esse primeiro período da *"democracia"* da Nova República mostrou-se ainda mais violento que os vinte anos de ditadura militar, quando foram assassinadas 884 pessoas.

É preciso muito cuidado ao se fazer uma análise dos anos oitenta, no que se refere às lutas pela terra e pela reforma agrária. Mesmo ante a um intenso processo de exclusão e violência, os camponeses sem-terra conquistaram não só a terra, por meio das ocupações, mas também construíram as bases estruturais do que viria a ser, na década de 1990, uma das mais importantes organizações dos trabalhadores: o MST. Desse modo não cabe aos sem-terra a alusão de que a década de 1980 foi uma *década perdida*. Ao contrário, por meio de suas lutas mantiveram a reforma agrária na pauta política. Essa questão ocupou espaços no campo e na cidade, espacializando a luta pela terra. As conquistas dos sem-terra foram frutos das lutas plantadas no campo com as ocupações, e só dessa forma obtiveram vitórias nas negociações na cidade. Os acampamentos nas beiras das estradas só foram superados com as ocupações de terra. Foram com essas ações que os sem-terra fizeram avançar a luta e sua organização, construindo realidades e desdobrando-as. Desse modo, não é possível entender essa realidade que não seja pela compreensão do que significa ocupar, resistir e produzir.

---

54. A respeito da reforma agrária na constituinte, ver: Silva, José Gomes. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

CAPÍTULO 4

TERRITORIALIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MST 1990-1999

A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O 2º Congresso, em 1990, aconteceu em meio ao processo de institucionalização do MST. Naquele momento, o Movimento havia fincado as raízes de sua estrutura organizativa: as instâncias de representação e as formas de organização das atividades. Ao consolidar a sua estrutura, estabelecendo-a e ampliando-a, o MST intensificou a resistência do campesinato sem-terra. No período 1985-1990, o MST se territorializou, deixou de ser o Movimento dos cinco estados do Sul, e se tornou um Movimento mais amplo, de caráter nacional. De 1990 a 1999, não ocorreram mudanças substanciais em sua estrutura. As modificações sucedidas foram a respeito da expansão das atividades e das representações. Nessa década, o MST enfrentou novos desafios no desenvolvimento da sua territorialização e da sua formação.

Conforme analisamos no capítulo 3, em 1990, o MST estava organizado em dezoito estados. Na década de 1990, os sem-terra prosseguiram as lutas nos respectivos estados e territorializaram o Movimento para os Estados do Pará, Mato Grosso e Distrito Federal e em torno, que analisamos neste capítulo. Em 1993, o MST se reorganizou no Rio de Janeiro e, desde 1997/1998, iniciou sua organização no Estado de Tocantins e desenvolveu as primeiras ações no Estado do Amazonas, organizando-se em vinte e três unidades da federação. Assim, nesses estados, continuou o processo de territorialização para diversas microrregiões, de modo que, por meio das ocupações e negociações, o Movimento foi conquistando novos assentamentos. Em 1990, o MST fez sua primeira ocupação no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo. Com a territorialização da luta pela terra na região, esta tornou-se uma das principais áreas de conflitos por terra do país. Enfrentando grileiros e lutando contra o processo de judiciarização da luta pela terra[1], os sem-terra conquistaram dezenas de assentamentos, desentranhando um dos maiores grilos de terras devolutas do Estado[2].

---

1. A respeito do processo de judiciarização, ver Fernandes, 1997b; Moreyra, 1998.

2. A respeito da territorialização do MST no Pontal do Paranapanema, ver Fernandes, 1996a.

Em Minas Gerais, o MST conquistou um latifúndio histórico. Em agosto de 1994, em Governador Valadares, duzentas e noventa famílias ocuparam o latifúndio conhecido como fazenda do Ministério. Essa propriedade seria desapropriada em 1964, quando aconteceu o golpe militar[3]. O assentamento foi implantado em 1997 e batizado de Oziel Alves Pereira, em homenagem a uma liderança do Movimento, assassinada no massacre de Eldorado dos Carajás. Também o latifúndio Giacometti, localizado em Nova Laranjeiras, no Paraná (que fora ocupado em 1980[4]), foi ocupado, em abril de 1996, por três mil famílias, onde foi implantado, em 1997, o assentamento Ireno Alves[5]. Dessa forma, o MST intensificou a luta pela terra, de modo que na década de 1990 cresceram tanto o número de ocupações quanto o número de assentamentos, em todas as regiões. Esse processo foi resultado das ações do MST, em parte, e de outros movimentos sociais que surgiram a partir de 1994. À intensificação da luta pela terra o governo federal respondeu com uma política de assentamentos rurais.

Nessa década, também iniciara o pior momento da vida do MST: foram os dois anos e meio do governo Collor (15-03-1990 a 02-10-1992). Nesse tempo, ocorreu uma escalada de repressão contra o Movimento, de modo que, considerando a palavra de ordem *ocupar, resistir, produzir,* o *resistir* foi mais intensificado. As ocupações eram rechaçadas pela polícia, de modo que em 1990 diminuíram significativamente os números de ocupações e de famílias na luta pela terra. Conforme Stedile:

> *"O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é um agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal" (Stedile e Fernandes, 1999, p. 69).*

Foi quando o Movimento voltou-se para dentro, preocupando-se com a organicidade e com a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados e com a fundação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab, em maio de 1992. Também nessa época, o MST articulou a luta pela terra com outras lutas da classe trabalhadora, participando de jornadas nacionais conjuntas. Em janeiro de 1992, a FAO (Food and Agriculture Organization), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, apresentava a primeira versão de uma pesquisa na-

3. Ver capítulo 1: Minas Gerais.

4. Ver capítulo 2: Paraná.

5. Ireno Alves era uma liderança do MST, que faleceu em acidente de carro.

cional a respeito dos indicadores socioeconômicos dos assentamentos rurais[6]. Este relatório apresentava as seguintes conclusões:

"O assentamento de populações rurais de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo Incra revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo.

Apesar das limitações dos assentamentos em termos de infra-estrutura social e econômica a pesquisa mostrou que os beneficiários da distribuição de terras geraram em média uma renda anual por família equivalente a 3,70 salários mínimos por família, valor este superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo.

Também verificou-se que a geração de renda nos assentamentos, embora aconteça de forma concentrada, colabora no sentido de melhorar o perfil da distribuição de renda geral" (FAO/PNUD/MARA, 1992, p. 100).

Assim, ocupando a terra e construindo suas existências, os sem-terra lutaram e ajudaram a derrubar o governo Collor. Continuou seu processo de formação e territorialização superando velhos desafios e defrontando-se com novos desafios que surgem no desenvolvimento da luta. Desse modo, o MST construiu uma estrutura organizativa ampla e necessária para um movimento camponês que precisa enfrentar as questões do nosso tempo. Dessa forma, por meio da ocupação de terra, o MST contribuiu para construção de um novo mapa das ocupações de terras e dos assentamentos rurais, frutos da luta e da resistência camponesa.

Pará

No ano de 1989, o MST começou seu processo de territorialização no Estado do Pará. Espacializando a luta pela terra, os primeiros trabalhos foram feitos por sem-terra vindos dos Estados de Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco. É importante lembrar que no Primeiro Encontro Nacional, em Cascavel, janeiro de 1984, e no 1º Congresso, em Curitiba, janeiro de 1985, grupos de trabalhadores rurais paraenses participaram desses eventos, na perspectiva de criarem o Movimento no Pará e intensificarem a resistência camponesa. Desse modo, alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vinculados à CUT e os trabalhos da CPT foram as principais referências que os sem-terra tiveram no início da articulação de apoio à construção do MST-PA. No dia 10 de janeiro de 1990, o MST fez sua primeira ocupação no Pará, que ocorreu no município de Conceição do Araguaia, no Sudeste Paraense, quando em torno de cem famílias ocuparam uma área da fazenda Ingá. Outra parte desse latifúndio de 15.000 ha estava ocupada por posseiros, que vinham enfrentando jagunços e resistindo na terra. Inicia-

6. FAO/PNUD/MARA. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária.* Brasília, 1992.

vam, assim, as ações do MST no Pará: sem-terra lutando junto com posseiros em um dos estados de maior violência contra os trabalhadores rurais.

Desde a década de 1960, com a construção da Belém-Brasília, e na década de 1970, com a Transamazônica, intensificou-se o movimento migratório das famílias camponesas, especialmente do Nordeste, como do Sul e do Sudeste que vinham em busca da terra livre. Compreendida, conforme Martins: como um:

> *"direito que, embora revogado pelo governo, em 1850, permaneceu inscrito nas concepções e na* ***experiência*** *de muitos trabalhadores, congruente, aliás, com o tipo de agricultura que praticam. E mais:* ***um direito de que os trabalhadores se apropriaram*** *em algum momento da história social do país... Exatamente por tudo isso, os trabalhadores rurais entram em conflito, hoje, com o direito dominante, que conclama a propriedade absoluta da terra, reunindo num direito único a posse e o domínio"* (Martins, 1991, 68. Grifos no original).

No processo de territorialização do capital, as terras indígenas e as terras de posseiros foram sendo apropriadas por grandes empresas como por exemplo: Volkswagen, Bradesco, Banco Econômico, Bamerindus, Lunardelli etc., inclusive com subsídios governamentais (Hébette, 1991, p. 7; Oliveira, 1987, p. 69; Oliveira, 1997, p. 125; Coelho, 1997, p. 501). Dessa forma, os latifúndios e as grandes propriedades fechavam o cerco aos povos indígenas e aos camponeses, aumentando os conflitos por terra na Amazônia. Somente no Pará, no período da ditadura militar, foram assassinadas 214 pessoas (MST, 1986b). No período da Nova República, a violência contra os posseiros, peões, religiosos, sem-terra e sindicalistas aumentou. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, no Pará, foram assassinadas 389 pessoas no período 1985-1998. Sendo que, dos treze julgamentos ocorridos, dez executores foram condenados e três absolvidos (CPT, 1999). São muitas as referências a respeito da violência e da impunidade na luta pela terra no Pará[7]. Foi nesse processo de resistência dos posseiros e de enfrentamento com os latifundiários que o MST veio participar da luta no estado.

Em janeiro de 1992, posseiros e sem-terra comemoravam a implantação do assentamento Ingá. Depois de dois anos de luta e resistência dos posseiros e dos sem-terra, o MST conquistara seu primeiro assentamento. Ainda em 1990, no mês de julho, 150 famílias organizadas no Movimento ocuparam a fazenda Canarana, também no município de Conceição do Araguaia, resistiram e a conquistaram em 1993. No final de 1990 e início de 1991, os sem-terra com o apoio da CPT intensificaram os trabalhos de base na microrregião de Marabá. Depois de sete meses de reuniões nas comunidades, mobilizaram em torno de três mil famílias, e decidiram organizar uma ocu-

---

7. Além dos citados, destacamos também, entre outros, os trabalhos: Kotscho, 1982 e 1984; Oliveira, 1988; Pinto, 1980; Emmi, 1987; Figueira, 1986 e 1992; Oliveira Filho, 1991; Leroy, 1991.

pação massiva. Nesse tempo, as lideranças foram seguidas pela Polícia Federal e o telefone da secretaria do MST foi grampeado. Em meados de junho de 1991, as polícias Civil, Militar e Federal fecharam todas as saídas da cidade de Marabá para impedir a ação dos sem-terra. No dia 17, cercaram a quadra onde estava localizada a secretaria e prenderam 7 lideranças, acusando-as de serem *guerrilheiros* e de promoverem *invasões* de terras *em série* na região.

A prisão das lideranças do MST acontecia no cenário do poder, da violência e da impunidade dos latifundiários, das milícias armadas e das polícias. Também era mais uma investida do governo Collor, que designou e enviou um delegado da Polícia Federal, de Brasília, para comandar a operação contra o MST. A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos protestou contra a prisão arbitrária e se empenhou para libertar os sem-terra. Todavia, ainda ficaram presos por noventa dias. Com essa perseguição política contra os sem-terra, os latifundiários tentavam destruir o MST-PA, mas o que conseguiram foi a desmobilização das atividades realizadas na microrregião de Marabá. Ainda no final de 1991, os trabalhos de base foram retomados para a reorganização dos grupos de famílias. Em maio de 1992, os sem-terra participaram de uma jornada de lutas com os sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT, entregando reivindicações ao Incra e ao governo estadual para a desapropriação de áreas ocupadas por posseiros e sem-terra. No dia 16 de julho, um ano e um mês depois das prisões, quinhentas e quarenta e oito famílias sem-terra ocuparam a fazenda Rio Branco, no município de Parauapebas, latifúndio de 22.000 ha, pertencente aos Lunardelli[8].

A desocupação da fazenda Rio Branco foi imediata. A ação de despejo aconteceu no decorrer da ocupação; enquanto algumas famílias ainda chegavam para ocupar, outras já estavam sendo despejadas. A polícia agiu rapidamente e com o apoio dos jagunços da fazenda apreenderam as ferramentas dos trabalhadores. Nas lições das experiências de luta e resistência, os sem-terra foram aprendendo, nas ocupações, a preverem possíveis desdobramentos da reação dos latifundiários e do Estado. De modo que é preciso ter sempre uma segunda opção para se deslocar na ocorrência do despejo. Nesse caso, montaram acampamento defronte à prefeitura e negociaram a cessão de transporte, de maneira que pudessem transferir o acampamento para a sede do Incra em Marabá. Esse acampamento durou cinco meses, tempo em que os sem-terra fizeram uma série de manifestações e negociações, viajando a Belém e a Brasília, na tentativa de mudar a conjuntura. O MST reivindicava a vistoria da Rio Branco que fora acordada nas negociações com o Incra, mas que não se efetivava. Em dezembro, as famílias reocuparam a fazenda e o Incra acabou comprando 12.000 ha do latifúndio.

Com mais essa conquista, os sem-terra trabalhavam na consolidação do MST, formando os setores de atividades para discutirem a organização da educação e da

---

8. Os Lunardelli possuem *"uma imensidão de terra pelo país afora"* (Graziano Neto, 1996, p. 21). Em São Paulo e no Paraná, nas décadas de quarenta e cinqüenta, o patriarca dessa tradicional família foi considerado o rei do café (Coelho, 1997, p. 514). Nas décadas de oitenta e noventa também eram latifundiários no Pará.

produção nos assentamentos[9]. Desse modo, dimensionavam a luta e começaram as negociações com as secretarias de educação dos municípios onde estavam estabelecidos, para a implantação das escolas de ensino fundamental. Da mesma forma, negociavam com o Incra a liberação dos recursos do Programa Espacial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) para os assentados. Também fundaram a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Rio Branco. Ainda tiveram que fazer várias manifestações e ocuparam a prefeitura de Parauapebas para que fossem construídos os prédios das escolas e do posto de saúde no assentamento. No entretanto dessa luta, o MST organizou vários grupos de famílias e no dia 26 de julho de 1994 duas mil e quinhentas famílias ocuparam uma área denominada Cinturão Verde, parte de uma concessão de 411.946 ha – autorizada pelo Senado Federal em 1986 (Almeida, 1994, p. 108) – para a Companhia Vale do Rio Doce.

Três dias depois da ocupação, as famílias foram despejadas e, novamente, transferiram o acampamento para a prefeitura de Parauapebas, que liberou ônibus e caminhões para transportar as famílias até a sede do Incra em Marabá. Todavia, dessa vez, a polícia cercou a sede do Instituto impedindo a ocupação. Os trabalhadores negociaram com o superintendente o estabelecimento do acampamento das famílias nas dependências do Incra. Os sem-terra ficaram acampados em Marabá durante cinco meses, negociando com os governos estadual e federal, sem que apresentassem soluções para a situação. Durante o tempo de acampamento, ocorreram prisões e as famílias fizeram várias manifestações na cidade de Marabá como forma de pressionar o Estado para a efetivação de projeto de assentamento. Foram a Belém para uma audiência com o governador Almir Gabriel, que assumiu o compromisso de assentar as famílias e não tratar a questão como caso de polícia. Sem resultados concretos, as famílias retornaram para Parauapebas e fizeram uma manifestação defronte a entrada da Companhia Vale do Rio Doce. Negociaram uma área da prefeitura para o acampamento das famílias, onde permaneceram até maio de 1995, quando ocuparam mais uma parte da fazenda Rio Branco.

A segunda ocupação da Rio Branco aconteceu no dia 15 de maio. Durante cinco meses, as famílias resistiram na área sob a ameaça constante de pistoleiros. Decidiram organizar uma marcha de 700 km até Belém para cobrar do governador a promessa de assentar as famílias. No dia 18 de outubro iniciaram a marcha e conseguiram uma reunião com o Incra e com o governo estadual, que propuseram vistoriar a Rio Branco, desde que a marcha fosse cancelada. Os sem-terra não aceitaram a proposta, reivindicavam o assentamento imediato. A vistoria, tão-somente, não era garantia de solução. Os laudos técnicos das vistorias eram muito mais uma armadilha na negociação política, já que na maior parte das vezes os resultados eram favoráveis aos latifundiários, como foi o caso da Rio Branco:

---

9. É importante destacar que as lutas da década de noventa diferenciam-se das da década de oitenta por trazerem as experiências de organização da ocupação e do assentamento construídas no processo de formação e territorialização do MST.

> *"Com 22.000 ha de área total, a fazenda Rio Branco era coberta de pastagens, razoavelmente produtivas (sic), criando um gado de boa qualidade. Seu laudo de avaliação mostrou ser uma fazenda produtiva, impossível de ser desapropriada para fins de reforma agrária. Embora não fosse uma propriedade exemplar, mantinha a reserva florestal obrigatória, correspondente a 50% da área, e não tinha história de conflitos com os seus empregados. Mas foi escolhida para ser invadida"* (Graziano, 1996, p. 21-2).

Dessa forma, a proposta do Incra e do governo estadual não apresentava solução para resolver os problemas das famílias em marcha. Assim, continuaram até Eldorado dos Carajás, e foram convidados para uma negociação em Brasília, quando foram informados que o Incra compraria mais 3.383 ha da Rio Branco para a implantação do assentamento. Depois de quinze meses de luta e resistência, aquelas famílias conquistavam o direito à terra, que denominaram de assentamento Palmares, em homenagem a Zumbi e à resistência.

Essa luta era parte da territorialização do MST-PA. Esse processo iniciara com as ocupações e conquistas das fazendas Ingá e Canarana, em Conceição do Araguaia, e o assentamento Rio Branco em Parauapebas. No movimento desse processo, o MST continuou o trabalho de base para formar novos grupos de famílias e organizar outra ocupação. Tinham em vista um latifúndio de 42.000 ha, denominado fazenda Macaxeira, no município de Eldorado dos Carajás. Muitas das famílias que participavam dos trabalhos de base foram posseiras nas terras da Macaxeira. A constituição desse latifúndio aconteceu por meio da violência e da impunidade. Essa história permanecia na memória dos expropriados. Segundo Graziano Neto, 1996, p. 28: *"O problema residia no seu antigo dono, um político de Parauapebas. Diziam que no passado ele havia barbarizado as pessoas, ameaçado posseiros, brigando com os trabalhadores. Constava que havia conseguido aquelas terras pela força"*. No dia 5 de novembro de 1995, em Curionópolis[10], o então presidente do Incra, Francisco Graziano Neto, viera para um ato público de entrega dos lotes do assentamento Palmares. Para recepcioná-lo, além dos assentados, estavam mil e quinhentas famílias que reivindicavam a desapropriação da Macaxeira. Francisco Graziano relata esse momento:

> *"Quando chegamos em Curionópolis, fomos encaminhados para um terreno ao lado da rodovia federal. Havia lá uma grande aglomeração de gente. O circo, porém, era inesperado. Ao invés de agradecer pelo assentamento nas terras da fazenda Rio Branco, o MST queria reclamar a desapropriação de outra fazenda, chamada Macaxeira, que ficava perto dali...*

---

10. O nome desse município tem como referência o major Curió, que teve uma atuação política intensa no garimpo de Serra Pelada, no final da década de 70 (ver Kotscho, 1984). Também tentou desmobilizar o acampamento da Encruzilhada Natalino, em 1981, no município de Ronda Alta (RS). Ver capítulo 2: Em terra de quero-quero, curió não canta.

Não é fácil. Ainda tentei invocar o testemunho do Fusquinha, o representante dos 'sem-terra' que liderou o grupo que foi a Brasília negociar o fim daquele acampamento. Eles tinham se comprometido, publicamente, a não mais invadir terras na região, desde que fossem assentados na fazenda Rio Branco. Afinal, após tantos anos de sofrimento, acampados, vivendo na intempérie, receberiam a terra prometida" (Graziano Neto, 1996, p. 23-4, aspas do autor).

Há que se fazer algumas observações a respeito dessas questões colocadas por Francisco Graziano, que precisam ser remetidas à sua tese de doutorado. Essa tese foi publicada e foi prefaciada por Fernando Henrique Cardoso, onde escreveu:

"O que o livro nos mostra é a história de uma ilusão. Ou melhor, de muitas ilusões: nem há no Brasil tanta terra agriculturável e disponível como se imagina, nem o latifúndio improdutivo continua a ser a base da produção e mesmo da estrutura da propriedade agrícola brasileira, nem existem tantos 'sem-terra' ávidos pela posse da terra, como se imagina" (Cardoso, 1991, p. 10. Aspas do autor).

A existência de latifúndios e de sem-terra nunca foi ilusão, tampouco imaginação. Nem ontem, nem hoje. São cinco séculos de lutas contra o latifúndio, analisados por diversos cientistas, de várias áreas das Ciências Humanas, como demonstramos no primeiro capítulo desta tese, e para as quais procuramos contribuir com este estudo a respeito da formação e territorialização do MST. Com relação à tese de Graziano Neto, temos as seguintes considerações. Primeiro, com relação aos latifúndios, tendo como base a análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o autor chega à seguinte conclusão:

"Conforme procuramos mostrar..., a predominância dos latifúndios na agricultura brasileira deve-se mais ao equívoco das estatísticas do que à realidade dos fatos. Em decorrência, a elevada e crescente ociosidade da terra no país também não corresponde à verdade. Isto significa que a ideologia antilatifundiária, a qual nos acostumamos a raciocinar, merece ser substituída por visão mais moderna e coerente da realidade agrária" (Graziano Neto, 1989, p. 74).

Segundo, com relação ao público da reforma agrária, Francisco Graziano escreve:

"Estima o PNRA que os ***beneficiários potenciais*** *da reforma agrária, formados por trabalhadores 'sem-terra', posseiros, arrendatários, parceiros, parte dos assalariados rurais e minifundiários, somariam um contingente de 6 a 7 milhões de famílias...*

A compreensão do porquê desses números não é fácil através da leitura do Plano. Não há indicativos seguros sobre os critérios utilizados para as estimativas dos chamados beneficiários potenciais da reforma agrária" (Graziano Neto, 1989, p. 84, grifos e aspas do autor).

Em síntese, Francisco Graziano contesta a existência e o interesse de um público tão amplo na realização de um programa de reforma agrária. Por outro lado, o autor não vê os latifúndios, mas sim "empresas modernas". Enfim, a sua tese expressa, entre outros, o seguinte ponto: que o assentamento dessa população, principalmente da maior parte dos assalariados rurais, traria um *colapso no sistema alimentar*. E segundo Graziano Neto: *"Esse raciocínio não é forçado, desde que se considere a existência de uma agricultura industrializada e não latifundiária"* (Graziano, 1989, p. 114). Evidente que com essa compressão da questão agrária, a luta dos sem-terra é um estorvo para a "modernização" da agricultura. Mais ainda, o autor defende que o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo incorpora grande parte dos sem-terra por meio do assalariamento, *promovendo o desenvolvimento rural* (Graziano Neto, 1989, p. 115). Desse ponto de vista, soluciona-se o problema com a oferta de empregos aos assalariados e com integração da agricultura familiar à agroindústria e, quando necessário, com uma política de assentamentos rurais para solucionar os casos mais críticos de conflitos. O equívoco dessa tese comparece, em parte, em trabalho mais recente do autor:

> *"Pouco emprego. E uma riqueza concentrada nas mãos dos grandes fazendeiros, geralmente homens do Sudeste e Sul do país. Enormes fazendas, mas nada de latifúndio. Trata-se de empresas produtivas, com pastos plantados, criando gado de excelente qualidade. Sua opulência, entretanto, é um acinte à pobreza regional. Perdem-se de vista as divisas dessas terras, milhares de alqueires cada uma, muitas delas griladas por jagunços a mando de proprietários* (sic). *O gado recebendo maior atenção que as pessoas"* (Graziano Neto, 1996, p. 26).

Essa leitura que Graziano Neto faz da questão agrária revela incoerência no tratamento do problema. Embora afirme que as enormes fazendas não são latifúndios, reconhece a grande dimensão dessas terras e o processo de grilagem, tão comum na Amazônia (como em todo o país). Ele "ignora" os interesses desses latifundiários, tentando rotulá-los de "empresários modernos", que disseminam a violência contra os posseiros, os sem-terra e os índios. A impunidade e a arbitrariedade que fazem, da mesma forma, com que os trabalhadores sejam escorraçados e muitas vezes submetidos ao trabalho escravo. Embora reconheça a existência de terras griladas e a miséria da população, associada à não realização da reforma agrária, quer que o MST não continue com as ocupações, desconsidera essa importante forma de acesso à terra, que tem garantido a existência dessa população. Dessa forma, os sem-terra não esperam: fazem, reivindicam, resistem e ocupam terras e espaços políticos fundamentais

para romper com essa presunção a respeito do problema agrário. Essa questão não é linear, nem técnica. Existem vários caminhos possíveis para buscar soluções, todavia os que mais deram resultados aos sem-terra foram a ocupação e a pressão política. Não tratar profundamente essas questões impede soluções possíveis aos conflitos.

Evidente que, do ponto de vista de Graziano Neto, os latifundiários aparecem no cenário da questão agrária como "os mocinhos" e os sem-terra como "os bandidos". Assim, a leitura que o autor faz do problema chega a ser grotesca:

> *"Contando com a compreensão dos proprietários, moços jovens, em alguns dias de negociação, resolvemos uma pendência que se arrastava há tanto tempo, configurando o maior conflito agrário da Amazônia. Ficava claro que o diálogo, o convencimento, a franqueza da negociação numa mesa aberta, era o melhor caminho para resolver os conflitos agrários do país.*
>
> *A alegria dos trabalhadores foi tamanha, que me convidaram para estar presente no ato de entrega daquelas terras. Queriam fazer uma festa. Marcaram a data e lá fomos nós ao Pará, satisfeitos com a solução do conflito, querendo simbolizar a vontade do governo federal de equacionar rapidamente (sic) a situação dos acampamentos de 'sem-terra', que somavam 140 situações pelo país a fora"* (Graziano Neto, 1996, p. 23).

Nos parâmetros da tese de Graziano Neto, os latifúndios são comprados, os latifundiários são compreensivos porque aceitam negociar e, por tudo isso, os sem-terra devem ficar felizes e não fazer mais ocupações, já que não há terras ociosas e nem há tantos sem-terra interessados para serem assentados. Mais um equívoco de Graziano, constatado ao chegar em Curionópolis e encontrar mais mil e quinhentas famílias exigindo a desapropriação da Macaxeira. A realidade encontrada não era o que ele esperava e contrariava a sua tese:

> *"Senti aquilo como uma verdadeira traição. Minha reação foi imediata. Chamei a liderança do movimento e ameacei: 'Se invadirem a Macaxeira, não recebem a Rio Branco'. E, contemporizando, me comprometi a mandar realizar uma vistoria técnica na nova área, pra ver se era produtiva ou não. A lei tinha que ser cumprida"* (Graziano Neto, 1996, p. 24-5).

Francisco Graziano não tinha outra opção, a não ser mandar fazer a vistoria. Como os sem-terra não tinham outra opção, a não ser ocupar a terra. A falta de opções está diretamente relacionada com a inexistência da reforma agrária.

Durante cinco meses, de 5 de novembro de 1995 até 8 de março de 1996, em torno de mil e quatrocentas famílias montaram acampamento no Centro de Orientação e Formação Agropastoril de Curionópolis, aguardando o resultado da vistoria da Macaxeira. No laudo de avaliação "técnica", o latifúndio foi classificado como produtivo.

Os sem-terra ocuparam a Macaxeira e organizaram a resistência contra os jagunços e a polícia. Iniciaram o processo de negociação com o Incra que propôs assentá-los em um projeto de assentamento de 150.000 ha, na região de Tucuruí. Os sem-terra não concordaram. Muitas famílias haviam enfrentado problemas com malária naquela região. Não aceitaram o desterro, o objetivo das famílias era o latifúndio Macaxeira. Há tempos, a Macaxeira havia sido dividida em treze fazendas (essa é uma estratégia muito utilizada pelos latifundiários para evitarem a desapropriação), de modo que os sem-terra iniciaram as pressões para tentarem mudar a conjuntura. No dia 10 de abril de 1996, em torno de duas mil pessoas iniciaram nova marcha para Belém.

No dia 16 de abril de 1996, quando chegaram na "curva do S", em Eldorado dos Carajás, os sem-terra decidiram bloquear a rodovia PA 150, como forma de pressionar o governo para a negociação e exigir comida. Com o bloqueio, o governador enviou um comandante da Polícia Militar de Parauapebas para negociar. Ficou acordado que, se a rodovia fosse liberada, o governo enviaria alimentos e 50 ônibus para que os sem-terra fossem até Marabá, onde haveria negociações com o superintendente do Incra. Às onze horas do dia 17 de abril, foram informados pelo comandante que o acordo não seria cumprido. Os sem-terra decidem bloquear a rodovia novamente. Às 16 horas chegaram dois batalhões da Polícia Militar: um vindo de Marabá e o outro de Parauapebas. E não vieram para negociar. Chegaram atirando e jogando bombas de gás lacrimogêneo. Os sem-terra tentaram reagir com pedras e paus e com as poucas armas que tinham. Aconteceu o massacre. Segundo os dados oficiais: foram dezenove sem-terra mortos. A repercussão desse fato foi internacional. Era o segundo massacre no governo Fernando Henrique Cardoso. O primeiro foi em Corumbiara, Rondônia, em 9 de agosto de 1995, quando quinhentas e quatorze famílias, organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara, ocuparam a fazenda Santa Elina. Durante o despejo violento, dez sem-terra e dois policiais foram mortos.

No dia 2 de maio de 1996, doze membros da Coordenação Nacional do MST reuniram-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. Por causa do massacre, o presidente havia criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 30 de abril de 1996, e demitiu o ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira, que tinha sob seu comando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O MST apresentou ao presidente alguns pontos fundamentais para a realização da reforma agrária, responsabilizou o governador Almir Gabriel e o ministro da Justiça pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, exigiu a prisão preventiva dos policiais que participaram do episódio e reivindicava a desapropriação imediata do latifúndio Macaxeiras.

Os sem-terra enterraram seus mortos e retornaram para a Macaxeira. Metade das famílias se dispersou. Em 1997, com nova vistoria, algumas áreas da Macaxeira foram classificadas como improdutivas e parte do latifúndio foi desapropriada, onde foram assentadas seiscentas e noventa famílias em 18.089 ha. O assentamento foi batizado de 17 de Abril. O arquiteto Oscar Niemeyer projetou um monumento que chamou de Eldorado Memória. No dia 7 de setembro, o monumento foi inaugurado em

Marabá. Duas semanas depois, com constantes ameaças de destruição pelos latifundiários, o monumento foi derrubado a golpes de picareta. No assentamento provisório as famílias começaram a plantar suas primeiras roças e a constituir os setores de atividade do Movimento. Inauguraram suas escolas e os cursos de alfabetização de jovens e adultos. Nesse tempo, o MST inaugurou a Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul e Sudeste do Pará. Participando desse processo de consolidação do MST-PA, as famílias do assentamento 17 de Abril reconstruíam suas vidas. Continuaram os trabalhos de base para organizar novos grupos de famílias. Afinal, existem muitos sem-terra e muito latifúndio para ocupar.

De 10 a 17 de abril de 1997, em vários países aconteceram exposições de fotos de Sebastião Salgado, intituladas TERRA, com texto de José Saramago e um disco compacto com músicas compostas e interpretadas por Chico Buarque. A primeira exposição aconteceu em Bruxelas, na Bélgica, quando o MST recebeu o Prêmio Internacional Rei Balduíno para o Desenvolvimento. As exposições foram espaços, onde o MST divulgou a luta pela terra e pela reforma agrária, denunciou a violência e a impunidade, realizando várias manifestações e instituindo o dia 17 de abril como o Dia Internacional de Luta Camponesa.

No Pará, o MST continuou a luta e a resistência camponesa enfrentando os latifundiários e a impunidade. No dia 14 de março de 1998, em torno de quinhentas famílias ocuparam a fazenda Goiás II, em Parauapebas. Tentaram resistir, mas ante as ameaças constantes dos pistoleiros da fazenda resolveram desocupar a fazenda. No dia 26 de março, transferiram o acampamento para uma área próxima ao assentamento Carajás e, durante a mudança, foram emboscados pelos pistoleiros. No ataque, nove sem-terra ficaram feridos e duas lideranças foram mortas: Onalício Araújo Barros, conhecido como Fusquinha, e Valentim Serra. Em agosto de 1999, em Belém, aconteceu o primeiro julgamento e os comandantes da operação que resultou no massacre de Eldorado dos Carajás foram absolvidos. O julgamento foi interrompido. Até o momento, a violência e a impunidade dos assassinos de trabalhadores são uma realidade.

Por outro lado, os latifundiários-empresários fazem negócios com os conflitos. Como é o caso da fazenda Vale do Rio Cristalino. Esse latifúndio de 139.392 ha foi propriedade da Volkswagem, que em 1973 recebeu em investimentos U$ 25 milhões, sendo que da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia veio a maior parte. Segundo Martins, 1984, p. 79:

> *"Faz aproximadamente três meses que vários jornais do país publicaram uma denúncia de trabalhadores rurais, peões, firmada perante testemunhas idôneas em Cartório de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, de que havia cerca de 600 escravos trabalhando na fazenda Vale do Rio Cristalino, de propriedade da Volkswagem, no sul do Pará. Esses trabalhadores haviam conseguido fugir... A grande empresa alemã desenvolve na Amazônia criação de gado, com enormes subsídios do governo brasileiro, que ultrapassam mais da metade de seu capital, em bases técnicas sofisticadas..."*

Esse latifúndio, que seria considerado uma empresa moderna por Graziano Neto, foi vendido em 1986 para o Grupo Matsubara, do Paraná. Em 1997, foi arrematado por Eufrásio Pereira Luiz, dono da Eufrásio Veículos – uma concessionária Ford em São Paulo –, por R$ 20 milhões em um leilão. Em janeiro de 1999, o latifundiário pagou R$ 22,3 mil às lideranças do Movimento Brasileiro dos Sem-Terra (MBST), para que mil e quinhentas famílias ocupassem a Vale do Rio Cristalino. Imediatamente começaram as negociações com o Incra para a desapropriação do latifúndio por R$ 40 milhões. A negociata foi descoberta e o processo está paralisado[11]. As famílias que ocuparam a fazenda foram mobilizadas pelo MBST. Esse movimento nasceu no Distrito Federal, suas lideranças são vinculadas ao Partido Socialista Brasileiro e realizam ocupações no Distrito Federal, no Maranhão e no Pará. Esse é um exemplo de cooptação que mostra uma forma dos empresários e latifundiários se apropriarem de terras, com o objetivo de tirar boas vantagens da questão agrária. Essa forma de fraude tem crescido com as condições criadas pela recente política governamental implantada, denominada Banco da Terra, que surgiu para viabilizar a mercantilização da questão agrária.

Distrito Federal[12]

O processo de formação do MST-DF começou em 1992. Nesse ano, aconteceram articulações para a mobilização de famílias sem-terra. Eram *experiências espontâneas e isoladas* que contavam com o apoio de forças políticas locais: sindicatos rurais, urbanos e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No começo dos anos 90, o Movimento fora convidado para que viesse participar da luta, contribuindo com suas experiências. Num primeiro momento, veio um sem-terra do MST-GO para conhecer a região, as lutas e as perspectivas de organizar o Movimento. Depois de realizados os trabalhos de base nas cidades do Distrito Federal e nos municípios em torno, foram constatadas as condições para a organização do MST na região. As famílias interessadas em lutar pela terra eram migrantes de todas as regiões do Brasil, predominando Nordeste e Norte[13]. Muitas dessas famílias vieram para Brasília, com passagens pagas pelos prefeitos de seus municípios de origem. Noutros casos, os prefeitos fretavam ônibus e as famílias eram "despejadas" nas cidades satélites, onde vinham à procura de empregos e, caindo na malha de políticos populistas, ganhavam lotes urbanos.

Migrantes, desempregados, pequenos chacareiros, compunham os interessados em participar da luta pela terra. A primeira ocupação aconteceu no dia 15 de novembro de 1992, quando noventa e duas famílias ocuparam uma área no Distrito Federal.

---

11. A respeito, ver: *Folha de S. Paulo*, 15 de agosto de 1999 e 27 de agosto de 1999.

12. A formação do MST a partir do Distrito Federal compreende as regiões Leste goiano e Noroeste de Minas.

13. Um exemplo da predominância de migrantes na luta pela terra no Distrito Federal está na Dissertação de mestrado de Molina, Mônica Castagna, 1998.

Para ajudar nessa luta e na organização do MST-DF, vieram mais cinco militantes do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia. Essa luta foi realizada numa articulação com o PSB, e no transcorrer dos fatos, na construção da organização do acampamento, ocorreram divergências políticas, relativas à forma e ao conteúdo da luta. O MST priorizava a organização por grupos de famílias com a participação nos núcleos por setores de atividades. Não interessava ao Movimento uma direção de vanguarda, mas uma articulação, em que a autonomia dos sem-terra estivesse garantida. Afinal, a luta era das famílias sem-terra – o Partido era uma instituição de apoio à luta – e não se sujeitavam às relações de dependência e nem às políticas clientelistas. As divergências levaram ao rompimento da articulação. As famílias foram assentadas no Distrito Federal e o MST se retirou dessa luta[14].

O MST continuou os trabalhos de base no Distrito Federal e nos municípios em torno. Procurou formar uma articulação com os sindicatos dos trabalhadores rurais, mas enfrentava problemas com os interesses dos sindicalistas que queriam limitar as lutas à sua base territorial. Todavia, o MST pretendia fazer lutas massivas, organizando grupos de famílias do DF e das regiões circunvizinhas. Com os trabalhos de base, o Movimento mobilizara em torno de setecentas famílias e tentou fazer uma ocupação em julho de 1994. Houve vazamento das informações e a ação foi impedida por diversos bloqueios feitos pela Polícia Militar, que obrigou o retorno dos caminhões aos municípios. Nesse tempo, estavam acampados em Brasília oitenta sem-terra do MST-PA, que haviam ocupado a área denominada Cinturão Verde – uma concessão da Companhia Vale do Rio Doce – e pressionavam o governo para negociar o assentamento. Parte das famílias organizadas do MST-DF participou desse acampamento, reivindicando também o seu assentamento. Depois de dois meses de acampamento, sem perspectivas de mudar a conjuntura, os sem-terra paraenses retornaram, enquanto os sem-terra do DF e em torno partiram para nova ocupação.

No dia 13 de setembro de 1994, em torno de cem famílias ocuparam a fazenda Dois Irmãos, na Região Administrativa de Brazilândia, no DF. Permaneceram acampadas até janeiro de 1995, quando foram despejadas. Nessa trajetória de luta e resistência, montaram acampamento na Região Administrativa de Sobradinho. Nesse processo, parte das famílias desistiu, restando apenas sessenta famílias. Depois de avaliarem a conjuntura da luta, decidiram organizar o que denominaram de *acampamento aberto*. Retornaram aos seus municípios e intensificaram os trabalhos de base no DF e nas regiões Leste goiano e Noroeste de Minas. Conseguiram a cessão de uma área pertencente a um pequeno proprietário, em um local estratégico, à margem do rio Preto, localizado próximo à fronteira do DF, com os Estados de Goiás e Minas Gerais. O acesso ao local era possível por estradas de terra, de modo que poderiam evitar as barreiras policiais. Dessa forma, em maio de 1995, montaram um *acampamento aberto*, onde reuniram em torno de mil famílias e realizaram o Primeiro Encontro do

14. O PSB continuou articulando lutas no DF e acabou por criar o Movimento Brasileiro dos Sem Terra, MBST.

MST-DF. Elegeram uma coordenação provisória e traçaram as linhas políticas de atuação do Movimento para o ano de 1995, programando uma ocupação massiva para o segundo semestre. Esse tipo de acampamento é um espaço de socialização política, onde as famílias discutem a conjuntura e as lutas necessárias para transformá-la.

Em julho de 1995, quinhentos sem-terra desse acampamento participaram do 3º Congresso de MST, em Brasília. A experiência dessa participação, quando puderam conhecer a amplitude da organização, deu novo ânimo ao MST-DF. No dia 1º de setembro de 1995, seiscentas e cinqüenta famílias ocuparam a fazenda Barriguda, de 4.681 ha, no município de Buritis, na região Noroeste de Minas. Havia um laudo técnico que classificava a Barriguda como produtiva. O MST reivindicou nova vistoria e resistiu na área. No dia 10 de setembro, duas pontes que possibilitavam o acesso dos acampados às cidades próximas foram destruídas por jagunços. Havia um mês que acontecera o massacre de Corumbiara e, temendo um ataque de pistoleiros ou da polícia, parte das famílias abandonou o acampamento. Por fim, o novo laudo classificou o latifúndio como improdutivo e o Incra iniciou o processo de desapropriação. Foi a primeira conquista do MST-DF, cujo assentamento veio a se chamar Mãe das Conquistas. As ações compreendidas desde a articulação, em 1992, até a conquista da Barriguda, em setembro de 1995, marcaram o processo de gestação e nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Distrito Federal e em torno.

No dia 26 de novembro de 1995, o MST fez nova ocupação com cento e cinqüenta famílias no município de Água Fria de Goiás, na microrregião em torno de Brasília. A fazenda ocupada, de 2.760 ha, pertencia a um devedor do Banco do Brasil, que entrou em negociação com o Incra e a fazenda foi desapropriada, formando assim o assentamento Terra Conquistada. Ainda, em 1995, o MST apoiou a ocupação da fazenda Sarandi, em Planaltina no Distrito Federal, por um *movimento isolado*, de 25 famílias que conquistaram a terra e se vincularam ao Movimento. Nessa mesma área, em abril de 1996, o MST criou mais um *acampamento aberto*, onde durante três meses oitocentas famílias acamparam e se mobilizaram com o objetivo de fazerem uma ocupação massiva. Durante o tempo de acampamento, os sem-terra realizaram um conjunto de atividades para fortalecer a organização. Convidaram parlamentares, sindicalistas, religiosos e prefeitos que apoiavam a luta para discutirem com as famílias a respeito de suas perspectivas na luta pela terra. Nesse tempo, o MST negociava com o governador Cristovam Buarque, que assumiu o compromisso de assentar duas mil e quinhentas famílias.

Nesse espaço de socialização política os sem-terra foram definindo as ações necessárias para a conquista da terra. Colocavam em prática a palavra de ordem "Reforma Agrária: uma luta de todos", procurando envolver diferentes setores da sociedade na luta. No dia 30 de julho, ocuparam a fazenda Grotão, em Planaltina. O proprietário entrou com pedido de liminar de reintegração de posse e, antes que acontecesse o despejo, o MST negociou o assentamento das famílias em áreas do Governo do Distrito Federal, nas Regiões Administrativas, onde foram implantados os assentamentos: Nova Vitória e Recanto da Conquista em São Sebastião, e Três Conquistas em Paranoá.

Nesse tempo, com as experiências adquiridas e com a formação de novas lideranças, organizaram outro *acampamento aberto*, com duzentas famílias, no município de Cabeceiras, na microrregião goiana em torno de Brasília. No dia 14 de julho, nessa mesma região, as famílias ocuparam a fazenda Vale da Boa Esperança, de 8.820 ha, no município de Formosa, que também foi ocupada por duzentas e trinta famílias organizadas pelo sindicato local. O latifúndio já estava em processo de desapropriação, de modo que as famílias foram assentadas e denominaram a área de Vale da Conquista.

Com essas conquistas, os sem-terra começaram a se preocupar com a organicidade do Movimento. Investiram na formação dos setores de atividades nos assentamentos e definiram as instâncias de representação para fortalecer a estrutura organizativa do MST-DF. Elegeram os representantes do DF para a Coordenação e Direção Nacional e criaram uma secretaria. Dessa forma, o Movimento se consolidava e preparava-se para continuar seu processo de territorialização.

Mato Grosso

Há tempos, o MST tinha a preocupação em se organizar em Mato Grosso, pois mantinha contato com lideranças de movimentos populares. Essa questão sempre esteve presente no interior do MST, porque em Mato Grosso a luta pela terra tem aumentado muito através da organização de *movimentos sociais isolados*, devido a grande demanda de famílias sem-terra em um estado que possui uma intensa concentração fundiária.

As terras do Estado de Mato Grosso foram apropriadas por meio da expropriação das nações indígenas. Durante o governo militar, especialmente desde o início dos anos 70 até meados da década de 1980, o estado foi o "paraíso" da colonização particular. O Incra também criou diversos projetos oficiais de colonização. Muitos desses projetos foram implantados em terras indígenas, como por exemplo: em territórios Xavantes, Kreen-Akoré, Apiaká, Kayabi etc. A apropriação dessas terras também aconteceu pela prática da grilagem e muitos posseiros foram assassinados[15].

Essas formas de apoderar-se das terras tinham como objetivo, entre outros, realizar a colonização dirigida. Ou seja, o governo federal pretendia trazer para o Mato Grosso e para a região amazônica os camponeses sem-terra das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Essa política ficou conhecida como "Colonizar para não reformar" e significou um modo do Estado conduzir a apropriação das terras, entregando-as para empresas capitalistas, tentando impedir sua ocupação pelos posseiros e o crescimento da organização sociopolítica dos camponeses. Do mesmo modo, representou a imposi-

---

15. A respeito, ver Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. Tese de Livre-Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

ção dos militares para não fazer a reforma agrária. Forçou, assim, a migração das famílias sem-terra e entre elas vieram também 252 famílias de colonos que estavam acampadas na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que foram trazidas pelo major Curió. A maioria absoluta das famílias retornaram para o Rio Grande do Sul. Em 1986, restavam apenas 15 famílias[16].

Todavia, em parte, essas políticas de colonização fracassaram e a luta pela terra continuou crescendo em Mato Grosso por meio das ações dos trabalhadores sem-terra e os posseiros prosseguiram lutando pela terra, como sujeitos de suas realidades. Em 1995, a luta foi intensificada com as ações do MST, que iniciara sua primeira experiência no estado. No 7° Encontro Nacional, realizado em Salvador, em dezembro de 1993, o MST comemorava 10 anos de existência. Nesse evento, os sem-terra decidiram que o MST iria se organizar em Mato Grosso. Se por um lado consideravam os pedidos das organizações populares e instituições de Mato Grosso, por outro também atendiam a necessidade de crescimento do próprio Movimento.

No segundo semestre de 1994, alguns militantes dos Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul dirigiram-se para o estado com o propósito de fundar o MST-MT. Os primeiros trabalhos foram as visitas e as reuniões com professores da Universidade Federal de Mato Grosso, com membros do Partido dos Trabalhadores, com agentes de pastorais da Igreja Católica, padres e freiras da Comissão Pastoral da Terra e membros de diferentes sindicatos de trabalhadores filiados à Central Única dos Trabalhadores, para a formalização da articulação de apoio à formação do MST. Nesses encontros, as entidades forneceram informações e dados sobre as centenas de conflitos por terra: as lutas de resistência dos posseiros e dos sem-terra. Eram *experiências isoladas* e fragmentadas em muitos grupos de famílias. Por essa razão, não conseguiam pressionar o Estado para resolverem os problemas. Depois das reuniões realizadas nas cidades de Rondonópolis e Cuiabá, foram iniciadas as visitas aos acampamentos de sem-terra em municípios das regiões Centro-Sul e Sudeste do estado.

Conheceram *experiências espontâneas e isoladas e outras organizadas e isoladas*. Os grupos de famílias eram conhecidos pelo nome do líder. Assim, existiam o movimento do Jerônimo, do Aparício etc. Constatadas as experiências existentes, os coordenadores do MST propuseram um encontro com as organizações de apoio para fazerem uma avaliação das visitas aos acampamentos.

Em fevereiro de 1995, em um encontro de três dias foi avaliada a conjuntura e o MST apresentou às organizações de apoio a sua forma de organização, bem como os seus princípios, objetivos e estratégias. Também estiveram presentes algumas lideranças de acampamentos. O Movimento propunha uma outra forma de organização social, com setores organizados e participação das famílias nas decisões mais impor-

16. Ver capítulo 2: Nova Ronda Alta: terra prometida.

tantes. Pretendia-se fortalecer a organização dos trabalhadores para territorializar a luta. Diante desses fatos, ficou decidido que o MST iniciaria a luta na região Sudeste Mato-grossense, onde existem grandes latifúndios e onde se estabeleceram as grandes empresas agropecuárias. Existe uma forte organização dos fazendeiros e latifundiários, que afirmavam não haver terras na região que pudessem ser utilizadas para reforma agrária, e por essa razão todas as lutas por terra eram sufocadas. Por outro lado, é onde está sediada a imprensa e onde se concentram milhares de famílias sem-terra. A decisão de escolher essa região como prioritária definia outro eixo das lutas que aconteciam, na sua maioria, nas regiões Norte e Nordeste Mato-grossenses.

O objetivo principal do encontro era fazer avançar a luta pela terra e a organização dos sem-terra no estado. De modo que, após a criação de uma coordenação provisória, começaram os trabalhos de organização das famílias sem-terra, moradoras das periferias dos municípios da região. Iniciava-se assim a formação do setor de Frente de Massa, por meio do trabalho de base. No início, os militantes enfrentaram uma série de dificuldades, porque as famílias já não acreditavam na perspectiva das lutas, por causa da forma como eram realizadas pelos grupos isolados. Nas reuniões, muitas famílias afirmaram ter participado de várias ocupações e foram despejadas violentamente pela polícia e por milícias, em que os trabalhadores haviam sido torturados. Por não terem alcançado nenhum resultado, havia uma forte descrença na possibilidade de lutarem pela terra. Também estavam cansadas dos oportunistas que cadastravam as famílias, faziam carteirinha e cobravam uma taxa mensalmente. Levavam as famílias para várias regiões do estado, mas nunca foram assentadas.

Ao mesmo tempo em que eram feitas as reuniões nas cidades, também aconteciam os trabalhos nos acampamentos no sentido de acompanhar as lutas em desenvolvimento. Durante os trabalhos de base, as lideranças do Movimento procuravam salientar as diferenças existentes entre o MST e os movimentos isolados. Argumentavam, relatando as diferentes experiências do MST pelo país e as conquistas realizadas. O principal argumento utilizado era que o Movimento se diferenciava dos outros por ser um movimento nacional. Com esses trabalhos, pela superação dos receios e pela própria necessidade das famílias sem-terra em fazer a luta, começou a aumentar o número de famílias participantes nas reuniões de base.

Pelo fato dos coordenadores do MST serem jovens, eram conhecidos como "os meninos do Movimento Sem Terra". Isso atrapalhava por um lado, mas ajudava por outro. Se poderia transparecer inexperiência, também revelava a seriedade do trabalho que vinha sendo realizado, pela constante presença dos militantes junto às comunidades. Da mesma forma, o trabalho de alguns padres, de professores da Universidade, de membros do Partido dos Trabalhadores ajudou muito, afiançando a organização dos sem-terra. Cada família que passava a confiar no Movimento procurava convencer outras famílias para trazerem na próxima reunião. Dessa maneira, em algumas comunidades onde nas primeiras reuniões vieram 5 famílias, nos encontros seguintes vinham trinta, quarenta, até sessenta famílias.

O Movimento entendia que não era possível fazer ocupações com um número pequeno de famílias; pretendia fazer uma ocupação massiva. Por essa razão, propôs a um grupo de cento e cinqüenta famílias de um *movimento isolado* que participassem conjuntamente de uma grande ocupação na região Sudeste. A proposta foi infrutífera e acabou prejudicando o trabalho realizado nas comunidades. A liderança desse grupo isolado argumentava que assentar cento e cinqüenta famílias já era difícil, assentar mil famílias era impossível. De modo que tentaram desarticular os trabalhos que o MST já havia realizado. Contudo, pela consistência do trabalho de base, da mística realizada, a intenção do grupo fracassou e o Movimento continuou a organização das famílias para a sua primeira ocupação no estado. As reuniões eram espaços de socialização política, onde se discutia a realidade das famílias sem-terra, a questão agrária, a política do governo e as razões da não realização da reforma agrária. Nesses espaços, procuravam recuperar as trajetórias das famílias e as ações que precisavam desenvolver para mudarem as suas realidades. Conforme os grupos de base iam se formando, as próprias famílias indicavam outras comunidades, onde começavam um novo trabalho.

No dia 14 de agosto de 1995, o MST-MT fez sua primeira ocupação. Nesse dia, aproximadamente mil e cem famílias ocuparam a fazenda Aliança no município de Pedra Preta, na região Sudeste Mato-grossense e batizaram o acampamento de Zumbi dos Palmares. Essa ação representou a inauguração de uma nova forma de luta pela terra no estado e procurava romper com a concepção das lutas isoladas e fragmentadas. Por outro lado, desafiava o argumento dos empresários e latifundiários que defendiam não haver terras na região para fazer assentamentos. Além de cortar a cerca do latifúndio, o MST quebrava o discurso político dos latifundiários, que sempre se organizaram para rechaçar as ocupações naquela região. O questionamento da realidade estava colocado. Daquele momento em diante, o MST procurou a negociação em busca de uma solução para o seu problema. No processo de ocupação, representantes de várias instituições compareceram para apoiar a luta. As famílias contaram com a presença de estudantes e professores da Universidade, de deputados do PT, de presidentes de sindicatos, agentes de pastorais, padres e freiras da CPT, o bispo de Rondonópolis e entidades de direitos humanos. A bandeira do MST foi hasteada pela primeira vez num latifúndio em Mato Grosso.

A organização daquelas famílias representava a diferença. O acampamento estava organizado em grupos que formavam núcleos. A forma de organização e o conjunto dos apoios colocavam critérios para a negociação. Não era um grupo isolado de um movimento espontâneo. Era um movimento organizado e aquela ocupação marcava o início de seu processo de territorialização no estado. Por essas razões, aquela luta precisava triunfar. Do mesmo modo que o latifúndio estava em questão, a vida do Movimento também estava. Se naquela ocupação houvesse violência, se não houvesse conquista, dificultaria seriamente o trabalho do MST-MT. O Movimento e as organizações de apoio tiveram um imenso trabalho para reunir um grande número de famílias e agora precisavam divulgar para a sociedade a sua forma de lutar pela terra e pela reforma agrária.

A imprensa mostrava a novidade: "o MST chegou em Mato Grosso". O MST já era notícia há algum tempo, tanto pela história de luta e resistência que vem construindo, quanto pelo fato de que acabava de realizar o seu 3º Congresso Nacional em Brasília, quando promoveu um conjunto de manifestações que foram nacionalmente divulgadas. Além disso, três semanas antes, havia acontecido o massacre de Corumbiara em Rondônia. Todos esses fatos representavam a construção da luta dos sem-terra, a qual o MST e diversos outros movimentos sociais têm realizado. Igualmente contribuíam para que não houvesse uma ação violenta por parte do Estado e do latifúndio contra aquela ocupação. Essa situação fez com que a juíza adiasse, por vinte dias, a reintegração de posse. Muitos parlamentares e outras personalidades nacionais e internacionais ligavam para a juíza ou enviavam fax, telegramas para que ela conversasse com os sem-terra antes de tomar qualquer decisão. E, de fato, a juíza chamou os coordenadores do acampamento para uma conversa e entendimento sobre a questão. Foram mais de dez reuniões e algumas aconteceram no acampamento, onde a juíza foi conhecer a realidade das famílias. Enquanto isso, os coordenadores foram negociando com o governo estadual. Foram oito audiências com o governador Dante de Oliveira. Reuniões que aconteceram dia e noite, em Cuiabá e em Rondonópolis.

Nas reuniões, os coordenadores reivindicavam o não uso da violência em um possível despejo e a realização do assentamento daquelas famílias na região Sudeste Mato-grossense. E que as famílias não deixariam a fazenda Aliança sem o compromisso do governo em solucionar os seus problemas. Depois de vinte dias de negociação, a juíza deu a liminar de reintegração de posse. Nesse tempo, em um acordo assinado pelo MST, pelo governo estadual e pelo Incra, ficou decidido que o acampamento seria transferido para uma área do Estado, de 60 ha, no município de Rondonópolis. Antes, os termos do acordo foram apresentados às famílias que, em assembléia, os aprovaram.

As contrapartidas do acordo continham um conjunto de compromissos que o governo deveria cumprir: 1 – vistoriar imediatamente a fazenda Aliança, bem como outras áreas indicadas pelo MST; 2 – assentar, em seis meses, todas as famílias na região; 3 – o Incra forneceria as cestas básicas para as famílias; 4 – as famílias iriam plantar coletivamente na área provisória; 5 – o governo estadual forneceria as lonas para que as famílias montassem o novo acampamento e água potável; 6 – o governo estadual se comprometia a remunerar os professores interinos que trabalhassem nas escolas provisórias do acampamento e a prefeitura garantiria o material escolar e a merenda.

As famílias cumpriram a sua parte, desocupando a fazenda Aliança e transferindo-se para a área determinada no acordo. Todavia, o Estado não cumpriu a sua parte. Passaram-se os seis meses e as vistorias não foram concluídas, não entregaram o número de rolos de lona que constava no acordo, a água que levaram para o acampamento não era apropriada para o consumo, causando problemas de saúde, principalmente nas crianças, e as cestas básicas não eram suficientes. Por todas essas razões, as famílias resolveram iniciar um processo de luta permanente. Bloquearam a rodovia, reivindicando ao governo que cumprisse com os acordos firmados e ocuparam a sede do Incra em Cuiabá. Muitos trabalhadores foram ameaçados de morte pelos latifundiários, que pressionavam o governo para não implantar nenhum assentamento na região.

Enquanto todas essas ações eram desenvolvidas, o MST começou a se organizar na região Centro-Sul Mato-grossense, no município de Cáceres, construindo espaços de socialização política nas comunidades, formando novos grupos de famílias. Pelas experiências de quinze anos de luta, a avaliação do MST e das organizações de apoio era que a luta deveria ser permanente e ampliada, para que obtivessem conquistas. O Movimento já contava com uma secretaria na cidade de Cuiabá, o que agilizava os contatos e os trabalhos de base. A organização dos sem-terra da nova região contou com a participação de alguns militantes formados na primeira ocupação. Com o crescimento da forma de organização do MST, constantemente, alguns militantes passaram a ser ameaçados de morte. Pistoleiros foram contratados pelos latifundiários para fazer a "limpeza da área". Todavia, a divulgação dada pela imprensa a respeito das ameaças intimidou a repressão. Também em 1995, o MST-MT recebeu o prêmio do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, pelo seu trabalho em defesa dos direitos dos sem-terra.

Sete municípios da região Centro-Sul foram visitados, onde se realizaram os trabalhos de base desde o final de 1995 até abril de 1996, quando o MST efetivou a sua segunda ocupação no estado. No dia 8 de abril, mil e quinhentas e três famílias ocuparam a fazenda Santa Amélia no município de Cáceres e criaram o acampamento Margarida Alves. A liminar de reintegração de posse saiu imediatamente, e mais uma vez o MST reivindicou a presença do governo estadual e do Poder Judiciário para discutirem o destino das famílias. O vice-governador Márcio Lacerda estava no poder. Era um político populista, natural de Cáceres e prometera uma solução para as famílias. Pouco mais de uma semana depois da ocupação aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará. Todos esses fatos eram referências para que o Estado evitasse a repressão contra os sem-terra e formalizasse um processo de negociação para o assentamento das famílias.

Várias reuniões foram realizadas com o governo estadual e com o Incra, mas a negociação não avançava. Desse modo, os sem-terra procuraram a juíza para conseguir um prazo maior de permanência na área, até que conseguissem uma solução junto ao Estado. Como a negociação não avançava na direção de uma possível solução, o Movimento solicitou ao vice-governador que convencesse o fazendeiro a ceder uma área de 10 ha, onde estava localizado o acampamento, para que lá as famílias permanecessem até que fossem assentadas. As organizações de apoio também participavam das reuniões, fortalecendo as relações entre trabalhadores sem-terra e as instituições competentes para resolver o problema. Assim, foram todos negociar com o fazendeiro: o vice-governador, seu secretariado, parlamentares e também o bispo da região. Depois de dois dias de negociação, finalmente chegou-se a um acordo: as famílias permaneceriam onde estavam acampadas por um prazo de seis meses. Nesse tempo, o governo estadual e o Incra se comprometiam em vistoriar algumas áreas, para assentar em até seis meses as famílias do acampamento Margarida Alves e agilizar o assentamento das famílias do acampamento Zumbi dos Palmares.

Esse acordo foi importante porque animava a luta e possibilitava o prosseguimento das negociações. O acampamento ficava em uma área bem localizada, na BR 364, que liga Cuiabá a Porto Velho, a 28 km da cidade de Cáceres. O MST ocupava um espaço político fundamental para divulgar a luta pela reforma agrária na região. No dia seguinte, o fazendeiro retirou o pedido de reintegração de posse. Mas, outra vez, o acordo não foi cumprido nem pelo governo estadual, nem pelo Incra. Diversas ações de protesto, articuladas pelos acampamentos das duas regiões, foram desencadeadas. Os sem-terra ocuparam o Incra várias vezes, fecharam as rodovias, mas não conseguiram uma resposta positiva do governo.

Frente à intransigência dos governos estadual e federal, o MST decidiu, depois de um processo de discussão com as organizações de apoio, realizar duas caminhadas rumo à cidade de Cuiabá. No dia 17 de julho de 1996, as famílias acampadas iniciaram as marchas rumo à capital do estado. Foram 950 pessoas do acampamento Margarida Alves e 450 pessoas do Zumbi dos Palmares, que caminharam 250 km cada grupo. O objetivo era de se encontrarem na entrada de Cuiabá para realizarem uma grande manifestação, exigindo que o governo do estado e o Incra cumprissem com os acordos firmados. As caminhadas foram fatos novos no estado e chamou a atenção da sociedade. A população da cidade pôde acompanhar diariamente o drama e o sacrifício das famílias. A marcha que vinha de Rondonópolis sofreu um atentado. Uma caminhonete F-4000 atropelou e matou o trabalhador Geraldo Pereira Andrade. Por causa desse acontecimento, as duas caminhadas pararam e fecharam as rodovias até que fosse preso o motorista, o que aconteceu no mesmo dia. No dia 31 de julho, as duas marchas se encontraram na entrada da cidade de Cuiabá. Manifestaram para a sociedade os descasos do governo com relação à reforma agrária. O governo do estado alegava que a questão não era de sua competência. O Incra não viabilizava os assentamentos porque não tinha interesse em implantar assentamentos naquelas regiões. Propunha levar as famílias para as regiões Norte e Nordeste do estado.

Diante do impasse, os sem-terra decidiram permanecer em Cuiabá. Ocuparam a sede do Incra e resolveram que só sairiam se fossem assentados. A negociação havia chegado a seu limite. Na primeira semana de setembro, o MST entregou os 10 ha ao fazendeiro conforme o combinado e transferiram o acampamento para a margem da rodovia. Diante da evidência dos fatos, do comportamento dos sem-terra de cumprirem todos os acordos e exigirem do governo a mesma postura, a situação estava ficando insustentável. Todavia, em setembro começou a colheita dos primeiros frutos da luta. O Incra arrecadou algumas áreas e iniciou o processo de assentamento das famílias. Primeiro foram assentados os grupos de famílias da região Sudeste. Conforme as áreas eram liberadas, realizava-se um sorteio e os grupos seguiam direto para a terra. Por fim, restou um grupo de famílias do acampamento Margarida Alves, que teve que ocupar a unidade avançada do Incra de Cáceres e depois de quarenta dias também foi assentado. Até o final de outubro foram conquistadas 16 áreas e as famílias das duas regiões foram assentadas. Desde o primeiro semestre de 1996, pelo menos vinte fazendeiros ofereceram suas propriedades ao Incra e declararam aceitar os Títulos da

Dívida Agrária para pagamento[17]. Muitas das áreas arrecadadas foram apresentadas pelos próprios sem-terra para que o Incra agilizasse a negociação.

Em pouco mais de trinta dias, todas as famílias estavam em pré-assentamentos. O primeiro assentamento implantado foi no município de Juscimeira e recebeu o nome de Geraldo Pereira Andrade. Nesse entretanto, enquanto ainda as famílias estavam sendo transferidas para as áreas, no dia 9 de outubro aconteceu um acampamento aberto na região Sudoeste Mato-grossense, no município de Nova Olímpia. Dessa vez, não houve ocupação, mas sim uma concentração de mais de 1.000 famílias. Os coordenadores dos grupos que se organizaram no acampamento eram militantes formados nas duas primeiras lutas.

A concentração era para acontecer em uma área cedida pelo vice-prefeito de Tangará da Serra. Todavia, no dia que estava marcado para iniciar a ação, ele voltou atrás, pressionado pelos latifundiários e por políticos do Partido da Frente Liberal. As famílias tiveram que acampar nas margens da rodovia. Um acidente fatal causado por uma carreta desgovernada matou cinco trabalhadores. Era noite e o motorista estava bêbado. Com essa fatalidade, as famílias exigiram do governo uma área para permanecerem acampadas, enquanto sucedia o processo de negociação para o assentamento. As famílias conseguiram uma área de 20 ha dentro da fazenda Itamarati, cujo dono, Olacyr de Moraes, estava interessado em negociar a venda da fazenda para o Incra. Em Tangará da Serra, havia um latifúndio que o MST indicou ao Incra, uma área de 37.000 ha, que foi vistoriada e resultou improdutiva. Depois dos processos de negociação, a área foi desapropriada e as famílias foram transferidas e fundaram um dos assentamentos mais extensos do Brasil: o Antônio Conselheiro.

Dois anos depois de o MST ter iniciado os trabalhos de formação em Mato Grosso, já havia conquistado 17 assentamentos, onde passaram a viver mais de duas mil famílias em 88.000 ha. Contava com três secretarias, uma na capital, uma em Cáceres e outra em Rondonópolis. Na realização dos encontros regionais e dos estaduais, os sem-terra definiam as políticas da luta e organizavam os setores do Movimento, no processo de consolidação da forma de organização social. Realizaram diversos encontros dos setores para articularem as atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas e acampadas. 1996 foi um ano de muitas lutas e conquistas. Em julho realizaram o primeiro encontro de professores e lideranças de assentamentos. Em 12 de agosto, dia do aniversário de Margarida Alves e Dia Nacional de Mobilização das Mulheres contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária, aconteceu um encontro, quando participaram quatrocentas mulheres debatendo a respeito de suas participações nas lutas pela terra e pela reforma agrária. Todas essas atividades fortaleceram a mística da luta, contribuindo para formação do MST-MT.

---

17. Nos últimos anos, com a diminuição do preço da terra, muitos fazendeiros procuraram vender suas terras ao Incra, como forma de transferirem seus capitais para outros setores da economia.

Em seu processo de formação e territorialização, por meio dos trabalhos de base, o MST começou o ano de 1997 com duas grandes ocupações simultâneas e um conjunto de outras ações. Em março, o Movimento organiza uma ocupação no município de São José do Povo, na região Sudeste, com mil e seiscentas famílias e o acampamento recebeu o nome de "Padre Josimo". A outra aconteceu na região Centro-Sul, no município de Cáceres com 1.500 famílias e o acampamento foi batizado de Roseli Nunes. Os latifúndios ocupados apresentaram problemas em comprovar a documentação e não ocorreu o despejo das famílias, que começaram a preparar a terra para plantar. Apesar das liminares de reintegração de posse, o Movimento recorreu ao governo estadual e ao Incra que começou as vistorias nas áreas para desapropriação.

Em fevereiro de 1997, da região de Rondonópolis partiu uma das colunas da Marcha Nacional: Reforma Agrária, Emprego e Justiça[18], que reuniu os Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e em torno. Foram trezentos integrantes dos quatro estados que caminharam até Brasília, promovendo um fato histórico da luta dos trabalhadores e registrando a consolidação do MST como o mais amplo movimento social do País. Também em Cuiabá, foi realizado um grande ato com mais de 1.200 sem-terra das três regiões do estado e reuniu mais de 4.000 trabalhadores de várias categorias.

No dimensionamento da luta, novos desafios foram surgindo. No primeiro semestre de 1997, o Setor de Educação realizou diversos encontros, como por exemplo dois encontros regionais dos sem-terrinha, o Primeiro Encontro de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária e iniciou os trabalhos de alfabetização de jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos. Foram realizadas atividades de formação envolvendo as famílias assentadas e as acampadas com o objetivo de fortalecer a consolidação do Movimento.

Contribuições e desafios do MST para a transformação da realidade

Em seu processo de formação e territorialização, o MST constituiu uma estrutura organizativa multidimensionada em setores de atividades. A luta pela terra é uma luta de resistência e no seu desenvolvimento, desde os trabalhos de base até depois da conquista da terra, desdobram-se outras lutas. Os sem-terra não são apenas excluídos da terra, também são excluídos de outros direitos básicos da cidadania. Dessa forma, procuram derrubar outras cercas além das cercas do latifúndio. E para conquistarem seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna. A exclusão dos trabalhadores é resultado das desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capita-

18. As outras colunas da Marcha partiram de São Paulo, com sem-terra deste estado e dos três estados do Sul; e de Governador Valadares (MG), com sem-terra deste estado, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e Bahia. Com essa manifestação o MST se destacou como uma das principais forças políticas de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso.

lismo, portanto, como afirma Martins, 1981, p. 177: *"já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência"*. Compreendendo essa realidade, os sem-terra criaram uma forma de organização na qual os setores interagem as dimensões das diversas atividades, o que tem possibilitado ampliar a resistência à expropriação, no desenvolvimento da luta de classes.

Por uma escola do campo

Nesse sentido, as dimensões da luta pela terra estão contidas nas atividades dos setores do MST. E uma dimensão importante dessa luta é a educação. Assim, conforme analisamos no capítulo 3, na segunda metade da década de 1980, os sem-terra começaram a construir o Setor de Educação, iniciando a elaboração de uma *pedagogia do Movimento* e ocupando um importante espaço no *território da história da educação* (Caldart, 1999, p. 328). Desse modo, como afirma Caldart, é preciso:

> *"Enxergar a escola como sendo* ***mais que escola****, à medida que seus novos sujeitos a fazem sair de si mesma, e encarnar o* ***ambiente educativo*** *que é capaz de constituí-la como um lugar em que os Sem Terra possam encontrar-se consigo mesmos,* ***cuidando*** *de sua identidade e de sua continuidade histórica"* (Caldart, 1999, p. 328, grifos da autora).

As escolas de assentamentos e acampamentos devem ser espaços de formação humana dos sujeitos que as conquistam. Não podem ignorar as suas lutas e resistências, negando a compreensão das condições de existência daqueles que fazem a escola. Desse modo, a luta pela educação é também um desafio para os sem-terra. Porque não basta lutar pela escola, é preciso construí-la, no sentido de elaborar experiências pedagógicas voltadas para as suas necessidades e interesses. Assim como a luta pela escola é uma dimensão da luta pela terra, a educação é um setor de atividade do MST. Com a organização desse setor, o Movimento deu os primeiros passos para superar os desafios referentes ao analfabetismo e à baixa escolaridade. Uma pesquisa realizada entre julho de 1994 e julho de 1995, nos acampamentos e assentamentos vinculados ao MST, demonstrou que o índice de analfabetismo dessa população era de 29%. A respeito da escolaridade das crianças, constatou-se que apenas 1,6% concluíam o ensino fundamental; cerca de 20% das crianças e 70% dos jovens e adultos não tinham acesso à escola[19]. Para tentar superar essa situação de exclusão e de precariedade da escola pública, foi iniciado um conjunto de atividades que envolveram diversas instituições.

---

19. Universidade Estadual Paulista - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Pesquisa nacional por amostra da situação educacional em assentamentos e acampamentos de reforma agrária – Relatório final*. São Paulo: Unesp-MST, 1995.

Em meados dos anos 90, o Setor de Educação conseguiu aumentar o número de cursos de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos. Também implantou cursos de formação de professores e realizou encontros locais e nacionais, espacializando e territorializando a *pedagogia do Movimento*[20]. Essas experiências educacionais foram reforçadas já no começo dos anos 90 com a criação do Curso de Magistério e do curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), no Departamento de Educação Rural (DER) da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro, no município de Braga (RS).

Esses cursos receberam alunos de todas as regiões do Brasil e, por sua amplitude, em janeiro de 1995, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) inaugurou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis (RS). Em 1996, no ITERRA, foi fundada a Escola Josué de Castro, onde acontecem os cursos de Ensino Supletivo de 1º e 2º Graus e o Curso de Magistério. Conforme Caldart: *"o objetivo principal do ITERRA é desenvolver atividades de formação (escolar e não) e de pesquisa voltadas às demandas de suas associadas, pondo ênfase nos processos de formação organizativa e técnica, mas sem descuidar das demais dimensões da formação/educação da pessoa humana"* (Caldart, 1997, p. 95). Em 1995, essas experiências tiveram o reconhecimento do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), quando o MST recebeu o Prêmio Educação e Participação Itaú-Unicef, pelo desenvolvimento do programa *"Por uma escola pública de qualidade nas áreas de assentamentos"*.

Ainda, em 1995, outro curso de Magistério foi iniciado no Espírito Santo e, em 1998, em parceria com a Universidade de Ijuí, foi criado o curso de Pedagogia da Terra para formação de professores de escolas de assentamentos. Nesse mesmo ano começaram as discussões para a implantação de outro curso de Pedagogia da Terra em Mato Grosso, que passou funcionar em 1999, em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso. Nesse ano, outro curso de pedagogia foi iniciado em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo. Construindo essas experiências, os sem-terra procuram ter acesso ao ensino médio e à universidade, como forma de poderem contribuir para com o desenvolvimento de suas comunidades, da luta pela terra e, ao mesmo tempo, expandir as possibilidades, criando as condições necessárias para que outros sem-terra possam estudar, qualificando assim a educação nas áreas de assentamento e nos acampamentos[21].

Com o desenvolvimento da formação do MST e sua territorialização que o tornaram um Movimento nacional, novas demandas e desafios surgiram. Para fomentar esse processo de formação sociopolítica, o MST está construindo, no município de Guararema (SP), a Escola Nacional Florestan Fernandes. Com essa Escola os sem-ter-

---

20. A respeito da pedagogia do MST, ver Caldart, 1999.

21. A respeito do processo de desenvolvimento do Setor de Educação do MST e de diversas experiências nas escolas de assentamentos e acampamentos, ver: Caldart, 1997 e 1999; Camini, 1998; Vendramini, 1997.

ra pretendem intensificar os estudos e as pesquisas a respeito da realidade que estão construindo. Dessa forma, na Escola Nacional serão desenvolvidos cursos voltados para a luta pela terra, para melhorar a produção nos assentamentos, melhorar a organicidade do MST, formar militantes para atuarem nos setores de atividades, ampliar a solidariedade com outras organizações de trabalhadores, proporcionando o intercâmbio de conhecimentos e experiências, unificar as lutas e ajudar a construir um projeto popular para o Brasil (MST, 1998c, p. 15).

No processo de construção de suas experiências com educação, em julho de 1997, o MST realizou o I ENERA (Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária). Este evento aconteceu no campus da Universidade de Brasília e teve o apoio desta Universidade e do Unicef. Participaram em torno de setecentos professores de escolas de assentamentos e acampamentos de dezenove estados e do Distrito Federal, e professores de diversas universidades federais e estaduais. Uma marca importante: O I ENERA é o fato de ter recolocado a questão da educação no campo, inclusive pelo desafio proposto pelo Unicef ao MST em articular a realização de um encontro para ampliar o debate a respeito dessa questão, com a participação de outras instituições que têm essa mesma preocupação. Ainda, nesse evento, nasceu a proposta de criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse Programa foi implantado pelo Incra no ano de 1998, em diversas parcerias de universidades com o MST. Ainda, em maio de 1998, o MST realizou o 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos, em Recife, reunindo professores de escolas de assentamentos de todas as regiões do país. Nesse evento, os sem-terra prestaram uma homenagem a Paulo Freire, lembrando o primeiro ano de sua morte.

Em julho de 1998, em Luziânia (GO), município do em torno de Brasília, foi realizada a Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, tendo como organizadores o MST, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Universidade de Brasília, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Na Conferência reuniram-se em torno de mil participantes de diversas entidades e instituições que trabalham com a educação básica em escolas rurais. Foram discutidas diversas experiências de várias regiões do país e debatidas as políticas públicas e os projetos pedagógicos para o desenvolvimento da proposta de *Educação Básica do Campo*[22]. Todas essas atividades desenvolvidas pelo Setor de Educação espacializaram as experiências e tornaram-se importantes referências educacionais. Também dimensionou as lutas pela terra e pela reforma agrária em luta por educação.

---

22. A respeito dessa proposta, ver: Caldart, Roseli Salete, Cerioli, Paulo Ricardo e Fernandes, Bernardo Mançano. Por uma Educação Básica do Campo. *Texto-base da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*. Brasília: CNBB, MST, Unesco, Unicef e UnB, 1998.

Uma experiência pioneira, criada no Rio Grande do Sul, é a Escola Itinerante. Implantada em 1996:

> *"A Escola Itinerante nasceu das necessidades e da luta dos acampados, especialmente das crianças. Iniciou sua organização a partir da elaboração de uma proposta pedagógica para atendimento às crianças, aos adolescentes e aos jovens dos acampamentos dos Sem-Terra, pelo Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação/Divisão de Ensino Fundamental, juntamente com o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul. Após ter sido aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, com o nome de Experiência Pedagógica – Escola Itinerante, tendo como escola-base a Escola Estadual de 1º Grau Nova Sociedade, do assentamento Itapuí, no município de Nova Santa Rita, que passou a dar suporte organizativo e institucional à Escola Itinerante, houve então o reconhecimento oficial"* (MST, 1998b, p. 15).

A Escola Itinerante atende aos alunos de 1ª a 5ª séries do Ensino Fundamental que vivem nos acampamentos. Os acampamentos são espaços de luta e resistência, são, portanto, lugares e momentos de transição da vida das famílias na luta pela terra. Constantemente, com os despejos e as mudanças dos locais das novas ocupações, as crianças ficam sem aula. A proposta da Escola Itinerante é evitar que isso aconteça: "A escola vai aonde o acampamento estiver". O fundamental é garantir a existência da escola na trajetória da luta. No transcorrer dessas experiências, os sem-terra ocuparam a escola, assim como ocupam a terra, construindo as condições próprias de suas existências.

Outra demanda nos acampamentos e assentamentos é a organização dos grupos que trabalham para a melhoria da saúde dessas comunidades. Nos acampamentos é comum encontrar "farmácias" improvisadas para atender e orientar os acampados. Em alguns assentamentos, as mulheres produzem plantas medicinais e remédios caseiros, como é o caso dos assentamentos da região de Itapeva (SP). A partir dessas experiências foi constituído o Coletivo de Saúde e, em 1998, os sem-terra realizaram o Primeiro Encontro Nacional, formalizando o Setor de Saúde do MST[23]. A partir desse evento, os membros do setor iniciaram trabalhos para organizar as experiências e aprofundar o debate a respeito das políticas de saúde para os assentamentos e acampamentos.

Outra dimensão da luta pela terra é a cultura. As experiências vividas na cotidianidade em transformação dos sem-terra, nesses movimentos de territorialização, são um processo educativo de formação humana que expressam uma vivência sociocultural. De acordo com Caldart:

---

23. Esse é, portanto, o setor de atividade mais recente do MST.

"Esta experiência humana de participação em um movimento social como o MST produz aprendizados coletivos, que aos poucos se conformam em cultura, naquele sentido de jeito de ser, hábitos, posturas, convicções, valores, expressões de vida social produzida em movimento, e que já extrapolam os limites deste grupo social específico. Isto não quer dizer que todas as pessoas que vivenciam estas ações coletivas aprendem a mesma coisa e da mesma maneira... Cada sem-terra aprende a sê-lo do seu jeito e no seu ritmo, empurrado pelas circunstâncias que forçam essa consciência da necessidade de aprender. Mas esta diversidade não nos impede de identificar os aprendizados que são produtos da vivência coletiva no processo de construção do MST. Há um modo de ser Sem-Terra que se compreende como tendência de ser das pessoas que fazem parte do Movimento, embora seus diversos traços possam não estar presentes, todos eles, em cada uma delas, separadamente, ainda que tenham coletivamente ajudado a produzi-los" (Caldart, 1999, p. 133-4).

Um momento importante de celebração e valorização de suas experiências é a mística[24]. Essa fértil atividade cultural, desenvolvida em diferentes momentos da vida dos sem-terra: nos encontros, nas escolas, no trabalho, nos acampamentos, nas cooperativas, nos cursos e nas festas, promovem a formação do Movimento, na construção da identidade dos sem-terra. Nas místicas, os adultos, os jovens e as crianças representam seus cotidianos, lembram o passado e imaginam o futuro numa forma de arte e memória. Essas atividades são lições de histórias e de vidas produzidas com sabedoria e irreverência, que vertem esperanças e desafios para transformar suas realidades. As poesias e as canções[25], os atos e as ações, a bandeira e as palavras de ordem, as manifestações ocorridas na espacialização do MST registram a construção de uma cultura da luta pela terra. A espacialidade de suas ações tornaram-se expressões de manifestação e de resistência, de modo que os sem-terra tornaram-se uma referência de organização para outros setores da sociedade, bem como a imprensa vem utilizando a preposição "sem" para se referir a situações de privação e ou de exclusão[26]. Dessa forma, é no desenvolvimento dessa vivência sociocultural de luta pela terra, que os sem-terra irradiam espaços de socialização política nos trabalhos de base, em diversas comunidades do interior brasileiro. E parafraseando o poeta João Cabral de Melo Neto,

---

24. Sobre a mística, ver também: capítulo 3: Construindo a estrutura organizativa: instâncias de representação.

25. O MST lançou dois discos compactos: Arte em Movimento e 1º Festival Nacional da Reforma Agrária, que contêm músicas compostas pelos sem-terra e que contam o cotidiano da luta e da resistência. Esses discos são uma importante expressão da cultura da luta pela terra.

26. Exemplos: os sem-matrículas, referência aos alunos da PUC contra o valor das mensalidades (*O Estado de S. Paulo*, 17 de setembro de 1999, p. A 11); os sem-ônibus, referência aos moradores de São Paulo que reivindicavam transporte (*O Estado de S. Paulo*, 9 de dezembro de 1998, p. C4); Movimento dos sem-ingresso, campanha da MTV apoiando os jovens que reivindicavam mais ingressos para a apresentação da banda U2.

1979, p. 240, vão *corrompendo com sangue novo a anemia, infeccionando a miséria com esperanças e* abrindo *uma porta em mais saídas* para os excluídos da terra.

A cooperação na produção

E nessa perspectiva, em que perpassam todas as dimensões da luta e da resistência camponesa, ou seja, que vai desde a preocupação em garantir a educação e a saúde até a organização do trabalho e da produção nos assentamentos, os sem-terra enfrentam outro desafio: desenvolver o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Não é possível compreender o SCA apenas pela lógica econômica, principalmente porque este Sistema não foi pensado somente para desenvolver essa dimensão da organização social dos sem-terra. O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados, garantindo a organicidade do Movimento. É uma forma de expandir e a organização nos assentamentos, contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade. O SCA foi construído a partir da lógica da resistência camponesa que está representada pelos princípios e na estrutura organizativa do MST. Dessa forma, procura desenvolver a agricultura camponesa em que a resistência contra a exploração, a expropriação e a luta contínua pela terra não estejam separadas. Neste sentido, parafrascando Caldart, 1999, *cooperação é mais que cooperação*, porque os sem-terra não pretendem reproduzir o cooperativismo tradicional, mas sim construir uma nova concepção de cooperação que possa abranger as dimensões da lógica do MST. Desse modo, não podemos dissociá-lo de todas as dimensões que o Sistema possui.

Por essa razão, o Sistema traz em si esse enorme desafio, que tem sido uma das principais questões do Movimento na década de 1990. Para contribuir com as reflexões a respeito de suas experiências, o MST publicou, em 1993, seu primeiro caderno de formação sobre cooperação agrícola nos assentamentos para subsidiar as discussões a respeito dessa questão:

> *"Tem muita gente que quando ouve falar em cooperativas, logo lembra daquelas empresas grandes, comandadas por grandes proprietários e que servem como mais um instrumento de exploração dos pequenos.*
>
> ...
>
> *Muitos pequenos agricultores se associaram a essas cooperativas induzidos pela política oficial. E foram enganados. Muitos perderam suas terras, e na verdade essas grandes cooperativas passaram a ser controladas pelos grandes produtores. E hoje são potências capitalistas.*
>
> ...

> *É natural, portanto, que agora quando os movimentos populares, o sindicalismo e o MST propõem a organização em cooperativas, muitos companheiros de base confundam com aquelas cooperativas capitalistas, que eles conhecem bem e já sofreram por causa delas"* (MST, 1993b, 33-4).

Um exemplo desse processo de exploração e expropriação é o estudo de José Vicente Tavares dos Santos, quando pesquisou os produtores de uva do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, o autor analisou a relação entre os camponeses e as cooperativas e conclui:

> *"O motivo fundamental de os camponeses se associarem em cooperativas deriva assim das condições subordinadas em que se encontram no processo de troca de mercadorias, expressão de sua subordinação ao setor capitalista industrial... Assim, mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista, como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital.*
>
> *Configurando-se a cooperativa como componente da reprodução ampliada do capital, nela vão se construir também as tensões sociais inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista. Essas tensões se manifestam por duas vias. Por um lado, a diretoria estabelece relações de exploração tanto sobre os trabalhadores da cooperativa quanto sobre os associados camponeses. Temos a cristalização das diretorias como grupos dominantes no interior das cooperativas (pelos estatutos, as diretorias são compostas por associados eleitos pela assembléia geral, podendo ser reeleitos). Assim, a verificação da relação dos nomes dos membros das diretorias de algumas cooperativas, como a Garibaldi, São João, São Vítor, Forqueta, Emboaba etc. indica que desde a fundação na década de 1930, até os dias atuais, vários nomes permanecem ocupando cargos de direção"* (Santos, 1984, p. 119-120).

Para tentar superar esses problemas, os sem-terra vêm construindo um outro tipo de cooperativismo, sob controle dos trabalhadores: *"Quando falamos das Cooperativas de Comercialização e Produção que estão sendo criadas nos assentamentos, estamos pensando num tipo de empresa social que seja uma ferramenta a mais na luta por uma sociedade justa"* (MST, 1993b, p. 33). Com esse objetivo, o Movimento apresenta as diferenças entre os dois tipos de cooperativas:

Resumo das diferenças entre cooperativa tradicional e dos assentados

Características	Cooperativa tradicional	Cooperativa dos Assentados
Sócios	Empresários rurais Pequenos produtores	Pequenos produtores (assentados ou não) e suas famílias
Classe	Capitalistas junto com trabalhadores	Somente trabalhadores
Quem trabalha	Assalariados permanentes e temporários Pequenos produtores	Os próprios sócios. Assalariados temporários, somente quando falta mão-de-obra
Ramo de atividades	Comercialização Agroindústria	Produção agropecuária Comercialização Agroindústria
Poder de gestão	A minoria que detém o maior capital controla a diretoria e toma as decisões	A maioria decide sobre tudo o que acontece na cooperativa
Forma de participação dos sócios	Assembléias anuais	Assembléias mensais Conselho Diretor Conselho de representantes dos setores
Distribuição das sobras	Os associados não têm como controlar. Acontece através de prestação de serviços aos associados e através dos fundos previstos por lei	A decisão é do coletivo. Geralmente acontece em função da quantidade e qualidade do trabalho realizado e em função da liberação de militantes para o MST. Acontece através de serviços, valores em dinheiro e espécie e por meio dos fundos previstos por lei
Planejamento das atividades	De cima para baixo. Os burocratas e a diretoria fazem	De baixo para cima. Cada setor faz o seu plano de trabalho que deverá ser aprovado em assembléia
Inovação tecnológica *x* geração de empregos	Por utilizar assalariados, ao adotar novas tecnologias tende a agir como empresa privada, demitindo alguns empregados	Por não poder despedir sócios e nem ter mão-de-obra ociosa, ao introduzir novas tecnologias busca diversificar a produção para manter o pleno emprego
Resultado social	Mantém a tendência de concentração de renda e de propriedade, estimulando a expulsão de trabalhadores do campo	Possibilita o desenvolvimento rural, baseado na melhoria de vida dos trabalhadores e suas famílias

Fonte: adaptado de MST, 1993b, p. 37.

Desde a implantação das primeiras cooperativas, os sem-terra vêm enfrentando os problemas inerentes da organização camponesa no desenvolvimento do capitalismo. Nessas circunstâncias, procuram desenvolver formas de resistência à exploração e à expropriação e ao mesmo tempo, num árduo trabalho político, ressocializar outros sem-terra, por meio da ocupação da terra. Dessa forma, tentam amenizar o processo de *diferenciação do campesinato* (Lenin, [1899] 1985, p. 35) e constroem as condições sociopolíticas para (re)criar o campesinato nos processos de territorialização e formação do MST. Nesse sentido, esses processos são a essência do MST, é por meio destes que o Movimento se faz e resiste. Assim, o MST representa o desdobramento da luta camponesa pela terra, resistir para não ser expropriado e lutar para conquistar a terra. A exploração dos sem-terra, quer sejam cooperativados ou não é um fato, principalmente pela sujeição da renda da terra ao capital. Conforme Martins:

> *"No Brasil, o movimento do capital não opera, de modo geral, no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade... O que vemos claramente, tanto no caso da grande propriedade quanto no caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a se apropriar da renda da terra. O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda da terra é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado... o capital não se torna proprietário da terra, mas cria condições para extrair o excedente econômico...*
>
> *Essa, aliás, é a única maneira de entender o porquê do alastramento rápido e violento de conflitos pela terra em todo o país nos últimos anos..."* (Martins, 1981, p. 175-6).

A exploração causada pela apropriação da renda da terra pelo capital tende a se intensificar até a falência das cooperativas e a expropriação dos assentados. Nesse processo, de modo geral, por meio da sujeição da renda da terra ao capital, as cooperativas de assentamentos estão em processo crescente de endividamento, conforme Dal Chiavon (1999, p. 49) constatou em seu estudo a respeito da situação da Cooperunião[27], principalmente pelos baixos preços dos produtos, o alto custo da infra-estrutura e dos insumos. A resistência a esse processo é, também, política, porque depende do poder de negociação dos produtores. Assim, quando os sem-terra se organizam em cooperativas ou associações e na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), conseguem um maior poder político na luta por uma política agrícola e na negociação das dívidas assumidas junto ao governo federal.

---

27. Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste localizada no assentamento Conquista da Fronteira, no município de Dionísio Cerqueira (SC).

A cooperação também é uma forma de organização para a resistência da luta camponesa. A cooperação em suas diferentes formas é uma prática histórica de diversos povos na organização de seus modos de vida, como resistência e visão prospectiva, objetivando transformar suas realidades[28]. Nessa perspectiva, o MST vem construindo diversas experiências, que se iniciaram com os estudos e visitas a diferentes países, conforme apresentamos no capítulo 3, e por meio de suas práticas, desafiando-se na construção do SCA. Desde a gênese do MST até 1985, várias experiências foram iniciadas em grupos coletivos e associações. Na década de 1990, com a criação das primeiras cooperativas, das centrais estaduais e com a fundação da Concrab (1992) as experiências cooperativistas foram multiplicadas nos assentamentos. Nessas experiências, parte das famílias sem-terra se organizou em cooperativas. Desse modo, reúnem-se em núcleos de produção, grupos semicoletivos, grupos coletivos, associações, Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais CPSR, Cooperativas de Produção e de Prestação de Serviços CPPS, e Cooperativas de Crédito (Concrab, 1997b; Concrab, 1998).

Os núcleos de produção são estabelecidos de forma em que as famílias se reúnem por proximidade ou parentesco para trabalharem na produção de determinada cultura. Essas famílias podem estar associadas às cooperativas. Os grupos semicoletivos são diversos e instáveis. A utilização da terra, os investimentos, divisão do trabalho e a comercialização são realizados de diferentes formas, por unidade de produção familiar ou coletivamente. Da mesma forma, essas famílias podem estar associadas às cooperativas.

Grupo coletivo tornou-se um nome genérico, muito utilizado entre os sem-terra, e não significa que todas as atividades são coletivizadas. Por essa razão, *"talvez o nome mais correto deva ser GRUPO DE AJUDA MÚTUA"* (MST, 1993b, p. 26). Todavia é importante distinguir o que se chama de grupos coletivos, porque existem as práticas de ajuda mútua conhecidas como mutirão ou puxirão, que acontecem em casos de doenças, intempéries, colheitas, trocas de dias de serviço etc., quando famílias inteiras se unem e se ajudam mutuamente. E há os grupos que coletivizaram desde a terra e outros meios de produção, o trabalho, a produção e a comercialização como é o caso das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs). Temos, portanto, os grupos de ajuda mútua nos quais as famílias se organizam informalmente, de acordo com as suas necessidades e as CPAs que são organizadas formalmente, com personalidade jurídica, a partir de uma estrutura permanente, formadas por setores de produção e serviços, como por exemplo: setor de grãos, animal, horta; setor administrativo, de máquinas, de construção etc. (Concrab, 1997b, p. 70).

---

28. Um importante e amplo estudo a respeito de diferentes experiências de cooperação no mundo está em Marcos, 1996, p. 272s.

As associações também são diversas e constituídas por famílias em torno de um ou mais problemas da comunidade. Estão voltadas para a prestação de serviços, para conseguirem recursos do Procera e para compra de máquinas. Essa forma de organização dos produtores é a mais ampla nos assentamentos do MST. As associações não são organizações econômicas e, embora podendo até comercializar a produção dos assentados, não podem ter lucro (Concrab, 1997b, p. 64). Em todo o Brasil, também, é a mais ampla forma de organização nos assentamentos. Segundo o I Censo da Reforma Agrária do Brasil (1997), 52.85% dos assentados participam de associações.

As CPS (Cooperativas de Prestação de Serviços) são organizadas em um ou mais assentamentos de um município. A implantação das cooperativas, em geral, implica no planejamento territorial dos assentamentos, porque pressupõe a organização do espaço para produção e desenvolvimento social. Isto significa discutir o aproveitamento das unidades de produção, ou seja, os diferentes modos de constituição dos lotes: individual, coletivo ou misto. Esse procedimento também é discutido no que se refere ao capital, ao trabalho e à moradia. As CPSR (Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais) abrangem vários assentamentos em uma região. Essas cooperativas organizam o processo de comercialização da produção, de insumos e bens de consumo. Também prestam assistência e capacitação técnica, bem como realizam planejamentos nos contextos dos desenvolvimentos municipais e microrregionais.

Nesse processo de ampliação das experiências foram criadas as CPPS (Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços). Essas podem ser resultados do desenvolvimento das CPS, quando implantam unidades agroindustriais. São cooperativas mistas regionais que transformam e comercializam a produção de seus associados ou de terceiros, como por exemplo: despolpadeiras, fecularias, farinheiras, máquinas de arroz, ervateiras, microusina de pasteurização de leite, frigorífico etc. Os cooperados são as famílias assentadas e os pequenos produtores do município ou da região. Os diversos grupos coletivos, inclusive as CPAs, podem ser sócios das CPSR e das CPPS (Concrab, 1997b, p. 62-71).

As Cooperativas de Crédito são experiências recentes, iniciadas em 1996, e operam com modalidades de crédito provenientes de linhas oficiais, como por exemplo o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Concrab, 1998, p. 23). A criação dessas cooperativas teve como referência as experiências mexicanas de cooperativas de crédito (Concrab, 1998, p. 13). Até 1998, a Concrab havia criado a Cooperativa de Crédito Rural do Centro Oeste do Paraná, e a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda., que atendem 33 municípios *"em duas regiões onde há um forte desenvolvimento das cooperativas regionais (CPS) e da organização agropecuária dos pequenos agricultores e assentados (Sarandi [RS] e Cantagalo [PR])"* (Concrab, 1998, p. 23). As experiências cooperativas do MST estão em curso e enfrentam diferentes tipos de problemas: desde baixa rentabilidade a diferentes graus de endividamento (Concrab, 1997a). Essa é, aliás, a realidade das

cinqüenta maiores cooperativas do país[29], por causa, principalmente, da crise que o setor agrícola vem enfrentando desde a implantação do Plano Real.

Desde o final da década de 80 e início dos anos 90, foram implantadas as centrais de cooperativas nos estados (ver quadro 4.1), e dezenas de cooperativas em todas as grandes regiões brasileiras, onde atualmente estão estabelecidas 78 cooperativas (ver quadros 4.2, 4.3, 4.4 , 4.5). A maior parte: 77%, bem como o maior número de associados, concentram-se na região Sul. O mesmo acontece com os grupos coletivos (CPAs). Ainda, no Sul, das cooperativas dos assentados também participam pequenos agricultores. No Rio Grande do Sul há quatro cooperativas de pequenos agricultores filiadas à Concrab. Esse processo é resultado do avanço da luta e do desenvolvimento das cooperativas regionais, que muitas vezes são a única opção de organização econômica para esses camponeses. Esse é um exemplo dos impactos socioeconômicos dos assentamentos nos municípios e nas microrregiões.

QUADRO 4.1 – RELAÇÃO DAS CENTRAIS ESTADUAIS FILIADAS À CONCRAB

Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs)	**SEDE**	***UF***
Coop. Central dos Assentados do Rio Grande do Sul Ltda. (COCEARGS)	PORTO ALEGRE	RS
Coop. Central dos Assentados do Espírito Santo Ltda. (CCA/ES)	SÃO MATEUS	ES
Coop. Central dos Assentados da Bahia Ltda. (CCA/BA)	ITAMARAJU	BA
Coop. Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará Ltda. (CCA/CE)	FORTALEZA	CE
Coop. Central de Reforma Agrária de Santa Catarina Ltda. (CCA/SC)	CHAPECÓ	SC
Coop. Central de Reforma Agrária do Paraná Ltda. (CCA/PR)	CURITIBA	PR
Coop. Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo Ltda. (CCA/SP)	SÃO PAULO	SP
Coop. Central das Áreas de Reforma Agrária de Pernambuco Ltda. (CCA/PE)	CARUARU	PE
Coop. Central de Reforma Agrária do Maranhão (CCA/MA)	SÃO LUIZ	MA

Fonte: Concrab, 1997a.

29. Ver a respeito: Anuário Brasileiro do Agribusiness. As 50 maiores cooperativas. In *Globo Rural*, 1999, n° 169, p. 132-3.

QUADRO 4.2 – COOPERATIVAS DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS: CPA/CPS/CPPS/CPSR

REG. UF	SIGLA	NOME	ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	Nº SÓCIOS	FORMAS
NE					**1.927**	
BA	COOPAA	Coop. de Prod. Agrop. Fazenda Amarilina Ltda.	Amarilina	Vitória da Conquista	63	CPPS
BA	COPRANOVA	Coop. de Prod. Agrop. Nova Sociedade Ltda.	Projeto 4045	Alcobaça	75	CPPS
BA	COOPRAUNIÃO	Coop. de Prod. Unidos Venceremos Ltda.	1° de Abril	Prado	42	CPA
BA	COOPRASUL	Coop. de Prod. Agrop. Construindo o Sul Ltda.	Terra Vista	Arataca	100	CPPS
BA	COPAGRAN	Coop. de Prod. Agrop. do Corte Grande Ltda.	N. Sra. do Rosário	Prado	32	CPPS
BA	COPRAREG	Coop. Reg. de R. Agrop. do Extremo Sul Ltda.	Regional	Itamaraju	122	CPSR
CE	COOPAVI	Coop. de Prod. Agrop. de Vitória Ltda.	Vitória	Canindé	56	CPPS
CE	COPAGLAM	Coop. de Prod. Agrop. Lagoa do Mineiro Ltda.	Lagoa do Mineiro	Itarema	225	CPPS
CE	COPAMA	Coop. de Prod. Agrop. do Ass. 25 de Maio Ltda.	25 de Maio	Madalena	33	CPPS
CE	COPAGUIA	Coop. de Prod. do Assentamento de Santana Ltda.	Santana	Monsenhor Tabosa	64	CPPS
MA	COOPERVID	Coop. Agr. dos Peq. Prod. da Vila Diamante Ltda.	Vila Diamante Negro	Igarapé do Meio	34	CPPS
MA	COOPAQMA	Coop. de Prod. Agrop. do Assent. 21 de Maio	4 de Maio	Zé Doca	26	CPS
MA	COOMARA	Coop. Mista dos Ass. de R.A. Reg. Tocantina	Regional Tocantina	Imperatriz	153	CPS
PB	COOPERVIDA	Coop. Agrícola. Mista Prod. Rurais Ass. Nova Vida	Nova Vida	Pitimbu	134	CPPS
PE	COOPRAV	Coop. de Prod. Agrop. Pedra Vermelha Ltda.	Pedra Vermelha	Arcoverde	30	CPPS
PE	COOPASE	Coop. de Prod. Agrop. Serrinha Ltda.	Serrinha	Ribeirão	20	CPPS
PE	COOPASQ	Coop. de Prod. Agrop. Serra dos Quilombos Ltda.	Serra dos Quilombos	Bonito	30	CPPS
PE	COOPAPA	Coop. de Prod. Agrop. Panorama Ltda.	Panorama	Timbaúba	20	CPPS
PI	COMASJOPI	Coop. Mista dos Assentados de São João Piauí	Regional	São João	130	CPSR
SE	COOARP	Coop. Reg. dos Assent. R.A. Praia Norte Ltda.	Regional	Japoatã	138	CPSR
RN	COORANG	Coop. Reg. de Prod. e Prest. de Serv. Ass. Mato Grande	Região Mato Grande	João Câmara	400	CPSR

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPPS – Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços
CPSR – Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais

Fonte: Concrab, 1998.

QUADRO 4.3 – COOPERATIVAS DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS: CPA/CPS/CPPS/CPSR

REG. UF	SIGLA	NOME	ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	Nº SÓCIOS	FORMAS
SE					**2.559**	
ES	COOPANE	Coop. de Prod. Agrop. Nova Esperança Ltda.	Vale Ouro	Ecoporanga	35	CPA
ES	COOPAAP	Coop. de Prod. Agrop. Pip Nuck Ltda.	Pip Nuk	Nova Venécia	32	CPA
ES	COOPRANOVAS	Coop. de Prod. Agrop. Nova Sociedade Ltda.	13 de Maio	São Gab. da Palha	22	CPA
ES	COOPRAVA	Coop. de Prod. Agrop. Vale da Vitória Ltda.	Vale da Vitória	São Mateus	104	CPA
ES	COOPRACAMPOS	Coop. Reg. de R.A. Desenv. Agropec. Ltda.	Regional	Nova Venécia	123	CPSR
ES	COOPLANTE	Coop. Reg. de R.A. Desenv. Agropecuário	Regional	Pedro Canário	82	CPSR
SP	COPROCOL	Coop. de Prod. Agrop. Colet. Área I Ass. Pirituba	Pir.II-área 1	Itapeva	40	CPS
SP	COOPADEC	Coop. de Prod. Agrop. Derli Cardoso Ltda.	Pir.II-área 4	Itapeva	34	CPA
SP	COPAESE	Coop. de Prod. Agrop. Sete de Setembro	Pir.II-área 3	Itapeva	17	CPPS
SP	COPANOSSA	Coop. de Prod. Agrop. Nossa Sra. Aparecida	Pir.II-área 4	Itapeva	28	CPPS
SP	COCAMP	Coop. de Comercialização do Pontal	Regional	Teodoro Sampaio	1.700	CPPS
SP	COOAPRI	Coop. Assent. de R.A. e Peq. Prod. Região Itapeva	Regional	Itapeva	195	CPSR
SP	COAPAR	Coop. dos Ass. e Peq. Prod. de Andradina e Região	Regional	Andradina	78	CPSR
MG	COOPERNOVA	Coop. de Produção Agropecuária Novo Horizonte	1º de Junho	Tumiritinga	69	CPA
REG. UF	**SIGLA**	**NOME**	**ASSENTAMENTOS**	**MUNICÍPIOS.**	**Nº SÓCIOS.**	**FORMAS**
C-O					**60**	
MS	COOPAVI	Coop. Mista dos Ass. de R.A. Vale do Ivinhema	São Luis	Botaiporã	32	CPPS
MS	COOPAC	Coop. de Prod. Agropecuária Canudos Ltda.	São Manoel	Anastácio	28	CPA
REG. UF	**SIGLA**	**NOME**	**ASSENTAMENTOS**	**MUNICÍPIOS.**	**Nº SÓCIOS.**	**FORMAS**
N					**53**	
PA	COOMARSP	Coop. Mista dos Ass. de R.A. Sul e Sudeste do Pará	Regional	Marabá	53	CPSR

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPPS – Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços
CPSR – Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais

Fonte: Concrab, 1998.

QUADRO 4.4 – COOPERATIVAS DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS: CPA/CPS/CPPS/CPSR/CRÉD./TRAB.

REG. UF	SIGLA	NOME	ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	Nº SÓCIOS	FORMAS
S					15.678	
PR	COPAVI	Coop. Prod. Agropecuária Vitória Ltda.	Santa Maria	Paranacity	37	CPA
PR	COPACO	Coop. de Prod. Agrop. Conquista Ltda.	Portal do Tigre	Querência do Norte	31	CPA
PR	COPROAG	Coop. de Prod. Agrop. Cinco de Agosto Ltda.	N. Esperança	Pitanga	20	CPA
PR	COOPROSERP	Coop. de Prod. e Serviços de Pitanga Ltda.	Novo Paraíso	Pitanga	20	CPA
PR	COOPCAL	Coop. Agropecuária Camponesa Ltda.	Estrela	Cantagalo	26	CPA
PR	CREDTAR	Coop. de Crédito Rural do Centro Oeste do Paraná	Cantagalo	Nova Laranjeiras	1.833	CRÉD.
PR	COANA	Coop. de Com. e Reforma Agrária Avante Ltda.	Regional	Querência do Norte	33	CPSR
PR	COAGRI	Coop. de Trab. Rurais e RA Centro Oeste do PR	Regional	Laranjeiras	3.000	CPPS
PR	COARA	Coop. Com. e RA do Oeste do Paraná Ltda.	Regional	Lindoeste	90	CPSR
PR	COTRAMIC	Coop. dos Trabalhadores Rurais e R.A. de Castro	Regional	Castro	66	CPSR
PR	COOFAGRE	Coop. dos Trab. Rurais e R.A. Sudoeste	Regional	Honório Serpa	222	CPSR
PR	COOPRAN	Coop. de Com. RA União Camponesa	Regional	Londrina	52	CPSR
PR	FILIAL	CCA/PR Filial Santa Maria D'Oeste	Regional	Santa Maria D'Oeste		cca/filial
PR	FILIAL	CCA/PR Filial Lindoeste	Regional	Lindoeste		cca/filial
RS	COPAC	Coop. de Prod. Agrop. dos Assent. de Charqueadas	30 de Maio	Charqueadas	55	CPA
RS	COPAEL	Coop. de Prod. Agrop. Eldorado Ltda.	Irga	Eldorado do Sul	23	CPA
RS	COOPAUL	Coop. de Prod. Agrop. União Libertadora Ltda.	Conq. da Fronteira	Hulha Negra	91	CPA
RS	COPAGRI	Coop. de Prod. Agrop. Serrana Ltda.	Pontão	Pontão	20	CPA
RS	COPARIL	Coop. de Prod. Agrop. Rincão do Ivaí Ltda.	Rincão do Ivaí	Salto do Jacui	22	CPA
RS	COOPATRISUL	Coop. de Prod. Agrop. Trindade do Sul	Trindade do Sul	Trindade do Sul	57	CPA
RS	COOPEMA	Coop. de Prod. Agrop. Peq. e Med. Agricultores	Peq. Agricultores	Três Passos	100	CPS
RS	COOPTAR	Coop. de Prod. Agrop. Cascata Ltda.	16 de Março	Pontão	25	CPA
RS	COOPTIL	Coop. de Prod. Trabalho Integração	Conq. da Fronteira	Hulha Negra	29	CPPS
RS	COOPAVA	Coop. de Prod. Agrop. Vista Alegre Piratini Ltda.	Conq. Liberdade	Piratini	58	CPA
RS	COOPAN	Coop. de Prod. Agrop. Nova Santa Rita	Capela	Nova Santa Maria	51	CPA
RS	COPTAL	Coop. de Prod. Agrop. Liberdade no Futuro	Liberdade no Futuro	Santana Livramento	54	CPA
RS	COMARA	Coop. Mista Agrop. de Ronda Alta Ltda.	Peq. Agricultores	Ronda Alta	61	CPS
RS	COOBAPA	Coop. Barreirense de Produção Agropecuária Ltda.	Peq. Agricultores	Novo Barreiro	650	CPS
RS	COOPAC	Coop. de Prod. Agrop. Constantina Ltda.	Peq. Agricultores	Constantina	700	CPS
RS	CREHNOR	Coop. de Créd. Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda.	Novo Sarandi	Novo Sarandi	4.280	CRÉD.

QUADRO 4.5 – COOPERATIVAS DO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS: CPA/CPS/CPPS/CPSR/CRÉD./TRAB./PA

REG. UF S	SIGLA	NOME	ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	Nº SÓCIOS	FORMAS
RS	COOPERCHÊ	Coop. de Trabalho Gaúcha Ltda.	Frente de Massa	Porto Alegre	700	TRAB.
RS	COOTAP	Coop. dos Trabalhadores Assentados da Reg. POA	Regional	Porto Alegre	242	CPSR
RS	COOPERAL	Coop. Regional dos Assentados	Conq. da Fronteira	Hulha Negra	610	CPSR
RS	COANOL	Coop. Agrícola Novo Sarandi Ltda.	Novo Sarandi	Sarandi	1.252	CPS
RS	COOPERVIDA	Coop. Agrícola Terra Vida Ltda.	Ceres	Jóia	120	CPA
RS	COOPTEC	Coop. de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.	Regional	Porto Alegre	57	CPSR
RS	COOPAL	Coop. de Prod. Agrop. Sete de Julho Ltda.	Sete de Julho	Santana do Livramento	25	CPA
SC	COPECOPA	Coop. de Prestação de Serv. Assentamento Palmares	Palmares	Nova União	120	CPS
SC	COPRANOVA	Coop. de Prod. Agrop. Nova Sociedade Ltda.	Volta Grande	Abelardo Luz	12	CPA
SC	COPAGRO	Coop. de Prod. Agrop. 30 de Outubro	30 de Outubro	Campos Novos	33	CPA
SC	COOPERUNIÃO	Coop. de Prod. Agrop. União do Oeste	Conq. da Fronteira	Dionísio Cerqueira	120	CPA
SC	COOPERJUS	Coop. Reg. de Comerc. Justino Draszevski	25 de Maio	Abelardo Luz	195	CPS
SC	COOPERCON	Coop. Reg. de Comerc. Nova Conquista Ltda.	Putinga	Calmon	210	CPS
SC	COOPEROESTE	Coop. Reg. de Comerc. Extremo Oeste Ltda.	Regional	S. Miguel D'Oeste	252	CPSR
SC	COOPERCAM	Coop. de Prod. Agrop. Construindo Caminho Ltda.	Contestado	Fraiburgo	24	CPA

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPPS – Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços
CRED. – Cooperativa de Crédito
CPSR – Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais
TRAB – Cooperativas de Trabalho

Fonte: Concrab, 1998.

A produção agropecuária dos assentamentos é bastante diversificada e parte destina-se ao mercado local. A maior parte dos assentados está subordinada aos atravessadores. A comercialização também é feita junto aos atacadistas, varejistas e nas feiras locais, e *"de forma secundária, a produção é destinada a outros beneficiários, às cooperativas e bodegas comunitárias. A Região Sul constituiu-se em exceção ao resto do País, devido à sua produção ser, de forma majoritária, destinada às cooperativas"* (I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1996, p. 60). A diversificação da produção dos assentados vem contribuindo para desenvolvimento municipal e microrregional, quando oferece alimentos mais baratos para a população de baixa renda. Ainda são escassos os estudos a respeito dos impactos socioeconômicos dos assentamentos. Os poucos que estão sendo concluídos demonstram as transformações que os assentamentos vêm causando na economia local, mesmo enfrentando diversos problemas, como demonstra uma pesquisa recente, realizada em Santa Catarina:

> *"As análise feitas a partir de alguns dados e da pesquisa de campo realizada no município de Abelardo Luz permitem afirmar que aconteceram mudanças e impactos importantes do ponto de vista econômico para a economia local, com o estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária.*
>
> *O fato de representar atualmente aproximadamente 47% da população do município significa que a participação efetiva dos assentados na comunidade local, se tornou indispensável para a manutenção de algumas atividades econômicas. Inclusive, politicamente, qualquer candidato precisa do apoio de parte dos assentados para se viabilizar em qualquer cargo representativo.*
>
> *Verificou-se que, mesmo com a perda de importantes áreas produtivas no município, o valor relativo da área utilizada com lavouras temporárias aumentou de 44,9% para 46,7% no período em que inicia-se o estabelecimento dos assentados, e as áreas produtivas não utilizadas reduziram-se de 5% para 0,9%. O aumento no percentual de áreas utilizadas com lavouras temporárias mesmo com o desmembramento de áreas da região sul do município demonstra claramente que nesse período houve uma intensificação da exploração das áreas ao norte do rio Chapecó, região onde se concentra os assentamentos rurais.*
>
> *Constatou-se um incremento nas vendas dos produtos e serviços oferecidos pelo comércio local com a participação maior dos assentados.*
>
> *Estes resultados, porém, escondem alguns problemas importantes como a insuficiência e má conservação das estradas vicinais que dificultam o escoamento da produção agrícola dos assentados e a descontinuidade na concessão do PROCERA, entre outros, têm dificultado a obtenção de uma performance ainda melhor dos assentamentos no município.*

Apesar de tudo, os resultados positivos verificados no município de Abelardo Luz mostram que, mesmo com todos os problemas e dificuldades dos trabalhadores rurais que ali se encontram, a alternativa dos assentamentos como opção ao desenvolvimento local, é viável" (Reydon *et al.*, 1999, p. 10).

Em regiões onde predominam ou predominavam os latifúndios, os assentamentos vão desenhando uma nova geografia, onde a agricultura camponesa passa a contribuir para com o desenvolvimento, transformando a realidade local. Dessa forma, o processo de territorialização da luta pela terra também precisa ser considerado na análise dos impactos socioeconômicos, como demonstra um exemplo significativo que é o levantamento feito pela Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul Ltda. (COCEARGS), em 1997, ao comparar a produção em um latifúndio de 4.125 ha, que pertencia à VARIG, e depois com a implantação do assentamento Rondinha, no município de Jóia, na microrregião de Cruz Alta, cujo quadro reproduzimos, parcialmente, no quadro 4.6:

QUADRO 4.6 – COMPARATIVO: ASSENTAMENTO RONDINHA (LATIFÚNDIO DA VARIG)

ASPECTOS	ANTES DA DESAPROPRIAÇÃO	DEPOIS DE CONSTITUÍDO O ASSENTAMENTO
Número de habitantes	10 famílias	686 pessoas
Casas para moradia	8	127
Pocilga de alvenaria	0	102
Estábulo de alvenaria	1	80
Galpões	5	106
Armazéns	2	3
Cercas	13.350 m	159.380 m
Estufa hortigranjeira	0	3
Açudes	21	76
Fossas sépticas	6	34
Escola	0	1
Rede elétrica	2.300 m	12.000 m
Bombas para irrigação	1	10
Poço artesiano	1	2
Caixa d'água	3	51
Bomba d'água	2	7

Refeitório	0	4
Implementos agrícolas	0	49
Tratores	0	12
Caminhões	0	2
Carroças	0	63
Plantadeira de tração animal	0	5
Suínos	0	1.806
Bovinos de corte e leiteiro	1.100	1.961
Aves	0	6.903
Apicultura – caixas	0	361
Pomar	8 pés	12.089 pés
Reflorestamento	5.097 mudas	44.469 mudas
Arroz	0	27 ha
Milho	582 ha	921 ha
Feijão	0	171 ha
Hortigranjeiro	0	5 ha
Aipim	0	47 ha
Melancia	0	19 ha
Melão	0	7.8 ha
Erva-mate	0	3.670 pés
Soja	554 ha	868 ha
Trigo	0	168 ha
Leite	0	97.230 litros/mês
Ordenha	0	6 máquinas
Resfriador	0	7 unidades

Fonte: Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (Coceargs). *A vida no assentamento*. Porto Alegre: Coceargs, 1997, p. 26.

Esse exemplo nos dá uma noção da diversificação da produção e das atividades dos assentamentos, que transformam a porção do território conquistada e impacta o seu em torno. Ainda, para uma idéia da diversidade do que se produz nessas áreas em todo o Brasil, relacionamos no quadro 4.7 uma mostra da produção agropecuária dos assentados por região:

QUADRO 4.7 – PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

REGIÕES	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTAMENTOS
NORDESTE	Milho, feijão-de-corda, mandioca, arroz-de-sequeiro, farinha-de-mandioca, inhame, batata doce, banana, aipim/macaxeira, goma/polvilho, leite, queijo, algodão herbáceo, abóbora, caju, melancia, coco, laranja, abacaxi, castanha.
NORTE	Milho, mandioca, café, arroz-de-sequeiro, farinha-de-mandioca, feijão-de-corda, limão, cupuaçu, feijão, inhame, banana, aipim/macaxeira, goma/polvilho, algodão herbáceo, leite, abóbora, caju, melancia, coco, laranja, abacaxi, castanha, arroz beneficiado, cana-de-açúcar.
CENTRO-OESTE	Milho, amendoin, mandioca, café, arroz-de-sequeiro, farinha-de-mandioca, feijão-de-corda, limão, feijão, banana, algodão herbáceo, abóbora, caju, melancia, coco, laranja, abacaxi, castanha, arroz beneficiado, cana-de-açúcar.
SUDESTE	Milho, quiabo, mamão, jiló, maxixe, abacate, mandioca, café, arroz-de-sequeiro, farinha-de-mandioca, feijão-de-corda, limão, mamona, tomate, alface, couve-flor, feijão, inhame, banana, aipim/macaxeira, fécula, polvilho, algodão herbáceo, abóbora, pepino, cenoura, melancia, coco, laranja, abacaxi, castanha, arroz beneficiado, café, cana-de-açúcar, leite.
SUL	Milho, soja, fumo, mandioca, arroz-de-sequeiro, feijão, abóbora, arroz beneficiado, batata doce, batata inglesa, amendoim, alface, queijo, erva-mate, aipim, cana-de-açúcar, cebola, pêssego, batata salsa, mel de abelha.

Fonte: I Censo da Reforma Agrária, 1997; ITESP, 1998; Pesquisa de campo, 1997.

Enfrentando desafios e contribuindo com a transformação da realidade, os sem-terra resistem contra a exploração e a expropriação. Com enormes dificuldades, desenvolvem suas experiências: errando e acertando, superando problemas e defrontando com novas questões. Constituíram diferentes formas de organização nos assentamentos: os núcleos, os grupos coletivos, as associações, os diversos tipos de cooperativas, na formação de um modelo de desenvolvimento para os assentamentos, que contém um caráter político de resistência e viabiliza a mobilização para articulação de lutas econômicas e políticas, colaborando com o avanço das ocupações e da organicidade do MST. Dessa forma, produzem as suas existências, formando e territorializando do Movimento, incorporando outras famílias na marcha da luta pela terra. Assim, o assentamento e cada lote dos sem-terra são mais do que unidades e áreas de produção, são também porções do território conquistado para a resistência e a luta contínuas.

Outros desafios são as questões da industrialização e da inserção ao mercado. Nesse processo, o Sistema Cooperativista dos Assentados tem implantado diversas unidades agroindustriais em cooperativas, conforme está apresentado no quadro 4.8:

QUADRO 4.8 – AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

TIPO	COOPERATIVA	MUNICÍPIO/UF	PRODUÇÃO
Beneficiamento de castanha de caju	COPAGLAN	Itarema (CE)	550 kg/dia
Laticínio	COOPRAUNIÃO	Prado (BA)	13 mil l/dia
Alambique	COOPRAUNIÃO	Prado (BA)	400 l/dia
Beneficiamento de café	COPRAVA	São Mateus (ES)	10 mil sacas/safra
Queijaria	COOPASE	Ribeirão (PE)	60 kg/dia
Microusina de leite	Assoc. 25 de Maio	S. Miguel Oeste (SC)	1.800 l/dia
Microusina de leite	Assoc. 23 de Junho	Cedro (SC)	800 l/dia
Abatedouro de frango	COOPERUNIÃO	Dionísio Cerqueira (SC)	200 frangos/dia
Fábrica de jeans	COOPERUNIÃO	Dionísio Cerqueira (SC)	1.080 peças mês
Ervateira	Cooperativa Central – filial II	Abelardo Luz (SC)	2 toneladas dia
Beneficiamento de arroz	COOPERVID	Igarapé do meio (MA)	1.5 toneladas dia
Ervateira	Cooperativa Central	Santa Maria do Oeste (PR)	1.2 toneladas hora
Pasteurização e envasamento de leite	COOPAVI	Paranacity (PR)	4 mil l/dia
Beneficiamento cana-de-açúcar/açúcar mascavo e cachaça	COOPAVI	Paranacity (PR)	250 kg/dia 300 l/dia
Beneficiamento de grão	COAGRI	Nova Laranjeiras (PR)	75 mil sacas capacidade estática
Beneficiamento de grão	COAGRI	Cantagalo (PR)	250 mil sacos safra
Beneficiamento de sementes agroecológicas BIONATUR – hortaliças	COPERAL	Hulha Negra (RS)	1 ton./dia
Embutidos e defumados de suínos	COOPAIL	Ibirubá (RS)	12 suínos dia
Abatedouro de suínos	COOPTAR	Pontão (RS)	14 suínos dia
Ervateira	COOANOL	Sarandi (RS)	2 ton./hora
Resfriador de leite	COOANOL	Sarandi (RS)	17 mil l/dia
Abatedouro de suínos	COOPAN	Nova Santa Rita (RS)	20 suínos dia
Queijaria	ITERRA	Veranópolis (RS)	15 quilos dia
Fábrica de conservas e doces	ITERRA	Veranópolis (RS)	10 ton. matéria-prima/mês
Moinho de trigo	COOMARA	Ronda Alta (RS)	360 quilos hora

Fonte: Concrab, 1997a.

Existem, ainda, vários projetos de implantação de usina e microusinas de leite, resfriador e laticínios, conforme relacionados no quadro 4.9:

QUADRO 4.9 – UNIDADES AGROINDUSTRIAIS EM IMPLANTAÇÃO

TIPO	COOPERATIVA, GRUPO OU ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO/UF	FINANCIAMENTO
Microusina de leite	Grupo informal	Rondonópolis/MT	Procera
Microusina de leite	Grupo informal	Araputanga/MT	Procera
Usina de leite	COMARA	Imperatriz/MA	BID[30]
Microusina de leite	COARP	Japoatã/SE	Procera
Microusina de leite	COOAPRI	Itapeva/SP	Procera
Microusina de leite	COOPAC	Anastácio/MS	Procera
Microusina de leite	PA Nova Esperança	Jateí/MS	Procera
Resfriador	COAGRI	Nova Laranjeiras/PR	Procera
Laticínios	COCAMP	Euclides da Cunha/SP	Procera

Fonte: Concrab, 1997a.

Em setembro de 1999, a COCEARGS expôs os produtos das cooperativas dos assentados na Expointer – principal feira agropecuária do país, realizada anualmente em Esteio (RS). Em outubro, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) realizou o Fórum Estadual de Comercialização dos Produtos da Reforma Agrária, no Parque Estadual da Água Branca, em São Paulo (SP), onde os sem-terra expuseram os seus produtos. Essas exposições marcam a participação dos assentados nesses eventos, ocupando espaços, nos quais estavam ausentes.

O Sistema Cooperativista dos Assentados enfrenta diversos problemas com a viabilidade da produção nos assentamentos e com o modelo de cooperativismo que está implantando. Algumas cooperativas encerraram suas atividades como são os casos da COPAJOTA (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares), em Promissão (SP), e da Cooperativa de Produção Nova Ramada, em Júlio de Castilhos (RS). Evidente que essas experiências defrontam-se com enormes obstáculos no modelo econômico de desenvolvimento da agricultura capitalista, afinal, essas cooperativas estão subordinadas aos grandes monopólios de mercado. De modo que a postura do SCA é buscar brechas possíveis, propondo a comercialização nos merca-

30. Banco Interamericano de Desenvolvimento.

dos locais e regionais, bem como procurando criar alternativas, como por exemplo: a criação de mercados solidários[31] (Concrab, 1997b, p. 18). Faz parte da história do MST aprender com as lições da luta, de modo que as questões permanentes do Movimento estão sempre em debate e em busca de superação. Dessa forma, confrontando-se com esses obstáculos e desafios, as experiências desenvolvidas têm contribuído, em geral, para o desenvolvimento econômico dos assentados e com as lutas pela terra e pela reforma agrária.

Os assentamentos mais bem organizados colaboram com as ocupações, liberam e financiam os trabalhos de militantes na territorialização da luta em outros estados e regiões, assim como para desenvolver a organicidade do MST por meio dos setores de atividades.

No biênio 1998/99, a Concrab realizou um convênio com o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS), e a Universidade de Brasília, para criar o Curso de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas (CEACOOP). Essa é uma experiência para qualificar assentados e técnicos (coordenadores, administradores, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas) para as cooperativas do SCA. São dez anos de experiências de organização cooperativa no MST. Com todos os desafios e questões, o Sistema foi um setor importante no processo de formação e territorialização do Movimento. Não há como separar a luta econômica da luta política. Dessa forma, ao desenvolverem as experiências que resultam nos processos de formação e territorialização do MST, os sem-terra construíram uma importante forma de resistência contra a expropriação e a exploração, enfrentando o capitalismo na sua essência.

Estrutura organizativa do MST

A partir da práxis, os sem-terra articularam, no período 1979-1984, as condições necessárias para criar um movimento social camponês. No período 1985-1990, territorializaram o MST, tornando-o um movimento nacional, construindo e consolidando sua estrutura organizativa[32]. Desde o início dos anos 90, os sem-terra estabeleceram essa estrutura, multidimensionada e em *movimento,* compreendida pelas formas de organização das atividades e pelas instâncias de representação, transformando o MST em uma organização social ampla. Desse modo, em 1999, a organização do MST possuía o seguinte organograma:

---

31. Exemplos de tipos de empreendimentos solidários estão em Gaiger, 1999.

32. Ver capítulo 3: Construindo o caminho.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
CONGRESSO NACIONAL	SECRETARIA NACIONAL
ENCONTRO NACIONAL	SECRETARIAS ESTADUAIS
COORDENAÇÃO NACIONAL	SETOR DE FRENTE DE MASSA
	SETOR DE FORMAÇÃO
DIREÇÃO NACIONAL	SETOR DE EDUCAÇÃO
	SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS
ENCONTRO ESTADUAL	SETOR DE COMUNICAÇÃO
COORDENAÇÃO ESTADUAL	SETOR DE FINANÇAS
	SETOR DE PROJETOS
DIREÇÃO ESTADUAL	SETOR DE DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO REGIONAL	SETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
	SETOR DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ASSENTAMENTOS E COORDENAÇÃO DE ACAMPAMENTOS	COLETIVO DE MULHERES
	COLETIVO DE CULTURA
	ARTICULAÇÃO DOS PESQUISADORES
	MÍSTICA

A organização das atividades possui diferentes formas: secretarias, setores, sistema, coletivos e articulação. Essas formas em suas dimensões estão em movimento e podem se transformar no processo de construção do MST. Assim, o coletivo ou a articulação podem virar setores, um setor pode se tornar um sistema, ou manterem-se nessas formas, ou até mesmo deixarem de existir, conforme as necessidades e desafios que vão surgindo nesse processo[33].

33. Por exemplo: o Setor de Produção que foi transformado em Sistema Cooperativista dos Assentados, e durante a primeira metade dos anos 90, quando foi criado o Setor de Núcleos, responsável pela organização de base nos assentamentos e acampamentos. Este Setor foi extinto em 1995, sendo essa atribuição conferida a todos os setores e coletivos, bem como às instâncias.

Os setores e os coletivos são formas de organização existentes em diferentes escalas: local, regional, estadual e nacional, voltadas para o desenvolvimento das relações e atividades correspondentes nos assentamentos e acampamentos, bem como às relações externas. Igualmente, o Sistema Cooperativista dos Assentados abrange diferentes frentes de atividades relacionadas à produção agropecuária, tecnologia, formação, crédito, administração, planejamento, gestão, comercialização, desenvolvimento socioeconômico, negociações e formas de organização do trabalho.

As instâncias possuem diferentes escalas de representação: nacional, estadual, regional e local. São fóruns de decisão política: congresso e encontros, e instâncias representativas: coordenação e direção. A interação entre as formas de organização das atividades e as instâncias representativas acontece por meio da organicidade. As instâncias são compostas por membros das direções, das coordenações, dos setores, do sistema cooperativista e dos coletivos. Da mesma forma que os membros das instâncias devem acompanhar as atividades, os membros dos setores compõem as instâncias.

Na década de 1990, pelo seu caráter de *dimensionamento e movimento*, a estrutura organizativa do MST foi ampliada em sua forma de organização das atividades, na constituição dos setores de Direitos Humanos e de Saúde, bem como com a criação do Coletivo de Cultura e da Articulação dos Pesquisadores. O Setor de Direitos Humanos é formado por advogados e atua na defesa dos direitos dos trabalhadores, principalmente no campo jurídico. O Coletivo de Cultura tem trabalhado na valorização da produção artística e cultural dos sem-terra. Produziram dois discos compactos e atuam nos estados, onde têm disseminado a cultura popular. A articulação dos pesquisadores vem elaborando propostas de linhas de pesquisas e projetos voltados para as questões das lutas pela terra e pela reforma agrária, do cooperativismo, da educação, da saúde, da cultura, entre outros. Também atua, de modo geral, nos cursos de formação e na orientação para realização dos projetos de pesquisas desenvolvidos pelos participantes desses cursos. Essas atividades incorporam sem-terra e outros trabalhadores de diversas áreas. Da mesma forma, a mística envolve a todos. Como atividade sociocultural reúne pessoas de todas as formas de organização das atividades. Assim, a mística não é um coletivo formal, como são os de cultura e das mulheres. A mística é formada por qualquer pessoa, onde ela estiver: no acampamento, no assentamento, na escola, na cooperativa, no encontro etc.

Nessa trajetória de vinte anos de formação e territorialização o MST se ampliou e deixou de ser só um movimento social para tornar-se também uma organização social presente em vinte e três unidades da federação[34]. As diferentes frentes de atuação formam uma organização – composta por acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, que possuem veículos, máquinas e implementos, envolvendo trabalhadores de várias categorias – que abrange as diversas dimensões da vida dos sem-terra.

34. Como pode ser observado na página 44 da *Revista Sem Terra*, nº 8 (setembro de 1999), onde constam os principais endereços do MST nos estados e no Distrito Federal.

Como foi demonstrado até aqui, o MST atua intensamente em todas as dimensões da vida humana: política, econômica, social, cultural etc., procurando desenvolvê-las. Esse multidimensionamento da estrutura e das ações faz do MST uma ampla organização social. Todavia, a principal referência à sua existência está diretamente vinculada à luta pela terra, à resistência na terra, ao trabalho familiar, o que faz do MST um movimento camponês com as questões do nosso tempo. Como afirmei, os sem-terra não lutam só pela terra, mas por todas as condições básicas de existência. E por essa razão vão dimensionando o Movimento. Dessa forma, construíram essa estrutura organizativa por meio de suas experiências e reflexões. Na consolidação dessa ampla estrutura os sem-terra se utilizaram de dois princípios fundamentais e indissociáveis, que são a organicidade e o coletivo[35]. Esses princípios articulam as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, constituindo-se numa concepção interativa, que se expressam na identidade e na diversidade de suas práticas, nos processos de luta e resistência desenvolvidos na formação e territorialização do MST. Assim, de acordo com Ademar Bogo:

> *"é fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação"* (Bogo, 1999, p. 131).

Assim, também, o MST pode ser visto como uma *estrutura poderosa* segundo Martins, e de fato é, mas também *carrega dentro de si enormes fragilidades*, segundo Bogo. O Movimento, em sua trajetória histórica, enfrentou os mais diferentes problemas, superou alguns e ainda continua convivendo com muitos.

Nesses vinte anos de vida, o Movimento tem enfrentado grandes desafios, que são questões com as quais os sem-terra convivem em seu cotidiano e procuram soluções como condição para superá-los. Dois enormes desafios que os sem-terra enfrentaram foram: a manutenção da sua forma de luta e resistência, impedindo a divisão em um movimento de luta pela terra e outro de assentados; outro desafio foi a persistência pela autonomia. Em todos os estados, os sem-terra receberam críticas por entenderem que são os responsáveis pela direção política do Movimento; ainda, outro desafio está sendo a implantação do modelo cooperativista que propõe para os assentamentos. Todo esse processo é acompanhado por cientistas, que por meio de suas pesquisas procuram interpretar essas práticas sociopolíticas e econômicas. Todavia, são os sem-terra que constroem suas realidades e por elas são transformados. E como

35. A respeito das primeiras discussões no MST sobre esses princípios, ver capítulo 2: Nosso Movimento daqui para frente.

pode ser observado no grande volume de publicações do MST, também pensam sobre o caminho que estão construindo, que a cada dia é tão mais largo quanto mais longo.

Encontros, congresso e conjunturas

Os Encontros Nacionais são momentos em que os sem-terra avaliam a conjuntura política, aprofundam o debate a respeito da questão agrária e definem as linhas políticas de atuação. Nos anos 90, em seu processo de formação e territorialização, o MST manteve a questão agrária na pauta política nacional e se destacou como principal interlocutor junto ao governo a respeito do problema agrário. De acordo com Martins:

> *"O Movimento é o único agente social a proclamar todos os dias que a questão agrária não é só nem predominantemente uma questão econômica. Ela é uma questão política. Mesmo grupos atuantes, da maior relevância histórica e política, como a Comissão Pastoral da Terra, onde aliás nasceu o Movimento Sem Terra, já se equivocam na sua missão e no alcance de seu trabalho ao anunciarem na prática a precedência das questões econômicas e técnicas em relação às questões propriamente sociais e políticas...*
>
> *À medida que o Movimento dos Sem Terra questiona o injusto e anti-social regime de propriedade, à medida que, ao reivindicar, cria impasses políticos criativos para os governantes e o Estado, à medida que obriga o Estado, com suas ações concretas de ocupação de terras, de alguma forma, ainda que tangencialmente, a tomar providências protelatórias, a negociar, a fazer reformas tópicas, nessa medida o Movimento questiona o Estado oligárquico e latifundista. Assim agindo, o Movimento dos Sem Terra atua no sentido de democratizar a propriedade da terra e de desimpedir um fator de persistência da mentalidade oligárquica. Nesse sentido ele é essencialmente modernizador, muito mais modernizador do que o capital que se compôs com a grande propriedade fundiária"* (Martins, 1997b, p. 64-5).

De fato, as ações do MST no campo político, ocupando espaços estratégicos e reivindicando o debate e saídas para a questão agrária, têm sido uma forma importante de pressão para obter dos governantes algumas respostas para a situação dos sem-terra nas diversas regiões brasileiras. Na década de 1990, o Movimento foi ao Palácio do Planalto diversas vezes para negociar políticas públicas referentes aos assentamentos rurais e soluções para os conflitos. Em 2 de fevereiro de 1993, a Coordenação Nacional do MST reuniu-se com Itamar Franco. Depois de nove anos da fundação do Movimento, pela primeira vez, os sem-terra eram recebidos por um presidente da República. Nessa audiência, reivindicaram a mudança da presidência do Incra e apresentaram um documento contendo propostas de medidas emergenciais para a reforma agrária e

entre estas os vetos de artigos, incisos e parágrafos da Lei Agrária que estava para ser promulgada[36]. Também reuniram-se com o presidente do Banco do Brasil e com o secretário-geral do Ministério da Agricultura para discutirem os recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária.

Entre 1991 e 1999, foram realizados quatro encontros nacionais e o 3º Congresso, conforme representado abaixo:

EVENTO	LOCAL	DATA
6º Encontro Nacional	Piracicaba (SP)	19 a 23/02/1991
7º Encontro Nacional	Salvador (BA)	13 a 17/12/1993
3º Congresso	Brasília (DF)	24 a 27/07/1995
8º Encontro Nacional	Salvador (BA)	24 a 27/01/1996
9º Encontro Nacional	Vitória (ES)	03 a 06/02/1999

No 6º Encontro Nacional, os sem-terra discutiram as ações do Governo Collor e a intensificação da violência no campo. Também debateram as experiências de organização dos assentamentos e decidiram pela implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados. Definiram uma jornada de lutas em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comissão Pastoral da Terra, a Coordenação Nacional dos Atingidos por Barragens e o Movimento de Sobrevivência da Transamazônica. Era uma forma de chamar a atenção da sociedade para os conflitos no campo e a necessidade de realização da reforma agrária.

Em dezembro de 1993, na cidade de Salvador (BA), foi realizado o 7º Encontro Nacional, quando os sem-terra avaliaram a questão agrária no período dos Governos Collor/Itamar e aprovaram documento "Que Reforma Agrária Queremos", em que apresentavam propostas e medidas que seriam entregues aos candidatos às eleições presidenciais de 1994. Neste Encontro, os sem-terra também definiram o apoio à candidatura Lula, por acreditarem *"ser a única que, se vitoriosa, pode implantar um programa democrático-popular e realizar a reforma agrária"* (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nº 133, janeiro-fevereiro de 1994, p. 2).

Em maio de 1994, os movimentos sociais do campo inauguraram uma ação conjunta, organizando uma ampla jornada de lutas que denominaram *Grito da Terra*, com diferentes tipos de manifestações em todo o Brasil: ocupações, passeatas, negociações etc. Pela primeira vez, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Coordenação Nacional dos Atingidos por Barragens, o Movimento

36. Lei Agrária 8.629/93. A respeito do processo de discussão e elaboração desta Lei, ver Fernandes, 1996a, p. 59s.

Nacional dos Pescadores e o Conselho Nacional dos Seringueiros, se mobilizaram na efetivação de propostas para a superação dos problemas estruturais do campo. Negociaram com o Governo Itamar uma série de medidas referentes à reforma agrária, política agrícola, direitos trabalhistas etc.

Em julho de 1995, os sem-terra realizaram o 3º Congresso Nacional, em Brasília. Este evento inaugurou a palavra de ordem *"Reforma Agrária: uma luta de todos"*, reforçando e ampliando o debate a respeito da questão agrária para diversos setores da sociedade. Com relação à conjuntura política, Fernando Henrique Cardoso vencera as eleições e implantara uma política de assentamentos rurais em que assumira o seguinte compromisso:

> *"Os conflitos agrários existentes no Brasil são conseqüência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças no campo. O governo Fernando Henrique vai enfrentar essa questão, com vontade política e decisão, dentro do estrito respeito à lei. Com o aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir a cem mil famílias no último ano do governo. Essa é uma meta ao mesmo tempo modesta e audaciosa, já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20 mil famílias"* (Cardoso, 1994, p. 101).

No seu governo foram construídas as condições políticas para essa realização, conforme pode ser observado pelos números da tabela 4.7. No último dia do Congresso, o MST fez uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto, enquanto a Coordenação Nacional se reunia com o presidente da República e entregaram uma pauta de reivindicações, bem como uma estatueta de Zumbi dos Palmares e a bandeira do MST. A pauta continha os seguintes pontos: política de reforma agrária; regularização dos projetos de assentamentos; garantia de liberação dos recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária; vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária à Presidência da República e assentamento imediato das famílias acampadas[37] (*Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, nº 150, agosto de 1995, p. 5).

O 8º Encontro Nacional foi realizado em janeiro de 1996, também na cidade de Salvador (BA). Um dos pontos de discussão desse evento foi a questão da política neoliberal do governo FHC, que resultara, entre diversos outros problemas sociais, no crescimento do desemprego. Nesse sentido, a luta pela terra se intensificava em todo o país, pelo aumento da demanda dos interessados em participarem das lutas e no crescimento do número de ocupações.

---

37. É importante lembrar que o atendimento às reivindicações acontece parcialmente por meio da continuidade da pressão política.

Em 1998, Fernando Henrique Cardoso venceu novamente as eleições presidenciais. Em seu primeiro mandato, em torno de 280 mil famílias foram assentadas ou tiveram suas posses regularizadas. Pelo menos quatro fatores contribuíram para se chegar a esse resultado. O mais importante foi a organização dos sem-terra que intensificaram as ocupações e territorializaram a luta, como pode ser observado pelos números da tabela 4.2. Dessa forma, desde 1994 surgiram diversos movimentos sociais e passaram a realizar ocupações de terra; outro fator é a regularização fundiária das terras de posseiros, principalmente na Região Norte; outro é que a política neoliberal intensificou o desemprego em todos os setores da economia. E também, por causa da diminuição do preço da terra que ocorreu a partir da implantação do Plano Real. Para desespero dos latifundiários, a terra perdeu em média 50% do seu valor. Segundo a pesquisa de Bastiaan e Plata:

> *"Os preços da terra de lavouras a partir de 1995 apresentam uma tendência decrescente em todas as regiões. Para o Brasil, eles diminuíram em média de R$ 1.951, no período de junho de 1988 a dezembro de 1994, para R$ 1.170 em 1997. Esta mudança estaria associada à política macroeconômica implementada pelo Plano Real"* (Bastiaan, Reydon. Plata, Ludwig Agurto, 1999, p. 3).

Essa nova conjuntura possibilitou ao governo FHC a implantação de uma política para resolver o problema dos latifundiários e tentar diminuir o poder de pressão dos sem-terra. Para tanto, o governo criou o projeto-piloto Cédula da Terra, que foi implantado em 1997, nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Este projeto tem participação do Banco Mundial e foi desdobrado, em 1999, para o que o governo nomeou de Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra. O argumento principal do governo para implantar esses projetos é:

> *"As fontes de economia de custos do projeto em comparação com a abordagem tradicional da reforma agrária são as seguintes: a) preço mais baixo de aquisição/compra de terra, como resultado da livre negociação entre compradores e vendedores; b) custos mais baixos dos investimentos com a participação direta das comunidades na implementação e c) maior adimplência dos tomadores de empréstimos junto aos bancos, comparativamente quando o pagamento é feito a agências públicas"* (Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária. *Cédula da Terra*. Brasília: s.d.).

Na realidade, com o projeto Cédula da Terra o governo tenta mudar a questão agrária do plano político para o plano econômico, beneficiando os proprietários de terra, que dessa forma podem transferir seus capitais para outros setores da economia. E quem paga a conta são os trabalhadores, conforme concluiu o DESER em pesquisa recente a respeito das condições de pagamento dessas terras:

"Vender 'gato por lebre', enganando os agricultores através de falsas avaliações de pagamento pode ser fácil, principalmente considerando as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores familiares. Por outro lado, o agravante é que a terra adquirida é colocada como garantia do financiamento, através de alienação fiduciária, ou seja, caso o agricultor não possa pagar a dívida, o banco pode tomar a terra como forma de pagamento.

Concluindo, reforçamos a importância e a necessidade de um crédito fundiário para potencializar a agricultura familiar, principalmente para os arrendatários, minifundistas e jovens filhos de agricultores. Entretanto, as condições de pagamento precisam estar adequadas à rentabilidade da produção agrícola e relacionadas ao acesso à tecnologia, formação profissional, pesquisa, assistência técnica, educação e outros créditos agrícolas.

A proposta apresentada pelo Banco da Terra não cumpre nenhum desses pré-requisitos, pelo contrário, poderá levar os agricultores familiares e assalariados rurais, já descapitalizados, para uma situação ainda mais crítica" (DESER, 1999, p. 21).

O lado oculto dessa política é explicitado pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária[38]:

"Desorientado pela impossibilidade de cooptar os trabalhadores rurais sem-terra e de dissuadir suas ações pela repressão político-militar, o Governo Federal, com o apoio dos setores estrategistas civil-militares e do Banco Mundial, desenvolveu uma nova estratégia para desmobilizar os movimentos sociais e sindicais no campo, não mais dando ênfase às iniciativas no campo político-administrativo e ideológico, mas sim no econômico, com o programa Cédula da Terra e a criação do Banco da Terra, ambas formas institucionais da proposta de reforma agrária pelo mercado.

...

38. Do Fórum participam diversas instituições: Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (INESC), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores (SAPT), Cáritas, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), Confederação Nacional dos Servidores do Incra, Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), Federação dos órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

Nesse processo geral da reforma agrária pelo mercado, a iniciativa de venda ou não da terra ociosa (em geral da pior qualidade) passaria para o controle dos latifundiários, tradicionais especuladores com a terra, sem a mediação do Estado, e sem qualquer restrição por não cumprirem a função social da terra como dispõe o artigo 184 da Constituição Federal" (Fórum Nacional de Reforma Agrária, 1999, p. 3).

Com esta política, o governo abre mão da competência de fazer a reforma agrária, procurando conter a intensificação das ocupações de terra, oferecendo maior poder político aos latifundiários. Esse processo já aconteceu na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, e na Constituição de 1988, quando os latifundiários conseguiram o controle político e foram vitoriosos. O Banco da Terra é a estratégia política para que, por meio da mercantilização da reforma agrária, possam ter maior poder sobre esse elemento da questão agrária.

Essas questões foram debatidas no 9º Encontro Nacional do MST, realizado nos dias 3 a 6 de fevereiro de 1999, em Vitória (ES). Outros pontos debatidos neste evento foram: a resolução sobre a emancipação dos assentamentos, em que os sem-terra repudiaram a proposta do governo que pretende emancipar os assentamentos, todavia não tem cumprido com a implantação da infra-estrutura básica; a mobilização para recuperar as conquistas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), que o governo substituiu pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Desde 1989, o MST tem participado de diversos eventos com outras organizações camponesas da América Latina. A partir desses encontros, construíram as condições para a realização do 1º Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo (CLOC), que aconteceu em fevereiro de 1994, em Lima (Peru). O 2º Congresso aconteceu no mês de novembro de 1998, em Brasília, organizado pelo MST, CUT, Contag e ANMTR. Desse evento participaram oito organizações da América do Norte, Europa e Ásia, que também são integrantes da articulação internacional Via Campesina.

Um evento importante que marcou a história do MST foi a Marcha Nacional: Reforma agrária, Emprego e Justiça. Durante sessenta dias, três grupos de sem-terra partiram de São Paulo (600 pessoas), de Governador Valadares (MG) (400 pessoas) e de Rondonópolis (MT) (300 pessoas), e caminharam até Brasília[39]. Chegaram à capital federal no dia 17 de abril, Dia Internacional da Luta Camponesa, lembrando um ano do massacre em Eldorado dos Carajás (PA). Na chegada receberam o apoio de pelo menos sessenta mil pessoas numa das maiores manifestações ocorridas em Brasília. Participaram dos atos partidos políticos e organizações de apoio à reforma agrária.

---

39. A respeito, ver o excelente trabalho de: Santos, Andrea Paula. Ribeiro, Suzana Lopes Salgado. Bom Meihy, José Carlos. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola, 1998.

Nos estados onde o MST está organizado também aconteceram marchas em direção às capitais. A Direção Nacional marcou uma audiência[40] com o presidente Fernando Henrique Cardoso e entregou um documento manifestando suas críticas à política econômica e à política agrária, especialmente a respeito do modelo econômico de desenvolvimento da agropecuária. Alertou para a situação dos pequenos agricultores e do desemprego. Declarou que aquilo que o governo chama de reforma agrária é tão-somente uma política de assentamentos etc. E reivindicou, entre outros pontos, o assentamento das famílias acampadas e das cadastradas, o aumento do valor do crédito do Procera, bem como o aumento do montante de recursos para acompanhar o crescimento do número de assentamentos. Também reivindicou a urgência de aprovação no congresso de projetos de lei que agilizam a reforma agrária, como, por exemplo, os projetos que impedem a arbitrariedade nas liminares de despejo e a cobrança de juros compensatórios nas desapropriações (*Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, nº 168, maio de 1997, p. 9).

Noutra direção, o presidente entregou um documento intitulado "Reforma Agrária: um compromisso de todos", em que apresentou os programas de seu governo para a questão agrária. Entre estes, o Projeto Lumiar de assistência técnica, o Projeto Emancipar, destinado à emancipação de assentamentos, o Cédula da Terra, o Projeto Casulo desenvolvido em parcerias com prefeituras para implantação de assentamentos (Cardoso, 1997). Este documento expressa uma política agrária que o Movimento vem combatendo, porque continua excluindo os trabalhadores das decisões políticas.

Com o objetivo de ampliar a organização popular, em dezembro de 1997, o MST, a Central de Movimentos Populares e a CNBB realizaram um evento em Itaici (SP), onde elaboraram os princípios de uma Consulta Popular para discutir um projeto para o Brasil. Nesse encontro, reuniram-se lideranças populares, líderes religiosos, artistas, intelectuais e políticos que debateram a iniciativa. Organizaram os principais compromissos da Consulta Popular: criar espaços de socialização política para discutir os principais problemas nacionais e elaborar um projeto de desenvolvimento; articular lutas conjuntas para fortalecer o enfrentamento contra o projeto das elites; investir na formação de militantes para fortalecer as organizações populares e realizar uma marcha para divulgar a Consulta e procurar conscientizar a população. Em 1999, o número de organizações populares participantes da Consulta foi ampliado e os integrantes[41] realizaram a Marcha Popular pelo Brasil. Em torno de mil e cem lutadores do povo (como foram denominados os participantes da marcha) partiram do Rio de Janeiro em julho, percorreram 1.600 km até Brasília, onde chegaram no dia 7 de outubro. No trajeto, visitaram 130 cidades e povoados, discutindo a realidade do povo e

---

40. Também participaram da audiência as seguintes instituições: CNBB, CUT, Contag, CIMI e Movimento das Mulheres Agricultoras.

41. Além das referidas, passaram a compor a Consulta, os seguintes movimentos: Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Atingidos por Barragens.

necessidade da organização popular para a construção de um projeto para o Brasil[42]. Em Brasília realizaram, em frente ao Banco Central, uma manifestação contra o Fundo Monetário Internacional e pela soberania do Brasil.

Com essa iniciativa, o MST tendo como referência os seus princípios, construídos desde seu 1º Encontro, participa e ajuda a promover um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. Essa é uma experiência bastante recente e está em processo de gestação. Contudo, é necessário observar que, na conjuntura política atual do país, é sem dúvida uma importante forma de organização da classe trabalhadora do campo e da cidade na luta contra as políticas neoliberais. Igualmente é importante destacar a presença maciça dos camponeses nessa organização. A respeito do devir desse processo, são poucos os referenciais para uma análise. Todavia, o MST tem uma grande responsabilidade sobre esse processo e, dessa forma, dimensiona sua luta não apenas por porções do território, mas sim em uma luta pela transformação social, política e econômica do território brasileiro.

Outros movimentos sociais

Embora o MST seja, com certeza, o mais organizado, o mais amplo e o único movimento social organizado nacionalmente, desde 1994 surgiram outros movimentos. Registrei 15 movimentos sociais lutando por terra. Essa luta é feita em grande parte por movimentos sociais socioterritoriais, como também por movimentos isolados[43].

Durante as pesquisas de campo, identifiquei os movimentos socioterritoriais, que constam no quadro 4.10. São movimentos de trabalhadores sem-terra e movimentos sindicais que nasceram – ou passaram a participar – da luta pela terra, predominantemente a partir da primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso. Tendo como referência a pesquisa documental que realizei, ainda são poucos os estudos a respeito desses movimentos sociais[44].

---

42. Algumas referências a respeito das propostas estão em Benjamin, 1998, e Consulta Popular, s.d.

43. A respeito dessas noções, ver capítulo 5: Processos de ocupação: tipos e formas – espacialização e territorialização.

44. A respeito do MLT, ver Costa, Gileaide Silva, 1996. A respeito do MAST, ver Santos, Gilberto Vieira, 1999, e Feliciano, Carlos Alberto, 1999.

QUADRO 4.10 – OUTROS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

NOME	ESTADO (S)	INÍCIO
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	BA e PB	1975
Movimento de Luta pela Terra (MLT)	BA – PA	1994
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso (MST-SMT)	MT	1994
Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Pernambuco (FETAPE)	PE	1995*
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS)	MS	1996*
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul (COAMS)	MS	1996
Movimento da Terra (MT)	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta (MCL)	PE	1996
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)	MG	1996*
Movimento Camponês de Corumbiara (MCC)	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem Terra (MLST)	MA – PE – MG, RN e SP	1997
Liga Operário-Camponesa	RO	1998
Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST)	DF – MA – PA	1998
Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
Movimento Unificado dos Sem Terra (MUST)	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Pesquisa e organização dos dados: Bernardo Mançano Fernandes, 1998.

* Ano em que intensificou o processo de ocupação de terra.

Esse quadro é uma referência dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra. Em 1999, a Contag intensificou as ocupações de terra e no dia 6 de abril[45] realizou 59 ocupações em 11 estados, principalmente no Nordeste, Minas, Goiás e Mato Grosso do Sul. A Comissão Pastoral da Terra tem atuado em ocupações de terra nos Estados da Paraíba e Mato Grosso do Sul, sendo que nos outros estados participa das articulações de apoio à luta.

Com relação aos movimentos isolados, não consegui informações seguras por causa da rapidez das ações da luta e da efemeridade inerente a esse tipo de movimento. Todavia, selecionei os que pude acompanhar em suas trajetórias. São movimentos

45. A Contag definiu esse dia como o Dia Nacional da Ocupação de Terra.

isolados que surgiram na região do Pontal do Paranapanema entre os anos de 1995 a 1998. A maior parte desses movimentos não existe mais. Parte se uniu e se transformou em movimento socioterritorial, outros foram extintos (ver quadro 4.11).

QUADRO 4.11 – MOVIMENTOS SOCIAIS ISOLADOS: PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

NOME	MUNICÍPIO	INÍCIO	LÍDER – APOIO POLÍTICO
Movimento Sem-Terra de Rosana	Rosana	1995	STR Rosana – Fetaesp
Brasileiros Unidos Querendo Terra	Pres. Epitácio	1996	Geraldo L. de Oliveira – ?
Movimento Esperança Viva*	Mirante do Paranapanema	1996	Ailton Barbosa – ?
Movimento da Paz	Regente Feijó	1997	Clarício de Oliveira – ?
Movimento Terra Brasil**	Pres. Venceslau	1997	Richard Sorigotti – ?
Movimento Unidos pela Paz	Tarabai	1997	João Mendes – ?
Movimento da Paz Sem-Terra***	Taciba	1997	Celso Cereja – ?
Movimento Terra e Pão	Santo Anastácio	1997	? – ?
Movimento Sem-Terra do Pontal	Teodoro Sampaio	1998	? – PT
Movimento Terra da Esperança***	Pres. Bernardes	1998	Pedro José da Silva – ?

Pesquisa e organização dos dados: Bernardo Mançano Fernandes, 1998.

* Dissensão do MST.
** Dissensão do Brasileiros Unidos Querem Terra.
*** Dissensão do Movimento Unidos Pela Paz.

Nas mudanças ocorridas nas trajetórias desses movimentos, o Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra ampliou-se, passou a realizar ocupações em outros municípios e tornou-se o Movimento Unificado dos Sem-Terra. Quanto ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), este foi formado pela fusão dos outros movimentos sociais, ou pelo menos pelas dissidências desses movimentos.

Há que se considerar as diferenças políticas de alguns desses movimentos com o MST, já que parte é dissidência do Movimento. Com relação aos sem-terra que formaram o MAST, estes optaram por uma tendência social-democrata e de acordo com sua carta de princípios:

"Diante da inexorável globalização – como um movimento baseado na plena internacionalização e fluidez do capital em escala mundial – cabe à social-democracia, como força política capaz de catalisar energias disponíveis, um enorme papel.

Hoje em dia, em virtude do contexto emergente, as grandes forças políticas parecem estar concentradas no eixo liberalismo/social-democracia, com diversas variantes... A reforma agrária como política social é que obteve relativo sucesso, principalmente nos últimos três anos, tendo em vista o grande número de famílias assentadas e a quantidade de área incorporada.

O sucesso do programa de reforma agrária não pode ser medido somente a partir das realizações em termos de áreas desapropriadas e do número de famílias assentadas.

Lamentavelmente, Governo Federal e MST mantiveram debate estéril quanto ao número de famílias efetivamente assentadas, provavelmente ambos os debatedores procuravam ocupar espaços na mídia. Os limites de uma reforma agrária em grande escala decorrem de problemas orçamentários e da capacidade técnico-burocrático governamental em implementar e assistir a reforma agrária. Parece que o Governo Federal tem consciência desses limites, mas enveredou no jogo populista do MST" (Princípios do MAST, p. 5-7, *apud* Santos, Gilberto Vieira, 1999, anexos).

Em 1998, os coordenadores do MAST estiveram em Brasília para apoiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. O surgimento do MAST no Pontal do Paranapanema foi estratégico, afinal é uma das principais regiões de conflitos por terra no Brasil. Na luta pela terra, esses movimentos disputam territórios, espaços políticos e constroem diferentes formas de organização. Criaram, desse modo, distintas matrizes políticas no processo de formação do campesinato. Nessa realidade, por meio das ocupações, esses movimentos sociais territorializam-se, configurando a geografia da luta pela terra.

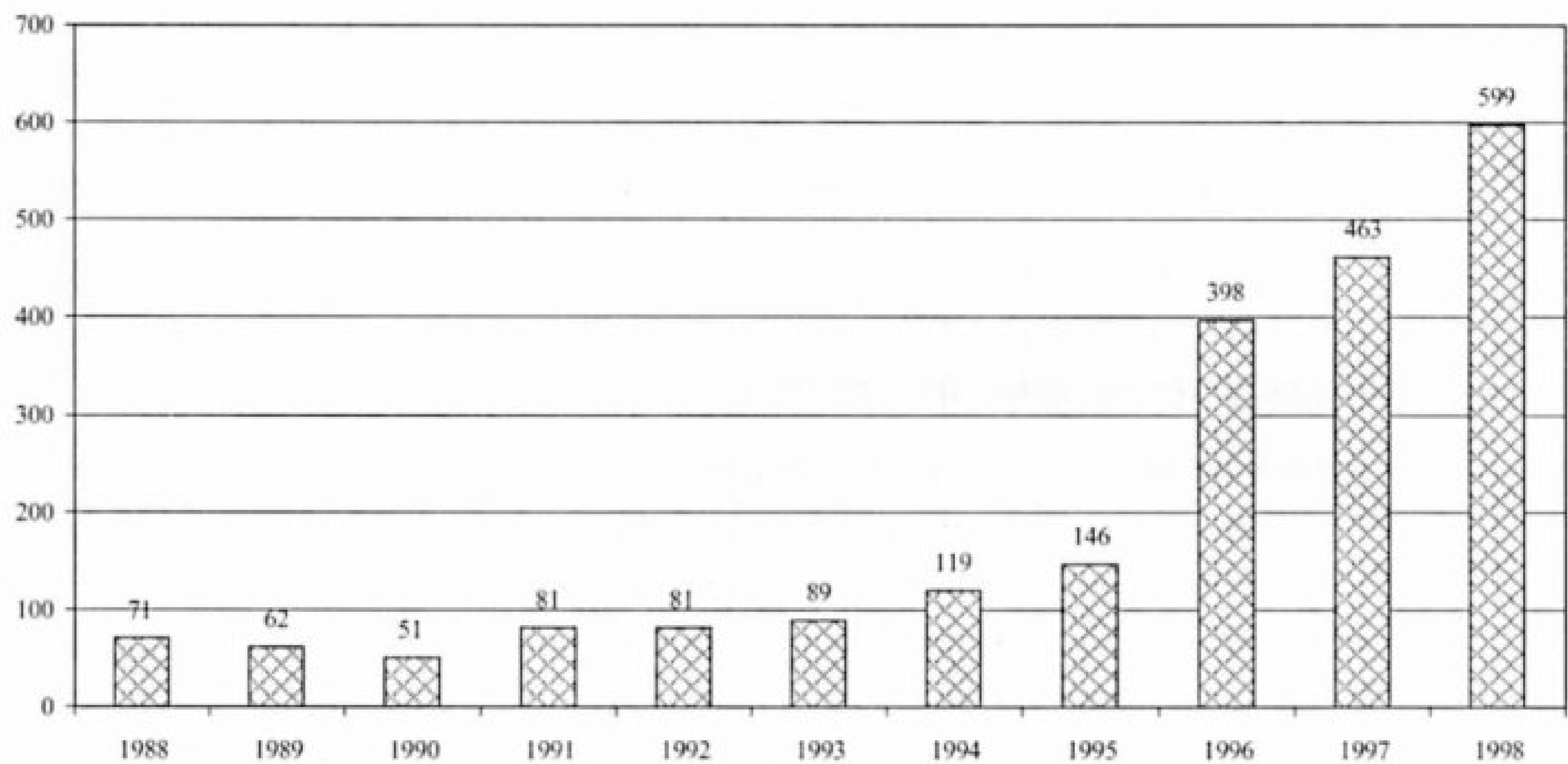
Geografia da luta pela terra: ocupações e assentamentos

Desde 1988 até 1998, os números de ocupações de terras e de famílias aumentaram intensivamente. Como pode ser observado nos gráficos 4.1 e 4.2.

Analisando os gráficos, observa-se que do ano de 1994 para 1995 há um aumento em torno de 50% no número de famílias participantes das ocupações e de 20% no número de ocupações. Todavia, comparando o ano de 1995 com o de 1996, esses números se multiplicam. O número de ocupações cresceu 2.7 vezes e o número de famílias dobrou. A organização dos movimentos sociais, o aumento do desemprego e a política de assentamentos do governo são os principais fatores para compreendermos esses crescimentos. A tendência das ocupações e do número de famílias é de crescimento e

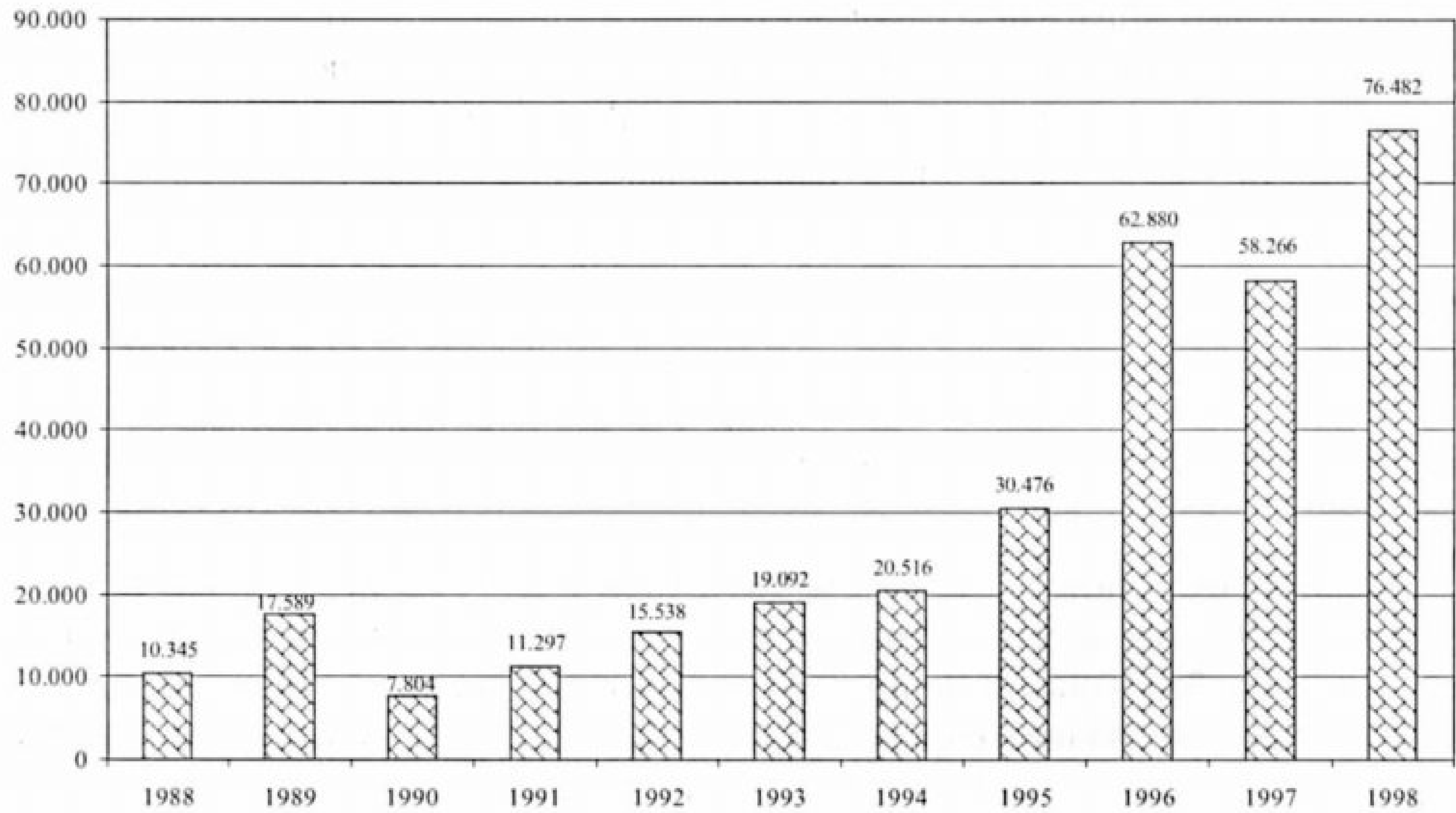
em 1998 foram 599 ocupações com 76.482 famílias. Até abril de 1999, haviam sido realizadas 249 ocupações com 29.223 famílias (ver quadro 4.12).

Gráfico 4.1
Brasil – Número de Ocupações de Terra: 1988-1998



Fonte: CPT, 1999.

Gráfico 4.2
Brasil – Ocupações de Terra – Número de Famílias: 1988-1998



Fonte: CPT, 1999.

QUADRO 4.12
1996-1999 – NÚMERO DE OCUPAÇÕES E NÚMERO DE FAMÍLIAS – PARTICIPAÇÃO DO MST

Ano	N° de ocupações geral	N° de famílias geral	N° de ocupações MST	%	N° de famílias MST	%
1996	398	63.080	176	44	45.218	72
1997	463	58.266	173	38	28.358	49
1998	599	76.482	132	22	30.409	40
1999	249*	29.223*	149**	60	24.519**	83
Total	1709	227.051	630	37	128.504	57

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 1999.

Bases de dados: CPT – MST – Incra

* até abril
** até maio

Este quadro comparativo é apenas uma referência para analisarmos a participação do MST na luta pela terra. De 1996 a 1998, o MST realizou aproximadamente 1/3 das ocupações e metade do total de famílias ocupantes se organizaram no Movimento, numa tendência decrescente. Todavia, até maio de 1999, realizou 60% das ocupações e organizou 83% das famílias. Por meio da realização das ocupações massivas e por estar organizado em quase todo o Brasil, o MST se destaca tanto na participação das famílias quanto nas ocupações.

Por meio da leitura da tabela 4.1, temos uma noção da distribuição regional das ocupações para o período de 1990 a 1994, governos Collor/Itamar, e da tabela 4.2, para o período de 1995 a 1999, governo Fernando Henrique Cardoso. No primeiro período, 81.95% das ocupações aconteceram nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e na região Centro-Oeste – principalmente em Goiás e Mato Grosso do Sul, reunindo 89% das famílias ocupantes, sendo que os maiores números foram das regiões Nordeste e Sul. Nesse período foram realizadas 421 ocupações com 74.247 famílias. Com exceção do ano de 1990, de intensa repressão do governo Collor, nos outros anos do período, a tendência da evolução do número de famílias foi crescente.

TABELA 4.1 – OCUPAÇÕES DE TERRAS – BRASIL: 1990-1994

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	76	18.05	7.987	10.75
AC	1	0.24	200	0.27
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
PA	35	8.31	4.681	6.30
RO	11	2.61	1.863	2.51
RR	0	0	0	0
TO	29	6.89	1.243	1.67
NORDESTE	131	31.11	21.915	29.52
AL	9	2.13	1.431	1.93
BA	26	6.18	7.294	9.82
CE	13	3.09	1.680	2.26
MA	14	3.33	2.531	3.41
PB	10	2.37	775	1.04
PE	28	6.65	4.896	6.59
PI	6	1.42	428	0.57
RN	16	3.80	2.010	2.71
SE	9	2.13	870	1.17
CENTRO-OESTE	71	16.85	9.990	13.45
DF	5	1.19	440	0.59
GO	20	4.75	2.263	3.05
MS	37	8.78	5.880	7.92
MT	9	2.13	1.407	1.89
SUDESTE	52	12.35	16.097	21.68
ES	3	0.71	330	0.44
MG	12	2.85	1.591	2.14
RJ	3	0.71	190	0.26
SP	34	8.08	13.986	18.84
SUL	91	21.61	18.258	24.59
PR	43	10.21	6.980	9.40
RS	29	6.89	9.509	12.81
SC	19	4.51	1.769	2.38
BRASIL	421	99.97	74.247	99.99

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).

– nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: CPT - MST- Incra

TABELA 4.2 – OCUPAÇÕES DE TERRAS – BRASIL: 1995-1999

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	136	7.33	21.204	8.27
AC	10	0.54	540	0.21
AM	06	0.32	2.286	0.89
AP	0	0	0	0
PA	77	4.16	14.006	5.47
RO	21	1.13	3.525	1.37
RR	01	0.05	48	0.02
TO	21	1.13	799	0.31
NORDESTE	755	40.70	97.038	37.83
AL	83	4.48	13.528	5.27
BA	128	6.90	18.660	7.28
CE	22	1.18	2.090	0.81
MA	29	1.56	4.290	1.67
PB	63	3.40	7.751	3.02
PE	308	16.61	35.090	13.69
PI	23	1.23	2.694	1.05
RN	60	3.23	5.913	2.30
SE	39	2.10	7.022	2.74
CENTRO-OESTE	323	17.41	48.155	18.77
DF	11	0.59	1.306	0.51
GO	114	6.14	10.585	4.13
MS	161	8.67	26.172	10.20
MT	37	1.99	10.092	3.93
SUDESTE	359	19.35	44.225	17.24
ES	29	1.56	4.754	1.85
MG	114	6.14	8.091	3.15
RJ	16	0.86	2.564	10.00
SP	200	10.79	28.816	11.24
SUL	282	15.20	45.845	17.88
PR	203	10.94	20.605	8.34
RS	26	1.40	18.009	7.02
SC	53	2.86	7.231	2.82
BRASIL	1.855	99.99	256.467	99.99

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).

– ncra@prudente.unesp.br

Base de dados: CPT – MST – Incra

Até abril de 1999

No segundo período, o número de ocupações mais que quadruplicou, enquanto o número de famílias cresceu 3.5 vezes. Nesse período, apenas 7.33% das ocupações aconteceram na região Norte, envolvendo 8.27% das famílias ocupantes, com destaque para o Estado do Pará. O Nordeste foi a região com os maiores números, tanto de ocupações, quanto de famílias, sendo que somente no Estado de Pernambuco ocorreram 41% das ocupações com 33% das famílias da região. Por meio dos dados das ocupações, desde 1988 até 1998, pode-se observar na figura 4.1 que a maior parte das famílias ocuparam terras nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Na região Norte, destaca-se o Sudeste Paraense e Rondônia, nesta ordem.

Todavia, embora o menor número de ocupações foi realizado na região Norte, a maior parte dos assentamentos das famílias aconteceu nessa região (ver tabelas 4.3, 4.4 e 4.5). Essa foi tendência predominante nos governos Figueiredo, Sarney e Collor/Itamar. Para este último, temos os dados de ocupações, de modo que podemos fazer uma comparação entre os números de ocupações e de famílias ocupantes com os números de assentamentos e famílias assentadas. Conforme a tabela 4.6, no período aconteceram 91 ocupações com 18.258 famílias na região Sul, sendo que somente foram assentadas 5.677 famílias. Temos a mesma realidade para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Para o período do governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma ligeira mudança nessa tendência. Todavia, mais da metade das famílias foi assentada na Amazônia, ou tiveram suas posses regularizadas, conforme a representação dos dados da tabela 4.7 na figura 4.2. A novidade da política desse governo foi a intensificação dos assentamentos na região Nordeste, como observa-se na tabela 4.7. Principalmente nos estados onde foi implantado o Projeto Cédula da Terra: Maranhão, Ceará e Bahia. Com exceção para o Estado de Pernambuco, onde 35.090 famílias ocuparam terra e apenas 8.221 foram assentadas. No Estado de Minas Gerais, onde também foi implantado esse Projeto, igualmente o número de famílias assentadas é menor que o número de famílias ocupantes (ver tabela 4.8).

Nas regiões Sul e Sudeste, bem como nos Estados de Mato Grosso do Sul, Alagoas e Sergipe, o número de famílias assentadas é muito inferior ao número de famílias ocupantes. Os sem-terra, por meio da intensificação das ocupações, estão pressionando o governo que tem evitado tocar na estrutura fundiária das regiões Sul e Sudeste. Aliás, apesar de todas as lutas e de todos os assentamentos implantados, até o momento a política de assentamentos do governo federal não conseguiu mexer com a estrutura fundiária brasileira. Conforme as tabelas 4.9 e 4.10, comparado à participação relativa por grupos de áreas, observa-se que as áreas dos estabelecimentos de menos de 100 ha representavam 21,21% em 1985, passando a 19.96% em 1995/6. No outro extremo, as áreas dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha representavam 43.72% em 1985, passaram a 45.10% em 1995/6. Sempre lembrando que essa comparação é relativa, já que o Censo de 1985 foi realizado em ano civil e o Censo de 1995/6 em ano agrícola. Assim, esses censos não

são comparáveis, tomando-se como referências os números absolutos. Essa comparação, por participação relativa dos grupos de área é, possivelmente, um indicador que a concentração da terra continua sendo uma realidade.

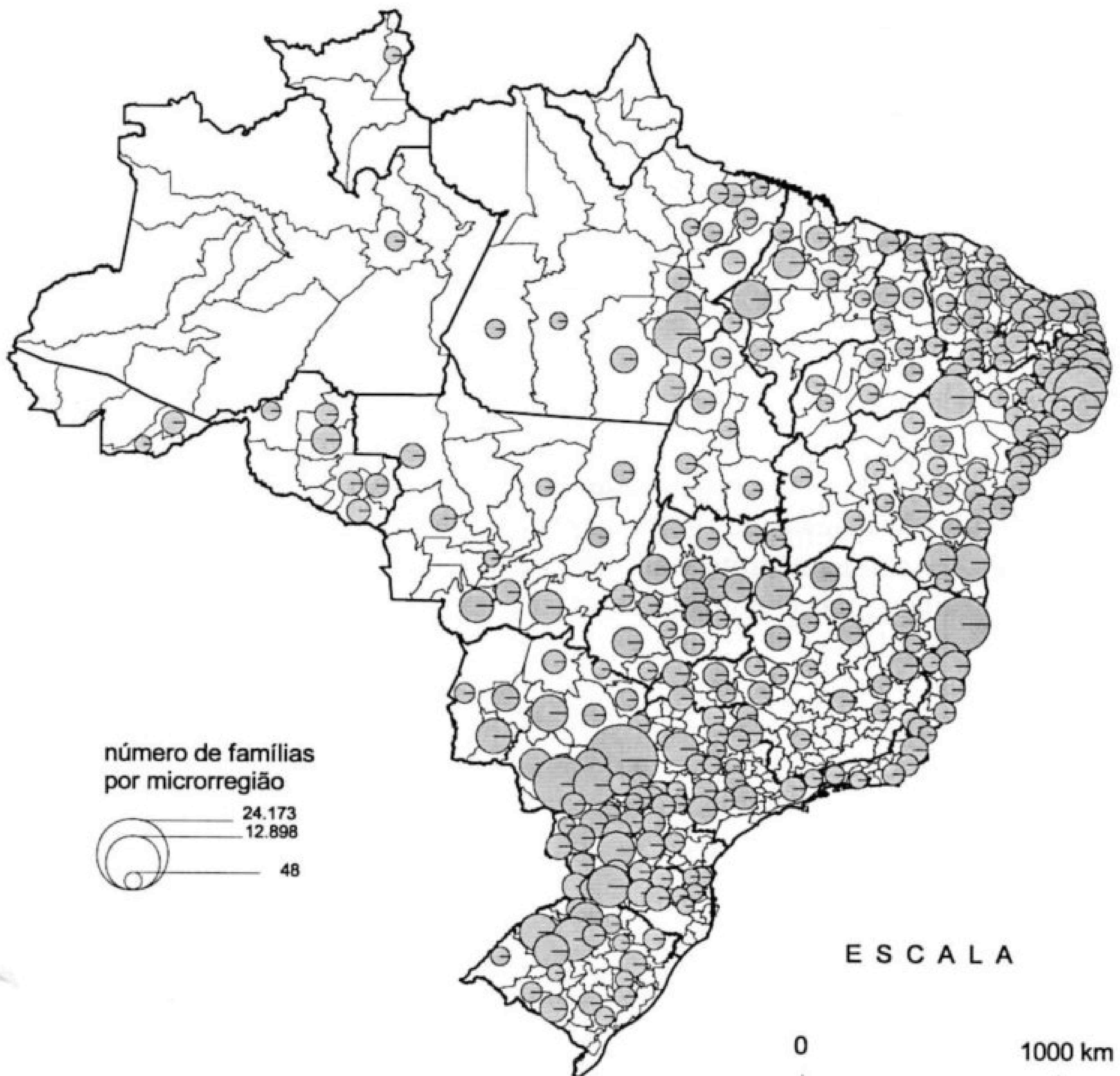
Todavia, desde 1979 até junho de 1999, o número de assentamentos implantados era de 3.958, somando 475.801 famílias assentadas em 22.996.197 ha. 53.28% dessa área está na região Norte (sendo que quase metade [43%] situa-se no Estado do Pará) e 45.42% dos assentamentos estão na região Nordeste. Nessas duas regiões estão assentadas 72.07% das famílias (ver tabela 4.11). A distribuição geográfica desses números pode ser observada nas figuras 4.2, 4.3 e 4.4.

O grande desafio do MST e de outros movimentos sociais é intensificar a conquista de assentamentos nas regiões Sul e Sudeste. Desde 1990 até abril de 1999, o número de famílias ocupantes foi de 124.395, enquanto foram assentadas apenas 37.276, ou seja, 30% (ver tabelas 4.6 e 4.8). O avanço da luta nessas regiões está associado à organização dos trabalhadores sem-terra na territorialização das ocupações para mais microrregiões dos estados e na intensificação da luta nas microrregiões onde já estão organizados, e à conjuntura política e econômica, por meio de políticas públicas para a implantação dos assentamentos. O número de assentamentos existentes é um indicador favorável para os sem-terra, porque o aumento do número de famílias assentadas e organizadas contribui para a espacialização e territorialização da luta. Na década de 1980 e até meados dos anos 90, para fazer uma ocupação, os sem-terra tinham muito mais dificuldade. Atualmente, por meio das experiências construídas e das conquistas, o poder de organização e de pressão é maior. Também pela decadência de algumas áreas canavieiras, principalmente na região Sudeste, é possível lutar pela implantação de assentamentos nessas áreas[46]. A luta política contra o atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária é fator importante para a territorialização do MST e de outros movimentos sem-terra, bem como para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos, como de toda a agricultura camponesa.

46. Essa também é uma proposta do Partido dos Trabalhadores a partir de uma pesquisa do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp. Partido dos Trabalhadores, 1999.

FIGURA 4.1

BRASIL – GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRAS 1988-1998



Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Colaboração: Edilson Ferreira Flores
Sistematização dos dados: Cloves Alexandre de Castro; Gleison Moreira Leal; Cristiane Barbosa Ramalho;
Solange Lima; Silene Pires de Morais;
Juliana M. Vaz Pimentel; Débora C. de Pádua; Sérgio Gonçalves; Fernando S. Ávila; Gilberto V. dos Santos.
Digitalização: Meire Lúcia Espinhosa; Cristiane Barbosa Ramalho
Apoio: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da Unesp - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP - Presidente Prudente, setembro de 1999.
Base Cartográfica - IBGE 1994
Base de dados: CPT, 1999

TABELA 4.3 – ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1979-1984

Região/UF	Nº Assentamentos	%	Nº famílias	%	Área (ha)	%
NORTE	03	2.58	11.441	53.05	897.394	73.27
AM	01	0.86	1.385	6.42	689.000	56.26
PA	01	0.86	9.553	44.30	3.999	0.32
RO	01	0.86	503	2.33	204.395	16.69
NORDESTE	54	46.91	4.566	21.15	152.775	12.44
AL	02	1.73	199	0.92	872	0.07
CE	05	4.34	1.038	4.81	31.944	2.60
PB	01	0.86	131	0.60	306	0.02
PI	38	33.04	2.203	10.21	104.435	8.52
RN	07	6.08	902	4.18	13.821	1.12
SE	01	0.86	93	0.43	1.397	0.11
CENTRO-OESTE	03	2.58	221	1.01	85.070	6.93
GO	01	0.86	88	0.40	2.686	0.21
MS	01	0.86	133	0.61	3.812	0.31
MT	01	0.86	?	?	78.572	6.41
SUDESTE	25	21.72	3.033	14.04	60.329	4.91
ES	03	2.60	56	0.25	584	0.04
RJ	11	9.56	1.190	5.51	19.808	1.61
SP	11	9.56	1.787	8.28	39.937	3.26
SUL	30	26.07	2.302	10.66	28.960	2.35
PR	10	8.69	1.484	6.88	14.812	1.20
RS	19	16.52	734	3.40	13.250	1.08
SC	01	0.86	84	0.38	898	0.07
BRASIL	115	99.86	21.563	99.91	1.224.528	99.90

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).

– nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: Incra – MST – ITESP– CPT

TABELA 4.4 – ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1985-1989

Região/UF	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área (ha)	%
NORTE	106	17.23	37.792	42.00	2.533.964	58.71
AC	10	1.62	1.791	1.99	227.307	5.26
AM	09	1.46	6.066	6.74	561.837	13.01
AP	03	0.48	1.930	2.14	142.000	3.29
PA	33	5.36	16.393	18.22	948.347	21.97
RO	15	2.43	7.150	7.94	294.425	6.82
RR	01	0.16	1.375	1.52	165.000	3.82
TO	35	5.69	3.087	3.43	195.048	4.51
NORDESTE	189	30.73	24.237	26.94	836.693	19.38
AL	05	0.81	297	0.33	3.581	0.08
BA	39	6.34	6.997	7.77	266.387	6.17
CE	43	6.99	3.887	4.32	128.697	2.98
MA	29	4.71	8.859	9.84	339.393	7.86
PB	13	2.11	562	0.62	9.543	0.22
PE	25	4.06	1.151	1.27	17.625	0.40
PI	10	1.62	441	0.49	16.325	0.37
RN	19	3.08	1.577	1.75	44.676	1.03
SE	06	0.97	466	0.51	10.466	0.24
CENTRO-OESTE	73	11.86	13.118	14.58	625.542	14.49
GO	11	1.78	1.025	1.13	73.795	1.70
MS	23	3.73	4.372	4.85	131.868	3.05
MT	39	6.34	7.721	8.58	419.879	9.72
SUDESTE	87	14.14	6.829	7.59	163.842	3.79
ES	21	3.41	698	0.77	8.324	0.19
MG	13	2.11	1.492	1.65	76.540	1.77
RJ	25	4.06	2.312	2.56	27.818	0.64
SP	28	4.55	2.327	2.58	51.160	1.18
SUL	160	26.01	7.374	8.19	155.721	3.60
PR	68	11.05	3.364	3.73	74.010	1.71
RS	46	7.47	2.014	2.23	47.148	1.09
SC	46	7.47	1.996	2.21	34.563	0.80
BRASIL	615	99.97	89.350	99.30	4.315.762	99.97

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).

– nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: Incra – MST – ITESP – CPT

TABELA 4.5 – ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1990-1994

Região/UF	Nº Assentamentos	%	Nº famílias	%	Área (ha)	%
NORTE	106	22.17	37.130	56.63	2.674.183	69.57
AC	08	1.67	1.493	2.27	85.913	2.23
AM	13	2.71	6.638	10.12	474.390	12.34
AP	01	0.20	450	0.68	33.031	0.85
PA	36	7.53	17.628	26.88	1.222.490	31.80
RO	14	2.92	5.374	8.19	402.386	10.46
RR	02	0.41	3.641	5.55	298.300	7.76
TO	32	6.69	1.906	2.90	157.673	4.10
NORDESTE	186	38.91	14.682	22.39	454.306	11.81
AL	06	1.25	764	1.16	5.246	0.13
BA	13	2.71	1.675	2.55	49.260	1.28
CE	20	4.18	1.274	1.94	36.938	0.96
MA	27	5.64	4.651	7.09	191.622	4.98
PB	26	5.43	994	1.51	7.958	0.20
PE	18	3.76	626	0.95	13.956	0.36
PI	41	8.57	2.827	4.31	110.813	2.88
RN	21	4.39	1.239	1.88	31.606	0.82
SE	14	2.92	632	0.96	6.907	0.17
CENTRO-OESTE	33	6.90	4.817	7.34	551.071	14.33
GO	14	2.92	491	0.74	19.487	0.50
MS	05	1.04	657	1.00	18.225	0.47
MT	14	2.92	3.669	5.59	513.359	13.35
SUDESTE	46	9.62	3.259	4.97	66.754	1.73
ES	06	1.25	89	0.13	984	0.02
MG	13	2.71	886	1.35	34.389	0.89
RJ	13	2.71	1.024	1.56	6.552	0.17
SP	14	2.92	1.260	1.92	24.829	0.64
SUL	107	22.38	5.677	8.65	97.256	2.53
PR	46	9.62	3.503	5.34	59.145	1.53
RS	52	10.87	1.921	2.92	33.386	0.86
SC	09	1.88	253	0.38	4.725	0.12
BRASIL	478	99.98	65.565	99.98	3.843.570	99.97

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).

✆ – nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: Incra – MST – ITESP – CPT

TABELA 4.6 – COMPARATIVO DE OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS BRASIL: 1990-*1994*

Região/UF	Nº Ocupações	Nº assentamentos	Nº famílias ocupantes	Nº famíliass assentadas
NORTE	76	106	7.987	37.130
AC	1	08	200	1.493
AM	0	13	0	6.638
AP	0	01	0	450
PA	35	36	4.681	17.628
RO	11	14	1.863	5.374
RR	0	02	0	3.641
TO	29	32	1.243	1.906
NORDESTE	131	186	21.915	14.682
AL	9	06	1.431	764
BA	26	13	7.294	1.675
CE	13	20	1.680	1.274
MA	14	27	2.531	4.651
PB	10	26	775	994
PE	28	18	4.896	626
PI	6	41	428	2.827
RN	16	21	2.010	1.239
SE	9	14	870	632
CENTRO-OESTE	71	33	9.990	4.817
DF	5	0	440	0
GO	20	14	2.263	491
MS	37	05	5.880	657
MT	9	14	1.407	3.669
SUDESTE	52	46	16.097	3.259
ES	3	06	330	89
MG	12	13	1.591	886
RJ	3	13	190	1.024
SP	34	14	13.986	1.260
SUL	91	107	18.258	5.677
PR	43	46	6.980	3.503
RS	29	52	9.509	1.921
SC	19	09	1.769	253
BRASIL	421	478	74.247	65.565

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).

– nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: CPT – MST – Incra – ITESP

TABELA 4.7 – ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1995-1999

Região/UF	Nº assentamentos	%	Nº famílias	%	Área (ha)	%
NORTE	490	17.81	98.657	32.96	6.148.016	45.16
AC	39	1.41	7.274	2.43	469.857	3.45
AM	07	0.25	1.294	0.43	52.802	0.38
AP	18	0.65	5.621	1.87	698.479	5.13
PA	237	8.61	56.327	18.81	3.052.952	22.42
RO	44	1.60	10.491	3.50	948.555	6.96
RR	24	0.87	7.080	2.36	453.495	3.33
TO	121	4.40	10.570	3.53	471.876	3.46
NORDESTE	1.369	49.78	114.450	38.23	3.680.691	27.03
AL	37	1.34	3.985	1.33	22.226	0.16
BA	212	7.70	19.168	6.40	611.912	4.49
CE	297	10.8	14.881	4.97	515.102	3.78
MA	295	10.72	39.298	13.12	1.529.659	11.23
PB	110	4.00	7.031	2.34	89.764	0.65
PE	132	4.80	8.221	2.74	93.482	0.68
PI	132	4.80	10.514	3.51	559.322	4.10
RN	112	4.07	8.576	2.86	220.629	1.62
SE	42	1.52	2.776	0.92	38.595	0.28
CENTRO-OESTE	405	14.72	57.876	19.33	3.033.421	22.28
DF	03	0.10	103	0.03	1.870	0.01
GO	141	5.12	9.494	3.17	353.078	2.59
MS	55	2.00	8.087	2.70	215.474	1.58
MT	206	7.49	40.192	13.42	2.462.999	18.09
SUDESTE	253	9.20	16.068	5.36	484.126	3.55
ES	23	0.83	1.718	0.57	14.839	0.10
MG	126	4.58	6.969	2.32	319.359	2.34
RJ	12	0.43	1.830	0.61	25.774	0.18
SP	92	3.34	5.551	1.85	124.154	0.91
SUL	233	8.47	12.272	4.09	266.623	1.95
PR	109	3.96	6.708	2.24	146.498	1.07
RS	78	2.83	3.615	1.20	87.431	0.64
SC	46	1.67	1.949	0.65	32.694	0.24
BRASIL	2.750	99.98	299.323	99.97	13.612.877	99.97

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).
– nera@prudente.unesp.br
Bases de dados: Incra – MST – ITESP – CPT

TABELA 4.8 – COMPARATIVO DE OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS BRASIL: 1995-1999

Região/UF	Nº ocupações	Nº assentamentos	Nº famílias ocupantes	Nº famílias assentadas
NORTE	136	490	21.204	98.657
AC	10	39	540	7.274
AM	06	07	2.286	1.294
AP	0	18	0	5.621
PA	77	237	14.006	56.327
RO	21	44	3.525	10.491
RR	01	24	48	7.080
TO	21	121	799	10.570
NORDESTE	755	1.369	97.038	114.450
AL	83	37	13.528	3.985
BA	128	212	18.660	19.168
CE	22	297	2.090	14.881
MA	29	295	4.290	39.298
PB	63	110	7.751	7.031
PE	308	132	35.090	8.221
PI	23	132	2.694	10.514
RN	60	112	5.913	8.576
SE	39	42	7.022	2.776
CENTRO-OESTE	323	405	48.155	57.876
DF	11	03	1.306	103
GO	114	141	10.585	9.494
MS	161	55	26.172	8.087
MT	37	206	10.092	40.192
SUDESTE	359	253	44.225	16.068
ES	29	23	4.754	1.718
MG	114	126	8.091	6.969
RJ	16	12	2.564	1.830
SP	200	92	28.816	5.551
SUL	282	233	45.845	12.272
PR	203	109	20.605	6.708
RS	26	78	18.009	3.615
SC	53	46	7.231	1.949
BRASIL	1.855	2.750	256.467	299.323

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST).
✉ – nera@prudente.unesp.br
Bases de dados: CPT – MST – Incra – ITESP
Até abril de 1999

TABELA 4.9 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA – BRASIL – 1985

Grupos de Áreas	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
de 10	3.064.822	52.82	9.986.636	2.66
10 a - de 50	1.722.510	29.69	39.424.882	10.51
50 a - de 100	437.380	7.53	30.140.278	8.04
100 a - de 200	283.004	4.88	37.402.696	9.98
200 a - de 500	174.758	3.01	53.071.677	14.16
500 a - de 1000	59.669	1.03	40.958.296	10.92
1000 a de 2000	29.060	0.5	39.642.491	10.57
2000 a - de 5000	15.688	0.3	46.023.655	12.27
5000 a - de 10.000	3.538	0.06	23.959.751	6.39
10.000 a - de 100.000	2.066	0.03	42.241.725	11.26
100.000 e +	59	0.001	12.072.839	3.23
Total	5.801.809	99.99	374.924.929	99.99

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1985.

TABELA 4.10 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA – BRASIL – 1995/96

Grupos de Áreas	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
- de 10	2.402.374	49.66	7.882.194	2.23
10 a - de 50	1.516.112	31.35	35.237.833	9.97
50 a - de 100	400.375	8.28	27.455.753	7.76
100 a - de 200	246.314	5.09	32.919.190	9.31
200 a - de 500	165.243	3.42	50.436.030	14.26
500 a - de 1000	58.407	1.21	40.186.297	11.36
1000 a - de 2000	28.504	0.6	38.995.636	11.02
2000 a - de 5000	14.982	0.3	44.178.250	12.49
5000 a - de 10.000	3.688	0.08	24.997.369	7.07
10.000 a de 100.000	2.147	0.04	43.031.313	12.17
100.000 e +	37	0.0007	8.291.381	2.35
Total	4.838.183	99.99	353.611.246	99.99

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1995/96.

TABELA 4.11 – ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1979-1999

Região/UF	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área (ha)	%
NORTE	705	17.81	185.020	38.88	12.253.557	53.28
AC	57	1.44	10.558	2.21	783.077	3.40
AM	30	0.75	15.383	3.23	1.778.029	7.73
AP	22	0.55	8.001	1.68	873.510	3.79
PA	308	7.78	99.901	20.99	5.227.788	22.73
RO	73	1.84	23.518	4.94	1.849.761	8.04
RR	27	0.68	12.096	2.54	916.795	3.98
TO	188	4.74	15.563	3.27	824.597	3.58
NORDESTE	1.798	45.42	157.935	33.19	5.124.465	22.28
AL	50	1.26	5.245	1.10	31.925	0.13
BA	264	6.67	27.840	5.85	927.559	4.03
CE	365	9.22	21.080	4.43	712.681	3.09
MA	351	8.86	52.808	11.09	2.060.674	8.96
PB	150	3.78	8.718	1.83	107.571	0.46
PE	175	4.42	9.998	2.10	125.063	0.54
PI	221	5.58	15.985	3.35	790.895	3.43
RN	159	4.01	12.294	2.58	310.732	1.35
SE	63	1.59	3.967	0.83	57.365	0.24
CENTRO-OESTE	514	12.98	76.032	15.97	4.295.104	18.67
DF	03	0.07	103	0.02	1.870	0.00
GO	167	4.21	11.098	2.33	449.046	1.95
MS	84	2.12	13.249	2.78	369.379	1.60
MT	260	6.56	51.582	10.84	3.474.809	15.11
SUDESTE	411	10.38	29.189	6.13	774.511	3.36
ES	53	1.33	2.561	0.53	24.731	0.10
MG	152	3.84	9.347	1.96	430.288	1.87
RJ	61	1.54	6.356	1.33	79.952	0.34
SP	145	3.66	10.925	2.29	239.540	1.04
SUL	530	13.39	27.625	5.80	548.560	2.38
PR	233	5.88	15.059	3.16	294.465	1.28
RS	195	4.92	8.284	1.74	181.215	0.78
SC	102	2.57	4.282	0.89	72.880	0.31
BRASIL	3.958	99.98	475.801	99.97	22.996.197	99.97

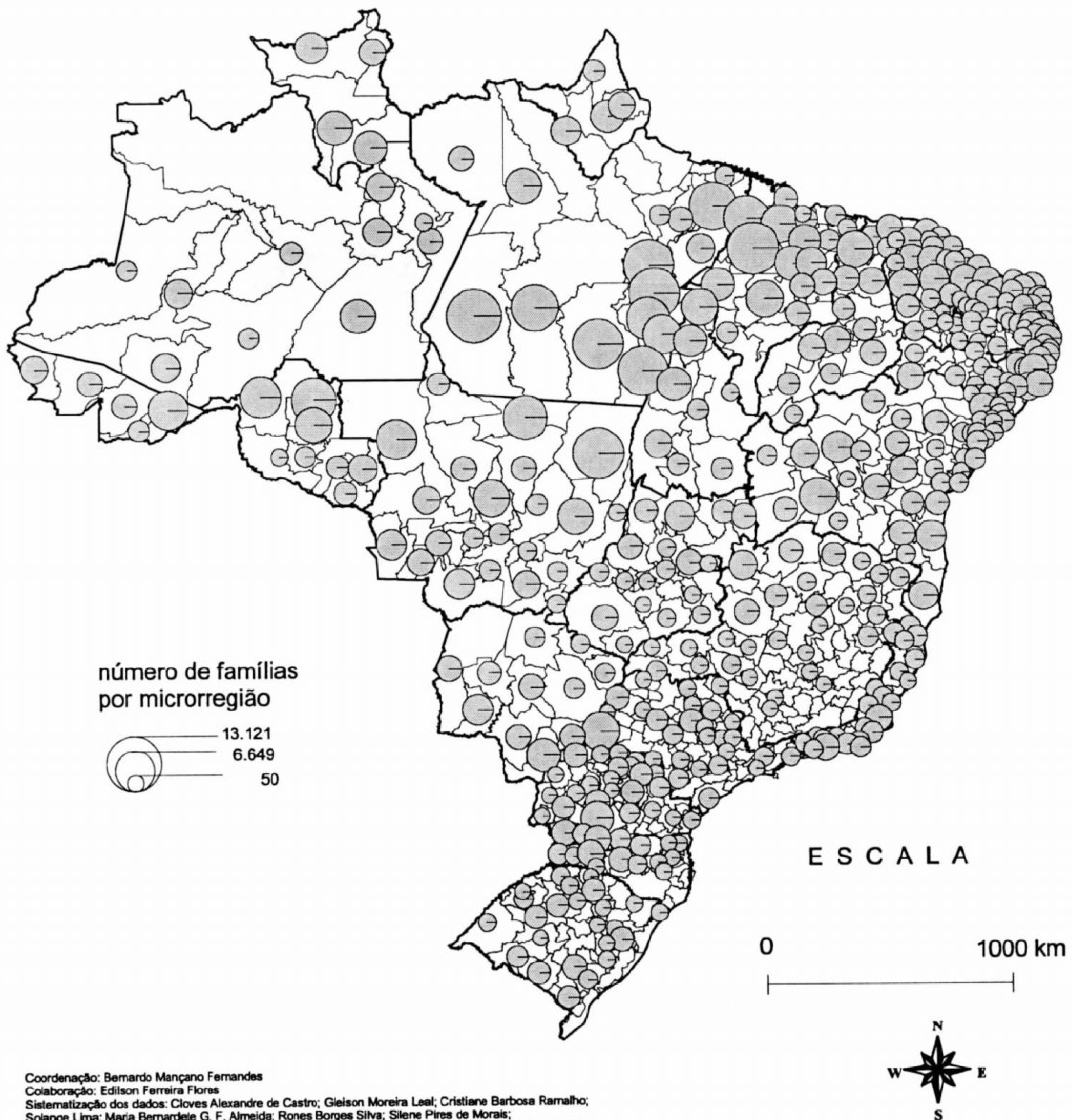
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – UNESP/MST.

– nera@prudente.unesp.br

Bases de dados: Incra – MST – ITESP – CPT. Até junho de 1999

FIGURA 4.2

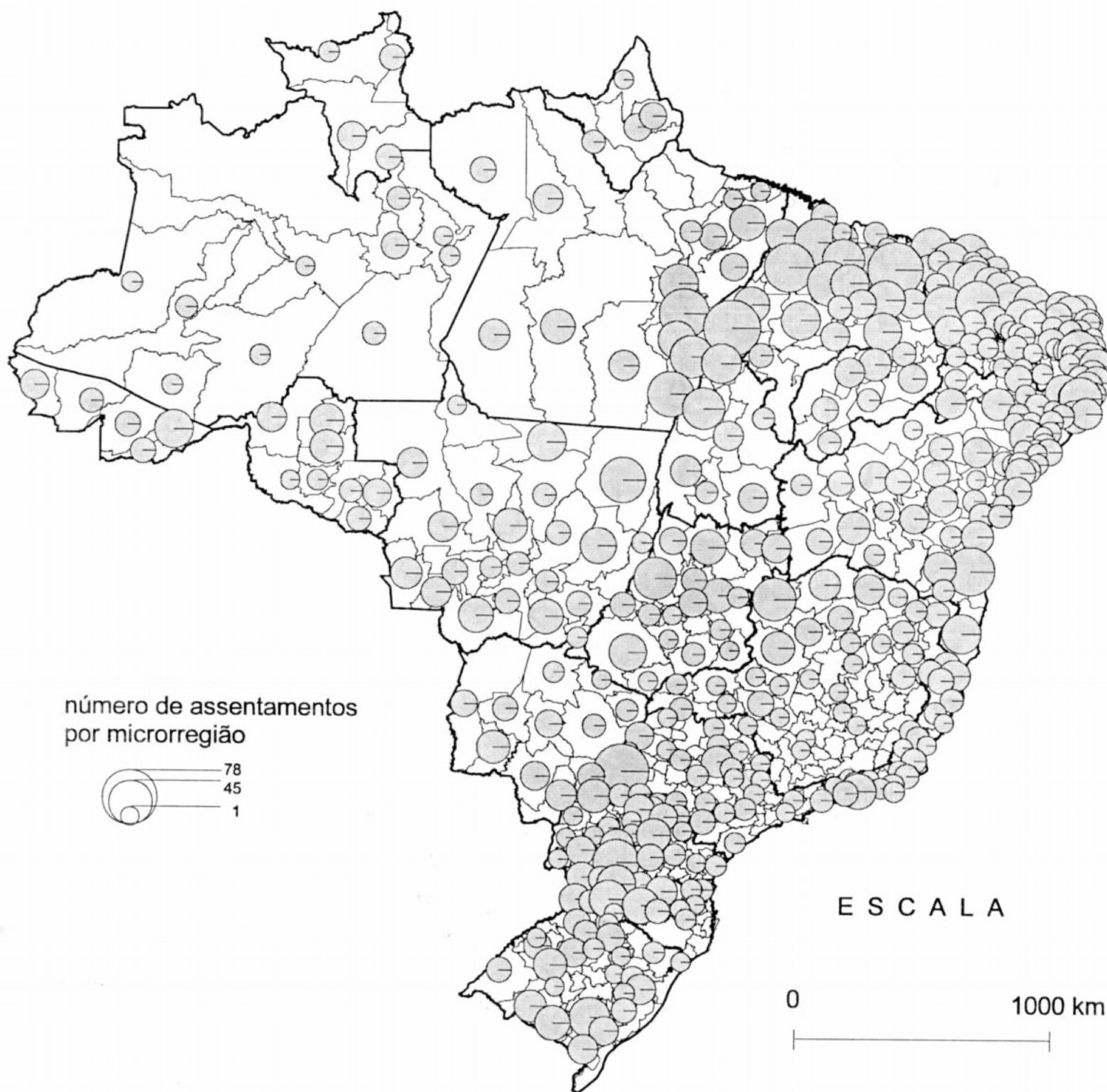
GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL 1979-1999



Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Colaboração: Edilson Ferreira Flores
Sistematização dos dados: Cloves Alexandre de Castro; Gleison Moreira Leal; Cristiane Barbosa Ramalho; Solange Lima; Maria Bernardete G. F. Almeida; Rones Borges Silva; Silene Pires de Morais; Juliana M. Vaz Pimentel; Débora C. de Pádua; Sérgio Gonçalves; Fernando S. Ávila; Gilberto V. dos Santos.
Digitalização: Meire Lúcia Espinhosa; Cristiane Barbosa Ramalho
Apoio: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da Unesp - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP - Presidente Prudente, setembro de 1999.
Base Cartográfica - IBGE 1994
Bases de dados: INCRA - MST - ITESP.

FIGURA 4.3

GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL
1979-1999

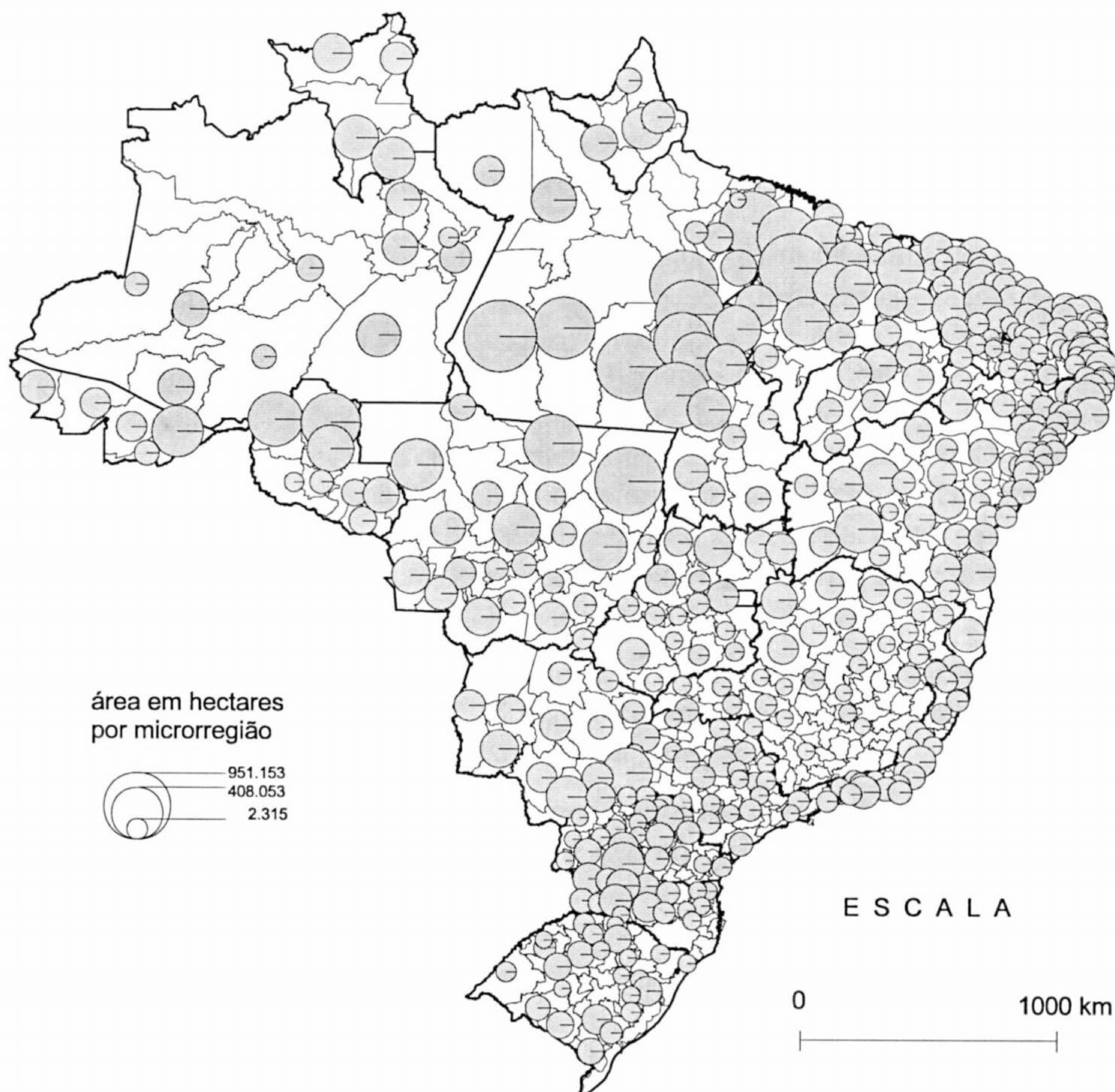


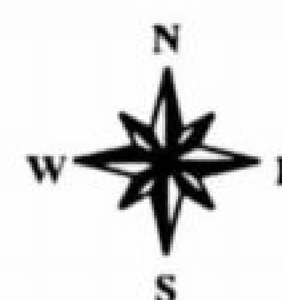


Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Colaboração: Edilson Ferreira Flores
Sistematização dos dados: Cloves Alexandre de Castro; Gleison Moreira Leal; Cristiane Barbosa Ramalho; Solange Lima; Maria Bernardete G. F. Almeida; Rones Borges Silva; Silene Pires de Morais; Juliana M. Vaz Pimentel; Débora C. de Pádua; Sérgio Gonçalves; Fernando S. Ávila; Gilberto V. dos Santos.
Digitalização: Meire Lúcia Espinhosa; Cristiane Barbosa Ramalho
Apoio: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da Unesp - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP - Presidente Prudente, setembro de 1999.
Base Cartográfica - IBGE 1994
Bases de dados: INCRA - MST - ITESP.

FIGURA 4.4

GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL 1979-1999





Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Colaboração: Edilson Ferreira Flores
Sistematização dos dados: Cloves Alexandre de Castro; Gleison Moreira Leal; Cristiane Barbosa Ramalho;
Solange Lima; Maria Bernardete G. F. Almeida; Rones Borges Silva; Silene Pires de Morais;
Juliana M. Vaz Pimentel; Débora C. de Pádua; Sérgio Gonçalves; Fernando S. Ávila; Gilberto V. dos Santos.
Digitalização: Meire Lúcia Espinhosa; Cristiane Barbosa Ramalho
Apoio: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão da Unesp - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP - Presidente Prudente, setembro de 1999.
Base Cartográfica - IBGE 1994
Bases de dados: INCRA - MST - ITESP.

CAPÍTULO 5

A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA

Espaços e territórios de lutas e resistências

Neste capítulo, apresento algumas reflexões a respeito da ocupação como forma de acesso à terra nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, desenvolvidos pelo MST e por outros movimentos sociais. Nesse contexto, faço uma construção analítica desses processos de (re)criação do campesinato a partir dessas formas de luta e resistência contra a exploração e a exclusão. A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

Ao apresentar a ocupação como forma de acesso à terra, compreendo-a como uma ação de resistência inerente à formação camponesa no interior do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, porque

> *"o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho é típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas"* (Oliveira, 1991, p. 20).

Nessa realidade em que se desenvolvem a criação e a recriação, acontece a exclusão no processo de *diferenciação do campesinato*. Esse processo não leva necessariamente à proletarização ou à transformação do camponês em capitalista, causando a denominada *desintegração do campesinato*[1]. Leva também à recriação do campesinato por diferentes formas. Uma é pela *sujeição da renda da terra ao capital*, que acontece ante a *"subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a*

1. Conforme Lenin (1899), p. 35s e Kautsky (1899) 1986, p. 149.

renda da terra e, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física" (Oliveira, 1991, p. 11). Desse modo, o movimento de formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão e pela geração das condições de realização do trabalho familiar na criação, destruição e recriação das relações sociais como a propriedade camponesa da terra, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria[2].

Outra forma de recriação do campesinato é por meio da ocupação da terra. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital em seu processo contraditório de reprodução das relações não capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na *produção capitalista das relações não capitalistas de produção* (Martins, 1981).

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política – para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento – que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.

Esse processo de luta para conquistar a terra é tanto de reprodução quanto de produção do trabalho familiar, *porque a maior parte dos trabalhadores que participam dessa luta nunca tiveram terra*, e parte nunca trabalhou no campo. Isso pode ser comprovado ao confrontarmos as diferentes condições dos trabalhadores antes de serem assentados. Apenas 1/3 dessa população teve acesso à terra como posse ou propriedade, metade trabalhava em terras alheias e os assalariados representam 1/8 do total[3]. Segundo essa classificação, temos: proprietário 16,35%; posseiros 16,57%; as categorias parceiro, meeiro, foreiro, agregado, arrendatário, ocupante e outros compreendem 54,63%, e assalariados 12,45%. Há uma situação dissimulada que é a percentagem de trabalhadores urbanos que participam das ocupações. Não podem se declarar, porque serão desclassificados nos processos oficiais de seleção para os projetos de assentamentos, já que um critério, ainda em vigor, é que sejam trabalhadores rurais.

---

2. A respeito dos diferentes exemplos desse processo, ver Oliveira 1991; Garcia Jr., 1989 e Martins, 1986 entre outros de seus livros.

3. Fonte: Relatório Final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília: INCRA/CRUB/UnB, 1996.

Pela não realização da reforma agrária, a ocupação de terra tem se tornado uma importante forma de acesso à terra. Nesse sentido, no desenvolvimento deste capítulo, apresento dados de alguns estados sobre a origem dos assentamentos na intensificação da luta pela terra. A ocupação da terra é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas. Essa realidade exige ensaios teóricos que contribuam para a compreensão desse fenômeno. Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra.

A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice e versa. Evidente que esses processos não são lineares, tampouco separados e contêm a contradição porque na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro. No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar. Da desterritorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista. Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos e econômicos. Desse modo, destaco alguns que foram condicionantes para a formação da atual questão agrária.

O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de famílias. Nesse processo de exclusão, os trabalhadores intensificaram a luta pela terra. A elaboração e não realização de políticas de reforma agrária como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária são partes desse conjunto de fatores condicionantes. Portanto, quanto mais se intensificam a expropriação e a exploração, mais cresce a resistência. Nessa realidade, a ocupação da terra é criação dos trabalhadores sem-terra para a sua própria ressocialização.

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra. Neste sentido, apresento este ensaio teórico, discutindo algumas das principais noções e conceitos aprendidos ou construídos a partir da leitura bibliográfica e da realidade estudada, com o objetivo de contribuir para com a compreensão dessa questão.

O trabalho de base, a espacialização e a negociação

Primeiro, é preciso dizer que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações

sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular[4]. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação.

Na formação do MST, os sem-terra criaram distintas metodologias de luta. São procedimentos de resistência desenvolvidos na trajetória da luta. Essas ações são diferenciadas em todo o Brasil. Na espacialização da luta pela terra, os espaços de socialização política podem acontecer em momentos distintos, com maior ou menor freqüência. Os acampamentos são de diversos tipos: permanente ou determinado a um grupo de família. As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras. Os elementos que compõem as metodologias são a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e os latifundiários, que têm como ponto de partida o trabalho de base. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os sindicatos de trabalhadores rurais, as escolas e as próprias moradias são alguns dos principais lugares e espaços sociais onde se realizam as reuniões dos trabalhos de base.

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem-terra. E, dessa forma, vão criando o Movimento na sua territo-

---

4. Um excelente trabalho teórico a respeito deste tema é *Sujeitos irreverentes*, de Nogueira 1993.

rialização. A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta pela terra construindo suas experiências.

Portanto, os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições. Acontecem por meio da construção do espaço de socialização política[5]. Esse espaço possui três dimensões. A primeira é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos com a revolta e a indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. Outra dimensão é o espaço interativo. Esta, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constroem-se uma forma de organização social.

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base são a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Devem decidir também sobre qual terra ocupar, onde ocupar. Os latifúndios são muitos, não há dificuldade em encontrá-los. Há várias fontes de informações sobre a localização das terras que não cumprem com sua função social. Desde o conhecimento que as comunidades possuem dos inúmeros latifúndios, pelos quais muitas vezes estão cercadas, até informações conseguidas nas diversas instituições governamentais ou não-governamentais que trabalham com a questão agrária. Definida a terra, falta somente a decisão de quando ocupar. Ocupan-

---

5. A respeito da construção desse conceito, ver Fernandes, 1996a, p. 225s.

do, é dessa forma, os trabalhadores sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência, quando ocupam a terra ou acampando nas margens das rodovias.

Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de, ao defender a ocupação, apresentar idéias e referências que permitam a superação das dúvidas. São os argumentos desenvolvidos nas reuniões dos trabalhos de base, no dimensionamento do espaço de socialização política. Desse modo, os coordenadores, os padres, os sindicalistas tornam-se importantes referências para os trabalhadores indecisos. Outra forma de convencimento é a visita aos acampamentos e aos assentamentos, ou quando assentados dão testemunhos de suas lutas. Todavia, muitos ficam na espreita e vão para o acampamento depois de efetivada a ocupação. Essas atitudes acabam gerando um debate interno, quando muitas famílias reclamam pelo fato de se sentirem *boi de piranha*. Há também os que são chamados de *andorinhas*, que são os que aparecem vez ou outra no acampamento. Esses são a expressão da indecisão ou do oportunismo. Há, também, aqueles que participam de vários grupos de família, assistem a realização de várias ocupações, até decidirem-se por ocupar.

As reuniões realizadas nos trabalhos de base são espaços geradores de sujeitos construindo suas próprias existências. Essas reuniões podem durar um, três, seis meses ou até anos, dependendo da conjuntura. Podem envolver um município, vários municípios de uma microrregião, vários municípios de várias microrregiões, ou até mais de um estado em áreas de fronteira. Nos anos da ditadura, essas reuniões precisavam ser feitas com bastante sigilo por causa da repressão. Com a territorialização da luta e aumento da participação das famílias, essas reuniões se multiplicaram, deixando de ser reuniões com dezenas para contar com centenas de famílias. Esse crescimento também trouxe problemas. Policiais e jagunços passaram a se infiltrar nas reuniões para espionar o desenvolvimento e o irrompimento da luta. Esses espiões muitas vezes não são descobertos e a ocupação acaba sendo frustrada. Para evitar esse fato, as lideranças passaram a informar aos coordenadores de grupos de famílias o dia e lugar das ocupações horas antes de suas realizações. Por outro lado, o crescimento das ocupações é decorrente não só da organização dos sem-terra, mas também do aumento das formas de apoio. Cada vez mais, as famílias que participam dessas reuniões recebem apoio das comunidades urbanas e dos assentados, bem como das prefeituras que cedem transporte para participarem, inclusive, da ocupação.

No entretanto desse processo procuram negociar com o Estado o assentamento das famílias. Promessas e compromissos que na maior parte das vezes não se realizam são sempre as respostas que obtêm. No conhecimento das experiências aprenderam que devem construir as condições necessárias para conquistar a terra, participando da formação do Movimento compreendido pela criação de comissões, núcleos, setores, coordenações. São partes da forma de organização em movimento. Cada uma

composta por grupos de pessoas responsáveis pelas diversas necessidades das famílias. A começar pela alimentação e na preocupação de ter escola para as crianças, para os jovens e os adultos. Criam comissões de negociação para acompanhar o andamento do problema junto às instituições e informar a sociedade sobre seus atos; núcleos e coordenações para manter o acampamento informado e organizado; setores de educação e saúde entre outros. No MST, esses trabalhos são realizados por diversos setores, tendo o setor de Frente de Massa como o responsável pelo trabalho de base e desenvolvimento das ações.

Os trabalhadores sem-terra são os principais sujeitos desse processo. Desde o princípio da luta recebem o apoio de diferentes instituições, por meio de alianças que formam uma articulação política. As instituições envolvidas defendem a ocupação como forma de acesso à terra. Nos vinte anos da formação do MST, em diferentes conjunturas, recebeu ou tem recebido apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), de outros partidos políticos e de diversas outras organizações. Todavia, a relação na articulação sempre gerou um embate político, por causa das diferentes concepções das atribuições que as partes das alianças têm no desenvolvimento da luta pela terra. Algumas das questões do embate são relativas à autonomia dos trabalhadores. Muitas vezes, as organizações tentaram interferir nas decisões dos trabalhadores, não distinguindo as respectivas competências. Isso acontece, por exemplo, quando pretenderam coordenar as lutas, tentando representar os trabalhadores, defendendo que o MST devesse apenas apoiar os sem-terra, quando na verdade os sem-terra são e fazem o Movimento.

O embate também acontece por causa das diferentes concepções de luta. Estas são extremamente diferenciadas em todas as regiões do país. Há concepções favoráveis a posturas defensivas, outras que defendem posturas ofensivas na realização das ocupações, compreendidas como diferentes formas de resistência à ação das polícias e dos pistoleiros. As posturas mais defensivas sustentam o não enfrentamento, optando apenas pela negociação, enquanto as ofensivas sustentam a negociação e o enfrentamento. A superação do embate acontece pelo reconhecimento da autonomia dos trabalhadores e das competências de cada instituição. Na formação do MST, essa superação foi possível depois de rompimentos e retomadas das relações, por meio das lições construídas nas lutas. De diferentes formas, persistiu sempre a concepção que ocupar é a solução. Esse foi, para todas as organizações envolvidas na luta, um processo de aprendizagem.

Até meados dos anos 90, os sem-terra enfrentaram essa questão. Na formação do MST (MT), por exemplo, esse processo foi diferenciado. Nesse estado, os sem-terra apresentaram os seus princípios para as instituições de apoio à luta, definindo as competências na formação da articulação. Depois de anos de embate, as instituições reconheceram as experiências e a autonomia dos sem-terra. Assim esses camponeses sem-terra falam suas próprias linguagens, conquistando o respeito e a admiração de alguns e a aversão de outros. Foi a luta incessante pela autonomia política que muito contribuiu

para a espacialização e a territorialização do MST pelo Brasil. Nesse sentido, o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, não é fruto de uma proposta da Igreja, nem do movimento sindical. Embora tenha recebido apoio da conjugação dessas forças políticas. O MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção. O Movimento é fruto dessa realidade e não das instituições.

E processo de espacialização nem sempre é desenvolvido em todas as suas dimensões nas experiências dos sem-terra. O que determina a efetivação de todos os procedimentos para o dimensionamento do espaço de socialização política é a conjuntura. Essas experiências têm sido estudadas por pesquisadores que analisaram as práticas de diversos movimentos sociais[6]. Há também movimentos que mobilizam as famílias sem a construção do espaço de socialização política, como é o caso do MAST, conforme Feliciano, 1999, p. 125.

Processos de ocupação: tipos e formas – espacialização e territorialização

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. É fundamental diferenciar os posseiros dos sem-terra. Em uma das entrevistas que fiz no Estado de Goiás, perguntei a um sem-terra: qual diferença que havia entre ele e um posseiro, e ele me respondeu: *os posseiros ocupam lá prá aqueles trem escanteado, nós ocupamos aqui, nas beiras das BRs.* Essa resposta é significativa porque remete a diferentes espaços e ações distintas. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira, ocorre o processo de expropriação desses camponeses, desenvolvido principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários[7]. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios, propriedades capitalistas, terras de negócio e exploração, terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão.

Desde meados da década de 1980, quando o MST se territorializou pelo Brasil afora, os trabalhadores sem-terra juntos com os posseiros, os pequenos proprietários,

---

6. Bons estudos a respeito desses processos estão em Farias, 1997, p. 119s; Momesso, 1997, p. 33s; Cintra, 1999, p. 122s.

7. A respeito, ver Martins, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 145s.

meeiros, rendeiros e parceiros, intensificaram o processo de formação do campesinato brasileiro. A intensificação das ocupações de terra causaram grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana, estão lutando pela terra em todas as grandes regiões. Para compreender melhor esse processo, analiso os tipos e formas de ocupações realizadas pelos sem-terra.

Tomando como referência a abordagem analítica em *Ocupações de terras por camponeses,* de Eric Hobsbawm[8], procuro refletir sobre a questão das ocupações. Nesse trabalho, o autor, utilizando a expressão tipo, abordou o componente *terra.* Neste ensaio, utilizo outros componentes, como *famílias* e *experiências.* Desse modo, os tipos de ocupação, portanto, estão relacionados à propriedade da *terra*: pública, capitalista, de organizações não-governamentais; às formas de organização das *famílias* e aos tipos de *experiências* que constroem. Desse modo, trabalho com as expressões tipos e formas, procurando entender os processos de desenvolvimento da ocupação de terra. Neste contexto também procuro aprofundar minhas reflexões a respeito dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra.

Hobsbawm destaca três tipos de ocupações: a) *recuperación* ou terras de trabalho reconquistadas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas; b) *terras devolutas*, quando os camponeses ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira, e cujas terras passam a ser griladas por latifundiários, e c) *ocupação de latifúndios.* Nesse estudo, Hobsbawm preocupou-se, principalmente, com as ocupações do primeiro tipo, que também têm relevância no Brasil, especialmente na Amazônia, onde parte das terras de posseiros foram apropriadas e griladas pelos latifundiários e empresários. Contudo, no nosso país predominam as ocupações de terras devolutas e ou públicas, e as ocupações de latifúndios, que têm sido importantes formas de acesso à terra.

Com referência à forma de organização dos grupos de famílias, há dois tipos: *movimentos isolados* e *movimentos territorializados*. Os movimentos territorializados são construídos pelos trabalhadores e suas estruturas podem ter duas formas; movimento social ou movimento sindical. Esses movimentos recebem apoios de diferentes instituições em conjunto ou em separado. As formas de apoio são política e econômica e acontecem por meio de articulações e ou alianças. O movimento social pode receber apoio e ou estar vinculado a alguma pastoral da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra ou Pastoral Rural). Da mesma forma, pode receber apoio de centrais sindicais, partidos e organizações não-governamentais. Essas são as instituições que têm apoiado a luta pela

8. Ver a respeito: Hobsbawm, Eric. *Pessoas extraordinárias.* São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 241s.

terra, principalmente as ocupações. O movimento sindical, igualmente, pode receber apoio dessas instituições através de articulações e ou alianças.

Os significados de movimento isolado e movimento territorializado têm como referência *a organização social* e o *espaço geográfico*. Compreendo, como isolado, o movimento que se organiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistências. Brotam em terras de latifúndios através da espacialidade da luta. Construindo, dessa forma, a sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento social territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um bom exemplo de movimento socioterritorial é o MST.

Os movimentos sociais isolados são aqueles que se organizam em um município ou um pequeno conjunto de municípios, para efetivar uma ocupação. Esses movimentos recebem apoios de uma ou mais paróquias, por meio ou não das pastorais, de sindicatos, de partidos etc. Todavia, sua base territorial está limitada pela ação do movimento. Superando essa condição, pode vir a ser um movimento territorializado, organizando ações para além de sua base territorial de origem ou se vincular a uma organização territorializada. Foi desse modo que os recentes movimentos sociais de luta pela terra se desenvolveram.

Sem a superação de sua circunstância, os movimentos isolados se extinguem. A perspectiva da territorialização está relacionada com sua forma de organização sociopolítica. Quando esses movimentos são resultados de interesses imediatos da comunidade, defendidos por lideranças personalistas, que criam relações de dependência, a tendência é o esgotamento do movimento. Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não seja apenas resolver o próprio problema, mas inserir-se no processo de luta, e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização, espacialização e territorialização. Dessa forma, amiúde, trabalham não somente com o próprio problema, mas carregam a dimensão da luta pela terra, organizando novos grupos de famílias, inaugurando novos lugares, espacializando e territorializando o movimento e a luta. Todo movimento socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados.

As ocupações podem ser desenvolvidas por meio dos seguintes tipos de experiências: *espontâneas e isoladas*, *organizadas e isoladas*, *organizadas e espacializadas*. As experiências são sempre formas de luta e resistência, porque inauguram um espaço, na luta pela terra, que é o acampamento. Com relação à quantidade de

famílias envolvidas, podem ser em pequenos grupos ou massivas. Não há uma referência muito precisa a respeito do número de famílias para distinguir uma *ocupação massiva*[9] da ocupação por pequenos grupos. Todavia, as ocupações massivas são assim denominadas quando reúnem várias centenas ou até milhares de famílias.

As ocupações isoladas e espontâneas acontecem majoritariamente por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam uma área sem configurarem uma forma de organização social. Entram na terra em grupos e então, pela própria necessidade, passam a constituir um movimento social. O caráter da espontaneidade está no fato de não haver uma preocupação anterior em se construir uma forma de organização, o que acaba por acontecer, ou não, no processo de ocupação. Essas ocupações podem resultar em um movimento social isolado.

As ocupações isoladas e organizadas são realizadas por movimentos sociais isolados de um ou mais municípios. A predominância é de formação de pequenos grupos, mas também ocorrem ocupações massivas. As famílias formam o movimento antes de ocuparem a terra. Organizam *trabalhos de base*, realizando várias reuniões até a consumação do fato. As tendências desses movimentos são: findarem depois da conquista da terra ou transformarem-se em movimentos territorializados[10]. Esses dois tipos de ocupação são frutos da espacialidade e da territorialidade da luta pela terra.

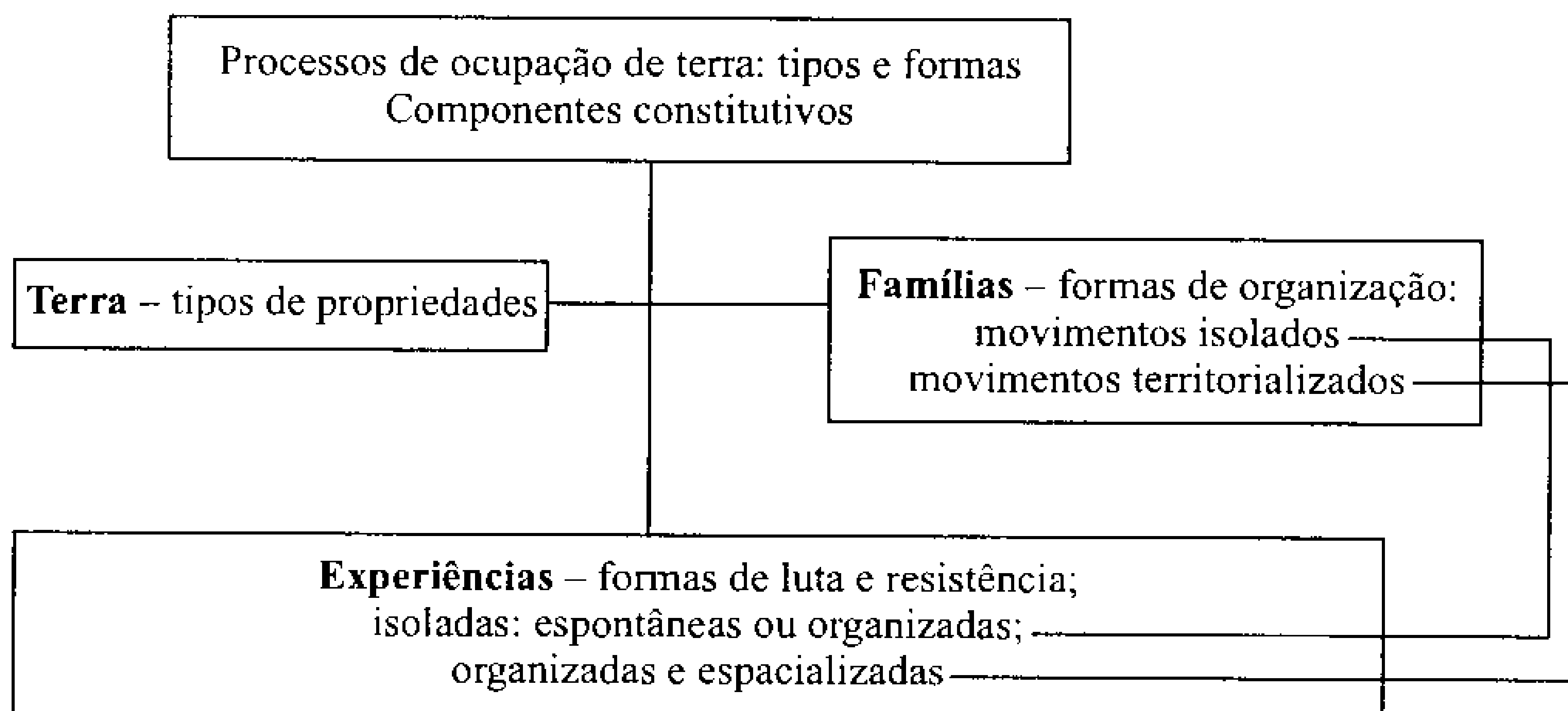
Esses tipos diferem das ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais, que executam *ocupações organizadas e espacializadas*. Essas são experiências de luta resultantes de experiências trazidas de outros lugares. Estão contidas em um projeto político mais amplo e podem fazer parte de uma agenda de lutas. O significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e como militantes espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento –, a terra de trabalho. É nesse processo que formam-se, num refazendo constante ou, para usar uma expressão de Thompson (1987), *fazendo-se em* movimentos sociais, construindo seus espaços e seus tempos, transformando suas realidades.

---

9. O conceito de "ocupação massiva" tem como significados: quantidade e extensão. Portanto, considera-se tanto o grande número de famílias envolvidas, quanto a prática de desdobramento da luta, quando a ocupação é organizada não para conquistar uma área determinada, mas sim para conquistar determinadas áreas para todas as famílias.

10. Um bom exemplo são os movimentos sociais no Estado do Paraná, na primeira metade da década de oitenta: MASTRO, MASTES, MASTEN, MASTRECO e MASTEL, que formaram o MST (PR). Ver capítulo 2: Terra por terra.

Com o diagrama abaixo procuro ilustrar as idéias apresentadas nesta análise.



Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta[11].

A experiência da ocupação no processo de territorialização é um aprendizado. É da construção de conhecimentos nas realidades dos grupos de famílias e das lutas de referências que aprendem a fazer as suas lutas. *Lutas de referências* são aquelas que lhes são relatadas ou que conheceram. Os movimentos socioterritoriais, em seus processos de formação, multiplicaram suas ações e passaram a fazer várias ocupações num pequeno espaço de tempo ou ao mesmo tempo. E nos entretantos dos processos de negociação dessas ocupações para implantação de assentamentos, fazem novas ocupações, num contínuo de espacialização e territorialização. Por essa razão, definimos o entretanto *como um importante intervalo de tempo, quando no enquanto de uma luta começa a nascer outra.* Desse modo, é possível intensificar o número de ocupações, mobilizando e organizando cada vez mais famílias. Nesse sentido, a ocupação é um processo socioespacial, é uma ação coletiva, é um investimento sociopolítico dos trabalhadores na construção da consciência da resistência no processo de exclusão. E dessa forma multiplicam-se as ocupações e o número de famílias participantes.

O processo de territorialização fortaleceu os movimentos porque possibilita a espacialização das experiências, que muito contribui para o avanço da luta em outros estados e regiões. Experiências espacializadas agilizam a organização porque os gru-

---

11. Um primeiro ensaio teórico a respeito dos processos de espacialização e territorialização está em Fernandes, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização.* São Paulo: Hucitec, 1996a.

pos de famílias trabalham desde as experiências vividas e avaliadas. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referências outras lutas e conquistas. Assim, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Dessa forma, vão construindo suas histórias, suas existências.

Ao longo de suas experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Essas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações defronte as agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Igualmente expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade. As caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades.

Pelo desenvolvimento dos procedimentos das práticas de lutas, nos processos de espacialização e territorialização, é possível definir dois tipos de ocupação: *ocupação de uma área determinada* e *ocupação massiva*. A principal diferença desses tipos está no fato que, no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos, massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias.

No primeiro tipo a ocupação é realizada com o objetivo de conquistar somente a área ocupada. Portanto, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicarem a terra ocupada. Havendo famílias remanescentes, iniciam uma nova luta para se conquistar uma outra área. Cada ocupação resulta na conquista de um assentamento. A lógica da organização das famílias é mobilizar conforme as áreas reivindicadas. Essa lógica muda com as ocupações massivas. Nesse caso, os sem-terra superaram a condição de ficarem limitados ao tamanho da área reivindicada. O sentido da ocupação deixou de ser somente pela conquista de uma determinada área, e passou a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos. Essa forma de organização intensificou a territorialização da luta. O critério principal para assentar as famílias não é mais o limite territorial, mas o tempo e as formas em que as famílias participam da luta. A ocupação transformou-se numa luta contínua pela terra, num refazendo constante, conforme as famílias vão sendo assentadas, novas famílias unem-se às famílias em luta. Assim, conforme vão conquistando frações do território, vão somando mais grupos de famílias aos grupos de famílias remanescentes.

Uma ocupação de uma área determinada pode se transformar em uma ocupação massiva, não só pela quantidade de famílias que participam, mas por causa do desdobramento da luta. Isso acontece quando, depois da conquista da terra reivindicada, passa-se a ter conhecimento de um conjunto de áreas que podem ser conquistadas e da

perspectiva de se reunir diversos grupos de famílias em uma mesma ocupação. Desse modo, é importante destacar que a massificação não tem só o sentido de quantidade, mas também o de qualidade. Este é determinado pelo dimensionamento do espaço de socialização política, principalmente no fortalecimento do espaço interativo, que acontece por meio da difusão de núcleos, setores e comissões, de modo a fortalecer o movimento. Nesses espaços, as famílias passam a trabalhar mais intensamente suas necessidades e perspectivas, como alimentação, saúde, educação, negociação etc.

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outros interesses que possam impedir o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores[12]. Assim, os critérios de seleção das famílias a serem assentadas não podem ficar restritos à procedência das famílias. As pessoas que compõem as comissões de seleção precisam considerar como critério, entre os determinados pelo governo[13], a história da luta.

Na execução das ocupações, os sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Há experiências em que ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Há experiências em que ocupam a terra, dividem em lotes e começam a trabalhar, noutras demarcam uma única área e plantam coletivamente. Essas práticas são resultados do desenvolvimento da organização dos sem-terra. São formas de resistência que colocam em questão a terra de trabalho contra a terra de exploração.

Os processos de espacialização e territorialização diminuem e podem terminar quando as famílias sem-terra conquistam os latifúndios de um ou mais municípios[14]. Encerra-se assim o que chamamos de ciclo das ocupações. Esse ciclo inicia-se com as primeiras ocupações e dura o tempo que existir terra para ser ocupada.

Por mais que se tenha um planejamento, a espacialização da luta por meio da ocupação da terra é sempre um devir. Possui o sentido das possíveis transformações incessantes, quando as conjunturas construídas se dissolvem e ou se relacionam, formando novas conjunturas, superando-se ou retrocedendo. Portanto, por mais que os sem-terra tenham construído experiências diversas, a espacialização de uma ocupação nunca é um fato completamente conhecido, tampouco desconhecido.

---

12. Como, por exemplo, o Decreto 35.852 do Governo do Estado de São Paulo. Em seu artigo 1º, § 1º determina que as famílias não residentes há pelo menos dois anos na região, não podem ser assentadas.

13. Entre os critérios determinados pelo governo estão: ser trabalhador rural, não ser proprietário de terra, não ser funcionário público etc.

14. Raros exemplos são os municípios de Mirante do Paranapanema (SP), Ronda Alta (RS) e Pontão (RS), onde os sem-terra conquistaram a maior parte dos latifúndios.

Os acampamentos: espaços de lutas e resistência

As experiências nos acampamentos marcam as histórias de vida dos sem-terra, conforme o exemplo descrito nas estrofes abaixo:

Nestes versos simples eu quero relatar
Detalhes das tralhas de um acampado
Já desgastadas de tanto se lesar
Porém para mim muito representam
Porque me ajudaram terra conquistar

Um machado bueno e um três listras que não entrego
Um maço de prego, um martelo e uma lona preta
Uma caneta e um caderninho para escrevinhar
Quando a conjuntura desta luta dura
Sempre que mudava eu tinha que anotar

...

Tralhas de um acampado
Letra: Clodoveu Ferraz Campos
Música: Amilton Almeida
1º Festival Nacional da Reforma Agrária
Palmeiras das Missões (RS), 04 a 07 de fevereiro de 1999

Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. Também podem ser a primeira ação das famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. Há experiências em que o acampamento é lugar de mobilização para pressionar o governo na desapropriação de terras. Todavia, em suas experiências, os sem-terra compreenderam que acampar sem ocupar dificilmente leva à conquista da terra. A ocupação da terra é um trunfo nas negociações.

Muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação, obtiveram êxito na luta.

À primeira vista, os acampamentos parecem ser ajuntamentos desorganizados de barracos. Todavia, possuem determinadas disposições conforme a topografia do terreno e as condições de desenvolvimento da resistência ao despejo e das perspectivas de enfrentamento com jagunços. Podem estar localizados em fundos de vale ou nos espigões. Os arranjos dos acampamentos são predominantemente circulares ou lineares. Nesses espaços existem lugares onde, muitas vezes, os sem-terra plantam suas hortas, onde estabelecem a "escola" e "farmácia", bem como o local das assembléias.

Ao organizar um acampamento, os sem-terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma à organização. Participam famílias inteiras ou parte de seus membros, que criam as condições básicas para a manutenção das suas necessidades: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho etc. Dessa forma, os acampamentos, freqüentemente, têm escolas, ou seja, barracos de lona em que funcionam salas de aula, principalmente as quatro primeiras séries do ensino fundamental; há um barraco que funciona como uma "farmácia" improvisada e, quando dentro do latifúndio, plantam em mutirão para garantirem parte dos alimentos de que necessitam, quando, na estrada, plantam entre a rodovia e a cerca. Quando próximos de assentamentos, os acampados trabalham nos lotes dos assentados, como diaristas ou em diferentes formas de meação. Também vendem sua força de trabalho como bóias-frias para usinas de álcool e açúcar ou outras empresas capitalistas, ou para pecuaristas.

Na década de 1980, os acampamentos recebiam alimentos, roupas e remédios, principalmente das comunidades e de instituições de apoio à luta. Desde o final dos anos 80 e o início da década de 1990, com o crescimento do número de assentamentos, estes também passaram a contribuir com a luta de diversas formas. Muitos cedem caminhões para a realização das ocupações, tratores para preparar a terra e alimentos para a população acampada. Esse apoio é mais significativo quando os assentados estão vinculados a uma cooperativa. Essa é uma marca da organicidade do MST. Com o crescimento do apoio das comunidades, das instituições, dos assentamentos e com a consolidação do MST, os sem-terra conseguiram intensificar o número de ocupações e desenvolver a resistência, de modo a realizar dezenas de ocupações simultâneas.

Na segunda metade da década de 1990, em alguns estados, o MST começou uma experiência que denominou de acampamento permanente ou acampamento aberto. Esse acampamento é estabelecido em uma região, onde existem muitos latifúndios. É um espaço de luta e resistência para onde as famílias de diversos municípios se dirigem e se organizam. Desse acampamento permanente, os sem-terra partem para várias ocupações, para onde podem se transferir ou, em caso de despejo, retornarem para o acampamento. Também conforme vão conquistando a terra, vão mobilizando e organizando novas famílias que passam a compor o acampamento. Como afirmamos, o acampamento acontece no processo de espacialização da luta, inaugurando a territorialização. Ao organizarem a ocupação da terra, os sem-terra promovem uma ação

concreta de repercussão imediata. Essa ação é política e se efetiva como ato de resistência, como condição para negociação, cujos desdobramentos estão condicionados à origem do fato. A ocupação coloca como questão a propriedade capitalista da terra, no processo de criação da propriedade familiar.

O acampamento é lugar de mobilização constante. Além de espaço de luta e resistência é também espaço interativo e espaço comunicativo. Essas três dimensões do espaço de socialização política desenvolvem-se no acampamento em diferentes situações. No início do processo de formação do MST, na década de 80, em diferentes experiências de acampamentos, as famílias partiam para a ocupação somente depois de meses de preparação nos trabalhos de base. Desse modo, os sem-terra visitavam as comunidades, relatavam suas experiências, provocavam o debate e desenvolviam intensamente o espaço de socialização política em suas dimensões comunicativa e interativa. Esse procedimento possibilita o estabelecimento do espaço de luta e resistência de forma melhor organizada, pois as famílias são conhecedoras dos tipos de enfrentamentos da luta. Durante seu processo de formação, pela própria demanda da luta, o MST construiu outras experiências. Assim, nos trabalhos de base não se desenvolveram a dimensão interativa, que passou a acontecer no espaço de luta e resistência. E ainda, quando há um acampamento permanente ou aberto, as famílias podem iniciar-se na luta inaugurando o espaço comunicativo, desenvolvendo o espaço interativo no espaço de luta e resistência. É o caso de quando os sem-terra estão lutando pela conquista de várias fazendas e as famílias vão se somando ao acampamento, enquanto outras vão sendo assentadas.

No acampamento, os sem-terra fazem periodicamente análises da conjuntura da luta. Essa leitura política é facilitada para os movimentos socioterritoriais porque estão em contato permanente com suas secretarias, de modo que podem fazer as análises a partir de referenciais políticos amplos, como, por exemplo, as negociações que estão acontecendo nas capitais dos estados e em Brasília. Assim, associam formas de luta local com as lutas nas capitais. Ocupam a terra diversas vezes como forma de pressão para abrir a negociação, fazem marchas até as cidades, ocupam prédios públicos, fazem manifestações de protestos, reuniões etc. Pela correspondência entre esses espaços de luta no campo e na cidade, sempre há determinação de um sobre o outro. As realidades locais são muito diversas, de modo que tendem a predominar nas decisões finais as realidades das famílias que estão fazendo a luta. Dessa forma, as linhas políticas de atuação são construídas a partir desses parâmetros. E as instâncias representativas do MST carregam essa espacialidade e essa lógica, pois um membro da coordenação ou da direção nacional participa do processo desde o acampamento até as escalas mais amplas: regional, estadual e nacional.

Com essas ações que contam com o apoio das articulações políticas, os sem-terra procuram mudar a conjuntura para desemperrar o processo de negociação. Todavia, nem sempre conseguem modificar a conjuntura. Quando as negociações chegam no impasse, acontecem os conflitos violentos, como, por exemplo, a Praça da Matriz, em Porto Alegre, e o massacre em Eldorado dos Carajás.

Todos os acampamentos têm suas histórias nas lutas das famílias sem-terra. Vale destacar pelo menos dois dos acampamentos históricos do processo de formação e territorialização do MST: o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, e o acampamento dos capuchinhos, em Itamaraju na Bahia[15]. Garantir a existência do acampamento, por meio da resistência, impedindo a dispersão causada por diferentes formas de violência é fundamental para o sucesso da luta na conquista da terra. Essa foi a preocupação do MST (MT) em sua primeira ocupação no estado, como é a preocupação de todos os sem-terra a cada nova ocupação.

Salvar a ocupação, com a transferência das famílias para fora do latifúndio, garantindo sempre um lugar para o acampamento, faz parte da lógica da resistência. Quando acontece o despejo – palavra que também significa livrar-se de estorvo, em que as pessoas são tratadas como coisas num ato de violência legitimada pela judiciarização da luta pela terra (Fernandes, 1997b; Moreyra, 1998) – as famílias transferem o acampamento para outras áreas, como, por exemplo, às margens das rodovias ou para terrenos cedidos pelas prefeituras ou por outras instituições. Quando são despejadas das margens das rodovias, montam acampamentos dentro de assentamentos próximos, esse território dos sem-terra, expressão da conquista na luta e resistência.

A sustentação dos acampamentos é uma forma de pressão para reivindicar o assentamento. E essa é uma prática do MST, garantir o acampamento até que todas as famílias sejam assentadas. Para os outros movimentos, essa prática não é tão permanente. Muitas vezes negociam com o governo o assentamento e acreditando nas promessas, as famílias retornam para seus municípios. De modo que, evidentemente, a maior parte dos assentamentos não se realiza. Também, muitas famílias que permanecem acampadas desistem por uma série de motivos, principalmente pela falta de perspectiva e pela violência dos despejos e dos jagunços.

Na política de implantação de assentamentos rurais do governo federal, os acampamentos (e as famílias participantes nos trabalhos de base que estão se mobilizando para ocupar) são também uma forma de pressão e uma contribuição dos sem-terra para a realização do cadastramento das famílias beneficiárias, bem como para intensificar a arrecadação das áreas. Essa é uma prova insofismável que as ações dos governos federal e estaduais derivam das ações dos movimentos sociais. O acampamento é espaço de luta e resistência no processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a territorialização), desenvolve-se a espacialização. Uma forma é por meio das romarias e ou das marchas.

A marcha é uma necessidade para expandir as possibilidades de negociação, para gerar novos fatos. Em seus ensinamentos, por meio de suas experiências, os sem-terra tiveram diversas referências históricas. Alguns exemplos utilizados na mística do

---

15. Ver capítulo 2: O acampamento Encruzilhada Natalino e, no capítulo 3: Bahia.

Movimento são: a caminhada do Povo Hebreu rumo à terra prometida, na luta contra a escravidão no Egito; a caminhada de Gandhi e dos hindus rumo ao mar, na luta contra o imperialismo inglês; as marchas das revoluções mexicana e chinesa, entre outras[16]. Dessa forma, os sem-terra ocupam a terra, espaços de prédios públicos, espaços políticos diversos para denunciar os significados da exploração e da expropriação, lutando para mudar suas realidades. Ou, então, como o cineasta Paulo Rufino conseguiu exprimir de maneira tão objetiva quanto poética:

> *"Dos campos, das cidades, das frentes dos palácios, os Sem-Terra, este povo de beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim exprimidos nessa espécie de geografia perdida que sobe entre as estradas, que é por onde passam os que têm onde ir e as cercas, que é onde estão os que têm onde estar, os Sem-Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar"* (Paulo Rufino: *O Canto da Terra*, 1991).

Organicidade e vinculação

Uma importante condição para o avanço da luta pela terra é a *organicidade* dos movimentos sociais. Esta é representada pela interação entre as distintas atividades do movimento social e pela expressão do *acúmulo de forças*, na espacialização e territorialização, que de acordo com Bogo é:

> *"a conquista de espaços social e geográfico, e sua manutenção através da intervenção organizada das pessoas ou de um movimento de massas, elevando o nível de consciência através da perseguição de objetivos que se queiram alcançar a curto, médio e longo prazos... O acúmulo de forças se mede não simplesmente pela quantidade de pessoas que participam das atividades, mas da quantidade e da eficiência da diversidade de atividades que envolvem cada vez mais as pessoas que participam diretamente e a influência que estas têm sobre as demais"* (Bogo, 1999, p. 138-140).

A organicidade é uma característica dos movimentos socioterritoriais. É representada na manifestação do poder político e de pressão que os sem-terra possuem no desenvolvimento da luta, tanto para conquistar a terra, quanto para as lutas que se desdobram nesse processo. A separação das lutas pela conquista da terra das lutas de resistência na terra é uma forma de fragilizar os movimentos. Portanto, a consciência das realidades em que vivem é fundamental para a construção da organicidade no

---

16. Ver a respeito: Stedile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 149-155.

processo de formação da identidade dos sujeitos da luta. E essa condição está associada à vinculação das famílias aos movimentos. E como Bogo evidencia, quantidade só serve como referência para se compreender a organicidade se estiver associada à participação das pessoas nas diversas atividades da organização, em suas diferentes escalas: local, regional, estadual e nacional, de acordo, evidentemente, com a extensão da ação dos movimentos sociais.

A vinculação das famílias aos movimentos é componente da dimensão da organicidade. E, neste sentido, é componente qualitativo. Como também é quantitativo. Assim, é muito trabalhoso calcular os graus de vinculação das famílias aos movimentos, por ser um atributo qualitativo de identificação, cujas dimensões são de difícil mensuração. Todavia, essa referência é importante para que tenhamos uma idéia aproximada da dimensão da organização. Fizemos um levantamento junto a alguns coordenadores dos setores de atividades e das instâncias de representação do MST, em 15 estados e Distrito Federal[17], conforme demonstrado na tabela 5.1.

Esses dados são aproximados. São apenas uma referência para termos uma noção da vinculação das famílias nesses estados. São famílias, das quais seus membros ou parte deles participa da forma de organização das atividades e das instâncias de representação em suas diferentes escalas, ou mesmo que não tenham participação nos setores, mas que se identificam como Sem-terra e participam das ações do MST. Essas pessoas fazem e são o Movimento. É por meio dessa compreensão de organicidade, expressa pela identidade política, que nos referimos aos Sem-Terra do MST[18]. São esses sujeitos que consideramos como vinculados ao MST. Todavia, é importante lembrar que nem todos os vinculados participaram das lutas do MST desde o começo. Existem Sem-Terra que não participaram de ocupações realizadas pelo Movimento, eram movimentos isolados e que se vincularam depois da conquista da terra. Como há, também, sem-terra que participaram do MST desde o início da ocupação, mas por divergências políticas se desvincularam do Movimento.

Dessa forma tomamos como referências os assentamentos que estão vinculados ao movimento. Por vinculados compreendemos os assentamentos, onde a maior parte das famílias participam dos setores de atividades ou das ações do MST. Com relação ao grau de vinculação há assentamentos parcialmente vinculados, onde vivem grupos de famílias que participam das atividades ou das ações do Movimento. Nesse sentido, utilizamos parâmetros relativos para conseguir dados proporcionais tanto para o número de assentamentos quanto para o número de famílias. A partir dessas referências podemos analisar esses dados para termos uma noção dos graus de vinculação das famílias Sem-terra.

---

17. Essa foi uma primeira fase de uma das pesquisas do DATALUTA. Os outros estados onde o MST está organizado estão sendo pesquisados.

18. *Sem-Terra é o sujeito social constituído pelas lutas do MST.* Caldart, 1999, p. 25. Esse é um processo interativo: participando do MST e se identificando como Sem-Terra, as pessoas constroem o Movimento.

Conforme os dados da tabela 5.1, a região Sul possui o maior percentual de vinculação. Evidente que este resultado está associado a história recente da luta pela terra na região, em que as ações foram desenvolvidas predominantemente pelo MST, desde a sua gênese até 1999. É a única região do país, onde não registramos a atuação de outros movimentos socioterritoriais.

Tabela 5.1 – Vinculação das famílias sem-terra ao MST: 1979/1980-1997/1998#

REGIÃO / UF	ASSENTAMENTOS				FAMÍLIAS			
	Vinculado		Não vinculado		Vinculado		Não vinculado	
N	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
RO	14	24	45	76	3.204	15	17.679	85
NE	247	38	399	62	18.466	42	26.087	58
SE	31	52	28	48	2.031	53	1.763	47
AL	18	41	26	59	2.171	45	2.618	55
PE	65	52	61	48	3.567	56	2.842	44
CE	112	49	116	51	8.672	51	8.133	49
PI	21	8	168	92	2.025	16	10.731	84
C-O	32	18	146	82	3.340	18	15.281	82
MS	11	20	33	80	2.296	24	7.180	76
DF*	5	62	3	38	280	54	239	46
GO	16	13	110	87	764	9	7.862	91
SE	124	38	204	62	8.260	35	15.571	65
MG	10	10	86	90	510	8	5.687	92
RJ	16	29	40	71	1.987	34	3.825	66
ES	33	79	9	21	1.375	88	184	12
SP	65	48	69	52	4.388	42	5.875	48
S	261	84	48	16	20.406	88	2.837	12
PR	19	78	41	22	10.752	82	2.332	28
SC	78	92	7	8	3.435	95	178	5
RS	164	100	0	0	6.219	95	327	5
TOTAL	678	44	842	56	53.676	41	77.455	59

Em alguns estados os primeiros assentamentos foram implantados em 1979, noutros em 1980. Da mesma forma, para alguns estados temos dados até 1997 e noutros até meados de 1998, correspondente ao período da pesquisa.

* DF e em torno, que correspondem às regiões Leste Goiano e Noroeste de Minas.

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 1999.

Na região Nordeste, nos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, aproximadamente metade dos assentamentos são vinculados ao MST, o que é muito provável que esta seja a segunda região com o maior percentual de vinculação. Embora seja a região com maior atuação dos outros movimentos socioterritoriais, conforme pode ser observado no quadro 4.6.

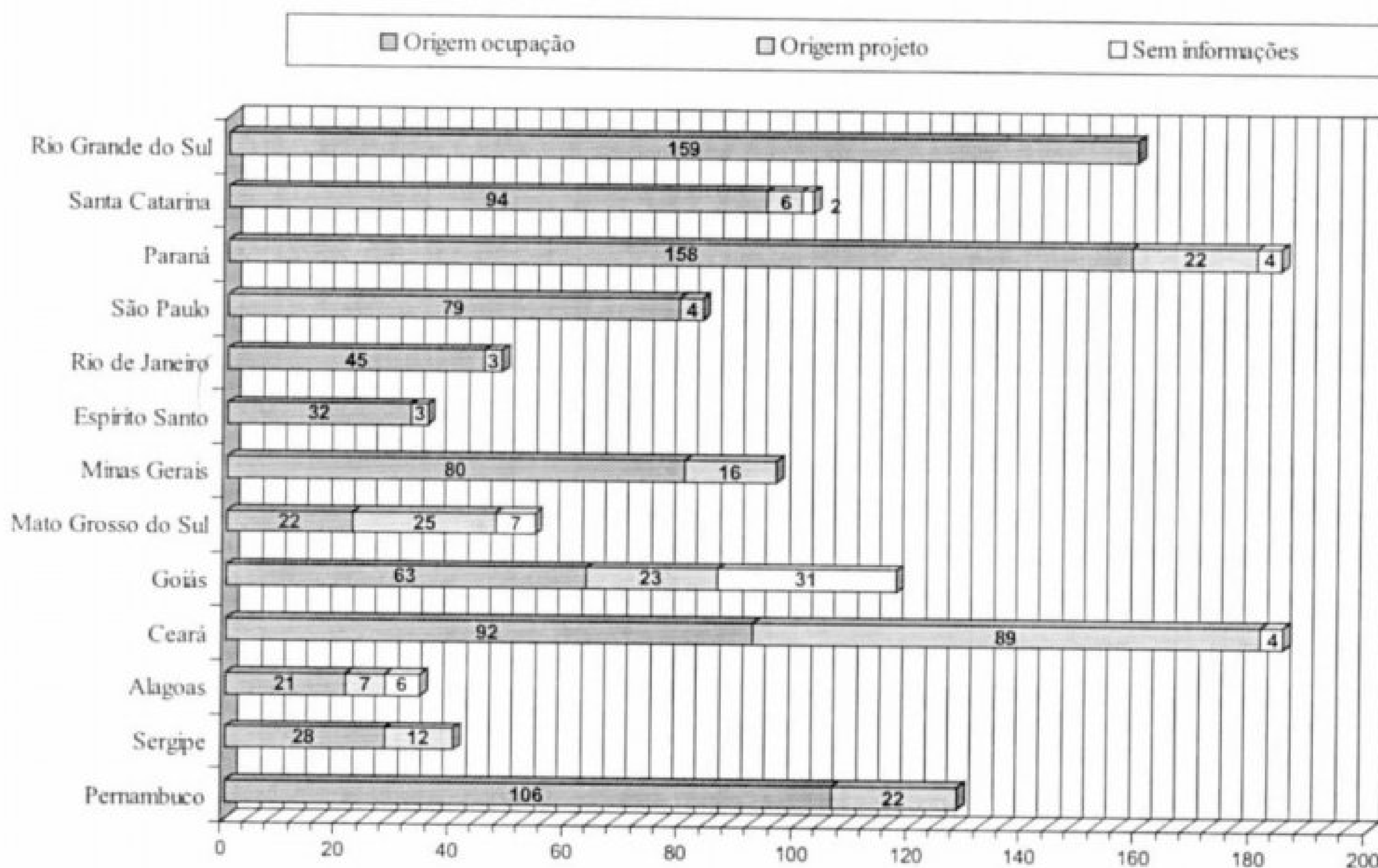
Na região Sudeste, aproximadamente uma terça parte dos assentamentos são vinculados. Minas Gerais e São Paulo são os estados em que outros movimentos socioterritoriais também atuam. O Estado do Espírito Santo possui um alto percentual de vinculação, onde em torno de 88% das famílias estão vinculadas ao MST.

O Centro-Oeste e o Norte do país são as regiões com menor vinculação dos assentamentos ao MST. E também são as regiões onde estão assentadas 55% das famílias. Mas são as regiões onde estão localizados apenas 31% dos assentamentos. Nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, onde os movimentos socioterritoriais atuam com maior intensidade, estão localizados 82% dos assentamentos (ver tabela 4.11). E a maior parte desses assentamentos foram conquistados por meio das ocupações de terras.

A ocupação como forma de acesso à terra

Nesses 20 anos de luta, a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra. Aproximadamente 77% dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e nos Estados do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, no período 1986-1997, foram originados por meio de ocupações de terra, conforme pode ser observado no gráfico 5.1.

Gráfico 5.1 – 1986-1997 – Número de assentamentos segundo a origem



Fonte: DataLuta – Banco de Dados da Luta pela Terra – Unesp/MST, 1998

Evidente que a interpretação desses dados está associada às análises feitas desde o começo desta tese. Esses números representam uma história de luta, da qual o MST participou e participa intensamente. Quando o governo federal afirma ter assentado mais de 280 mil famílias, na verdade, essa realidade foi construída predominantemente por causa de pressões resultantes das ocupações de terra, principalmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Desde 1995 até abril de 1999 foram implantados 2.750 assentamentos com 299.323 famílias. No entanto, ocorreram 1.855 ocupações com 256.467 famílias, ou seja, proporcionalmente o número de famílias ocupantes representa 85% das famílias assentadas (ver tabela 4.8).

Para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, os índices de famílias ocupantes representam proporcionalmente 84% das famílias assentadas. Para as regiões Sul e Sudeste, representam 273% e 175%. Ou seja: 45.845 famílias lutaram pela terra na região Sul, enquanto o governo assentou 12.272. Das 44.225 famílias que lutaram pela terra na região Sudeste, os assentamentos implantados beneficiaram apenas 16.068 famílias. A maior atuação do governo aconteceu na região Norte, onde assentou e ou regularizou posses de 98.657 famílias (ver tabela 4.8).

Conforme o gráfico 5.1, o Estado do Ceará é onde se localiza o maior número de projetos de assentamentos criados pelo governo. Esse dado é resultado, em grande parte, de políticas do governo estadual e da implantação do Projeto Cédula da Terra. Todavia, esse dado não tem a mesma correspondência nos Estados de Pernambuco e Minas Gerais, onde o Projeto também foi implantado. Ainda, nos estados da região Sudeste e Sul, onde estão localizados 24% do total de assentamentos implantados até junho de 1999, em torno de 92% dos assentamentos foram originados de ocupações de terra.

Neste sentido, a luta pela terra impulsiona a política de assentamentos rurais do governo federal. Por essa razão é que questionamos: que reforma agrária? (Fernandes, 1998). Chamar de reforma agrária essa realidade é interpretá-la na linguagem do Estado, das classes dominantes (Martins, 1986c, p. 67). De fato, os assentamentos implantados são resultados da luta pela terra, que têm contribuído para a efetivação da política de assentamentos rurais. E a isso chamamos incorretamente de reforma agrária.

Por meio das análises realizadas até aqui, a questão agrária no Brasil está longe de ser resolvida, enquanto for tratada como políticas compensatórias. A luta pela democratização do acesso à terra vem crescendo como demonstramos nesse trabalho. A estrutura fundiária ainda permanece concentrada e cresce o número de sem-terra, principalmente pelo aumento do desemprego. Conforme pesquisa recentemente realizada por Gasques e Conceição, 1999, considerando como público potencial para a reforma agrária: pequenos proprietários[19], arrendatários, parceiros, ocupantes e assalariados, tendo como referências os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, es-

19. Pequenos proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar.

ses autores chegaram ao número de 4.514 mil famílias. A partir desse dado, os pesquisadores estimaram a área necessária para o assentamento, tendo como referência o módulo em hectares por família, em torno de 160.000.000 de ha. Conforme a tabela 4.11, no período de 1979 a junho de 1999, foram assentadas 475.801 famílias. Ou seja, o equivalente a 10,5% do público potencial, enquanto a área equivale a 14%.

Sem a perspectiva da realização de uma política de reforma agrária que acelere esse processo, a luta pela terra continuará se desenvolvendo por meio das ações das famílias sem-terra. *Assim, a ocupação da terra tornou-se e se manterá uma forma de acesso à terra no Brasil. E por meio dos processos de espacialização e territorialização, os trabalhadores constroem as condições básicas de suas existências, no processo de formação do campesinato brasileiro*. Dessa forma, a questão agrária continua sendo um desafio para todos nós, e de acordo com Martins, 1994, p. 12-3: *"Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer"*.

Todavia, ante aos desafios do futuro da luta pela terra: *ocupar, resistir, produzir expressa a lógica da resistência à exclusão, à exploração e à expropriação*. E o futuro da luta nasce a cada dia nas mobilizações dos sem-terrinha. Essas crianças que estão aprendendo, com as experiências de seus pais, os significados das lutas e das resistências, condições fundamentais para a construção de suas vidas.

BIBLIOGRAFIA

Abramovay, Ricardo. *De camponeses a agricultores: Paradigmas do capitalismo agrário em questão.* Campinas, 1990. Tese (Doutorado). Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

Alencar, Francisco Amaro Gomes. *Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária.* Fortaleza, 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará.

Alentejano, Paulo Roberto R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais.* Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Alentejano, Paulo Roberto R. *A Geografia das lutas pela terra no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: inédito, 1998.

Alentejano, Paulo Roberto R. *Os assentamentos rurais da Baixada Fluminense: um desafio à territorialização do MST no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: inédito, 1999.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. *A guerra dos mapas.* Belém: Falangola, 1994.

Amorim, Jaime. *Estudo sobre a Zona Canavieira do Nordeste: só a reforma agrária pode mudar a situação.* Dossiê MST. Caruaru, 1994.

ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola). *Programa de Apoio à Confederação Nacional dos Assentados e Fundo de Crédito Rural para Cooperativas e Associações de Assentados.* São Paulo, ANCA, 1990.

Andrade, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste.* São Paulo: Brasiliense, 1964.

Andrade, Manuel Correia. *Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?* Recife: Editora Guararapes, 1981.

Andrade, Manuel Correia. *Lutas camponesas no Nordeste.* São Paulo: Ática, 1986.

Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil.* São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1982.

Anuário Brasileiro do Agribusiness. As 50 maiores cooperativas. In *Globo Rural*, 1999, nº 169, p. 132-3.

Araújo, Tânia Bacelar (coord.). *Descentralização e reforma agrária: um processo em discussão.* Recife: Incra, 1998.

Asselin, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás.* Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

Azevedo, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Barbosa, Ycarim Melgaço. O movimento camponês de Trombas e Formoso. *Revista Terra Livre*, nº 6, p. 115-122, 1988.

Barrios, Adelfo Martín. *ANAP – 25 años de trabajo.* Havana: Editora Política, 1987.

Bastos, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas.* Petrópolis: Vozes, 1984.

Batista, Luis Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade.* São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Becker, Berta K., Miranda, Mariana e Machado, Lia. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território.* Brasília, Rio de Janeiro: Editora da UnB-Editora da UFRJ, 1990.

Benincá, Elli. *Conflito religioso e práxis. A ação política dos acampados da Encruzilhada do Natalino e da Fazenda Anoni.* São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Benjamin, César *et al. A opção brasileira.* São Paulo: Contraponto, 1998.

Bogo, Ademar. Manter a esperança. *Canções da Terra.* São Paulo: MST, s.d.

Bogo, Ademar. *Lições da luta pela terra.* Salvador: Memorial das Letras, 1999.

Bonim, Anamaria Aimoré *et al. Movimentos sociais no campo.* Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná-Edições Criar, 1987.

Brito Filho, Glauco. *Mercado: as questões dos assentamentos da Região Pólo de Marabá (PA).* Marabá, 1999. Monografia (Curso de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas). Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária; Universidade de Brasília; Universidade Vale do Rio dos Sinos.

Bruno, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil.* Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

Bussinger, Vanda Valadão. *Assentamentos e sem-terra no Espírito Santo: a importância do papel dos mediadores.* Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cabral, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão.* São Luiz: Secma, 1992.

Caldart, Roseli Salete. *Sem-Terra com poesia.* Petrópolis: Vozes, 1987.

Caldart, Roseli Salete e Schwaab, Bernadete. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In Görgen, Frei Sérgio e Stedile, João Pedro. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.* Petrópolis: Vozes, 1991.

Caldart, Roseli Salete. *Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras do MST.* Petrópolis: Vozes, 1997.

Caldart, Roseli Salete, Cerioli, Paulo Ricardo Fernandes, Bernardo Mançano. Por uma Educação Básica do Campo. *Texto-base da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.* Brasília: CNBB, MST, UNESCO, UNICEF e UnB, 1998.

Caldart, Roseli Salete. *Escola é mais que escola na pedagogia do Movimento Sem-Terra.* Porto Alegre, 1999. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Callado, Antônio. *Os industriais da seca e os Galileus de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

Camini, Isabela. *O cotidiano pedagógico de professores e professoras de uma escola de assentamentos do MST: limites e desafios.* Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Campos, Antônio Carlos. *Assentamento Vitória da União: unidade familiar versus organização coletiva.* Aracaju, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

Cardoso, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

Cardoso, Fernando Henrique. Prefácio. In Graziano Neto, Francisco. *A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil.* São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991, p. 9-14.

Cardoso, Fernando Henrique. *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo.* Brasília: s. n., 1994.

Cardoso, Fernando Henrique. *Reforma agrária: compromisso de todos.* Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

Castro, Edna M.R. de, Hébette, Jean (org.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia.* Cadernos NAEA nº 10. Belém: Universidade Federal do Pará: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1989.

Castro, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

Chayanov, Alexander Vasilevich. *The theory of peasant economy. Illinois: The American Economic Association*, 1966. Editado por Thorner, Daniel; Kerblay, Basile e Smith, R.E.F.

Chonchol, Jacques. *Sistemas agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora.* Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994.

Christoffoli, Pedro Ivan. *Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST.* São Leopoldo, 1998. Monografia (Curso de Especialização Superior em Cooperativismo). Centro de documentação e Pesquisa-CEDOPE, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Cintra, Maria da Conceição Barbosa. *A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe: 1985-1997.* Recife, 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

Cobra, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista.* São Paulo: Tipografia Hennyes, 1923.

Coelho, Maria Célia Nunes. A polêmica ocupação dos sem-terra na região dos Carajás. In *Perspectivas do desenvolvimento sustentável (uma contribuição para a Amazônia).* Ximenes Tereza (org.). Belém: Universidade Federal do Pará: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA: Associação de Universidades Amazônicas, 1997, p. 495-530.

Comissão Pastoral da Terra. *História da Comissão Pastoral da Terra (MS) 1978-1992.* Campo Grande: CPT, 1993.

CPT. *A Luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois.* São Paulo: Paulus, 1997.

CPT. *Assassinatos no campo – Brasil 1985-1998: violência e impunidade.* CPT: Itaici, 1999.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). *Concrab: quatro anos organizando a cooperação.* São Paulo: Concrab, 1996.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). *Sistema cooperativista dos assentados em números.* São Paulo: Concrab, 1997a.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola nº 5.* São Paulo: Concrab, 1997b.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Sistema de Crédito Cooperativo. *Caderno de Cooperação Agrícola nº 8.* São Paulo: Concrab, 1998.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). *Organicidade e núcleos de base.* São Paulo: Concrab, s.d.

Consulta Popular. *Projeto popular para o Brasil.* Consulta Popular: São Paulo, s.d.

Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande Sul (Coceargs). *A vida no assentamento.* Porto Alegre: Coceargs, 1997.

Correia, Jacinta Castelo Branco. *Comunicação e capacitação.* Brasília: Iattermund, 1995.

Cortêz, Cácia; Silva, Edson; Taques, Luiz. *A travessia do rio dos Pássaros.* Belo Horizonte: s.n., 1985.

Cortêz, Cácia. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos.* São Paulo: Brasil Agora, 1993.

Costa, Gileaide Silva. *MLT: O Movimento de Luta pela Terra: um movimento em movimento.* Campina Grande, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.

Cota, Raymundo Garcia. *Carajás: a invasão desarmada.* Petrópolis: Vozes, 1984.

Cunha, Euclides da. *Os Sertões.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra. *Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Série Pesquisa,* nº 1. Presidente Prudente: NERA, no prelo.

Dantas, Alexsandro Galeno Araújo. *Imagens da terra: por uma poética da luta política.* Natal, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Dal Chiavon, Francisco. *Os problemas econômicos das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) – nos assentamentos de reforma agrária.* Chapecó, 1999. Monografia (Curso de Especialização e Extensão em Administração de Cooperativas (CEACOOP). Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Universidade de Brasília-Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo: Edusp-Itatiaia, 1980.

De Lannoy, Christophe. *A tecnologia e as associações de cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária.* Porto Alegre, 1990. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dellazeri, Dirlete. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul (1984 a 1993).* Ijuí, 1994. Monografia (Curso de História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Ijuí.

Derengoski, Paulo Ramos. *Os rebeldes do Contestado.* Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.

DESER. *Banco da Terra: análise econômica e exemplos de financiamentos.* Boletim DESER, Edição Especial, 1999.

Dias, Luzimar Nogueira. *Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo.* Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

D'Incao e Mello, Maria da Conceição. *O bóia-fria: acumulação e miséria.* Petrópolis: Vozes, 1975.

D'Incao, Maria da Conceição. Roy, Gérard. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando democracia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Donato, Hernani. *Chão Bruto.* São Paulo: Melhoramentos, 1969.

Duarte, Elio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Eckert, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul.* Itaguaí, 1984. Dissertação (mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola), – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Emmi, Marília. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.* Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – NAEA – Universidade Federal do Pará, 1987.

Engels, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* São Paulo: Global, 1985.

Fabrini, João Edmilson. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí.* Presidente Prudente, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp. Presidente Prudente.

FAO/PNUD/MARA. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária.* Brasília, 1992.

Farias, Marisa de Fátima Lomba de. *O acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra.* Araraquara, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

Franco, Mariana C. Pantoja. *Xagu: de sem-terra a assentado.* Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Feliciano, Carlos Alberto. *A geografia dos assentamentos rurais no Brasil.* São Paulo, 1999. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Fernandes, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização.* São Paulo: Hucitec, 1996a.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agrária e modernização no campo. In *Terra Livre*, nº 11-12. São Paulo: AGB, 1996b, p. 153-175.

Fernandes, Bernardo Mançano. Por uma escola do campo. In *Revista Ágora:* Santa Cruz do Sul, v. 3, nº 2, p. 35-46, jul/dez, 1997a.

Fernandes, Bernardo Mançano. A judiciarização da luta pela reforma agrária. In *GEOUSP – Revista de pós-graduação em Geografia.* São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1997b, p. 35-9.

Fernandes, Bernardo Mançano. Que Reforma Agrária? In *A questão agrária na virada do século. Vol. II – Mesas Redondas.* XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1998.

Fernandes, Bernardo Mançano. La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil. In Maya, Margarita López (org.). *Lucha popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste*. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.

Ferreira, Ângela Duarte Damasceno. Movimentos Sociais Rurais no Paraná: 1978-1982. In Bonim, Anamaria Aimoré *et al*. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná/Edições Criar, 1987, p. 9-50.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Ferreira, Eudson de Castro *et alii*. "A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso". Relatório Projeto *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais*. Convênio FINEP/CPDA/UFRJ. Cuiabá, 1997.

Ferreira, Eudson de Castro *et alii*. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In Medeiros, Leonilde Sérvolo e Leite, Sérgio (org.) *A formação dos assentamentos rurais do Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS/CPDA,1999, p. 197-232.

Ferreira, Vera e Amaury, Antonio. *O espinho do quipá: Lampião, a história*. São Paulo: Oficina Cultural Monica Buonfiglio, 1997.

Figueira, Ricardo Rezende. *Rio Maria: canto da terra*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Figueira, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Formam, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Fórum Nacional de Reforma Agrária. *Reforma agrária para democratizar o acesso à terra*. Mimeo, 1999.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

Funari, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia de Palmares: Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-51.

Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária. *Cédula da Terra*. Brasília: s.d.

Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária. *A nova reforma agrária*. Versão preliminar. Brasília, 1999.

Gaiger, Luiz Inácio Germany *et al*. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura*, nº 15. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOPE: São Leopoldo, 1999.

Garcia Jr., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB; MCT-CNPq, 1989.

Gasques, José Garcia; Conceição, Júnia Cristina P.R. da. *A demanda de terra para reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: www.dataterra.org.br, 1999.

Gehlen, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da fazenda Sarandi*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Gohn, Maria da Glória. A crise dos movimentos populares dos anos 90. In *Movimentos sociais e Educação.* São Paulo: Cortez Editora, 1992.

Gohn, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais.* São Paulo: Loyola, 1997.

Gomes, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros.* Curitiba: Edições Criar, 1986.

Gomes, Iria Zanoni. *A recriação da vida como obra de arte: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade.* São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Görgen, Frei Sérgio. *O massacre da Fazenda Santa Elmira.* Petrópolis: Vozes, 1989.

Görgen, Frei Sérgio. *Uma foice longe da terra.* Petrópolis: Vozes, 1991.

Görgen, Frei Sérgio e Stedile, João Pedro. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.* Petrópolis: Vozes, 1991.

Görgen, Frei Sérgio. *A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores.* Petrópolis: Vozes, 1998.

Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Levantamento histórico dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990).* Série Documentos: Estudos e projetos sobre a estrutura fundiária – conflitos. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos. Rio de Janeiro, 1991.

Graziano Neto, Francisco. *A verdade da terra: crítica à reforma agrária distributivista.* São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Administração). Curso de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas.

Graziano Neto, Francisco. *A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil.* São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

Graziano Neto, Francisco. *Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania.* São Paulo: Geração Editorial, 1996.

Graziano da Silva, José. *Modernização dolorosa.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

Grynszpan, Mário (coord.) *Levantamento histórico dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990).* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, 1991.

Grzybowski, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.* Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 1987.

Guimarães, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Haesbaert, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.* Niterói: EDUFF, 1997.

Hébette, Jean (org.). *O cerco está se fechando.* Petrópolis: Vozes, FASE, NAEA, 1991.

Hobsbawm, Eric. *Rebeldes primitivos.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Hobsbawm, Eric. *Pessoas extraordinárias.* São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Ianni, Octavio. *Ditadura e agricultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. *Brasil: uma visão geográfica dos anos 80.* Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

IBGE. *Geografia do Brasil. Região Norte.* Vol. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INCRA/CRUB/UnB. *Relatório final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil.* Brasília, 1996.

Iokoi, Zilda Grícoli. *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1975*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Retrato da Terra 97/98: Perfil socioeconômico e balanço da produção agropecuária dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. *Cadernos ITESP*, nº 9. São Paulo: ITESP, 1998.

Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Construindo o futuro: políticas de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. *Cadernos ITESP*, nº 10. São Paulo: ITESP, 1998.

Lacoste, Yves. *A Geografia*. In A Filosofia das Ciências Sociais de 1860 aos nossos dias. Châtelet, François (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Kautsky, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

Kotscho, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terras no Araguaia – Tocantins*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Kotscho, Ricardo. *Serra Pelada: uma ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Cambridge, Massachusetts: Blacwell Publishers, 1991a.

Lefebvre, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991b.

Lefebvre, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

Leite, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Lenin, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

Leroy, Jean-Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/Fase, 1991.

Lerrer, Débora. *O som do silêncio nas versões da praça*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Lisboa, Teresa Kleba. *A luta dos sem-terra no Oeste Catarinense*. Florianópolis: co-edição Editora da UFSC/MST, 1988.

Lopes, Eliano Sérgio Azevedo (coord.) *et al. Na linha do tempo: um olhar sobre os assentamentos rurais do Estado de Sergipe*. Relatório do Projeto de Pesquisa "Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Convênio FINEP/CPDA/UFRRJ. Aracaju, 1997.

Luft, Celso Pedro. *Minidicionário LUFT.* São Paulo: Ática, 1998.

Macdonald, José Brendan. *Os conflitos de terra na Paraíba, 1972-1995.* Recife, 1995. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

Machado, Antonio Maciel Botelho. *A produção do saber sobre a floresta pelos assentados na fazenda Ipanema, Iperó (SP).* Piracicaba, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo.

Marcon, Telmo. *Acampamento Natalino.* Passo Fundo: Ediupf, 1997.

Marcos, Valéria de. *Comunidade Sinsei: (u)topia e territorialidade.* São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Martin, Jean Yves. Le MST-RN (Mouvement des Sans-terre dans le Rio Grande do Norte) 1990-1996, déploiement géographique d'un mouvement sociospatial rural: nouvelles pratiques territoriales et mutations identitaires. In *Identités et Territorialités dans le Nordeste Brésilien: le cas du Rio Grande do Norte.* U.F.R. de Géographie-Sciences Sociales, Université de Bordeaux III – Michel de Montaigne, 1998.

Martine, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In Martine, George e Garcia, Ronaldo Coutinho (org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola.* São Paulo: Editora Caetés, 1987, p. 59-79.

Martins, Edilson. *Nós do Araguaia.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Martins, Edilson. *Amazônia, a última fronteira.* Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

Martins, Eduardo. *Com todas as letras.* São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1999.

Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1981.

Martins, José de Souza. *A militarização da questão agrária.* Petrópolis: Vozes, 1984.

Martins, José de Souza. *O cativeiro da terra.* São Paulo: Hucitec, 1986a.

Martins, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República".* São Paulo: Hucitec, 1986b.

Martins, José de Souza. *Não há terra para se plantar neste verão.* Petrópolis: Vozes, 1986c.

Martins, José de Souza. *Expropriação e violência.* São Paulo: Hucitec, 1991.

Martins, José de Souza. *A chegada do estranho.* São Paulo: Hucitec, 1993.

Martins, José de Souza. *O poder do atraso.* São Paulo: Hucitec, 1994.

Martins, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: Hucitec, 1997a.

Martins, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In *A reforma agrária e a luta do MST* (Stedile, João Pedro. [org.]). Petrópolis: Vozes, 1997b.

Marx, Karl e Engels, Friedrich. *O Manifesto Comunista.* São Paulo: Global Editora, 1987.

Marx, Karl. *O capital.* Vol. 5. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Medeiros, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo.* Rio de Janeiro: Fase, 1989.

Medeiros, Leonilde *et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.* São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

Medeiros, Leonilde Sérvolo e Leite, Sérgio (org.). *A formação dos assentamentos rurais do Brasil: processos sociais e políticas públicas.* Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

Méliga, Laerte Dorneles e Janson, Maria do Carmo. *Encruzilhada do Natalino.* Porto Alegre: Vozes, 1982.

Melo Neto, João Cabral de. Morte e Vida Severina. In *Poesias Completas.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

Minc, Carlos. *A reconquista da terra.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

Molina, Mônica Castagna. *A reforma agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: a reinvenção do futuro.* Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

Monbeig, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

Momesso, Mariana de Abreu. *O MST na luta pela terra em Pernambuco e a formação do assentamento Ourives-Palmeira.* São Paulo, 1997. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Moniz, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra.* São Paulo: Global Editora, 1984.

Morais, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização. *Cadernos de Formação,* nº 11. São Paulo: MST, 1986.

Morais, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil.* Brasília: Iattermund, 1997.

Moreira, Emília. *Por um pedaço de chão.* Vols. I e II. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

Moreira, Emília. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.* João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

Moreyra, Sérgio Paulo. As novas caras da violência no campo brasileiro. In *Conflitos no campo – Brasil 97.* Goiânia: CPT, 1998, p. 7-21.

Motta, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Canções da Terra.* São Paulo: MST, s.d.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Construindo o caminho.* São Paulo: MST, 1986a.

MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade: 1964-1985.* MST: São Paulo, 1986b.

MST. *Normas Gerais do MST.* São Paulo: MST, 1989a.

MST. Plano Nacional do MST: 1989-1993. *Caderno de Formação,* nº 17. São Paulo: MST, 1989b.

MST. O que queremos com as escolas dos assentamentos. *Caderno de Formação,* nº 18. São Paulo: MST, 1991.

MST. Como fazer a escola que queremos. *Caderno de Educação,* nº 1. S.l.: MST, 1992.

MST. Calendário histórico dos trabalhadores. *Caderno de Formação*, nº 19. São Paulo: MST, 1993a.

MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Formação*, nº 20. São Paulo: MST, 1993b.

MST. *Vamos organizar a nossa base*. São Paulo: MST, 1995a.

MST. Programa de Reforma Agrária. São Paulo: MST, *Caderno de Formação*, nº 23. 1995b.

MST. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. *Caderno de Formação*, nº 27. São Paulo: MST, 1998a.

MST. Escola Itinerante em Acampamentos do MST. *Coleção Fazendo Escola*. São Paulo: MST, 1998b.

MST. Campanha de Construção da Escola Nacional do MST. *Caderno de Formação*, nº 29. São Paulo: MST, 1998c.

MST. Crianças em Movimento: as mobilizações infantis no MST. *Coleção Fazendo Escola*. Porto Alegre: Setor de Educação – MST, 1999.

Navarro, Zander. *Assentamentos rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo – o caso do assentamento Nova Ramada*. Porto Alegre: mimeo., 1994.

Navarro, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

Navarro, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In *A reforma agrária e a luta do MST* (Stedile, João Pedro [org.]). Petrópolis: Vozes, 1997.

Navarro, Zander. *O projeto-piloto "Cédula da Terra" – comentários sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente*. Porto Alegre: Parecer elaborado a partir de solicitação da representação brasileira do Banco Mundial. 1998.

Navarro, Zander; Moraes, Maria Stela; Menezes, Raul. Pequena História dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In Medeiros, Leonilde Servolo; Leite, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/CPDA, 1999.

Nogueira, Adriano. *Sujeitos irreverentes*. Campinas: Papirus, 1993.

Norder, Luiz Antonio Cabello. *Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

Novicki, Victor de Araújo. Recuperando o indivíduo no movimento dos sem-terra: o caso fluminense (1983-1987). *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 5, p. 58-72, 1995.

Novicki, Victor de Araújo. *Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)*. In Medeiros, Leonilde *et al*. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, p. 69-86.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de Agricultura e indústria no Brasil. In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 58. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1981.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção na agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.* Campinas: Papirus, 1987.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia.* Campinas: Papirus, 1988.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1991.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura brasileira: as transformações recentes.* São Paulo: SPM/CEM, 1994.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo.* São Paulo: Contexto, 1996.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.* São Paulo, 1997. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Oliveira Filho, Moacyr. *Rio Maria: a terra da morte anunciada.* São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1991.

Oliveira, Neilza Barreto de. *Lutando pela terra: abrindo mão de um poder alternativo.* Aracaju, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

Paiva, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária.* São Paulo: Loyola, 1985.

Panini, Carmela. *Reforma agrária dentro e fora da lei.* São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

Partido dos Trabalhadores. *Política para o setor sucroalcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa para o Estado de São Paulo.* São Paulo: Diretório Regional do PT, 1999.

Pasquetti, Luis Antonio. *A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST.* São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Paulilo, Maria Ignez Silveira. *Terra à vista... e ao longe.* Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

Pavan, Dulcinéia. *As Marias Sem-Terras: Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão (SP) 1985/1996.* São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Perdigão, Francinete e Bassegio, Luiz. *Migrantes amazônicos. Rondônia: a trajetória da ilusão.* Loyola: São Paulo, 1992.

Pereira, Carlos Olavo da Cunha. *Nas terras do rio sem dono.* Rio de Janeiro: Record, 1990.

Pinto, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque.* São Paulo: Hucitec, 1980.

Pires, Ariel José. *Assentamentos de sem-terra em Guarapuava: histórico e cotidiano.* Assis, 1996 (Dissertação em História). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

Pizetta, Adelar João. *A questão agrária e o MST no Espírito Santo.* São Mateus: MST, 1999.

Poli, Odilon Luiz. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização dos movimentos sociais do Oeste Catarinense.* Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

Porto, Mayla Yara. O Decreto que extinguiu o INCRA. In *Revista Reforma Agrária*, nº 3, ano 17. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1988.

Prado Júnior, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

Prezia, Benedito e Hoornaert, Eduardo. *Esta terra tinha dono*. São Paulo: FTD, 1989.

Pureza, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Raffestin, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Ramalho, Cristiane Barbosa: Quem são os sem-terra? In *Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*, nº 1. Presidente Prudente, 1998, p. 59-71.

Ramos, Ana Valéria. *A luta pela terra e a luta pela reforma agrária: o Projeto de Assentamento Pirituba II – Área III*. São Paulo, 1996. Trabalho de Graduação Individual (Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Reydon, Bastiaan; Escobar, Héctor H.; Berto, James Luiz. *Os assentamentos rurais e seu impacto nas economias locais: o caso do município de Abelardo Luz (SC)*. Campinas, 1999. basrey@eco.unicamp.br

Reydon, Bastiaan; Plata, Ludwig Agurto. *Evolução recente do preço da terra rural no Brasil e os impactos do Programa da Cédula da Terra*. Dataterra, 1999. www.dataterra.org.br/Documentos/Bastiaan.htm

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Ribeiro, Nelson de F. *Caminhada e esperança da reforma agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Ricci, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

Ricci, Rudá. *Novos movimentos sociais: uma nova concepção de espaço e gestão pública*. Belo Horizonte: *www.cpp.com.br*, 1999.

Rodríguez, Raimundo. *CPA: 100 preguntas y respuestas*. Havana: Editora Política, 1984.

Rojas, Niurka Pérez *et al*. *Transformaciones en el agro cubano durante la década de los años 90*. Presentación para el V Congreso de ALASRU. Chapingo, México, 1998, mimeo.

Ruckert, Aldomar Arnaldo. *A produção capitalista do espaço: construção, destruição e reconstrução do território do planalto rio-grandense*. Rio Claro, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

Ruckert, Aldomar Arnaldo. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

Ruscheinsky, Aloísio. *Terra e política: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Oeste de Santa Catarina*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sader, Eder. *Quando nossos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Sader, Regina. *Espaço e luta no Bico do Papagaio.* São Paulo, 1986. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Santos, Andrea Paula; Ribeiro, Suzana Lopes Salgado; Bom Meihy, José Carlos. *Vozes da Marcha pela Terra.* São Paulo: Loyola, 1998.

Santos, Gilberto Vieira. *Os territórios da luta pela terra no Pontal do Paranapanema.* Presidente Prudente, 1998 (Relatório do Programa de Apoio ao Estudante). Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

Santos, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho.* São Paulo: Hucitec, 1984.

Santos, José Vicente Tavares dos (org.). *Revoluções camponesas na América Latina.* Campinas, Editora da Unicamp/Ícone Editora, 1985.

Santos, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1993.

Santos, Milton. *A natureza do espaço.* São Paulo: Hucitec, 1996.

Schiochet, Valmor. *Esta terra é minha terra: movimento dos desapropriados de Papanduva (SC).* Blumenau: Editora da FURB, 1993.

Schmidt, Benício Viero; Marinho, Danilo Nolasco C.; Marinho; Rosa, Sueli L. Couto. (org.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

Schmitt, Claudia Job. *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do "colono sem-terra".* Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Schwade, Elisete. *A luta não faz parte da vida... é a vida: o projeto político religioso de um assentamento no Oeste Catarinense.* Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Schwantes, Norberto. *Uma Cruz em Terranova.* São Paulo: Scritta, 1989.

Shanin, Teodor (comp.). *Campesinos y sociedades campesinas.* México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

Sigaud, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

Silva, José Gomes da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República.* São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

Silva, José Gomes. *Buraco negro: a reforma agrária na constituinte.* São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Silva, Paulo Roberto Palhano. *Novo momento da luta pela terra: quando o patrão sai de cena.* Natal, 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Silva, Rosemiro Magno da. *Assentamentos de pequenos produtores rurais de Sergipe: 1945-1992.* Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, 1996.

Silva, Rosemiro Magno da, Lopes, Eliano Sérgio Azevedo. *Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe.* Aracaju: EDUFS, 1996.

Sottili, Rogério. *MST: A Nação além da cerca. A fotografia na construção da imagem e da expressão política e social dos sem-terra.* São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade de São Paulo.

Souza, Maria Antônia. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).* Campinas, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

Souza, Regina Sueli de. *Ordem e contra-ordem: O processo político constitutivo do MST na especificidade do assentamento Rio Vermelho.* Brasília, 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Stedile, João Pedro. *O que é cooperação agrícola.* S.n.: Francisco Westphalen, s.d.

Stedile, João Pedro e Frei Sérgio. *A luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Scritta, 1993.

Stedile, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje.* Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 1994.

Stedile, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST.* Vozes: Petrópolis, 1997.

Stedile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Stolcke, Verena e Hall, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo, in *Revista Brasileira de História,* n° 6, p. 80-120, 1984.

Strapazzon, João Paulo Lajus. *"E o verbo se fez terra": Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990.* Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Strapazzon, João Paulo. *E o Verbo se fez Terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990.* Chapecó: Editora Grifos, 1997.

Strozake, Juvelino. *A lei e as ocupações de terras.* São Paulo: MST, 1998.

Sutton, Alison. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje.* São Paulo: Loyola, 1994.

Sztompka, Piotr. *A sociologia da mudança social.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Tarrow, Sidney. *Power in Movement.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Thompson, Edward H. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thompson, Edward H. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Toledo, Roberto Pompeu. *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Universidade Estadual Paulista-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Pesquisa nacional por amostra da situação educacional em assentamentos e acampamentos de reforma agrária – Relatório Final.* São Paulo: Unesp-MST, 1995.

Vainfas, Reinaldo. Deus contra Palmares: Representações senhoriais e idéias jesuíticas. In Reis, João José e Gomes, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 60-80.

Valverde, Orlando (coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica.* Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Valverde, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição.* Rio de Janeiro; São Paulo; Brasília: Forense Universitária; Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989.

Vasques, Antonio C.B. *A evolução das ocupações das terras do município de Teodoro Sampaio.* Franca, 1973. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.

Veiga, José Eli. *A reforma que virou suco.* Petrópolis: Vozes, 1990.

Velho, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

Velho, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato.* Rio de Janeiro: Difel, 1974.

Vendramini, Célia Regina. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.* São Carlos, 1997. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Villa, Marcos Antonio. *Canudos: o povo da terra.* São Paulo: Editora Ática, 1995.

Wagner, Carlos. *A saga de João sem terra.* Petrópolis: Vozes, 1989.

Wagner, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria.* Petrópolis: Vozes, 1990.

Welch, Cliff e Geraldo, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Zamberlam, Jurandir e Florão, Santo Reni S. *Assentamentos: resposta econômica da pequena propriedade da região de Cruz Alta.* Passo Fundo: Editora Berthier, 1989.

Zamberlam, Jurandir. *Cooperação: o desafio que começa a sulcar a terra.* Cruz Alta: Unicruz, 1990.

Fontes documentais:

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Revista Sem Terra

Relatórios dos Encontros Nacionais e Congressos

Transcrições das entrevistas da pesquisa memorial

Dossiê Encruzilhada Natalino. 90 p. s.n.t.

Dossiê Ronda Alta, 89 p. s.n.t.

Dossiê sobre a violência no meio rural. São Paulo: MST, 1990, 28 p.

Impresso da Escola Nacional Florestan Fernandes

Impresso da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

Impresso da Bionatur – Sementes Agroecológicas

Periódicos:

A Tarde – Bahia

Gazeta de Alagoas

Correio da Paraíba

Diário da Borborema – Paraíba

O Momento – Paraíba

O Povo – Ceará

Hoje em Dia – Minas Gerais

Diário do Rio Doce – Minas Gerais

Diário da Tarde – Minas Gerais

Bom Dia – Minas Gerais

Folha de S. Paulo

O Estado de S. Paulo

Jornal do Brasil – Rio de Janeiro

O Globo – Rio de Janeiro

Zero Hora – Rio Grande do Sul

O Liberal – Pará

EDITORA VOZES

SEDE E SHOWROOM

PETRÓPOLIS, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
(25689-900) Rua Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
Tel.: (0xx24) 2233-9000
Fax: (0xx24) 2231-4676
E-mail: vendas@vozes.com.br

UNIDADE DE VENDA NO EXTERIOR

PORTUGAL
Av. 5 de Outubro, 23
R/C 1050-047 Lisboa
Tel.: (00xx351 21) 355-1127
Fax: (00xx351 21) 355-1128
E-mail: vozes@mail.telepac.pt

UNIDADES DE VENDA NO BRASIL

APARECIDA, SP
Varejo
(12570-000) Centro de Apoio aos Romeiros
Setor "A", Asa "Oeste"
Rua 02 e 03 – lojas 111/112 e 113/114
Tel.: (0xx12) 564-1117
Fax: (0xx12) 564-1118

BELO HORIZONTE, MG
Atacado e varejo
(30130-170) Rua Sergipe, 120 – loja 1
Tel.: (0xx31) 3226-9269
Tel.: (0xx31) 3226-9010
Fax: (0xx31) 3222-7797
Varejo
(30190-060) Rua Tupis, 114
Tel.: (0xx31) 3273-2538
Fax: (0xx31) 3222-4482
Varejo
(30160-031) Rua Espírito Santo, 845
Tel.: (0xx31) 3274-8148 / 3274-8088
Fax: (0xx31) 3274-8143

BETIM, MG
Parceira Comercial Aletheia Livraria e Papelaria Ltda.
Campus PUC Minas
(32630-000) Rua do Rosário, 1081 – Angola
Tel.: (0xx31) 3532-4373
Fax: (0xx31) 3595-8519

BRASILIA, DF
Atacado e varejo
(70730-516) SCLR/Norte, Q 704, Bl. A, nº 15
Tel.: (0xx61) 326-2436
Fax: (0xx61) 326-2282

CAMPINAS, SP
Varejo
(13015-002) Rua Br. de Jaguara, 1164
Tel.: (0xx19) 3231-1323
Fax: (0xx19) 3234-9316

CONTAGEM, MG
Parceira Comercial Aletheia Livraria e Papelaria Ltda.
Campus PUC Minas
(32285-040) Rua Rio Comprido, 4580 – Bairro Cinco
Tel.: (0xx31) 3352-7818
Fax: (0xx31) 3352-7919

CUIABA, MT
Atacado e varejo
(78005-970) Rua Antônio Maria Coelho, 197 A
Tel.: (0xx65) 623-5307
Fax: (0xx65) 623-5186

CURITIBA, PR
Atacado e varejo
(80020-000) Rua Voluntários da Pátria, 41 – loja 39
Tel.: (0xx41) 233-1392
Fax: (0xx41) 224-1442

FLORIANÓPOLIS, SC
Atacado e varejo
(88010-030) Rua Jerônimo Coelho, 308
Tel.: (0xx48) 222-4112
Fax: (0xx48) 222-1052

FORTALEZA, CE
Atacado e varejo
(60025-100) Rua Major Facundo, 730
Tel.: (0xx85) 231-9321
Fax: (0xx85) 221-4238

GOIÂNIA, GO
Atacado e varejo
(74023-010) Rua 3, nº 291
Tel.: (0xx62) 225-3077
Fax: (0xx62) 225-3994

JUIZ DE FORA, MG
Atacado e varejo
(36010-041) Rua Espírito Santo, 963
Tel.: (0xx32) 3215-9050
Fax: (0xx32) 3215-8061

LONDRINA, PR
Atacado e varejo
(86010-390) Rua Piauí, 72 – loja 1
Tel.: (0xx43) 337-3129
Fax: (0xx43) 325-7167

MANAUS, AM
Atacado e varejo
(69010-230) Rua Costa Azeveda, 91 – Centro
Tel.: (0xx92) 232-5777
Fax: (0xx92) 233-0154

PETRÓPOLIS, RJ
Varejo
(25620-001) Rua do Imperador, 834 – Centro
Telefax: (0xx24) 2233-9000 R. 245

PORTO ALEGRE, RS
Atacado
(90035-000) Rua Ramiro Barcelos, 386
Tel.: (0xx51) 3225-4879
Fax: (0xx51) 3225-4977
Varejo
(90010-273) Rua Riachuelo, 1280
Tel.: (0xx51) 3226-3911
Fax: (0xx51) 3226-3710

RECIFE, PE
Atacado e varejo
(50050-410) Rua do Príncipe, 482
Tel.: (0xx81) 3423-4100
Fax: (0xx81) 3423-7575
Varejo
(50010-120) Rua Frei Caneca, 12, 16 e 18
Bairro Santo Antônio
Tel.: (0xx81) 3224-1380 e 3224-4170

RIO DE JANEIRO, RJ
Atacado
(20040-009) Av. Rio Branco, 311 sala 605 a 607 – Centro
Tel.: (0xx21) 2215-6386
Fax: (0xx21) 2533-8358
Varejo
(20031-201) Rua Senador Dantas, 118-I, esquina com Av. Almirante Barroso, 02
Tel.: (0xx21) 2220-8546
Fax: (0xx21) 2220-6445

SALVADOR, BA
Atacado e varejo
(40060-410) Rua Carlos Gomes, 698-A
Tel.: (0xx71) 329-5466
Fax: (0xx71) 329-4749

SÃO LUÍS, MA
Varejo
(65010-440) Rua da Palma, 502 – Centro
Tel.: (0xx98) 221-0715
Fax: (0xx98) 231-0641

SÃO PAULO, SP
Atacado
Rua dos Parecis, 74 – Cambuci
01527-030 – São Paulo, SP
Tel.: (0xx11) 3277-6266
Fax: (0xx11) 3272-0829
Varejo
(01006-000) Rua Senador Feijó, 168
Tel.: (0xx11) 3105-7144
Fax: (0xx11) 3107-7948
Varejo
(01414-000) Rua Haddock Lobo, 360
Tel.: (0xx11) 256-0611
Fax: (0xx11) 258-2841

xx – CÓDIGO DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS PARA LONGA DISTÂNCIA.



Douglas Mansur

Bernardo Mançano Fernandes é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), onde desenvolve o DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra). Fez a graduação, o mestrado e o doutorado no Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Há mais de uma década estuda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e desde 1990 é membro do Setor de Educação do MST. Publicou *MST: formação e territorialização* (Hucitec, 1996); *Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, em co-autoria com João Pedro Stedile (Editora Fundação Perseu Abramo, 1999), além de diversos artigos em revistas científicas nacionais e internacionais.

Neste livro, Bernardo Mançano Fernandes analisa os processos de formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua origem – em 1979 – até 1999, em 22 estados, onde o Movimento está organizado. É uma importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras.

O autor estuda a gênese do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em cada Estado, desde a organização dos trabalhos de base, as ocupações de terra e as formas de resistência, os confrontos com os latifundiários, com os governos federal e estaduais e os enfrentamentos com jagunços e policiais, até a implantação dos assentamentos rurais. Recupera, dessa forma, as experiências que levaram à construção do MST, em suas relações com as instituições de apoio à reforma agrária, bem como as suas conquistas: terra, trabalho, cooperação e educação, num processo de ressocialização de parte da população excluída.

Desse modo, analisa na geografia da luta pela terra os momentos importantes da história do MST: gestação e nascimento, consolidação e institucionalização, sempre por meio da territorialização da luta pela terra, condição essencial para compreender a formação do Movimento em suas diversas dimensões: social, econômica e política.

A tese principal deste livro é a de que a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra num país onde a reforma agrária ainda não foi realizada. Portanto, a luta pela terra é a expressão mais coerente e que explica a razão do crescimento do número de assentamentos, que é resultado da ação dos sem-terra, à qual o Estado responde com uma política de implantação de projetos de assentamentos rurais.

www.vozes.com.br

EDITORA VOZES
Uma vida pelo bom livro

E-mail: vendas@vozes.com.br

ISBN 85.326.2345-X



capa: *Marta Braiman.*
Montagem com
fotos de *Douglas Mansur*